

PLANO DE GOVERNO
**VIDA NOVA
PARA MANAUS
2025 - 2028**

P R E F E I T O
AMOM
VICE **NANCY**

UM PLANO DE GOVERNO
QUE CHEGA A TODOS
OS CANTOS DE MANAUS.



VIDA NOVA PARA MANAUS

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
MISSÃO, VISÃO E VALORES	7
DIAGNÓSTICO	10
RADIOGRAFIA	11
POPULAÇÃO URBANA X RURAL	19
MEIO AMBIENTE: DESCASO, DESMATAMENTO, AGRAVAMENTO	21
MANAUS: A CAPITAL BRASILEIRA DA POBREZA	21
POBREZA EXTREMA E FOME ESTRUTURAL	23
INFRAESTRUTURA	24
A (FALTA) DE TRANSPARÊNCIA	27
SANEAMENTO BÁSICO	30
EDUCAÇÃO INFANTIL	38
ENSINO FUNDAMENTAL	51
SAÚDE	56
SEGURANÇA PÚBLICA	65
TRANSPORTE	71
HABITAÇÃO	79
LIMPEZA URBANA	85
RECICLAGEM	103
ORÇAMENTO	104
ZONA FRANCA DE MANAUS - DEPENDÊNCIA	111
CONCLUSÃO	124
DIRETRIZES	128
UM OLHAR A PARTIR DO ESTATUTO DAS CIDADES	129
A INOVAÇÃO COMO FIO CONDUTOR	131



BENCHMARKS GLOBAIS.....	134
BENCHMARKS LOCAIS.....	136
PROMOÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA.....	139
SUSTENTABILIDADE INTEGRAL.....	140
GESTÃO TRANSPARENTE E PARTICIPATIVA	142
ESPACIALIDADE FÍSICA INCLUSIVA.....	14
4PROPOSTAS.....	145
METODOLOGIA.....	146
SIMBOLOGIA DAS DIRETRIZES.....	148
EIXO DA EDUCAÇÃO.....	151
EIXO DA SAÚDE.....	223
EIXO DA SUSTENTABILIDADE.....	283
EIXO DA CULTURA.....	367
EIXO DO TURISMO.....	405
EIXO DA INFRAESTRUTURA.....	429
EIXO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	465
EIXO DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	479
EIXO DO SANEAMENTO BÁSICO.....	501
EIXO POPULAÇÕES INDÍGENA, QUILOMBOLA, MIGRANTES E REFUGIADOS DE MANAUS.....	523
EIXO POLÍTICAS DE INCLUSÃO.....	537
EIXO DO ESPORTE.....	561
EIXO DE POLÍTICAS PARA O CENTRO DA CIDADE	573
POSFÁCIO	598
GLOSSÁRIO	600
REFERÊNCIAS	625
FICHA TÉCNICA.....	645



APRESENTAÇÃO

Hoje, estamos aqui não apenas para lançar uma candidatura, mas para firmar um compromisso de coração para com a melhoria da vida das pessoas e de nossa cidade. Sabemos dos desafios e obstáculos que enfrentamos diariamente ao viver em Manaus, além do sentimento de falta de cuidado, de abandono e de ineficiência. Mas também reconhecemos que temos uma oportunidade de ouro de fazer a diferença.

Para fazer diferente e transformar, de verdade, as estruturas da cidade e dos serviços públicos ofertados à população, a candidatura de Amom Mandel traz o ímpeto, a energia e o destemor da juventude, aliados à experiência construída no Poder Legislativo, tendo sido o vereador mais votado no município, nas eleições de 2022, e o deputado federal mais votado proporcionalmente no país. Agora, ele está preparado para usar todo esse conhecimento e vontade de fazer o bem na liderança de nossa cidade, garantindo serviços públicos de qualidade para todos. E é com grande entusiasmo que, neste momento, apresentaremos as diretrizes do nosso plano de governo.

Diretrizes são, essencialmente, as grandes linhas de ação que nortearão nosso governo. São os princípios básicos que guiarão todas as nossas ações e decisões. Pense nelas como uma bússola, que nos direciona para onde queremos ir. As diretrizes são fundamentais, porque, além de definirem nossos objetivos claros e alcançáveis, mas também garantem que todas as nossas iniciativas estejam alinhadas com a visão que temos para a cidade. Elas são o esqueleto do nosso plano, a partir do qual, com transversalidade, sobre o qual construiremos políticas públicas sólidas e eficazes, destinadas a melhorar a vida de cada cidadão e a transformar nossa cidade em um modelo de gestão pública eficiente, moderna, inclusiva e sustentável.

Na criação do nosso plano de governo, adotamos uma metodologia rigorosa e abrangente, com o objetivo de abordar, de modo efetivo e transformador, os diversos problemas que a cidade de Manaus enfrenta.



Para isso, coletamos uma grande quantidade de dados relevantes sobre a realidade da nossa cidade, abrangendo áreas como saúde, educação, transporte, meio ambiente, segurança pública e outras, sempre envolvendo a comunidade no processo de escuta ativa. Esses dados foram cuidadosamente analisados e convertidos em informações úteis e *insights* valiosos, que nos deram um panorama claro e abrangente sobre as necessidades e desafios de nossa cidade.

A partir dessas informações, elaboramos propostas concretas e “pés no chão”, que visam abordar, de forma eficaz, os problemas identificados. Nossas propostas são transformadoras e buscam melhorar a vida das pessoas e da cidade, por meio de ações e políticas públicas bem fundamentadas e baseadas em evidências, que foram submetidas ao crivo científico de especialistas, que endossaram, por meio de suas assinaturas, o conteúdo do presente plano.

Para garantir a eficácia de nossas propostas, realizamos um prognóstico de atuação, que nos permitiu avaliar o potencial impacto de nossas ações, planejando as medidas necessárias para garantir sua implementação efetiva.

Em suma, nossa metodologia, centrada na gestão por objetivos (*management by objectives* – MBO) e no planejamento estratégico, é baseada em uma análise rigorosa e abrangente dos dados, convertidos em informações úteis e *insights* valiosos, que nos permitiram elaborar propostas concretas e transformadoras, capazes de melhorar a vida das pessoas e da cidade.

MISSÃO, VISÃO E VALORES

Compreendemos e acreditamos que governar é mais do que dirigir uma cidade; é cultivar sonhos e construir realidades, nas quais cada cidadão é o protagonista de uma história de sucesso e bem-estar. É colocar as pessoas no coração de cada decisão, transformando cada ação em um passo, rumo a uma comunidade mais justa, inclusiva e próspera. Portanto, alinhados a tal propósito, apresentamos nossa missão, visão e valores.



Nossa missão

Propomos a transformar, de forma inovadora e responsável, a maneira como a cidade é administrada, com foco no estabelecimento de serviços públicos mais acessíveis e eficientes para toda a população. Entendemos a importância de cada cidadão sentir que sua cidade está evoluindo, que a qualidade de vida está melhorando.

Nossa visão

Sonhamos com uma cidade onde o progresso seja uma realidade palpável; onde nossa comunidade seja vista como um exemplo de boa gestão pública. Nosso objetivo é criar um ambiente onde todos possam prosperar, apoiados por um governo que verdadeiramente se importa e atua.

Nossos valores

- **Transparência:** Comprometemo-nos a ser um governo aberto, mostrando claramente como cada real do dinheiro público é utilizado.
- **Integridade:** Continuaremos a luta contra o desperdício e a opacidade, garantindo que cada ação seja realizada com a maior retidão.
- **Eficiência:** Queremos ir além do básico, assegurando que todos os serviços prestados sejam de alta qualidade, realmente fazendo a diferença na vida das pessoas.
- **Inclusão:** Garantimos que nenhuma parte de nossa comunidade será esquecida, promovendo políticas que ofereçam igualdade de oportunidades para todos.
- **Sustentabilidade Integral:** Compromisso com um desenvolvimento que seja economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente responsável, assegurando o bem-estar da presente geração e das que estão por vir.



- **Inovação Responsável:** Fomentar a adoção de tecnologias e práticas inovadoras que contribuam para o desenvolvimento sustentável da cidade, com especial atenção à preservação do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida urbana.
- **Educação para Todos:** Priorizar a educação como alicerce para o desenvolvimento humano, econômico e social, incluindo a conscientização e educação ambiental como pilares para a formação de cidadãos responsáveis e engajados.
- **Participação Cidadã:** Estimular a participação ativa da população nas decisões que afetam a comunidade, promovendo a transparência, a responsabilidade compartilhada e o comprometimento coletivo com a sustentabilidade ambiental.

Nosso compromisso é com um plano realista, que coloque em prática ações essenciais para a melhoria da cidade. A intenção é fazer de modo diferente da atual gestão, que, apesar de seus esforços, não conseguiu atender às expectativas da nossa comunidade, deixando muitos serviços essenciais aquém do necessário. Entendemos que é tempo de uma nova abordagem, uma gestão que combine experiência com inovação, e que esteja verdadeiramente alinhada com as necessidades da população.

Nós não estamos aqui apenas para criticar, mas para oferecer uma alternativa concreta e viável. Com a experiência de nosso candidato na fiscalização e exigência por transparência e eficácia, nosso candidato está mais do que preparado para assumir a Prefeitura e promover uma era de mudanças significativas e positivas para nossa cidade. Juntos, faremos muito mais do que administrar; vamos inspirar e realizar a mudança que desejamos ver, melhorando a vida de cada cidadão. Vamos nessa, de mãos dadas, construir o futuro que nossa cidade merece.



DIAGNÓSTICO

RADIOGRAFIA E ANAMNESE DA CIDADE DE MANAUS

Antes de definirmos as diretrizes do plano de governo do nosso candidato, é crucial realizar um diagnóstico meticuloso da atual gestão da cidade. Esse exercício não apenas nos permite compreender os desafios e oportunidades existentes, mas também fundamenta a nossa proposta de governo em uma análise crítica e objetiva da realidade municipal. A importância de um diagnóstico preciso reside na sua capacidade de iluminar os caminhos a serem seguidos, permitindo que as políticas propostas sejam, além de aspiracionais, ancoradas nas necessidades reais e na capacidade de transformação efetiva da cidade.

Em qualquer jornada de transformação, entender o ponto de partida é tão crucial quanto vislumbrar o destino. No contexto da administração pública, esta máxima se traduz na necessidade de realizar um diagnóstico abrangente da gestão atual. Tal diagnóstico não se limita a uma avaliação de desempenho ou a uma contabilidade de realizações e pendências; é, antes, uma análise profunda, que busca compreender as dinâmicas sociais, econômicas, ambientais e administrativas que moldam a vida na cidade.

A importância de um diagnóstico detalhado da atual gestão transcende a mera crítica ou validação de políticas passadas. Afinal, ele serve como um alicerce sobre o qual as futuras diretrizes de governo serão construídas, assegurando que cada proposta seja uma resposta direta aos desafios identificados, e que cada solução proposta esteja alinhada com as aspirações e necessidades da população. Além disso, este diagnóstico permite que o governo estabeleça benchmarks claros, contra os quais o sucesso de suas iniciativas possa ser medido, promovendo uma cultura de responsabilidade e transparência.

Nesse sentido, o diagnóstico da atual gestão é uma ferramenta vital para:

- Identificar áreas de sucesso que podem ser ampliadas e áreas de deficiência que requerem atenção imediata.



- Compreender as expectativas da população e como elas foram atendidas ou negligenciadas.

- Avaliar a sustentabilidade das políticas atuais e sua adequação aos desafios futuros, especialmente em relação à sustentabilidade ambiental, inclusão social e desenvolvimento econômico.

- Estabelecer uma linha de base para o acompanhamento e avaliação do impacto das políticas implementadas pelo novo governo.

Portanto, ao debruçarmo-nos sobre o diagnóstico da gestão atual, não estamos apenas prestando contas do passado, mas, mais importante, estamos nos equipando com o conhecimento necessário e a devida perspectiva, para projetar um futuro mais promissor para nossa cidade. Este diagnóstico é o primeiro passo para garantir que o plano de governo do nosso candidato seja realista, responsivo e, acima de tudo, alinhado com as aspirações da nossa comunidade. Com base nesta análise, estaremos mais bem posicionados para traçar as diretrizes que conduzirão nossa cidade a um futuro de prosperidade, equidade e sustentabilidade.

Radiografia

A análise detalhada da cidade, sob o prisma de sua configuração territorial, demografia, economia e índices de desenvolvimento humano, oferece um panorama essencial para a compreensão dos desafios e potencialidades que enfrentamos. Com uma extensão territorial de 11.401,092 km², nossa cidade se destaca por uma vastidão, que abriga uma diversidade de paisagens e ecossistemas. Curiosamente, a maior parte desse território, especificamente 11.128 km², é composta por zona rural, enquanto apenas 377 km² correspondem à zona urbana. Esta distribuição territorial singular não apenas influencia o modo de vida dos habitantes, mas também apresenta desafios específicos em termos de gestão de recursos, infraestrutura e serviços públicos.



Com uma população de 2.063.689 habitantes, a cidade apresenta um índice demográfico de 181,01 habitantes por km² no contexto urbano, um contraste marcante com os 23,8 habitantes por km² observados em média no Brasil. Esse dado revela uma densidade populacional significativamente alta na área urbana, o que pode acarretar pressões sobre a infraestrutura existente, demandando soluções inovadoras e sustentáveis para acomodar adequadamente essa população.

Economicamente, o PIB per capita de R\$45.782,75 (IBGE) posiciona a cidade em um patamar de renda intermediária. Com um impressionante crescimento econômico de 86% na última década (2012–2021), Manaus se destaca como a quinta maior economia municipal do Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo (PIB de R\$ 829,0 bilhões), Rio de Janeiro (R\$ 359,6 bilhões), Brasília (R\$ 286,9 bilhões) e Belo Horizonte (R\$ 105,8 bilhões). A pujança econômica da capital amazonense é impulsionada pela Zona Franca de Manaus e seu robusto setor industrial de transformação. No contexto da Amazônia Legal, que compreende nove estados brasileiros (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão), Manaus apresentou o maior crescimento entre as capitais no período analisado. Nesse cenário, São Luís emergiu como a segunda maior economia da região, ultrapassando Belém. O PIB ludovicense saltou de R\$22,7 bilhões em 2012 para R\$36,5 bilhões em 2021, enquanto a capital paraense registrou um PIB de R\$33,5 bilhões no último ano do período.

Tais indicadores, embora úteis, precisam ser analisados em conjunto com outros fatores socioeconômicos para uma avaliação mais precisa do bem-estar econômico dos habitantes. A distribuição da riqueza, as oportunidades de emprego e a qualidade dos serviços públicos não cresceram na mesma proporção, o que revela um aumento na discrepância da distribuição de renda e acesso a bens e serviços.

No que tange à estrutura urbana, a cidade é composta por 63 bairros, o que indica uma diversidade de contextos sociais, culturais e econômicos dentro do tecido urbano. Cada bairro, com suas características únicas, contribui para a riqueza e a complexidade da vida urbana, mas também reflete desigualdades que precisam ser endereçadas.



Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,737, a cidade se posiciona no 850º lugar no ranking nacional, muito atrás de regiões de maior destaque no país, como o Distrito Federal, que lidera, com um IDHM de 0,824. A comparação com outras cidades da Região Norte, como Palmas (TO), com 0,788; Boa Vista (RR), com 0,752, e Belém (PA), com 0,746, destaca a necessidade de políticas públicas focadas na melhoria da qualidade de vida, educação e saúde para impulsionar o desenvolvimento humano.

Este diagnóstico da cidade revela um mosaico de potencialidades e desafios. A vasta área rural, a densidade populacional concentrada na zona urbana, a diversidade de bairros e um IDHM que aponta para a necessidade de avanços significativos são todos elementos que devem moldar as diretrizes do nosso plano de governo. As políticas propostas deverão ser cuidadosamente desenhadas para promover o desenvolvimento sustentável, equidade social e melhorias na qualidade de vida de todos os habitantes, levando em consideração as particularidades e necessidades específicas de nossa cidade.

Em todo o Amazonas, o índice de habitantes entre 2010 e 2022 aumentou 13,44%, de acordo com a prévia do Censo 2022, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em dezembro de 2022. Há doze anos, o Estado concentrava 3.483.985 habitantes e atualmente, segundo previsão do Censo, já alcançou o número de 3.952.262 habitantes no Amazonas.

Já a população da capital, Manaus, aumentou 14,02% entre 2010 e 2022. No censo de 2010, a população de Manaus totalizava 1.802.014 habitantes, número que chegou a 2.054.731 na prévia dos dados do IBGE para 2022, quando havia pouco mais de 90% de respostas coletadas (<https://www.acritica.com/geral/ibge-amazonas-rebate-questionamentos-de-prefeitos-a-respeito-do-censo-adotamos-a-transparencia-1.290897>).



No entanto, antes da última coleta, o órgão trabalhava com a estimativa populacional de 2.255.903 habitantes em Manaus para o ano de 2021, dado que será mantido para efeito de repasse do Fundo de Participação dos Municípios em 2023, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (<https://portal.stf.jus.br/noticias/ver-NoticiaDetalhe.asp?idConteudo=502731&ori=1>).

Tomando por base o número projetado até 2021, percebe uma queda de 8,91% no número de residentes na capital amazonense. A redução de quase 9% na população urbana é inédita na série histórica do município.

Região	Capital	1872 ¹	1890 ¹	1900 ¹	1920 ¹	1940 ¹	1950 ¹	1960 ²	1970 ²	1980 ²	1991 ³	2000 ³	2010 ³
AM	Porto Velho	---	---	---	---	---	27.244	51.049	88.856	138.289	206.471	334.585	428.527
AM	Rio Branco	---	---	---	19.830	16.038	28.246	47.682	84.845	119.815	196.871	252.685	336.036
AM	Manaus	29.334	38.720	50.300	75.704	106.399	139.620	176.343	214.197	342.492	1.010.544	1.403.796	1.892.014
AM	Bom Vista	---	---	---	---	---	17.247	26.186	37.062	69.827	142.902	200.383	284.313
AM	Boleim	61.997	50.064	96.560	236.402	206.331	254.848	402.170	542.514	949.545	1.244.608	1.279.801	1.593.389
AM	Macapá	---	---	---	---	---	20.594	46.905	87.755	149.624	179.252	282.745	399.204
AM	Palmas	---	---	---	---	---	---	---	3.288	24.261	137.045	228.332	---
MS	São Luís	31.604	29.308	36.798	52.909	85.583	119.785	150.628	270.651	456.320	605.199	868.047	1.014.837
MS	Teresina	21.692	31.523	45.316	57.500	67.641	90.723	144.799	230.168	388.922	589.411	714.583	814.230
MS	Fonteira	42.458	40.802	48.568	78.556	180.185	270.168	514.818	872.702	1.338.793	1.765.794	2.138.234	2.452.185
MS	Natal	29.392	13.725	16.056	38.696	54.836	103.215	162.537	270.127	428.721	606.601	709.536	893.739
MS	João Pessoa	24.714	18.645	28.793	52.990	94.333	119.326	195.117	228.418	338.629	497.306	595.429	723.515
MS	Recife	118.671	111.556	113.106	238.843	348.424	524.682	797.234	1.084.458	1.240.837	1.296.985	1.421.983	1.537.704
MS	Macau	27.703	31.490	36.427	74.196	90.253	120.980	170.134	269.415	409.191	629.241	795.842	932.740
MS	Arecetê	9.559	16.336	21.132	37.440	59.031	78.384	115.713	188.838	299.422	401.678	461.083	571.149
MS	Salvador	125.106	174.412	205.813	263.422	290.443	417.235	655.735	1.027.142	1.531.242	2.072.058	2.440.826	2.675.656
SE	Belo Horizonte	---	---	13.472	55.863	211.377	362.724	603.328	1.256.415	1.822.221	2.917.127	2.232.747	2.378.151
SE	Vitória	18.157	16.887	11.850	21.866	46.212	50.022	86.242	136.391	215.073	258.243	291.941	327.801
SE	Rio de Janeiro	274.972	522.651	811.443	1.157.873	1.764.141	2.377.451	3.307.163	4.315.746	5.183.992	5.473.908	5.851.914	6.320.446
SE	São Paulo	31.385	64.934	239.620	579.033	1.326.291	2.198.096	3.825.351	5.978.977	8.587.865	9.626.894	19.455.867	11.253.593
SE	Curitiba	12.651	24.553	49.755	78.866	140.656	180.575	361.309	624.362	1.052.147	1.313.094	1.586.848	1.751.907
SE	Florianópolis	25.709	39.687	32.229	41.338	46.771	67.030	98.520	143.414	196.055	254.941	341.781	421.240
SE	Porto Alegre	43.998	52.421	73.674	179.263	272.232	394.151	641.173	903.175	1.154.709	1.263.239	1.390.033	1.609.351
GO	Campo Grande	---	---	---	---	49.626	57.033	74.248	143.271	268.878	525.463	682.534	768.787
GO	Curitiba	35.987	17.815	34.293	33.678	54.394	56.294	57.890	103.427	219.477	401.303	483.044	551.098
GO	Goiânia	---	---	---	---	48.186	53.389	153.506	389.784	738.117	920.840	1.090.737	1.302.001
GO	Brasília	---	---	---	---	---	---	141.742	548.015	1.203.333	1.598.415	2.043.169	2.570.160

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.
(1) População presente; (2) População recenseada; (3) População residente

* Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopse/index.php?dados=6>

É crucial destacar que a percebida “redução populacional” em Manaus deve ser entendida em relação às “Estimativas Populacionais” anuais divulgadas pelo IBGE. Em comparação com os dados do último Censo, realizado em 2010, observa-se, de fato, um aumento na população da capital. Portanto, a realidade é que o crescimento populacional de Manaus não acompanhou o ritmo mencionado nas estimativas do IBGE. As causas específicas para essa desaceleração no aumento populacional ain-



da permanecem indeterminadas, uma vez que os primeiros resultados do Censo mais recente ainda não foram publicados, conforme esclarece Adjalma Nogueira, representante do IBGE no Amazonas.

No entanto, ele ressalta que "é fato que a quantidade de nascimentos vem diminuindo a cada ano". "Com isso, as famílias, cada vez mais, estão com menor quantidade de filhos. Isso é um dos fatores que influenciam as taxas de crescimento que serviram de base para as Estimativas de População. Mas, certamente, outros fatores influenciaram a rotina esperada", afirmou.

A redução observada em relação à estimativa representaria um possível prejuízo de aproximadamente R\$ 12 milhões por mês, ou seja, R\$ 144 milhões ao longo de 2023, referentes ao repasse de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é feito com base no número de habitantes. Porém, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu liminar proibindo a redução do repasse de recursos do FPM em todo o País, no início de 2023.



Crescimento da população – Manaus:

Ano	População	%
2000	1.403.796	-
2010	1.802.014	28,36%
2019	2.182.763	21,12%
2020	2.219.580	1,68%
2021	2.255.903*	1,63%
2022	2.054.731**	- 8,91%

*Estimativa do IBGE para o ano (população total)

**Prévia do Censo divulgado, último dado disponível

Fonte: Estimativas da População. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=25272&t=resultados>

Os números recentes do IBGE ainda mantêm Manaus como a 7ª cidade mais populosa do País, conforme matéria divulgada pelo Estadão em 28 de dezembro de 2022, a partir dos dados da prévia do censo do IBGE (https://www.estadao.com.br/brasil/quais-sao-cidades-mais-populosas-brasil-veja-lista-divulgada-ibge-nprm/#:~:text=Pelos%20c%C3%A1culos%20do%20IBGE%2C%20S%C3%A3o,2%2C9%20milh%C3%B5es%20de%20moldadores.)).

1. São Paulo (SP) - 12.200.180
2. Rio de Janeiro (RJ) - 6.625.849
3. Brasília (DF) - 2.923.369
4. Salvador (BA) - 2.610.987
5. Fortaleza (CE) - 2.596.157
6. Belo Horizonte (MG) - 2.392.678
7. Manaus (AM) - 2.054.731
8. Curitiba (PR) - 1.871.789



9. Recife (PE) – 1.494.586

10. Goiânia (GO) – 1.414.483

A capital do Amazonas é essencialmente feminina, urbana e composta por uma parcela significativa de crianças e jovens. As mulheres representam 51,45% da população ou 904,5 mil pessoas, segundo a previsão do IBGE para o Censo 2022. Por conseguinte, os homens são 48,55% ou 853,6 mil residentes. ([https://amazonasatual.com.br/mulheres-sao-164-milhao-no-am-e-mantem-dominio-populacional/#:~:text=Do%20ATUAL,milh%C3%A3o%20\(49%2C8%25\)](https://amazonasatual.com.br/mulheres-sao-164-milhao-no-am-e-mantem-dominio-populacional/#:~:text=Do%20ATUAL,milh%C3%A3o%20(49%2C8%25)))

De acordo com o IBGE, considerando a população jovem de 0 a 17 anos de idade, o Amazonas apresenta o 5º maior percentual entre os Estados e o Distrito Federal. Em 2021, foi estimado que 31,7% da população do Estado faziam parte dessa faixa etária. O Estado com maior percentual foi Roraima (32,5%) e, com o menor percentual, o Rio de Janeiro (21,0%) (<https://d24am.com/amazonas/amazonas-tem-41-milhoes-e-manaus-225-milhoes-de-habitantes>).

Em 2010 – última análise dos dados observada pelo órgão de forma detalhada –, a população de crianças e jovens era composta de 684.477 indivíduos ou 37,98% na faixa etária de 0 a 19 anos. A faixa etária entre 20 e 64 anos correspondia a 1.047.509 pessoas (58,13%), e o grupo de idosos, com idade igual ou acima de 65 anos, era representada por 70.028 pessoas (3,89%).

A desagregação dos dados populacionais é importante para planejar e elaborar políticas públicas em consonância com o lema da Agenda 2030, segundo o qual ninguém deve ser abandonado na construção do desenvolvimento humano sustentável. A Agenda é um plano global encabeçado pela Organização das Nações Unidas (ONU), ratificado em 2015 por 193 países, com o objetivo de dar resposta aos problemas enfrentados hoje no mundo, principalmente em aspectos de sustentabilidade e redução das desigualdades.



Apesar disso, não se observou nenhum programa específico da Prefeitura de Manaus para crianças e jovens do município, tampouco para mulheres. Ao contrário: o número de crianças atendidas pela educação infantil é de 12%, sendo a maioria (69,9%) matriculada na iniciativa privada. Em novembro de 2022, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) firmou termo de cooperação técnica com a Prefeitura de Manaus, para o estabelecimento de políticas públicas nos próximos três anos, direcionadas a crianças e adolescentes que residem no bairro Colônia Antônio Aleixo, na Zona Leste da capital amazonense, onde, segundo o próprio Prefeito, estão 80% das crianças em condição de vulnerabilidade social.

(<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-e-prefeitura-de-manaus-firmam-acordo-para-promover-direitos-e-oportunidades-para-criancas-e-adolescentes>).

Entre 2021 e 2023, Manaus caiu 64 posições no Ranking de Competitividade dos Municípios, que foi elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP). Em 2021, na segunda edição do Ranking, Manaus estava em 145º lugar geral, com nota 52,91. Em 2022, caiu 54 posições, passando para a 199º posição, com nota 51,56. Por fim, caiu mais dez posições em 2023, passando para a 209º colocação, com nota 50,02.

A última edição do Ranking analisou 415 municípios brasileiros com população superior a 80 mil habitantes. Para avaliar os indicadores de cada cidade, foram usadas informações de fontes como Tesouro Nacional, DataSus e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

No Ranking de 2023, a capital do Amazonas ocupa as seguintes posições: Meio Ambiente (12); Inovação e Dinamismo Econômico (44); Funcionamento da Máquina Pública (89); Sustentabilidade Fiscal (93); Capital Humano (166); Acesso à Saúde (188); Qualidade de Educação (253); Inserção Econômica (256); Acesso à Educação (307); Segurança (320); Telecomunicações (320); Saneamento (325); Qualidade de Saúde (372).



Cluster: capitais			Ranking Geral			Dimensão: Instituições			Dimensão: Sociedade			Dimensão: Economia		
UF	Município	Colocação	Nota	Colocação	Delta colocação	Nota	Colocação	Delta colocação	Nota	Colocação	Delta colocação	Nota	Colocação	Delta colocação
SC	Florianópolis	1	65,92	1	1	61,80	39	-4	69,58	42	30	63,96	1	0
SP	São Paulo	2	64,39	2	3	70,70	1	2	65,13	47	29	55,90	5	0
RS	Porto Alegre	3	63,30	4	0	66,10	9	-1	65,82	107	23	59,06	2	1
PR	Curitiba	4	62,69	6	0	67,13	5	-1	69,54	43	7	52,81	7	2
ES	Vitória	5	61,57	8	1	67,66	4	6	63,76	151	-6	56,01	4	0
MG	Belo Horizonte	6	60,73	12	0	61,05	47	-3	69,83	38	22	50,46	11	0
PE	Recife	7	57,39	37	45	64,44	16	17	59,98	211	58	50,90	9	1
RJ	Rio de Janeiro	8	56,37	60	-14	60,90	53	1	63,26	160	-10	46,39	30	-5
MS	Campo Grande	9	54,40	92	-3	58,37	74	-17	62,80	166	-9	43,04	81	-5
TO	Palmas	10	53,50	124	-53	55,06	149	-38	60,88	198	-49	44,50	48	-16
CE	Fortaleza	11	53,08	134	-9	60,34	50	-18	60,03	209	34	41,34	112	-34
GO	Goiânia	12	52,92	138	-50	57,21	97	-11	59,33	223	-65	43,29	94	-7
MT	Cuiabá	13	52,89	139	-21	56,83	108	-9	60,38	203	2	42,57	90	-30
PB	João Pessoa	14	52,06	161	-19	55,39	142	11	60,18	206	1	41,34	113	-44
PI	Teresina	15	51,88	167	-8	54,79	157	-5	59,89	212	1	41,49	109	-16
SE	Araçá	16	51,29	185	22	55,96	130	12	59,84	213	89	39,41	162	-81
BA	Salvador	17	50,83	208	-15	64,50	15	15	52,76	323	-2	39,59	154	-60
AM	Manaus	18	50,02	209	-10	59,03	69	31	54,69	293	-25	40,24	138	9

Fonte: Ranking de Competitividade dos Municípios 2023. Disponível em: <https://municipios.rankingdecompetitividade.org.br/AM/manaus/Geral/ranking-geral>

População urbana x rural

Manaus apresentou um comportamento populacional comum entre as áreas urbanas e rurais do país, entre 1991 e 2010. Para a área urbana, houve um aumento no número de habitantes, passando de 1.006.585 pessoas (99,51%) para 1.792.881 (99,49%); um aumento de 78,11%.

Por outro lado, nesse mesmo período, a área rural passou de 4.916 pessoas (0,49%) para 9.133 (0,51%), nesse mesmo período, representando um crescimento maior, de 85,78%. O dado demonstra um perfil territorial de concentração de atividades e aumento de demandas de acessos às infraestruturas urbanas e a equipamentos e serviços de educação e saúde nessa área.



Em função disso, o atendimento à área rural de Manaus é um dos desafios da gestão municipal, principalmente nas áreas de Saúde e Educação. Com 11024 quilômetros quadrados, a zona rural representa 93% do território da capital, cujo total é de 11.401 quilômetros quadrados.

“A nossa logística é muito mais delicada quando comparamos com a área urbana, mas é nosso compromisso enfrentar essas questões para realizar as ações programáticas, chegando até o hipertenso, o diabético, as crianças, entre os demais grupos que integram essa população”, afirmou o diretor do Departamento do Distrito de Saúde Rural (DEDISAR), Rubens Souza, da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), em matéria divulgada pela Prefeitura de Manaus, em 26 de julho de 2022.

Em relação ao ensino, a descida e a subida das águas é que dita o calendário escolar de 29 escolas municipais localizadas no rio Negro, que banha a cidade de Manaus, onde o ano letivo ocorre de janeiro a outubro sem recesso no meio do ano e com aulas em alguns sábados, a fim de garantir o cumprimento dos 200 dias letivos e das 800 horas, exigidos por lei.

A Divisão Distrital Zonal (DDZ) Rural é composta de 84 unidades de ensino, que atendem ao ensino fundamental, sendo 36 escolas da rodoviária; 19 unidades no rio Amazonas e 29 escolas no rio Negro, totalizando 12.603 alunos, enturmados de acordo com a especificação: educação infantil, ensino fundamental dos anos iniciais (1º ao 5º ano), finais (6º ao 9º ano) e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Segundo a previsão do Censo 2022, a desagregação dos dados em zonas ainda não está disponível.



Meio ambiente: descaso, desmatamento, agravamento

Historicamente, o Amazonas manteve-se em posição discreta no ranking de desmatamento, entre os Estados que integram a Amazônia Legal. No entanto, essa postura mudou em 2022, quando foi registrado um aumento de 13% em relação ao período anterior, algo considerado inédito no PRODES, sistema de monitoramento anual de perda de vegetação, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Em 2022, foram 2.600 km² de desmatamento – 22% do desmate levantado na região amazônica – o que coloca o Estado na segunda posição em derrubada de mata, atrás apenas do Estado do Pará, com 4.141 km² de devastação ou 36% do total apurado para a Amazônia.

Em 2023, houve uma redução de 40% na taxa de desmatamento por parte do Amazonas. No entanto, no panorama geral, é o 3º Estado que mais desmata (1.553 km²), ficando atrás apenas do Mato Grosso (2.086 km²) e Pará (3.272 km²). Os dados fazem parte do PRODES. <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>

Em toda a Amazônia Legal, mais de 11.594 km² de floresta foram perdidos durante o ano de 2022 – área maior que a do Catar.

Manaus está entre as 12 cidades localizadas ao longo da BR-319 que respondem pelas maiores taxas de desmatamento do Estado, somando 1.457 km² em 2022. Isso representa 56% do que foi desmatado no Amazonas.

Manaus: a capital brasileira da pobreza

Capital do Amazonas, maior Estado do país, Manaus conquistou uma marca desumana: **é a cidade com maior percentual de pessoas em Situação de Pobreza, dentro de Regiões Metropolitanas do Brasil onde a média é de 41,8%.** As demais regiões metropolitanas com as mais altas taxas de pessoas nessa condição foi mais alta, em ordem crescente, foram as regiões de Macapá (38,3%), João Pessoa (39,2%), Recife (39,7%) e Grande São Luís (40,1%). Os dados são da 9ª edição do Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, produzido pelo Observatório das Metrôpoles, edição especial 2012-2021.



Os indicadores da 9ª edição do Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, produzido pelo Observatório das Metrôpoles, edição especial 2012-2021, identificou que, **em 2021, a região Metropolitana de Manaus registrou os rendimentos mais baixos para a população mais pobre do País, o que corresponde a R\$ 246 per capita mensais.** Entre as regiões miseráveis, destacam-se ainda Aracaju (R\$ 271), João Pessoa (R\$ 267), Grande São Luís (R\$ 251) e Recife (R\$ 246).

Manaus é destaque ainda em relação à taxa de extrema pobreza, figurando entre os piores índices: Grande São Luís (10,1%), João Pessoa (10,7%), Manaus (11,1%), Salvador (12,2%) e Recife (13,0%). (https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2022/08/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES_09-1.pdf).

Paradoxalmente, a capital que concentra a fome e a miséria possui, ao mesmo tempo, o 5º maior PIB do País – 1,2% do total nacional, o equivalente a R\$91,8 bilhões anuais.

O PIB, que é a soma de todos os bens e serviços produzidos e serve para medir o desempenho da economia, não encontra empecilhos na questão logística para se desenvolver, por exemplo. Os números se sustentam na Zona Franca como motor da economia local.

A cidade abriga mais da metade da população do Amazonas (51,72%) e, em consequência, concentra a maioria dos problemas de desigualdade relacionados à unidade federativa (Dados do IBGE <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/panorama>).

Hoje, pelo menos 1,11 milhão de pessoas no Estado convive com a fome diariamente, o que representa 26% dos domicílios do Amazonas, de acordo com a amostragem do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (2º Vigisan), divulgado em setembro de 2022. Esse é o quadro de maior risco: insegurança alimentar grave, caracterizada pela falta de acesso a alimentos ou por acesso a apenas uma refeição diária.

Proporcionalmente, é um dos maiores índices do país: o 9º no ranking nacional, índice muito acima da média do país, de 15,5%; e da região Norte, que é de 25,5%, segundo o estudo promovido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), divulgado em setembro de 2022.



Além disso, de acordo com o Censo do IBGE de 2022, a taxa de desemprego na cidade de Manaus chegou a 12,8%, o que corresponde a aproximadamente a 150 mil pessoas; 57,6% trabalham de maneira informal.

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS	BRASIL (%)	NORTE (%)	Roraima (%)	Acre (%)	Amazonas (%)	Roraima (%)	Pará (%)	Amapá (%)	Yacutinga (%)
Benefícios (domicílios com renda per capita < 1/2 SM)									
Recebeu auxílio emergencial federal	(n=5.332)	(n=1.524)	(n=101)	(n=161)	(n=251)	(n=236)	(n=311)	(n=368)	(n=196)
Sim	56,2	64,6	59,4	47,8	64,9	55,7	68,2	67,2	55,6
Recebeu PBF (Auxílio Brasil)	(n=5.242)	(n=1.521)	(n=106)	(n=161)	(n=252)	(n=234)	(n=303)	(n=375)	(n=191)
Sim	43,6	55,5	34,9	50,3	56,4	39,8	51,8	57,8	40,7
COVID-19 no domicílio									
Óbito de alguma moradora	(n=12.734)	(n=2.963)	(n=200)	(n=411)	(n=460)	(n=402)	(n=502)	(n=404)	(n=401)
Sim	6,0	4,4	6,9	7,3	4,1	6,0	3,6	6,4	2,9*
Diagnóstico confirmado de alguma moradora	(n=12.721)	(n=2.967)	(n=200)	(n=411)	(n=460)	(n=402)	(n=501)	(n=404)	(n=403)
Sim	31,5	43,3	43,4	56,5	43,3	64,7	42,1	46,3	55,0
Pessoas de referência/responsável pelo domicílio									
Sexo	(n=12.722)	(n=2.967)	(n=200)	(n=411)	(n=460)	(n=402)	(n=502)	(n=401)	(n=401)
Masculino	51,2	58,6	52,1	49,6	49,8	49,3	64,9	55,6	64,8
Feminino	48,8	41,4	48,0	50,4	50,2	50,7	35,1	44,4	35,2
Raça/cor da pele	(n=12.208)	(n=2.834)	(n=200)	(n=382)	(n=432)	(n=380)	(n=494)	(n=395)	(n=373)
Branca	36,6	17,4	25,7	19,6	13,7	17,1	17,6	13,7	16,7
Parda/parda	63,6	82,6	74,3	80,4	86,3	82,9	82,4	86,3	83,3
Estatutária	(n=12.733)	(n=2.962)	(n=200)	(n=411)	(n=459)	(n=402)	(n=502)	(n=397)	(n=401)
Sem escolaridade/ Até 8 anos de estudo	47,1	49,1	40,8	29,9	35,7	32,6	38,6	41,6	53,6
Mais de 8 anos de estudo	52,9	50,9	59,2	70,1	64,3	67,4	61,4	58,4	46,4
Ocupação	(n=12.730)	(n=2.966)	(n=200)	(n=411)	(n=458)	(n=402)	(n=501)	(n=396)	(n=400)
Agricultor/a	3,0	4,5	3,9	2,4*	6,9	2,9*	4,4	1,0*	4,5
Trabalhador/a informal	17,8	24,4	19,7	19,0	13,1	18,9	22,5	22,3	19,8
Trabalhador/a formal	25,2	20,7	30,0	28,2	12,9	23,4	20,4	16,3	24,3
Trabalhador/a autônomo/a	16,3	14,1	20,0	14,1	27,1	27,6	5,8	21,3	18,5
Desempregado/a	7,9	8,3	6,4	6,7	14,0	6,0	6,6	11,1	6,5
Outros	29,7	27,9	20,0	26,5	26,2	26,4	20,3	28,0	29,5

* Baixa frequência na amostra

2022 | II VIGISAN | Suplemento 1 - Insegurança Alimentar nos estados

Fonte: Observatório das Metrópoles. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2022/08/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES_09-1.pdf

Pobreza extrema e fome estrutural

A situação não é nova e vem desde antes da pandemia. No mês de setembro de 2020, o IBGE divulgou o contingente de 2,7 milhões de pessoas vivendo em situação de insegurança alimentar, o equivalente a 71% da população do Estado. Desse total, 37% estavam em situação de insegurança moderada e grave.

Em relação ao número de domicílios, o Maranhão registrou 66,2% em situação de IA em todo o Estado, seguido do Amazonas (65,5%), Pará (61,2%), Amapá (59,4%) e Acre (59,7%), segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 sobre Segurança Alimentar.



Diante dos dados alarmantes e da inércia do poder público, em dezembro de 2022, movimentos sociais propuseram a criação de uma Secretaria de Estado de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). Entre as organizações estavam o CONSEA-AM, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (FETAGRI-AM), Organização das Cooperativas do Brasil (OCB-AM) e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA).

“O que estamos vivendo em nosso Estado exige medidas públicas mais profundas de enfrentamento à fome. Por isso aprovamos, em reunião extraordinária do Consea-AM, realizada no último dia 28 de novembro (2022), a iniciativa de participar da construção e fortalecimento da proposta de criação da nova secretaria. Vamos apresentar a proposta, coletivamente e com a participação da sociedade civil, ao governo do Amazonas”, comentou o presidente do CONSEA, Clodoaldo Pontes, na ocasião.

O desafio de se alimentar em Manaus, com uma cesta básica por mês, representa 110 horas mensais de trabalho – cerca de 51% do limite da jornada de trabalho mensal. O valor de R\$604,30 do produto equivale a 36,85% do salário-mínimo atual, segundo levantamento feito pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Economia (Nepe), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Para 37,9% da população cujo rendimento nominal mensal per capita é de até meio salário-mínimo, segundo dados projetados pelo IBGE em 2020, o acesso à cesta básica consome todo o orçamento.

Já para o contingente de 526.003 pessoas ocupadas, o equivalente a 23,7% da população residente na cidade, em 2020, a cesta básica consumia 16,61% da média mensal do trabalhador formal em Manaus, que é de três salários-mínimos, segundo o IBGE.

Infraestrutura

Sozinho, o Estado do Amazonas corresponde a 18,44% do território brasileiro; tem a maior extensão territorial do País. A capital, Manaus, não possui ligação direta



com o restante do Brasil. A cidade está localizada à margem esquerda do Rio Negro, e a presença marcante de rios dificulta a instalação de serviços e obras de saneamento, transporte, energia e telecomunicações.

O ciclo das águas e o comportamento das chuvas exigem obras eficientes de drenagem e preparação do solo eficientes, segundo o coordenador do Laboratório de Pavimentação da Faculdade de Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Prof. Dr. Nilton de Souza Campelo.

Não por acaso, a questão do asfalto na capital amazonense é o termômetro utilizado pela população para avaliar a eficiência e a popularidade de uma gestão municipal. O exemplo mais marcante foi a administração do economista e ex-deputado Serafim Corrêa. Sua gestão foi uma das primeiras do Brasil a publicar os pagamentos da prefeitura na Internet. Entretanto, problemas como buracos nas ruas e a precariedade do transporte coletivo causaram-lhe enorme desgaste político. (<https://www.uol.com.br/eleicoes/2008/ultnot/manaus/2008/08/25/ult6017u46.jhtm>).

Também é comum que, mesmo investindo em asfaltamento, o mandatário se desgaste diante da condição pluviométrica da região, cuja média anual é de 3.001 mm, segundo o Instituto Nacional de Meteorologia. Agosto é o mês mais seco, com 114 mm. Março é o mês com maior precipitação, apresentando uma média de 395 mm. Esse foi o caso da gestão do prefeito Arthur Virgílio Neto, com a multiplicação de buracos mesmo em vias já cobertas, conforme registro dos portais G1, em 2019, e A Crítica, em 2017 (<https://g1.globo.com/am/amazonas/transito/noticia/2016/04/populacao-cobra-o-fim-de-buracos-em-ruas-de-todas-zonas-de-manaus.html> e <https://www.acritica.com/manaus/buracos-das-ruas-de-manaus-n-o-s-o-exclusividade-das-vias-de-maior-movimento-1.207290>)

De 2015 a 2020, a Prefeitura de Manaus, na gestão de Arthur Virgílio Neto gastou mais de R\$ 86,6 milhões com asfalto, de acordo com registro dos contratos no Portal da Transparência do Município. Dos 12 contratos, 11 foram fechados em anos eleitorais ou pré-eleitorais.



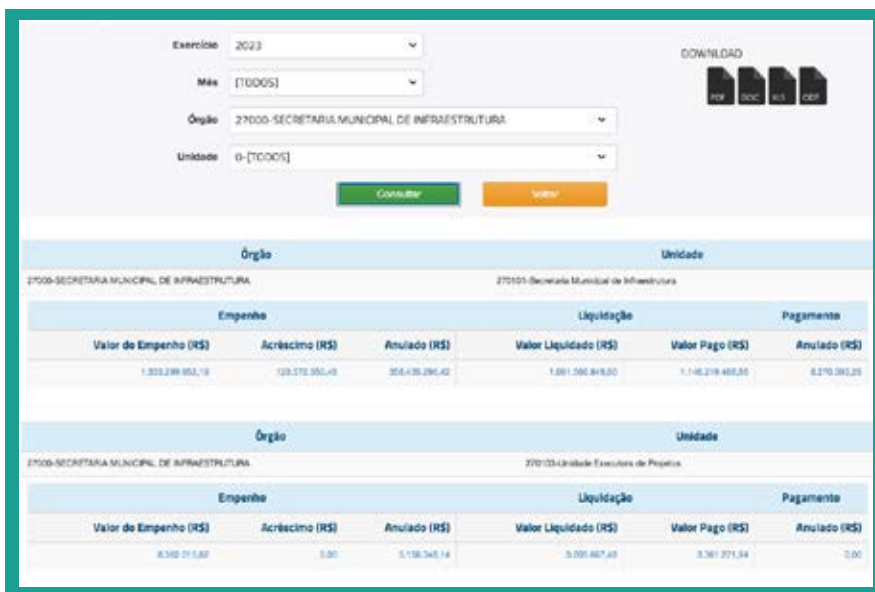
De acordo com o prof. Dr. Nilton de Souza Campelo, o maior problema de pavimentação na cidade de Manaus está relacionado às camadas de base e sub-base – reforço do subleito e drenagem, a fim de conduzir as intensas correntes de águas pluviais para um local adequado, o que o pesquisador classifica como um trabalho que é de alto custo, mas que, a longo prazo, traria economia ao município.

Outro problema apontado por ele é o tipo de Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP), que, segundo o especialista, não é adequado para as altas temperaturas da cidade. O ideal seria um CAP mais resistente e rígido, em relação ao que é atualmente utilizado.

Geógrafo e professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), na qual é membro do Grupo de Pesquisas sobre Dinâmicas Urbanas na Região Metropolitana de Manaus (RMM), **Isaque Souza defende que a falta de infraestrutura é o maior problema de Manaus.** “Porque ela é caríssima. O custo da cidade é muito alto justamente por conta dessa falta de infraestrutura, que encarece os serviços coletivos. É preciso construir essas redes que vão alimentar esses serviços com qualidade.”

O atual prefeito, David Almeida (AVANTE), licitou R\$370.995.966,42 em obras dentro dos programas Asfalta Manaus I e II. Em 2023, a despesa da Secretaria Municipal de Infraestrutura foi de R\$1.149.580.740,80 somando as ações da secretaria e da unidade executora de projetos.





Órgão			Unidade		
27000-SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA			270103-Secretaria Municipal de Infraestrutura		
Empenho			Liquidação		Pagamento
Valor de Empenho (R\$)	Acréscimo (R\$)	Anulado (R\$)	Valor Liquidado (R\$)	Valor Pago (R\$)	Anulado (R\$)
1.333.288.953,19	123.572.350,49	305.435.296,43	1.081.500.849,00	1.146.219.468,00	8.270.383,25

Órgão			Unidade		
27000-SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA			270103-Unidade Executora de Projetos		
Empenho			Liquidação		Pagamento
Valor de Empenho (R\$)	Acréscimo (R\$)	Anulado (R\$)	Valor Liquidado (R\$)	Valor Pago (R\$)	Anulado (R\$)
8.748.015,87	0,00	5.158.348,14	5.000.867,49	5.367.271,54	0,00

Fonte: Portal da Transparência Município de Manaus. Disponível em:
<https://transparencia.manaus.am.gov.br/transparencia/v2/#/despesas>

A (falta) de transparência

Na ocasião do lançamento da plataforma ASFALTÔMETRO, ficou clara a pressão pela transparência no programa Asfalta Manaus: a Secretaria de Comunicação divulgou, durante entrevista coletiva, que, entre 2014 e 2020, a gastou-se duas vezes mais para asfaltar e recapear menos ruas de Manaus, em comparação aos últimos dois anos, da gestão atual: R\$ 454,7 milhões em asfaltamento de 865 vias de Manaus.

Em 2022, segundo a Prefeitura, com o programa “Asfalta Manaus”, a quantidade de ruas passou para 1.544, ao custo de R\$206,1 milhões. “Dobrou o número de ruas asfaltadas com menos da metade do valor anteriormente aplicado. Comparados os períodos, houve redução de 120,58% no valor investido, enquanto o número de ruas asfaltadas teve crescimento de 78,50%”, mencionou o site Amazonas Atual, em publicação de 19 de dezembro de 2022.

(<https://amazonasatual.com.br/em-2022-prefeitura-asfalta-mais-ruas-com-menos-recursos-que-em-7-anos/>).



De acordo com os números divulgados pela Secretaria de Comunicação na ocasião, entre 2014 e 2020 foram usadas 900,3 toneladas de asfalto nas ruas de Manaus. O valor médio por tonelada foi de R\$ 505,07. Aplicada a correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA até novembro deste ano, o valor médio pago entre 2014 e 2020 foi de R\$851,74. Em 2022, a prefeitura usou 301,4 toneladas de asfalto. O valor médio é de R\$683,96 por tonelada fornecida.

A média do valor por via asfaltada apresenta variação de 293,73%. Para asfaltar 865 ruas, entre 2014 e 2020, a média de custo por via foi de R\$525,7 mil. A partir de 2021 o valor médio por rua asfaltada caiu para um total de R\$ 133,5 mil.

	2014 a 2020	2022
TONELADAS APLICADAS	900.365,76	301.421,00
VALOR PAGO	R\$ 454.748.649,25	R\$ 206.160.401,27
MÉDIA VALOR PAGO (MVP)	R\$ 505,07	R\$ 683,96
KMs DE EXTENSÃO	661,80	404,80
MVP POR KM ASFALTADO	R\$ 687.139,09	R\$ 509.289,53
QUANTIDADE DE VIAS	865	1.544
MVP POR VIA ASFALTADA	R\$ 525.720,98	R\$ 133.523,58
Fonte: Samcom (Secretaria Municipal de Comunicação)		

Em novembro de 2022, o site Radar Amazônico (<https://radaramazonico.com.br/prefeitura-renova-contratos-do-programa-asfalta-manaus-e-gastos-com-pavimentacao-atingem-r-431-milhoes-somente-neste-ano/>) já havia publicado a aditativação de R\$ 121.4 milhões, feita pela Prefeitura, em oito contratos de empresas que operam no Asfalto Manaus, o que elevou o custo do programa de R\$ 310 milhões para R\$ 431. Os termos foram publicados na edição nº 5.455 do Diário Oficial do Município de 31 de outubro de 2022

(<http://dom.manaus.am.gov.br/pdf/2022/outubro/DOM%205455%2031.10.2022%20CAD%201.pdf/view>).



O portal de notícias também denunciou, em 15 de junho de 2022, o passeio que o Secretário de Infraestrutura, Renato Frota Magalhães, fez no iate pertencente ao dono da Pomar Comércio de Derivados de Petróleo e Construção Eireli, uma das empresas licitadas para executar o programa Asfalta Manaus. O secretário de Limpeza Pública, Sabá Reis, que na ocasião estava licenciado para as eleições, também foi flagrado na embarcação. O site não conseguiu confirmar a presença do prefeito David Almeida.

(<https://radaramazonico.com.br/secretario-da-seminf-faz-passeio-em-iate-de-luxo-de-empresario-que-ja-recebeu-mais-de-r-23-milhoes-do-asfalta-manaus/>)

De acordo com o ASFALTÔMETRO, atualmente 2.794 ruas receberam obras do programa Asfalta Manaus – 28% da meta estipulada pela atual gestão, de 10 mil vias recuperadas. O prefeito David Almeida divulgou, na mensagem governamental, que, em 2023, mais de 2,7 mil ruas seriam recapeadas pelo programa “Asfalta Manaus” (664 ruas somente em 2023).

(<https://www.manaus.am.gov.br/noticias/mensagem-governamental/david-almeida-mensagem-governamental/>)

Quantidade de ruas asfaltadas em Manaus		
Zona	Quantidade de ruas	
	Parcialmente Executadas	Executadas
Norte	57	694
Sul	15	310
Leste	17	390
Oeste	24	447
Centro-Oeste	20	418



A zona Norte concentra o maior número de ruas já asfaltadas (694), seguida da Oeste (447) e Centro-Oeste (418).

Fonte: Asfaltômetro Prefeitura de Manaus – Disponível em: <https://asfaltometro.com.br/>

Saneamento básico

Banhada pela maior bacia hidrográfica do mundo, Manaus, a capital do Amazonas, ainda sofre com a falta de saneamento básico: quase 80% da capital não tem esgotamento sanitário, sendo esse um privilégio de poucas pessoas na cidade, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS 2020).

Entre os 100 piores municípios do Brasil em esgotamento sanitário, Manaus ocupa a posição de número 89. A capital está entre os 20 piores no ranking há oito anos consecutivos. Dados sobre saneamento básico do Instituto Trata Brasil, para 2022, apontam a capital do Amazonas como o 8º município no ranking dos piores do país.

O dado representa 74,5% da população vivendo sem coleta de esgoto (1.681.736 habitantes), segundo dados do Painel do Saneamento de 2021, dado mais recente da plataforma do Instituto Trata Brasil, referência em estudos na área e que utiliza, como base, dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), IBGE e DATASUS (<https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/compara-re?id=130260>).

É gritante a diferença em relação ao acesso à água, em que apenas 0,5% vivem sem água tratada (100.000 pessoas). Em Fortaleza (CE), cuja cidade tem população equivalente a 2,6 milhões de habitantes, o percentual de pessoas sem esgoto coletado é de 37,2%.



Campesinidade - 2023

Localidade	Percentual de população com acesso à água de abastecimento	Percentual de população com acesso à água de saneamento	Percentual de população com acesso à água de esgoto	População total (mil)	População urbana (mil)	População rural (mil)	População com acesso à água de abastecimento (mil)	População com acesso à água de saneamento (mil)
Brasil	9,4%	73,9%	21,8%	215.400,00	147,0	68,4	20.428,79	2.394,25
Estado	21,8%	86,6%	62,2%	6.475.700,00	510.418	5.965,28	1.399,12	2.335,89
Município	35,4%	85,7%	19,8%	945.800,00	92.086	853,91	3.179,88	1.090,08
UF	20,4%	84,8%	19,2%	1.618.776,91	6.470	99	2.886,78	2.113,07
Região Administrativa	5,7%	71,4%	11,6%	99.026,19	3.000	80	2.428,17	1.987,87
Região	6,9%	80,1%	3,4%	89.482,89	1.399	8	1.408,79	2.965,46
Região	10,9%	97,9%	94,8%	94.190,89	0.980	10	0.499,79	1.899,49
Região	6,7%	4,2%	81,1%	80.832,08	402	32	0.866,08	0.750,52
Região	0,5%	4,1%	80,1%	11.777,26	339	9	-	-
Região	6,7%	0,7%	71,1%	190.080,88	0.468	39	1.214,61	1.848,19
Região	1,0%	7,7%	80,1%	80.037,80	0.340	33	1.038,74	4.309,06

Fonte: Painel do Saneamento (Trata Brasil) – Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/compare?id=130260>

O resultado é uma média de 1.770 internações por doenças de veiculação hídrica nos últimos 4 anos, conforme apuração (2019-2022).



Fonte: Painel do Saneamento (Trata Brasil) – Disponível em: https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/evolucao?id=130260&L%5Bg%5D=2&L%5Bs%5D=21&L%5Bi%5D=INT_VH

Para o doutor em Ciências Sociais pela PUC-Rio Sandoval Alves Rocha, autor da tese "Luta pela água na Amazônia: Desafios e contradições do acesso à água em



Manaus", a privatização dos serviços de água e esgoto em Manaus, realizada em 2000, não universalizou a oferta de água tratada e esgoto na cidade.

Ele explica que os aditivos feitos ao contrato de concessão inicial, sendo o primeiro deles sete anos após a concessão, 'esticaram', mais de uma vez, o prazo inicial para mais de 90% de cobertura de esgotamento sanitário e de 99% de abastecimento de água. De acordo com o plano de metas do contrato inicial, esse prazo seria 2011 para 98% da população atendida com água e 2021 para 90% atendida com serviço de esgoto.

ANEXO I – Plano de Metas e Indicadores								
A CONCESSIONÁRIA prestará os serviços de saneamento nas condições previstas no CONTRATO e de modo a atingir as metas de cobertura e qualidade que seguem, sem prejuízo do atendimento de demais dispositivos legais aplicáveis.								
INDICADOR	UNID.	2000	2006	2011	2016	2021	2026	2029
Cobertura do serviço de água	%	91	95	98	98	98	98	98
Cobertura do serviço de esgoto	%	11	31	51	71	90	90	90
Índice de satisfação do cliente	-	-	4,7	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0
Tempo para atendimento a defeitos no sistema de água	h	-	14	12	12	12	12	12
Tempo para atendimento a defeitos no sistema de esgotos	h	-	16	12	12	12	12	12
Reclamações solucionadas	%	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Continuidade do serviço de água	h	-	20	24	24	24	24	24
Pressão mínima na rede de água	mca	-	10	10	10	10	10	10
Porcentagem de tratamento dos esgotos gerados	%	-	35	50	70	80	90	90
Volume total de reservação de água	m³	76.000	100.000	115.000	128.000	142.000	154.000	165.000
Qualidade da água tratada	-	-	99,9	99,9	99,9	99,9	99,9	99,9
Coliforme fecais na água distribuída	NMP/100ml	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados do Município de Manaus. Disponível em: https://ageman.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/contrato_de_concessao_original_agua_2.pdf



Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) indicam que os serviços de abastecimento de água alcançam 97,5% da população e os serviços de esgotamento sanitário chegam somente a 22% da cidade.

Quatro empresas já administraram o sistema de água e esgoto de Manaus, desde 2000, mas nenhuma delas alcançou as metas traçadas no contrato de privatização: Grupo Suez, Grupo Solvi, Grupo Águas do Brasil e o Grupo Aegea Saneamento e Participações (Águas de Manaus).

Em abril de 1999, o governo do Estado retirou da Companhia de Saneamento do Amazonas (COSAMA) a gestão dos serviços de água e esgoto de Manaus e a transferiu para a subsidiária Manaus Saneamento S.A. que foi criada para esse fim, com vistas à privatização. A venda da cia. chegou a ser suspensa na época, sob a alegação de que o preço de mercado da companhia havia sido subestimado (<https://www.folhadelondrina.com.br/geral/juiz-suspende-privatizacao-da-manaus-saneamento-255341.html>).

“Pelo contrato [inicial] estava previsto que, a partir de 2006, haveria 95% de cobertura do abastecimento de água [Manaus Saneamento]. Em 2016, segundo as metas previstas, a cidade de Manaus já deveria ter 98% do território municipal abastecido com água potável. Em relação ao esgoto, a situação é pior, porque havia o compromisso de que 31% da cidade já teria coleta e tratamento de esgoto”, afirma Sandoval Rocha.

Pelo 6º termo aditivo, a repactuação das metas previa que, em 2022 o município de Manaus deveria contar com 26% de cobertura do esgotamento sanitário. O 8º e último aditivo não aborda as metas.



ANEXO I

MÉTRICA	UNID	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045
1- Cobertura do Serviço de Água	%	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98
2- Cobertura do Serviço de Esgoto	%	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29	29
3- Índice de Satisfação do Cliente		3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
4- Tempo para atendimento a defeitos no sistema de Água	h	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52
5- Tempo para atendimento a defeitos no sistema de esgoto	h	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52	52
6- Redesenhos Sanitários	%	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98
7- Continuidade do Serviço de Água	%	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98
8- Perda Máxima no Têxto de Água	mm	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
9- Perda Máxima no Têxto de Esgoto	mm	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
10- Volume Total de Remoção de Água (L/300)	m³	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180	180
11- Qualidade de Água Tratada	%	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98
12- Preservação do F. Cultural/Água Distribuída	%	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98	98
13- Hidromineração das Lapações de Água	%	89	89	89	89	89	89	89	89	89	89	89	89	89	89	89	89	89	89	89	89	89	89	89	89	89	89	89	89	89

Fonte: <https://ageman.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/7.-SEXTO-TERMO-ADITI-VO-AO-CONTRATO-DE-CONCESSAO.pdf>

Por conta disso, 670.000 domicílios de Manaus (45,5%) usam fossa séptica, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua, do IBGE). Outros 29 mil domicílios (4,3%) têm outras formas de esgotamento, como "buraco negro", usado como sanitário.

Segundo o coordenador de Disseminação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Amazonas, Adjalma Jaques Nogueira, os maiores problemas não são traduzidos pelas estatísticas: a falta de oferta regular de água em todas as áreas da cidade e a má qualidade da água consumida pelas pessoas que são excluídas do sistema.

"Com a privatização do sistema, as áreas que não estão devidamente regularizadas ficaram fora do contrato com a concessionária, e a empresa [Águas de Manaus] não se vê na obrigação de expandir (a rede) nesses locais", diz Nogueira. Ele explica que, por conta desse problema, as ocupações irregulares ficam fora das estatísticas da concessionária. "Em parte, os números melhoram porque estão ignorando a população que vive nas invasões e que é crescente."

A Águas de Manaus informa ter investido aproximadamente R\$1 bilhão, desde 2018, quando assumiu a operação no lugar da concessionária anterior, a Manaus Ambiental – formada pelos grupos Águas do Brasil e Solvi (<https://d24am>).



com/economia/manaus-ambiental-tem-novo-dono-concessionaria-e-vendi-da-para-aegea-saneamento/).

Em 2022, após 22 anos de atuação privada no saneamento de Manaus, os investimentos somaram R\$ 2,3 bilhões. A título de comparação, o montante investido é quase o equivalente à aquisição da Rio+Saneamento, empresa em sociedade com a Vinci Partners, responsável pela operação de saneamento básico em 19 municípios do estado do Rio. Na segunda fase do leilão, ocorrida em março de 2022, foi arrematada pelo Grupo Águas do Brasil – concorrente da Aegea – por R\$ 2,2 bilhões.

Até 2039, a Águas de Manaus prevê R\$ 4,4 bilhões em investimentos. Para os próximos cinco anos 2023–2027, o montante será de R\$ 1,8 bilhão, o que elevará a cobertura de esgotamento sanitário para 58%, garantindo que o serviço chegue a 1,4 milhão de pessoas.

(<https://www.aguasdemanaus.com.br/tag/investimento/#:~:text=At%C3%A9%202039%2C%20a%20C%81guas%20de,1%2C4%20milh%C3%A3o%20de%20pessoas>)

“Com apenas quatro anos de operação, a Águas de Manaus é responsável pelo maior investimento anual já visto, totalizando, nesse período, R\$ 916 milhões – ou seja, 40% do valor anterior. Em menor tempo, a Águas de Manaus investiu duas vezes mais do que foi aplicado nas duas décadas anteriores”, informou a empresa, por meio de sua assessoria de imprensa.

Para chegar em pelo menos 90% de cobertura de esgoto tratado até 2033, conforme prevê o Marco Legal do Saneamento, a empresa planeja um investimento de 3,5 bilhões de reais no período, mantendo a instalação de 300 km de redes novas de esgoto por ano, o que equivale a quase a distância de São Paulo (SP) a Ribeirão Preto (SP) (<https://exame.com/brasil/aguas-de-manaus-investira-r-35-bi-para-universalizar-saneamento-basico/>).



Em agosto de 2021, a Prefeitura chegou a pedir um estudo de viabilidade de encerramento do contrato de concessão de abastecimento de água e esgotamento sanitário com a Águas de Manaus, alegando que a companhia tinha dificuldade de cumprir metas do saneamento básico na capital amazonense. Firmado no ano de 2000, o contrato de concessão de água e esgoto de Manaus tem validade até 2045 (<https://amazonasatual.com.br/prefeitura-pede-estudo-para-encerrar-contrato-com-aguas-de-manaus-valido-ate-2045/>).

De acordo com a prefeitura, dos 187 bairros e comunidades registrados oficialmente, somente 15 bairros são atendidos pelos serviços de esgotamento sanitário da Águas de Manaus. Para a gestão David Almeida, os dados apontam que a atuação do Grupo Aegea “não tem conseguido reverter o quadro deficitário do esgotamento sanitário em Manaus”, conforme registro do site Amazonas Atual, em 17 de agosto de 2021 (<https://amazonasatual.com.br/prefeitura-pede-estudo-para-encerrar-contrato-com-aguas-de-manaus-valido-ate-2045/>).

“A questão do saneamento precisa de união de governo e sociedade para dizer ‘vamos juntos resolver esse problema: vai demandar tanto em tanto tempo e vamos ter transtornos’. É preciso essa transparência. A iniciativa privada não vai investir sozinha e é por isso que tem muitos rompimentos de tubulação. É preciso alguém que compre essa briga porque é possível, mas trata-se de uma operação de guerra”, afirma a pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Marcela Amazonas.

Ela ressalta ainda que seria necessária a adoção de novas soluções para universalizar o atendimento, como, por exemplo, a construção de fossas sépticas sustentáveis e de purificação da água de chuva e de água servida, experimentos que já foram estudados no âmbito das universidades, como a Federal do Amazonas (Ufam) e Instituto Federal do Amazonas (Ifam).

Para o presidente do Comitê de Bacias Hidrográficas do Tarumã e fundador do projeto Remada Ambiental, Jadson Maciel, hoje o grande problema dos



gestores de recursos hídricos são as sub-bacias hidrográficas, onde acaba sendo depositado todo o esgoto das cidades, que depois deságua nos rios. “Hoje colhemos o que plantamos; todos os nossos contribuintes estão poluídos, o igarapé do Mindu é o maior igarapé de Manaus, cortando as maiores zonas de capital e é o mais poluído”, afirma.

Como exemplo, cita ainda o rio Tarumã-Açu, que tem 13 tributários e todos estão poluídos. A contaminação, segundo ele, deu-se nos últimos 30 anos. Antes, todos serviam de balneário para os moradores de Manaus.

“O rio Tarumã-Açu é um dos principais contribuintes do rio Negro. O Comitê de Bacias hidrográficas do rio Tarumã-Açu vem atuando de forma severa e contundente para deixar esse espelho d’água vivo e ainda ser uma opção de turismo para o estado do Amazonas”, afirma.

Segundo dados reunidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), a capital amazonense é entrecortada por 148 igarapés, boa parte deles poluída pelo despejo de efluentes e lixo doméstico.

Ainda conforme dados do INPA, para cada R\$ 1 investido em saneamento básico, estima-se uma redução de R\$ 7 nos gastos com saúde pública.

“O rio negro continua recebendo esgotos e esgotos por segundos; a companhia gestora precisa assumir a sua responsabilidade em tratá-los antes deles desaguiarem nos rios. Manaus não para de crescer e não sabemos até quando o rio Negro vai suportar toda essa carga”, conclui.



Educação infantil

Notas introdutórias sobre a inadimplência dos Governos Municipais de Manaus em relação ao seu dever de promover a educação infantil (e fundamental).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, estabelece os deveres dos entes estatais em relação à educação. Convém sinalizar os deveres dos Municípios em relação a essa matéria:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela EC nº 59, de 2009)

II (...)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela EC nº 53, de 2006)

V - (...)

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares



de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela EC nº 59, de 2009)

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

Além disso, o texto constitucional, em seu artigo 211, § 2º, estabelece qual deve ser a atuação prioritária dos Municípios na seara educacional:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º. (...)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

Como se observa, a Constituição Federal obriga os Municípios a terem atuação prioritária no ensino fundamental e na educação infantil (art. 211, §2º). Sendo a educação infantil obrigatória e gratuita, dos 4 e 5 anos de idade (art. 208, I). Além disso, estabelece que o não oferecimento do ensino obrigatório ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade pública competente.

Convém esclarecer, que a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96) –, em seu artigo 29, dispõe que a educação infantil é voltada para a criança de até 5 anos, e em seu artigo 30 assim estabelece:



Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

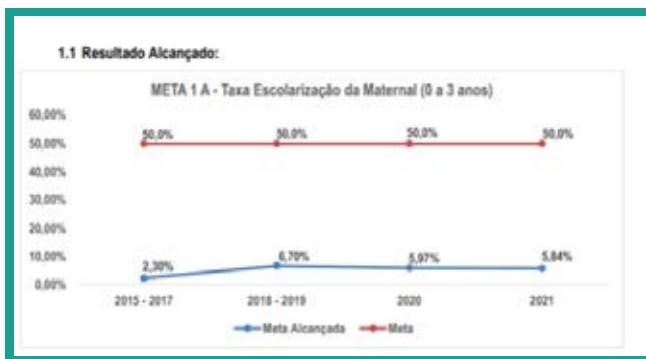
Ora, na pesquisa para elaboração desta proposta, atestou-se que, no Município de Manaus, a rede de educação infantil atende apenas 5,84% da demanda atual de vagas em creches, conforme dados do Censo Escolar de 2023.

Portanto, é essencial garantir o acesso universal da população infantil da cidade de Manaus à pré-escola 4 e 5 anos de idade, que, como visto, deve ser de oferta obrigatória e gratuita por parte dos Municípios.

Dito isso, a educação infantil é o grande gargalo da rede municipal de ensino em Manaus. Com uma infraestrutura deficiente, o município consegue atender apenas 5,84% da demanda de crianças de 0 a 3 anos, em termos nominais. Do universo de 162 mil crianças, apenas 9,5 mil estão contempladas pela esfera infantil municipal, segundo apontaram dados do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, na ocasião da aprovação das contas de 2021 do prefeito David Almeida (<https://www2.tce.am.gov.br/?p=61727>).

A um ano da meta de atingir 50% de crianças até os 3 anos de idade, em 2025, segundo Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação 2021, a Prefeitura de Manaus está longe de alcançar o que foi estipulado.





Fonte: Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação 2021, Anexo 3.8.

O dado é o último disponível, segundo a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação que retornou o pedido de atualização via e-mail.

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação (Semed), o município dispõe de 30 creches, todas localizadas na área urbana da cidade, onde estão matriculados 3.408 alunos. Os dados disponíveis na aba “Escolas, CMEIs e Creches” trazem a relação nominal das unidades e uma apresentação em *dashboard*, porém, sem referência temporal nem explicação sobre a forma de coleta e a atualização.

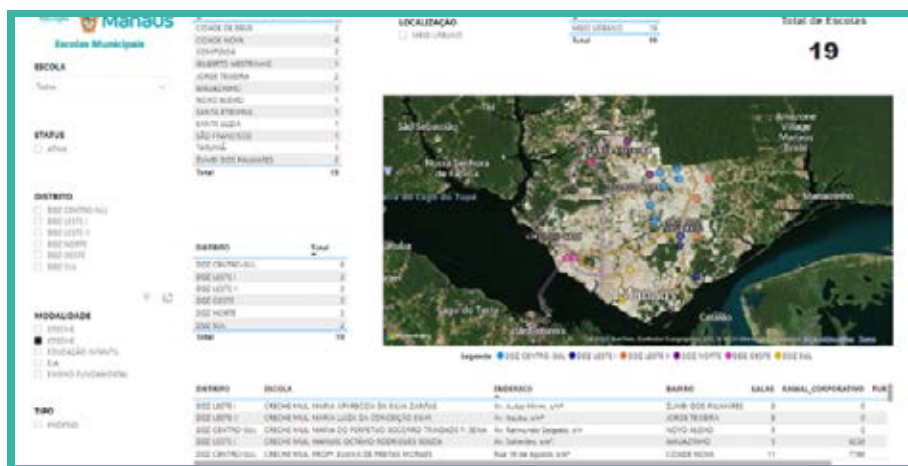
[illegible]

Fonte: Serviços Semed – Escolas, CMEIs e Creches <http://servicossemed.manaus.am.gov.br/seme-dweb/index.php?r=UNIDADEADMINISTRATIVA/adminEscola>



ESCOLA	ENDEREÇO	BAIRRO	SALAS	RAMAL CORPORATIVO	TURMAS	ALUNOS
17 CRECHE SAUL MARIA AMBROSIO DA SILVA SANTOS	Av. Aníbal Herculino, s/nº	ZUMBIDOS PALMARES	9	0	12	178
18 CRECHE SAUL MARIA LUIZ DA CONCEIÇÃO SILVA	Av. Raulo, s/nº	JORDIS TEIXEIRA	8	0	10	148
19 CRECHE SAUL MARIA DO IMPÉRIO SOCORRO TRINDADE P. SILVA	Av. Ramonete Siqueira, s/nº	NOVO ALICHO	9	0	12	212
20 CRECHE SAUL MARCOS OCTAVIO RODRIGUES SOUZA	Av. Salomão, s/nº	MAQUARI	5	6708	5	88
21 CRECHE SAUL PROP. ELIANA DE FREITAS LACERDES	Rua 18 de Agosto, s/nº	CEADEN NOVA	11	7766	11	231
22 CRECHE SAUL RUA LOPES PEREIRA	Rua Aníbal Herculino, s/nº	CONVENÇA	10	1877	11	187
23 CRECHE SAUL RUA MARCELA MARIAS RESOLUÇÃO	Rua Batazzer da Rocha, s/nº	CEADEN NOVA	10	0	10	170
24 CRECHE SAUL RUA PRIMEIRA LUIS DE SOUZA	Rua Raimundo, s/nº	ZUMBIDOS PALMARES	12	0	18	204
25 CRECHE SAUL RUA VINTOIS MARILIA PEREIRA DE ALMEIDA	Rua das Corporativas, s/nº	QUARTO WESTERN	10	1887	12	207
26 CRECHE SAUL RUA VINTOIS MARILIA PEREIRA DE ALMEIDA	Rua São Marcos da Noveira, s/nº	SANTA EUGENIA	10	0	10	178
27 CRECHE SAUL RUA VINTOIS MARILIA PEREIRA DE ALMEIDA	Rua Espírito, s/nº, COM ALFREDO NASCIMENTO	CEADEN DE OUS	10	0	12	123
28 CRECHE SAUL MARIA FERREIRA RODRIGUES	Rua Helena, s/nº	CEADEN DE OUS	5	1870	5	88
29 CRECHE SAUL RUA MARIA LUIZ DA CONCEIÇÃO SILVA	Rua Eudóvio CARVALHO, s/nº, CAMPOS SALES	RAFAEL	10	0	12	128
30 CRECHE SAUL RUA PRIMEIRO MONTEIRO PORTO	Rua Aníbal Herculino, s/nº	CEADEN NOVA	9	0	10	178
31 CRECHE SAUL RUA PRIMEIRO MONTEIRO PORTO	Rua Raimundo, s/nº	CEADEN NOVA	12	0	12	178
32 CRECHE SAUL RUA PRIMEIRO MONTEIRO PORTO	Rua Raimundo, s/nº	SANTA EUGENIA	10	1499	11	178
33 CRECHE SAUL RUA PRIMEIRO MONTEIRO PORTO	Rua Raimundo, s/nº	SANTA EUGENIA	10	1499	11	178
34 CRECHE SAUL RUA PRIMEIRO MONTEIRO PORTO	Rua Raimundo, s/nº	SANTA EUGENIA	10	1499	11	178
35 CRECHE SAUL RUA PRIMEIRO MONTEIRO PORTO	Rua Raimundo, s/nº	SANTA EUGENIA	10	1499	11	178
36 CRECHE SAUL RUA PRIMEIRO MONTEIRO PORTO	Rua Raimundo, s/nº	SANTA EUGENIA	10	1499	11	178
37 CRECHE SAUL RUA PRIMEIRO MONTEIRO PORTO	Rua Raimundo, s/nº	SANTA EUGENIA	10	1499	11	178
38 CRECHE SAUL RUA PRIMEIRO MONTEIRO PORTO	Rua Raimundo, s/nº	SANTA EUGENIA	10	1499	11	178
39 CRECHE SAUL RUA PRIMEIRO MONTEIRO PORTO	Rua Raimundo, s/nº	SANTA EUGENIA	10	1499	11	178
40 CRECHE SAUL RUA PRIMEIRO MONTEIRO PORTO	Rua Raimundo, s/nº	SANTA EUGENIA	10	1499	11	178

Resultado obtido para o primeiro filtro intitulado "creche"



Resultado obtido para o primeiro filtro intitulado "creche"

<http://servicosmed.manaus.am.gov.br/semmedweb/index.php?r=uUNIDADEADMINISTRATIVA/adminEscola>



As informações que constam no relatório da Corte de Contas do Amazonas, no entanto, conflitam com outras fontes. Dados do Censo Escolar 2023, divulgados em fevereiro de 2024 pelo Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais (Inep), apresentam uma queda de 31,5% no número de crianças de 0 a 3 anos atendidas pelas creches da Prefeitura de Manaus, saindo de 9,5 mil para 4,5 mil, o que coloca a capital do Amazonas com atendimento de apenas 4,0% da demanda atual, de 162 mil.

Considerando também as matrículas no ensino especial, o percentual sobe para 4,10% em relação à demanda total. A Prefeitura possui uma creche na zona rural do município.

Diante do que foi apresentado ao TCE-AM – atendimento de **5,84% da demanda de crianças de 0 a 03 anos** – a Prefeitura está dentro do que se propôs atingir para o ano de 2022, conforme consta nos itens 4 e 5 da lista de metas, disponível no site da Semed (<https://semed.manaus.am.gov.br/plano-de-metas/>):

4 – Elevar o Índice de atendimento à Educação Infantil, da população escolarizável do município, na pré-escola, de 1% para 5%.

5 – Elevar o Índice de atendimento à Educação Infantil, de 2,6% para 5% no maternal, da população escolarizável do município de 1% para 5%.

Independentemente da referência utilizada, o fato é que a prefeitura está muito, mas muito aquém da meta de educação para a faixa etária de 0 a 3 anos.

Unidade da Federação - Municípios Registries Administrativas	Matrícula escolar										EJA	
	Educação Infantil				Ensino Fundamental				Médio		EJA	
	Creche		Pré-escola		Anos Iniciais		Anos Finais				Fundamental	
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral	Parcial	Integral
AMAZONAS												
creche Urbana	393	1.583	43.048	1.164	1.318.813	620.370	3.414.398	783.384	4.728.143	1.842.483	396.419	628.83
creche Rural	1.192	223	8.515	183	187.413	8.889	187.728	39.780	307.728	17.513	32.589	47.00
Municipal Urbana	309.689	1.447.591	3.879.439	411.514	6.852.967	1.188.745	3.174.194	683.640	30.744	3.382	479.318	8.64
Municipal Rural	229.881	83.823	808.100	37.499	1.417.335	31.082	883.978	214.876	4.188	3.81	418.394	91
creche e Municipal	3.142.241	1.334.729	3.339.822	679.537	8.487.389	1.843.286	7.292.406	1.701.769	4.878.783	1.892.822	1.340.776	682.70
MANAUS												
creche Urbana	0	0	0	0	28.317	4.349	52.953	9.132	74.369	7.384	2.849	13.59
creche Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	874	0	0	0
Municipal Urbana	4.518	2.318	40.330	313	109.489	1.370	355.998	873	0	0	0.313	
Municipal Rural	88	0	1.824	29	3.894	192	4.338	0	0	0	398	
creche e Municipal	4.604	2.318	42.154	342	113.383	1.562	360.336	873	75.343	7.384	3.151	13.59



Fonte: Censo Escolar 2023 (Inep) – Ensino Especial – Resultados Finais (redes estaduais e municipais DOU Anexo II) – Acesso em 28.05.24 – Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>

O coordenador jurídico do Sindicato dos Professores e Pedagogos de Manaus (Asprom Sindical), Lambert Melo, afirma que nenhum dos dois dados é confiável: o do relatório que eles colocam sob suspeição, alegando que é produzido por servidores pressionados, e o do TCE-AM, o qual não duvida que possa ter sido forjado, embora não tenha provas.

“Infelizmente, nenhum dos dois dados são críveis. Esse relatório de monitoramento do PME não é feito por comissão idônea; é provável que o número de atendidos seja bem menor que esses apresentados”, afirma Melo.

MATRÍCULAS NO MATERNAL						
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
3.904	3.948	3.999	4.555	5.266	5.050	5.909

MATRÍCULAS NO PRÉ-ESCOLAR						
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
41.285	42.007	43.731	44.807	45.712	44.927	44.859

TOTAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL						
2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
45.189	45.955	47.730	49.362	50.978	49.977	50.768

FONTE: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep – Censo Escolar /2021

Fonte: Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação 2021 – Disponível em: Anexo 3.8.

Toda a Educação Infantil registrou o quantitativo de 50.768 matrículas, em 2021, segundo dados da Semed, representando uma queda de 2,61% em relação ao dado de 49.441 matrículas em 2022, obtido a partir da somatória das linhas “Municipal Urbana e Municipal Rural”, nas tabelas referentes ao ensino regular e ensino especial do Censo Escolar 2022 (quadro acima).



Em relação a 2019, último ano da gestão do prefeito Arthur Virgílio Neto, o ano de 2022 apresentou queda de 3,01%, quando o número de matrículas havia chegado a 50.978.

Atualmente, a rede municipal possui 2.549 salas de aula com Educação Infantil, assim distribuídas:

Creche = 370 salas de aula

CMEI = 2.179 salas de aula

As unidades de creches da rede pública municipal atendem, com maternal, crianças na faixa etária de 0 a 3 anos. Os Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's) atendem, com a pré-escola, crianças de 4 e 5 anos de idade. A Zona Leste, a maior em extensão e população, com 542.593 habitantes, tem acesso a apenas três unidades a mais que a Zona Oeste, onde residem 299.782 habitantes, segundo o IBGE.

A quantidade de demanda reprimida é de 72.968 vagas para a educação infantil, segundo levantamento em 10 bairros da cidade, sete deles localizados na Zona Leste de Manaus, segundo dados da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, da Semed.

Nº	BAIRROS	DEMANADA
1	Jorge Teixeira	12.099
2	Cidade Nova	10.066
3	Nova Aleixo	8.814
4	Cidade de Deus	7.328
5	Compensa	6.318
6	Gilberto Mestrinho	6.247
7	São José	6.165
8	Nova Cidade	5.942
9	Colônia Terra Nova	5.062
10	Alvorada	4.927

Fonte: Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação 2021 – Disponível em: Anexo 3.8



A situação é dramática para as famílias que precisam se cadastrar para participar de um sorteio aleatório. A Defensoria Pública solicitou a suspensão do processo pelo fato de a Prefeitura desconsiderar os que não conseguiram utilizar a plataforma online por dificuldades de acesso à Internet e/ou de conseguir lidar com a tecnologia. A Prefeitura manteve o sorteio em nova data, alegando que segue a recomendação do Ministério Público de destinar 60% das vagas aos inscritos no Cadastro Único (CAD) e 40% para os que não estão inseridos do CAD.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento para identificação e caracterização das famílias de baixa renda, utilizado como base para a concessão de benefícios como o Bolsa Família, Auxílio Brasil, a Tarifa Social de Energia Elétrica, Benefício de Prestação Continuada (BPC), entre outros.

Em 2024, 2.536 novas vagas foram ofertadas, segundo informações da Prefeitura³⁰. Em dezembro de 2022, o prefeito Davi Almeida prometeu inaugurar seis novas unidades, totalizando mais 2,3 mil vagas até o início do ano letivo de 2023, o que ainda não ocorreu. Em 2021, foram disponibilizadas 1.679 novas vagas para crianças de 1 a 3 anos, frente a uma demanda reprimida de 162 mil crianças nessa faixa etária.

Apesar de ter orçamento previsto, a Prefeitura não investiu na rede de ensino infantil no ano de 2021, segundo apontou o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM). O órgão destacou, no relatório que foi autorizado dentro do orçamento, o valor de R\$ 1,2 milhão para a construção de creches para crianças de 0 a 5 anos em 2021, mas assinalou que o recurso não foi utilizado.



TRIBUNAL DE CONTAS					
Contas do Prefeito de Manaus					
Contribuição de Creches Municipais	4.262.000,00	1.292.000,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Creche	21.636.000,00	27.826.119,39	24.819.320,92	24.819.320,92	87,79%
Contribuição de Escolas Indígenas	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Estruturas de Construção	3.000.000,00	3.851.133,48	3.818.008,24	3.818.008,24	98,14%
Contribuição de Obras de Arte Especiais	27.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Parques Públicos	1.500.000,00	490.000,00	362.000,00	362.000,00	68,33%
Contribuição de Parques Públicos	1.500.000,00	1.739.861,85	1.739.861,85	1.739.861,85	98,01%
Contribuição de Terminais	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição e Ampliação das Instalações de Laboratório e Labor	400.000,00	390.963,52	390.963,52	390.963,52	100,00%
Contribuição e Ampliação de Centros e Prédios nos Equipamentos das Políticas Públicas Executadas pela Secretaria	500.000,00	1.472.509,08	1.189.454,54	865.648,61	60,86%
Contribuição e Ampliação de Centros Municipais de Educação Infantil - CMIEs	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição e Ampliação de Escolas de Ensino Fundamental	6.838.000,00	1.338.000,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição e Ampliação de Escolas Múltiplos	500.000,00	212.818,29	83.318,00	0,00	43,81%
Contribuição e Ampliação de Mercados e Feiras Municipais	590.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde	2.100.000,00	158.827,48	158.280,52	158.280,52	98,38%
Contribuição e Cultura de Quadras Polivalentes	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Serviços Especializados em Gestão e Finanças	1.971.000,00	2.829.844,83	2.175.490,79	1.905.343,80	1.911.577,20
Contribuição de Serviços Especializados em Tecnologia da Informação	10.879.000,00	14.481.262,87	9.972.233,30	9.978.878,55	83,22%
Contribuição de Serviços para Manutenção Funcional	48.620.000,00	57.132.427,65	47.862.284,44	43.897.584,85	42.825.158,16
Contribuição de Serviços para Manutenção	9.597.000,00	27.641.286,11	27.479.342,37	23.874.421,28	23.794.911,12

Fonte: Relatório Analítico Contas Prefeitura de Manaus exercício 2021 –

https://www2.tce.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/Relatorio-Anala_tico-COMPREF-exercA_cio-2021.pdf, pag 30. *Primeira coluna refere-se à dotação inicial; a segunda ao valor autorizado; as demais aos valores empenhados, liquidados, pagos e percentual de execução, respectivamente

No relatório do TCE-AM consta que, em 2021, por exemplo, o município “bancou” vagas em universidades, por meio do programa Bolsa Universidade, no valor de R\$ 4,5 milhões. O valor é fruto de isenção fiscal. **O TCE apontou que o nível de 3º grau não é de responsabilidade do município e que o dinheiro que deixou de entrar no cofre da Prefeitura poderia ter sido aplicado, por exemplo, na construção de creches e escolas** (Fonte: <https://www2.tce.am.gov.br/?p=61727>).

De acordo com informações do Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação, por meio de convênios com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a Secretaria Municipal de Educação vem executando um programa de construção de creches, de modo a expandir a Taxa de Atendimento do Maternal.

Cada unidade de creche do Tipo B (Padrão FNDE) possui capacidade para atender 280 (duzentos e oitenta) crianças, parte em tempo integral, parte em tempo parcial. Com isso, as 17 (dezessete) unidades de creches inauguradas entre 2013 e 2020 possibilitaram a abertura de 4.760 (quatro mil setecentos e sessenta) vagas no maternal. A Prefeitura de Manaus firmou Acordo de Empréstimo com o



Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do qual foram construídos 5 (cinco) Centros Integrados Municipais de Educação (CIME's). Cada CIME é composto de um Bloco de Educação Infantil e um Bloco de Ensino Fundamental. Cada Bloco de Educação Infantil de um CIME possui 10 (dez) salas de aula, com capacidade para atender 500 (quinhentos) alunos em dois turnos. Assim, a construção dos 5 (cinco) novos CIME's em 2020 possibilitou a oferta de 2.500 (dois mil e quinhentos) novas vagas na Pré-Escola, a partir do ano letivo de 2021.

PROJETO DE EXPANSÃO E MELHORIA EDUCACIONAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE MANAUS - PROEMEM				
CENTRO INTEGRADO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CIME				
UNIDADE DE ENSINO	ENDEREÇO	ZONA	BLOCO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
			Nº SALAS	Nº VAGAS
CIME Doutora Viviane Estrela Marques Rodella (Lago Azul)	Av. Comendador José Cruz, S/N - Lago Azul - Total Ville	Norte	10	500
CIME Senador Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho (Gilberto Mastrolino)	Rua Dos Açacizeiros Antiga Rua Perimetral - Gilberto Mastrolino	Leste II	10	500
CIME Professor Doutor José Ademir de Oliveira (Kamari do Brasilzinho)	Rua Primula, S/N - Distrito Industrial II, Ramal do ASA	Leste II	10	500
CIME Josefina Rosa de Mattos Pereira de Castro (Jorge Teixeira)	Rua São Paulo, S/N - Jorge Teixeira	Leste II	10	500
CIME Lúcia Melo Ferreira Almeida	Rua H1, Qd.H1, C/Av. Coletora - Novo Alexia	Norte	10	500
TOTAL			50	2.500

Fonte: SEMED/SSAF/DEPLAN-2021

QUADRO SITUACIONAL DE OBRAS EM ESCOLAS MUNICIPAIS ENTREGUES EM 2021				
ESCOLA	DDZ	STATUS	Nº SALAS	
			ANTERIORMENTE	ATUAL
EM DR. JOÃO QUEIROZ	CENTRO-SUL	PRÓPRIA	10	10
EM PROPª SÔNIA Mª DA SILVA BARBOSA	CENTRO-SUL	PRÓPRIA	10	10
CMEI MAGNÓLIA FROTA	CENTRO-SUL	PRÓPRIA	6	20
CIME LÚCIA MELO FERREIRA ALMEIDA	CENTRO-SUL	PRÓPRIA	0	20
EM MARIO LAGO	CENTRO-SUL	LOCADA	10	10
EM PROPª MARIA JOSE NUNES DA LUZ	SUL	LOCADA	7	12
EM SANTA ROSA I	RURAL	LOCADA	1	28
EM PROPª TEREZA CORDOVIL GUIMARAES	RURAL	PRÓPRIA	7	7
EM FRANCISCA CAMPOS	RURAL	PRÓPRIA	10	12
EM DIVINO PIMENTA FALEIROS	LESTE II	PRÓPRIA	11	20
EMEF FREI MARIO MONACELLI DE GRELO	LESTE II	LOCADA	14	20
EMEF JOÃO CASTRO FILHO	LESTE II	LOCADA	14	21
CMEI GRAZIELA RIBEIRO	OESTE	PRÓPRIA	10	10
EMEF NESTOR NASCIMENTO	OESTE	PRÓPRIA	9	9
EMEF GILBERTO RODRIGUES	NORTE	PRÓPRIA	0	41
EM ANNA RAYMUNDA DE MATTOS PEREIRA GADELHA	NORTE	PRÓPRIA	0	24

Fonte: SEMED/SSIL/DET-2021

Fonte: Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação 2021, Anexo 3.8



O gargalo nessa área é histórico e estrutural. Ao ser eleito em seu primeiro mandato, em 2012, o prefeito Arthur Virgílio Neto prometeu construir 110 creches. Ao concluir seu segundo mandato, em 2019, havia construído apenas 13 unidades, sob o pretexto do alto custo para manutenção.

“Era para termos construído muito mais, se houvesse uma compreensão do governo federal quanto à manutenção. Eu já pedi, encaminhei, esclareci sobre essa situação, mas até agora não houve uma resposta positiva”, declarou Arthur Virgílio Neto, segundo registro do site O Estado Político, em 17 de abril de 2019.

(Fonte: <https://www.estadopolitico.com.br/arthur-promete-bolsas-para-driblar-dificuldade-em-construir-creches/>)

O Ministério da Educação dispõe do Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil – Novos Estabelecimentos (Proinfância), Lei nº 12.499, de 29 de setembro de 2011, que assegura a transferência de recursos financeiros do Governo Federal para os municípios e o Distrito Federal, para a manutenção de novos estabelecimentos públicos da educação infantil. O objetivo é garantir a expansão da oferta e regular o funcionamento de novas matrículas, em novos estabelecimentos, até que sejam computadas para recebimento de recursos do FUNDEB

(Fonte: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes/programa-de-apoio-a-manutencao-da-educacao-infantil-2013-novos-estabelecimentos-proinfancia>).

Para 2023, o prefeito David Almeida prometeu colocar em execução o chamado “Bolsa Creche”, promessa também apresentada e não cumprida pela gestão anterior, para aumentar o número de vagas em creches, isentando empresas de impostos, em troca de vagas em creches particulares. Como previsão, o prefeito anunciou a parceria inicial com o Sesi Manaus, para mais 1 mil vagas.



“Nós queremos abrir o maior número de vagas em creches da história de Manaus, já no ano que vem. A nossa meta é, além de sermos referência na educação básica, zerar as vagas de creche para que nenhuma criança fique fora da escola, já a partir do ano que vem. Eu tenho certeza de que, em breve, Manaus será referência para o Brasil em Educação”, concluiu o prefeito (Fonte: <https://www.manaus.am.gov.br/semmed/not%C3%ADcias/educacao/prefeito-david-almeida-destaca-esforco-da-gestao-para-entregar-novas-creches-durante-vistorias/>).

A fala do prefeito David Almeida é consequência da urgência diante do prazo para cumprimento da meta prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei nº 13.005/2014), que prevê o atendimento mínimo de 50% das crianças de até 3 anos com vagas em creches até 2024, vigência prevista do PNE.

Em relação às crianças de 4 a 5 anos, 64,07% da demanda foi atendida em 2021, o que representa 53 mil, das 82,8 mil crianças nessa faixa etária, conforme registrou o TCE-AM, que considerou o índice aquém das capacidades do município de Manaus, com base na receita arrecadada no exercício. Tampouco houve construção ou ampliação de Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEIs), cuja dotação era de R\$ 2 milhões.

O apontamento foi feito pelo conselheiro Luís Fabian Pereira Barbosa, que chegou a pedir vistas no processo de julgamento das contas de 2021 do prefeito David Almeida. Fabian Barbosa foi secretário-executivo e depois secretário de estado de Educação do Amazonas (Seduc-AM).



Fonte: Relatório Analítico Contas Prefeitura de Manaus exercício 2021.
https://www2.tce.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/Relatorio-AnalA_tico-COMPREF-exercA_cio-2021.pdf

Ano	Anos iniciais	Anos finais	Total	Variação
2019	119.819	53.767	173.586	-
2020	122.753	55.402	178.155	2,63%
2021	125.788	61.043	186.831	4,86%
2022	121.310	60.632	181.941	-2,61%

Fonte: Censo Escolar da Educação anos 2019,2020, 2021 e 2022

Em relação à gestão anterior, a administração do prefeito Davi Almeida registrou um aumento de 4,81% no número de matrículas no Ensino Fundamental, saindo de 173.586 em 2019 para 181.941 em 2022.

A taxa de escolarização no Ensino Fundamental, de 6 a 14 anos, registrou queda de 10,5% de 2018 para 2020, saindo de 94,20% para 84,30%. Em 2021, recuperou menos de 1%, passando para 85,09%. Isso significa que 47,69% da população de 6 a 14 de idade encontra-se matriculada na rede de ensino do município.



Fonte: Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação 2021 – Disponível em: Anexo 3.8

Nos anos iniciais (1º ao 5º ano), 58,92% dos alunos estão matriculados em relação à população de Manaus, na faixa etária de 6 a 10 anos, e nos anos



finais (6º ao 9º ano), 34,24% em relação à população de Manaus, na faixa etária de 11 a 14 anos.

O percentual de crianças alfabetizadas ao concluírem o 3º ano do Ensino Fundamental em 2021 foi de 89,0%, sendo um total de 20.620 estudantes alfabetizados, denotando que **cerca de 11% dos alunos dessa fase de ensino ainda não possuem o domínio da leitura e da escrita para prosseguimento na vida escolar.**

Em razão da suspensão das aulas presenciais e a adoção do ensino à distância, com recursos da internet, a avaliação da alfabetização escolar foi inviabilizada pela impossibilidade de aplicação dos testes avaliativos por parte dos docentes.

Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), referendada pelo Conselho Municipal de Educação (CME), permitiu a aprovação de 100% dos alunos matriculados em 2020, conforme os dados repassados pela Divisão de Ensino Fundamental – DEF, cujos resultados atualizados estão sendo contabilizados, de acordo com o Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação 2021:

Abaixo a tabela com os índices alcançados na alfabetização dos alunos.

ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	2019	2020	2021
1º ano do Ensino Fundamental	66,40%	44,0%	77,0%
2º ano do Ensino Fundamental	69,00%	62,0%	80,0%
3º ano do Ensino Fundamental	83,10%	72,0%	89,0%

Fonte: Painel – Gestão Integrada da Educação - GIDE/SEMED – 2021

Fonte: Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação 2021 – Disponível em: Anexo 3.8

Em relação ao atendimento em tempo integral, apenas 3,84% dos alunos matriculados na rede foram atendidos em 2019. De acordo com a Semed, o Programa Novo Mais Educação foi interrompido no ano letivo de 2020, em razão da suspensão das aulas presenciais, como medida protetiva à pandemia COVID-19.



Até então, vinha sendo executado em 80 escolas e beneficiou 8.258 alunos do Ensino Fundamental. Em 2021, passou a atender 1.491 alunos em dez unidades:

Nº	UNIDADE DE ENSINO	LOCALIZAÇÃO	NÚMERO DE ALUNOS
01	Escola Municipal Prof. Waldir Garcia	Rua Pico das Águas s/n - Bairro São Geraldo	226
02	Escola Municipal Maria das Graças Andrade Vasconcelos	Av. Professora Cacilda Pedrosa, 600 - Bairro Alvorada	183
03	Escola Municipal Padre Calleri	BR 174 - Km 14	110
04	Escola Municipal Vila da Felicidade	Estrada Porto Velho - Bairro Mauzinho	153
05	Escola Municipal Dan Kelly	Comunidade Abelinha - Tanumá Mirim - Rio Negro	87
06	Escola Municipal Dr. Sérgio Alfredo Pessoa de Figueiredo	Rua Walter Rayol, s/n - Matinha - Bairro Presidente Vargas	213
07	Escola Municipal Villa Lobos	Rua Sátiro Dias, s/n - Bairro São Francisco	304
08	CMEI Herman Greiner	Av. Professora Cacilda Pedrosa, 600 - Bairro Alvorada	215
TOTAL DE ALUNOS 2021			1.491

FONTE: Departamento de Gestão Educacional - DEGE SEMED

Fonte: Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação 2021 – Disponível em: Anexo 3.8

Em 2021, a Secretaria Municipal de Educação possuía 18.136 professores estatutários (11.398 professores 20 horas + 729 professores 40 horas), sendo que 13.096 professores possuem graduação específica na área de conhecimento em que atuam.

Já os pedagogos somaram 925 profissionais estatutários (748 Pedagogos 20 horas + 177 Pedagogos 40 horas). O cargo de Pedagogo é cargo técnico de nível superior, sendo a graduação em Pedagogia requisito para ingresso no cargo. No Regime Direito Administrativo (RDA), a SEMED possuía, em 2021, 655 professores 20 horas, 747 professores 40 horas, 467 administrativos 30 horas e 31 administrativos 40 horas.



NÚMERO DE SERVIDORES DA REDE MUNICIPAL EM 2021		
VÍNCULO	CARGO	QUANTIDADE DE CARGAS
ESTATUTÁRIO	Professor – 20 horas	11.398
	Carga dobrada	3.707
	Professor - 40 horas	729
	SUBTOTAL (A)	15.834
	Pedagogo – 20 horas	748
	Tempo Integral	238
	Pedagogo – 40 horas	177
	SUBTOTAL (B)	1.163
	Administrativos – 40 horas (C)	1.139
	TOTAL (A+B+C)	18.136

VÍNCULO	CARGO	QUANTIDADE DE CARGAS
REGIME DIREITO ADMINISTRATIVO (RDA)	Professor – 20 horas	655
	Carga dobrada	409
	Professor - 40 horas	685
	SUBTOTAL (A)	1.749
	Administrativos – 30 horas (B)	467
	Administrativos – 40 horas (C)	31
	TOTAL (A+B+C)	2.247

Fonte: SEMED/SSAF/DEAFIN/DIVISÃO DE PESSOAL-2021

Fonte: Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação 2021 , Anexo 3.8

Do total de 18.136 professores estatutários graduados, 5.987 possuem pós-graduação *lato sensu*, ou seja, 44,05% dos professores efetivos possuem cursos de especialização; outros 365 professores estatutários com pós-graduação *stricto sensu* (2,68%), sendo 358 professores com Mestrado (2,63%) e 29 professores com Doutorado (0,21%), segundo dados de 2021.

Já o quadro do magistério municipal possui 925 pedagogos estatutários (cargo de nível superior), sendo 748 pedagogos com carga horária semanal de 20 horas e 177 pedagogos com carga horária de 40 horas. Desse total, 503 Pedagogos possuem pós-graduação *lato sensu*, ou seja, 54,38% dos pedagogos efetivos possuem cursos de especialização. No quadro do magistério municipal, constam



ainda 42 pedagogos efetivos com pós-graduação *stricto sensu* Mestrado (2,63%) e 7 pedagogos com Doutorado (0,21%).

DESCRIÇÃO	NÃO GRADUADO	GRADUADO	ESPECIALISTA	MESTRADO	DOCTORADO
PROFESSOR	95	6.484	4.815	248	21
PEDAGOGO	0	543	381	26	1
TOTAL	95	7.027	5.196	274	22

Fonte: SEMED/SSAF/DEAFIN/DIVISÃO DE PESSOAL

Fonte: Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação 2021, Anexo 3.8

A remuneração inicial dos cargos de Professor Nível Superior e Pedagogo da rede municipal é de R\$ 2.200,02 para os cargos de 20h e R\$ 4.400,05 para 40h.

CARGO	VENCIMENTO INICIAL LEI MUNICIPAL Nº 2.804/2021 (A)	GRATIFICAÇÃO DE PRÁTICA DOCENTE (15%) LEI MUNICIPAL Nº 2.266/2017 (B)	REMUNERAÇÃO (C) = (A + B)
Professor/Pedagogo – 20 h	R\$ 1.913,06	R\$ 286,96	R\$ 2.200,02
Professor/Pedagogo – 40 h	R\$ 3.826,13	R\$ 573,92	R\$ 4.400,05

Fonte: Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação 2021, Anexo 3.8

Saúde

O orçamento previsto para a pasta Saúde em 2024 é da ordem de R\$ 1.490.619.000, dos quais 81,87% são oriundos do Fundo Municipal de Saúde (R\$ 1.220.369.775). O valor é 4% maior que o orçamento de 2023 (R\$ 1.431.885.000), segundo dados das LOAs de 2024 e 2023. Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS, provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, no valor de R\$259.069.582, correspondem a 17,38% da previsão orçamentária.





Fonte: Portal da Transparência Município de Manaus. LOA 2024. Disponível para download em: <https://transparencia.manaus.am.gov.br/transparencia/v2/#/planejamento>

O número de médicos na cidade de Manaus aumentou em 26,67%, segundo cálculo a partir dos dados apresentados pelo estudo Demografia Médica 2018 e 2023, conduzido pela Faculdade de Medicina da USP, em parceria com a Associação Médica Brasileira (AMB). No primeiro levantamento, foram contabilizados 4.508 profissionais e, no último, 5.710.

Esse número representa 94,26% dos profissionais existentes no Estado (6.058). A concentração de profissionais na capital reflete o mesmo percentual de aumento (25,1%), quando analisado o número de profissionais em todo o Amazonas, que passou de 4.844 para 6.058 nesse período.

Nesses seis anos, a população manauara passou de 2.130.264 para 2.063.547 habitantes – uma diminuição de 3%. Os dados apontam uma razão de 2,15 (2018) e 2,77 (2023) médicos para cada grupo de mil habitantes, abaixo da média das capitais brasileiras (6,81), mas acima das capitais da Região Norte (1,65). As capitais brasileiras registraram média de 6,81 médicos por grupo de mil habitantes em 2023, sendo que as maiores concentrações foram registradas em Vitória (18,14), Porto Alegre (11,55) e Florianópolis (10,30).



A média dos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 3,7 médicos por mil habitantes, segundo estudo de 2023.

A média dos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 3,7 médicos por mil habitantes, segundo estudo de 2023.

Entre as capitais brasileiras, além de Manaus, apenas Rio Branco (3,01), Boa Vista (2,68) e Macapá (2,21), todas na região Norte, registraram menos médicos do que o índice dos países da OCDE, conforme aponta o estudo.

Capitais	População	Médicos	Médicos por 1.000 habitantes
Vitória	322.888	5.858	18,14
Porto Alegre	1.332.670	16.389	11,55
Florianópolis	527.213	5.532	10,33
Belo Horizonte	2.376.580	22.179	9,38
Rio de Janeiro	1.488.820	14.100	9,51
Curitiba	1.713.733	16.318	8,63
Bolívia	1.437.237	12.181	8,48
João Pessoa	833.932	7.008	8,42
Aracaju	802.767	4.882	6,10
Teresina	866.300	5.132	5,92
Natal	793.300	5.217	6,58
Rio de Janeiro	6.215.423	42.578	6,86
São Paulo	11.451.246	74.838	6,54
Salvador	2.438.000	16.894	6,49
Brasília	2.871.068	17.276	6,13
Cuiabá	810.912	5.891	5,98
Palmas	302.882	1.786	5,83
Macau	907.916	5.488	5,73
Belém	1.303.389	7.308	5,61
Fortaleza	2.438.678	13.221	5,44
Campo Grande	917.538	4.888	5,20
Porto Velho	482.412	2.181	4,74
São Luís	1.027.776	4.898	4,72
Rio Branco	284.754	1.099	3,81
Manaus	2.063.547	5.792	2,77
Boa Vista	413.488	1.108	2,68
Macapá	442.333	979	2,21
Brasil (Capitais)	48.484.587	276.763	5,81

Fonte: Demografia Médica no Brasil. Disponível em: https://www.fm.usp.br/fmusp/conteudo/estudo_demografico_FMUSP_AMB.pdf

Quando consideramos todo o Estado do Amazonas (6.058), essa razão é de 1,54 – uma das menores do país. Para o interior, há 348 médicos para atender



os 61 municípios, com uma população de 1.877.924 habitantes, uma razão de menos de 1 médico (0,18) para cada mil habitantes. A média nacional é de 2,69 médicos para cada grupo de mil habitantes.

Segundo dados do Plano Municipal de Saúde, em 2014, Manaus contava com 13.039 servidores ativos na Semsa. Em 2024, o número caiu para 10.043. Em 2021, foi realizado concurso público para Semsa, no entanto, nem todos os aprovados foram convocados.

Falta de infraestrutura e falta de carreira para os profissionais de saúde são apontados como os maiores problemas para a concentração de médicos na capital, segundo explicação do presidente do Sindicato dos Médicos no Amazonas (Simeam), Mário Vianna.

“É uma necessidade de o Estado ter uma carreira diferenciada, com vantagens e compromissos diferenciados, dedicação exclusiva, horário integral, nos mesmos moldes do que é feito no Judiciário. Mesmo que se melhore as condições de infraestrutura no interior, nunca será como um grande centro e, recebendo menos que um promotor e um juiz, o médico não vai ficar”, explica.

No interior há casos de prefeituras que já ofereceram salários acima de R\$20 mil, mas, dificilmente elas conseguem manter esse subsídio em dia por mais de seis meses, segundo ele.

No penúltimo estudo realizado (vez que o atual não trouxe esses dados), Manaus possui 2.247 médicos generalistas 44,8% e 2.769 especialistas 55,2%) – uma razão de 1,23, a menor do país. O Amazonas possui 2.515 médicos generalistas (46,6% do total de profissionais) e 2.883 (53,4%) de especialistas. Ocupa a 21ª posição no ranking de capitais, que inclui o Distrito Federal. A razão de 1,15, de acordo com o estudo, representa um número alto de generalistas em relação à quantidade de especialistas. Somente os estados do Rio Grande de



Sul e Santa Catarina, além do Distrito Federal, apresentam índices superiores a 2, demonstrando grande contingente de especialistas. A média brasileira é de 1,56.

A maior quantidade de especialistas é de pediatras (456), seguida de clínica médica (394), cirurgia geral (390), ginecologia e obstetrícia (349) e Medicina da Família e Comunidade (71), de acordo com as especialidades auferidas pelo estudo Demografia Médica. **Assim, Manaus está entre o grupo de capitais com menores números.**

Em Manaus, há 1.075 médicos atuando na rede municipal. Desses, 890 são concursados, 87 temporários e 98 contratados via Governo Federal, pelo programa Mais Médicos. Isso significa que em torno de 21% dos médicos do Estado atuam na assistência primária.

“Enquanto isso, **só nas unidades de urgência e emergência, onde praticamente 100% do corpo médico é terceirizado, trabalham mais de 2 mil médicos**”, afirma. Isso reflete, segundo ele, a lógica do sistema que ‘entope’ hospitais em vez de se preocupar com a prevenção. Ao todo, 13 empresas médicas prestam serviço para o Governo do Amazonas, segundo Vianna.

A média salarial é um dos fatores que contribui para essa realidade, segundo ele: na rede municipal de saúde é de R\$ 6,3 mil. No topo da carreira, caso o profissional consiga atingir todas as titulações possíveis, o salário deve girar em torno de R\$ 10,5 mil. Já na rede estadual esse valor é de R\$ 7 mil brutos, em média, chegando a R\$ 5,5 mil líquidos para cargos de 20h. Em 40h, o subsídio bruto é de R\$ 13 mil, com renda líquida em torno de R\$ 9,4 mil.

“Se você comparar com o restante do Brasil é um valor considerado acima da média, mas, aqui, incide o custo amazônico, onde tudo é mais caro, sair para fazer cursos... e isso faz com que essa remuneração seja bem menor do que a do Sudeste”.



A cobertura da população por equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) também reflete a deficiência na atenção primária. Hoje, segundo Vianna, essa capilaridade é insuficiente ante o aumento da população: uma média de uma ESF para cada grupo de 9.701 habitantes. De acordo com o programa estabelecido pelo Ministério da Saúde, cada equipe deve ser responsável por, no máximo, 4 mil pessoas, sendo a média recomendada de 3 mil pessoas, respeitando critérios de equidade para essa definição.

“Posso afirmar com segurança que não há cobertura ideal e que, dessa forma, tudo que seria resolvido na atenção básica vai para a média complexidade, superlotando os SPAs e pronto-socorros”, afirma.

Ele aponta que o déficit de cobertura está em torno de 20% a 30% para atingir o ideal de 70% de cobertura. “Melhorou, expandiu o número de equipes, mas ainda não chega a 50%. A assistência primária é super, hiper importante. A saúde tem que ser um conjunto; se uma dessas áreas, em algum ponto, apresentar represamento, o problema vai aparecer”.

“Sempre digo que, no Amazonas, é saúde emergencializada em vários prontos-socorros. Não é hospital, porque não tem serviço organizado, inclusive de ambulatório. Toda a medicina é focada no pronto-socorro, por isso vive sobrecarregado. As empresas prestam serviço em urgência e emergência, e saúde não é só isso. Então, nunca vai dar certo”, conclui.

O pronto-socorro é um estabelecimento de saúde que funciona 24 horas, mas apenas com leitos de observação. Em caso de tratamento prolongado, o paciente deve ser transferido para um hospital.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Médicos do Amazonas (Simeam), Mário Vianna, em média, 40% da demanda total dos hospitais de Manaus é proveniente de municípios do interior do Estado e, em alguns casos, até



mesmo de outros estados e países, como ocorre na Fundação Centro de Controle e Oncologia (FCEcon), referência na Amazônia para oncologia.

O número de leitos da rede pública em Manaus teve inexpressivo aumento (se comparado com a dotação orçamentária), de 2,7% em abril de 2024 (2.846), em relação a dezembro de 2021 (2.769).

CNES - RECURSOS FÍSICOS - HOSPITAIS - LETEIS DE HABILITAÇÃO - AMAZONAS

Qtd SUS por Anomais compet., segundo Especialidade
Município: 130222 Manaus
Período: 04/2024

Especialidade	2021/12	Total
TOTAL	2.769	2.846
UTI	770	770
Clínica	834	834
Oncologia	444	444
Neurologia	437	437
Outras Especialidades	45	45
Reserva de SUS	75	75

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNEES

CNES - RECURSOS FÍSICOS - HOSPITAIS - LETEIS DE HABILITAÇÃO - AMAZONAS

Qtd SUS por Anomais compet., segundo Especialidade
Município: 130222 Manaus
Período: 12/2021

Especialidade	2021/12	Total
TOTAL	2.769	2.769
UTI	834	834
Clínica	834	834
Oncologia	444	444
Neurologia	437	437
Outras Especialidades	45	45
Reserva de SUS	75	75

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNEES

CNES - RECURSOS FÍSICOS - HOSPITAIS - LETEIS DE HABILITAÇÃO - AMAZONAS

Qtd SUS por Anomais compet., segundo Especialidade
Município: 130222 Manaus
Período: 12/2023

Especialidade	2023/12	Total
TOTAL	2.769	2.769
UTI	770	770
Clínica	834	834
Oncologia	444	444
Neurologia	437	437
Outras Especialidades	45	45
Reserva de SUS	75	75

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil - CNEES

Fonte: Data SUS - <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/leiintam.def> (Seleção: Linha – Especialidade; Coluna – Ano/mês compet.; Conteúdo – Qtd SUS; Períodos disponíveis – Dez 2021, Dez 2022, Dez 2023 e Abr 2024; Seleções disponíveis – Município – Manaus)

O total de leitos complementares – UTI e Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) – na capital amazonense chegou a 834 em julho de 2022, dos quais 71,44% (645) pertenciam ao SUS.



COMPLEMENTAR			
Código	Descrição	Existente	Habilitados
74	UTI ADULTO - TIPO I	75	11
75	UTI ADULTO - TIPO II	360	342
76	UTI ADULTO - TIPO III	32	0
77	UTI PEDIÁTRICA - TIPO I	14	0
78	UTI PEDIÁTRICA - TIPO II	94	90
79	UTI PEDIÁTRICA - TIPO III	5	1
80	UTI NEONATAL - TIPO I	26	0
81	UTI NEONATAL - TIPO II	70	59
82	UTI NEONATAL - TIPO III	5	0
85	UTI CORONARIANA TIPO II - UCO TIPO II	10	10
86	UTI CORONARIANA TIPO III - UCO TIPO III	10	0
92	UNIDADE DE CUIDADOS INTERMEDIÁRIOS NEONATAL CONVENCIONAL	73	73
93	UNIDADE DE CUIDADOS INTERMEDIÁRIOS NEONATAL CANGURU	53	52
94	UNIDADE DE CUIDADOS INTERMEDIÁRIOS PEDIÁTRICO	6	6
95	UNIDADE DE CUIDADOS INTERMEDIÁRIOS ADULTO	1	1
TOTAL COMPLEMENTAR		834	645
Sumário			
TOTAL CLÍNICO/CIRÚRGICO		2463	1835
TOTAL GERAL MENOS COMPLEMENTAR		3759	2890

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde: http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Tipo_Leito.asp?VEstado=13&VMun=130260&VComp=202207

Manaus tem 1,44 leitos por grupo de mil habitantes, segundo Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, do Ministério da Saúde. A OMS aponta que o ideal é ter de 3 a 5 leitos para cada mil habitantes. No Brasil, índice médio é de 2,4.

A Maternidade Dr. Moura Tapajós (MMT) é a única unidade hospitalar sob gestão da Secretaria Municipal de Saúde e dispõe de 78 leitos, sendo 68 hospitalares e 10 leitos de apoio.

Quadro 5 – Distribuição dos leitos da MMT, Manaus, 2023.	
Leitos Hospitalares	Leitos de Apoio
46 Leitos Obstétricos 04 Leitos Cirúrgicos (PLAFAM) 13 Leitos Complementares Neonatais (UTIN: UCINco, UCINca) 04 Leitos Clínicos Neonatais 01 Leito Pediátrico	06 Leitos PPP 01 Leito de observação (ADMISSÃO) 03 Leitos de recuperação pós-anestésica (SRPA)
FONTE: DIREÇÃO/MMT	

Fonte: Relatório Semsa obtido via LAI -03.02.2023 – Anexo 3.4



Segundo relatos colhidos já no ano de 2024, a Maternidade Dr. Moura Tapajós está entregue ao abandono; falta de tudo, de papel higiênico a medicamentos para os bebês em UTI.

No que tange à rede física de saúde municipal, os dados apurados no Plano Municipal de Saúde 2022-2025 indicam que a cidade de Manaus conta com:

- Centro de Saúde/Unidade Básica de Saúde (162)
- Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar-Urgência/Emergência (48)
- Posto de Saúde (18)
- Clínica Especializada/Ambulatório Especializado (7)
- Policlínica (6)
- Secretaria de Saúde (6)
- Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia (5)
- Centro de Atenção Psicossocial – CAPS (3)
- Unidade de Vigilância em Saúde (2)
- Unidade Móvel Fluvial (2)
- Central de Regulação (1)
- Central de Regulação Médica das Urgências (1)
- Hospital Especializado (1)
- Laboratório de Saúde Pública (1)
- Unidade Móvel Terrestre (1)

O Programa SAMU 192 conta com uma frota de 48 veículos de socorro, habilitados pelo Ministério da Saúde e cadastrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), assim distribuídos:

- 7 Unidades de Suporte Avançado (USA)
- 34 Unidades de Suporte Básico (USB)
- 5 Motolâncias
- 2 Unidades de Suporte Avançado Fluvial



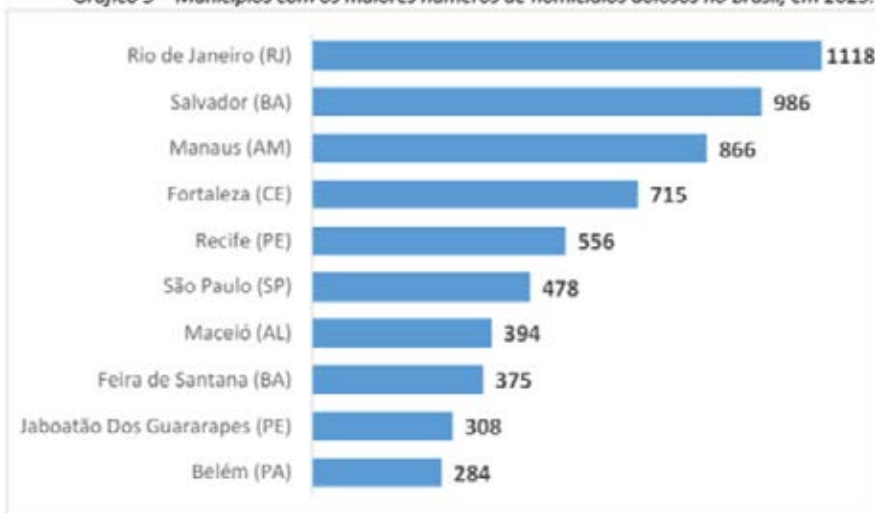
Segurança Pública

Apesar de ter a polícia – civil e militar – com melhor remuneração líquida do País, não se consegue conter a violência na capital do Amazonas. De acordo com o “Mapa da Segurança Pública 2024 – ano base 2023”, que pode ser acessado no site do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em termos de quantidade total, Manaus é a terceira colocada entre os municípios que registraram o maior número de homicídios dolosos (866) no país em 2023. Ao levar em consideração a população de cada capital, proporcionalmente, Manaus ocupa o primeiro lugar na taxa de homicídio dolosos, com uma razão de 41,9 para cada 100 mil habitantes.

No estudo (Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/download/dados-nacionais-de-seguranca-publica-mapa/mapa-de-seguranca-publica-2024.pdf>), **Manaus também aparece como a primeira colocada entre os municípios com os maiores números absolutos de lesões corporais seguidas de morte no Brasil, a primeira colocada em número de latrocínios, a sexta em feminicídios e a oitava em mortes no trânsito ou em decorrência dele.**



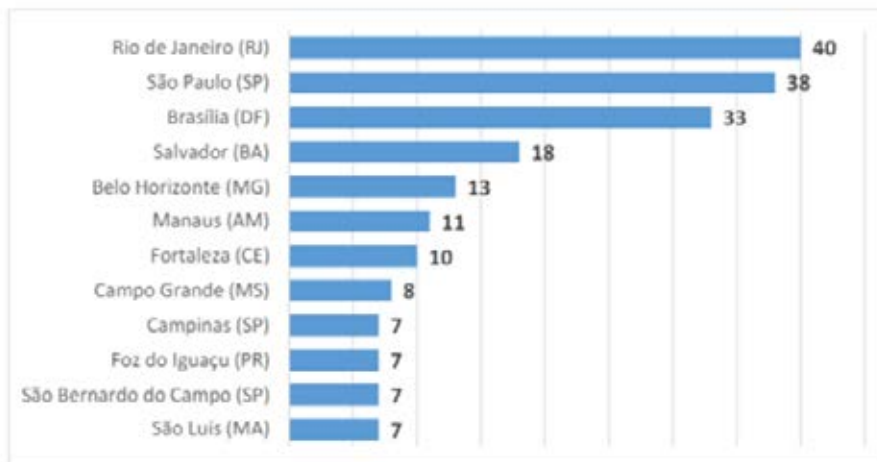
Gráfico 5 – Municípios com os maiores números de homicídios dolosos no Brasil, em 2023.



Fonte: SINESP (Dados fornecidos pelos estados e Distrito Federal)

Data da extração dos dados: 16/02/2024

Gráfico 15 – Municípios com os maiores números de feminicídios no Brasil, em 2023

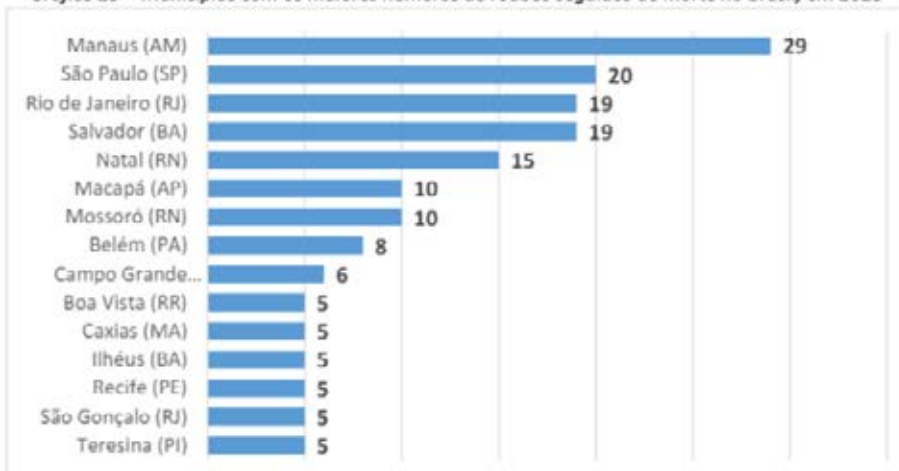


Fonte: SINESP (Dados fornecidos pelos estados e Distrito Federal)

Data da extração dos dados: 16/02/2024



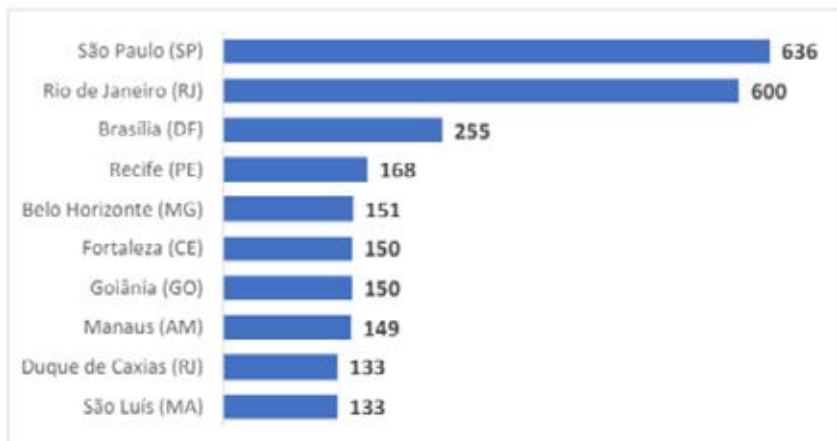
Gráfico 25 – Municípios com os maiores números de roubos seguidos de morte no Brasil, em 2023



Fonte: SINESP (Dados fornecidos pelos estados e Distrito Federal)

Data da extração dos dados: 16/02/2024

Gráfico 43 – Municípios com os maiores números de mortes no trânsito ou em decorrência dele no Brasil, em 2023

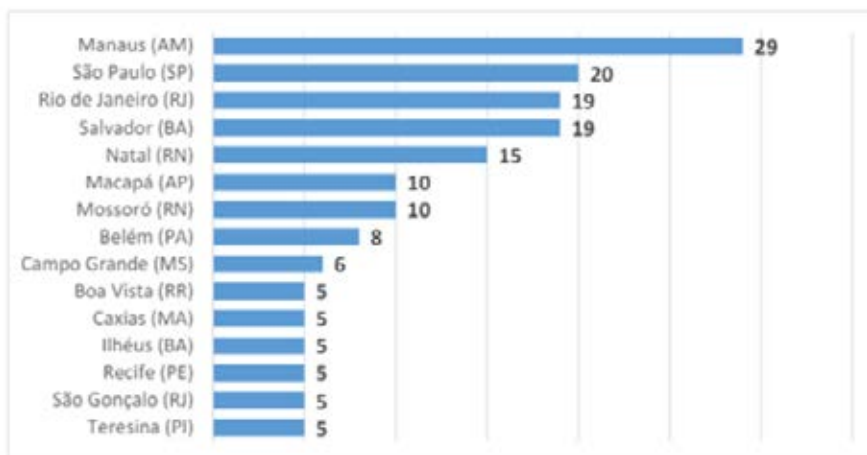


Fonte: Sinesp (dados fornecidos pelos estados e Distrito Federal)

Data da extração dos dados: 16/02/2024



Gráfico 20 – Municípios com os maiores números de lesões corporais seguida de morte no Brasil, em 2023



Fonte: SINESP (Dados fornecidos pelos estados e Distrito Federal)

Data da extração dos dados: 16/02/2024



A Guarda Municipal Metropolitana de Manaus foi criada no dia 15 de junho de 1949, pela Lei 132, com a denominação de Guarda Municipal de Parques e Jardins.

O último investimento da gestão anterior aconteceu em junho de 2020, com o lançamento do programa Ciclo Guarda, implantado a partir da doação de 50 bicicletas, viabilizadas pelo próprio prefeito à época, Arthur Virgílio Neto, junto ao presidente da Caloi, Cyro Gazola. Os veículos de duas rodas foram divididos entre o complexo turístico da Ponta Negra e o parque municipal Ponte dos Bilhares.

Em 2019, a Guarda Municipal ganhou um posto no bairro Ponta Negra. O espaço é gerenciado pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb).

Em outubro de 2022, Almeida entregou armamento letal para os primeiros 32 guardas municipais aprovados no curso de formação. Na ocasião, o titular da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (Semseg), delegado Sérgio Fontes, afirmou que, somente na fase da prova de tiro, a prefeitura gastou R\$ 7 mil per capita na guarda municipal. Cada policial deu mais de 400 tiros.

O armamento foi adquirido ao valor de R\$895.712, sem licitação, conforme portaria da Casa Militar no Diário Oficial do Município, do dia 16 de setembro de 2021, que não especifica quantas armas serão compradas da empresa.





Fonte: Diário Oficial do Município de Manaus. Disponível em: <http://dom.manaus.am.gov.br/pdf/2021/setembro/DOM%205185%2016.09.2021%20CAD%201.pdf/view>

O documento contraria discurso da atual gestão da Prefeitura, qual seja, o de que armar a Guarda Municipal não teria custos para a cidade, uma vez que o equipamento seria doado pela Secretaria de Segurança Pública do Amazonas.

A afirmação foi feita na época em que a Assembleia Legislativa do Amazonas aprovou a PEC que liberou o uso de arma de fogo para a Guarda Municipal, três meses antes da autorização de compra.

A marca é a mesma do armamento entregue à Polícia Militar por Sérgio Fontes quando era Secretário de Estado de Segurança Pública do Amazonas.



Fonte: <https://reporterparintins.com.br/?q=276-conteudo-72418-ssp-am-entrega-armamentos-novos-e-anuncia-chegada-de-equipamentos-para-as-policias-civil-e-militar>

Em novembro de 2023, foi publicado o edital do Concurso Público para 200 vagas de Guarda Municipal, o qual está na 3ª Etapa, de Exames Médicos.

Transporte

Em Manaus trafegam, diariamente, 1.200 ônibus convencionais para atender 231 linhas. Somente o Polo Industrial de Manaus (PIM) é atendido por uma frota maior, de 2.100 ônibus, quase o dobro. O sistema de transporte coletivo da cidade é composto ainda de 200 micro-ônibus do Transporte Executivo e 250 micro-ônibus do Transporte Alternativo. O primeiro circula na Zona Norte-Centro. O segundo, entre as Zona Leste e Centro, como complemento ao sistema regular. A tarifa do Executivo é de R\$ 5,00 e a do Alternativo, R\$ 4,50.

A frota de ônibus regular em Manaus representa 0,14% do total de veículos da cidade, destinada ao transporte coletivo de 53% da população de Manaus ou 1,176 milhão de pessoas. Os automóveis e camionetes correspondem a 64% da frota, embora apenas 20% da população utilize esse meio de transporte.

Esse é o maior problema que impacta o trânsito hoje na cidade; acima, inclusive, da necessidade de obras de intervenção, segundo o engenheiro civil Manoel Paiva, referência em engenharia de trânsito em Manaus, ex-vereador, ex-diretor do Departamento de Trânsito do Amazonas e ex-presidente do Instituto Municipal de Mobilidade Urbana (IMMU). Os dados foram levantados por ele ao longo dos anos. Ele acompanha as informações como pesquisador do segmento.

"O sistema viário é ocupado em 70% pelo transporte individual (automóvel). Esse modal leva apenas 25% das pessoas, gerando um grande desequilíbrio com o transporte coletivo", afirma Paiva.



MANAUS	Frota Veículos	Frota Ônibus	Bus/Veic.	Empresas
2022 (agosto)	855.922	1.200	0,14%	9
2020	771.976	1.170	0,15%	9
2010	452.300	1.300	0,29%	9
2000	169.761	1.077	0,63%	7
1990	132.450	610	0,46%	13
1980	68.490	328	0,48%	6
1970	10.500	168	1,60%	12
1960	5.300	70	1,32%	7
1950	2.500	20	0,80%	18

Fonte: Relatório Mobilidade Urbana em Manaus (encomenda para este levantamento, autor: Manoel Paiva, ex-secretário de Trânsito e Transporte, especialista em mobilidade urbana). Disponível em: Anexo 3.5.

Em 2013, a frota era de 1.507 ônibus, segundo a extinta Secretaria Municipal de Transportes Urbanos. Em abril de 2020, antes de instaurar-se o caos no sistema público de saúde decorrente da Covid-19, as 9 empresas que compunham o consórcio que opera o serviço na cidade mantinham 1.132 ônibus, de acordo com o Instituto Municipal de Mobilidade Urbana (IMMU).

Entre 2013 e 2020, a população de Manaus aumentou 10%, de 1.982.177 para 2.145.444 habitantes. E a frota de ônibus encolheu de 1.507 para 1.132 veículos, uma redução de 24% na oferta de transporte público na cidade.

Também houve redução do número diário de passageiros no período. De 629 mil pessoas por dia, os ônibus de Manaus agora transportam 479 mil passageiros/dia (redução de 23%). Paralelamente, a tarifa aumentou 38%, de R\$2,75, em 2014, para R\$3,80, valores de maio/2020. A inflação média nesse período passou de 10,67% para 4,11%, considerando o IPCA.



Para Manoel Paiva, a redução se deu em função de um conjunto de fatores, como o advento do transporte por aplicativo; a necessidade de se proteger, durante a pandemia, dando prioridade ao transporte individual, e, em parte, pela diminuição da renda.

“O sistema de transporte de Manaus é simplesmente ineficiente. A cidade precisa ter seu transporte melhorado para o benefício de todos. Da forma como está, não há vencedores. A perda de tempo que existe para deslocamentos é desproporcional às distâncias envolvidas. O custo de tempo perdido é enorme e o problema se agrava a cada dia”, explica Paiva.

Ele afirma que Manaus possui muitos problemas de transporte e a origem deles é a “falta de coragem para modernizar o sistema”. “Seguimos com o mesmo conceito de um mundo muito diferente do contemporâneo. Assim, é natural que todos os envolvidos estejam insatisfeitos: prefeitura, usuários, empresários e até os não usuários. Não existem pessoas alegres com o sistema de transporte de Manaus”.



Agosto de 2022

Municípios RMM	População	Frota Veículos	% Frota
Manaus	2.219.580	855.922	91,40%
Careiro da Várzea	30.846	560	0,06%
Careiro	38.348	3.191	0,34%
Irlanduba	49.011	8.819	0,94%
Itacoatiara	102.701	26.994	2,88%
Manacapuru	98.502	20.534	2,19%
Novo Airão	19.928	1.732	0,18%
Presidente Figueiredo	37.193	8.094	0,86%
Rio Preto da Eva	34.106	5.478	0,58%
Autazes	40.290	2.558	0,27%
Itapiranga	9.230	1.043	0,11%
Manaquiri	33.049	966	0,10%
Silves	9.230	593	0,06%
Total Geral	2.592.666	936.484	100%
ESTADO	4.207.714	1.047.822	
ESTADO (%)	53%	82%	

Fonte: Relatório Mobilidade Urbana em Manaus (encomenda para este levantamento, autor: Manoel Paiva, ex-secretário de Trânsito e Transporte, especialista em mobilidade urbana). Disponível em: Anexo 3.5



FROTA DE VEÍCULOS DE MANAUS

ANO 2000 169.761 veículos

ANO 2010 452.300 veículos

ANO 2020 771.976 veículos

ANO 2022 855.922 veículos (agosto/2022)

Veículos no período: 622.215 em 20 anos

Média Anual de crescimento: 30.111 carros/ano

Média Mensal de crescimento: 2.592 carros/mês

Fonte: Relatório Mobilidade Urbana em Manaus (encomenda para este levantamento, autor: Manoel Paiva, ex-secretário de Trânsito e Transporte, especialista em mobilidade urbana). Disponível em: Anexo 3.5

Licitação suspeita

Às vésperas do Natal de 2022, no dia 23 de dezembro, a Prefeitura de Manaus publicou edital de licitação para a compra de 12 ônibus elétricos novos. No entanto, o documento trazia uma especificação: a de que fossem carros com um só motor, sendo que, no País, há apenas uma empresa fabricante de ônibus elétrico com essa especificação técnica, segundo noticiado pela revista Veja (disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar-economico/manaus-sob-suspeita-em-torno-do-direcionamento-de-licitacao-de-onibus/>).

No dia 03 de janeiro de 2023, a Prefeitura publicou, no Diário Oficial do Município, aviso de suspensão da licitação para aquisição de 12 ônibus elétricos, que previa a aquisição juntamente às respectivas estações de recarga. O aviso não informou o motivo da interrupção do processo licitatório.



Em julho de 2022, a prefeitura de Manaus anunciou a entrada em circulação no sistema de linhas municipais de 20 ônibus zero quilômetro. Na ocasião, segundo informação do Instituto Municipal de Mobilidade Urbana, a previsão era de que mais 60 ônibus seriam incorporados à frota, até o final de 2022, sendo 48 a diesel e 12 elétricos.

A venda de ônibus voltou a crescer no segundo semestre de 2022. Até a metade do ano, os licenciamentos vinham ocorrendo abaixo dos registros em iguais meses de 2021. No acumulado até setembro, eles anotam agora uma alta próxima a 9%, de acordo com a Associação dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

A produção de chassis para ônibus cresceu quase 65% em todo o País, indicando que, até o fim do ano, poderão ser emplacados 21 mil ônibus zero-quilômetro, resultando em alta próxima a 20% sobre o ano anterior (Fonte: <https://mobilidade.estadao.com.br/meios-de-transporte/venda-de-onibus-volta-a-crescer-no-segundo-semester/>).

Incongruências

Apesar do débito com o município, as empresas de ônibus continuam recebendo milhões de subsídios da Prefeitura de Manaus. Só em 2019, ano da última atualização das contas, o ex-prefeito Arthur Virgílio Neto concedeu R\$61 milhões ao consórcio.

Sem estudo técnico que aponte a necessidade e viabilidade do transporte complementar feito por micro-ônibus em Manaus, a Prefeitura realizou audiência pública para discutir o modelo do transporte complementar da cidade, como etapa obrigatória para um novo edital de licitação, que está previsto para ser lançado em meados de 2023.

A lei que cria o sistema, que vai substituir os atuais ônibus Alternativo (Zona Leste) e Executivo (Zona Norte), já está pronta. Em junho de 2022, foi san-



cionada a Lei de nº 2.898/2022, que integra ao sistema de transporte público de passageiros os modais executivos e alternativos, com 320 vagas exclusivas para pessoas físicas que desejarem participar do edital de licitação.

O sistema de micro-ônibus na cidade nunca foi regulamentado e sempre funcionou de forma precária. Atualmente, opera com 440 carros.

Em 2013, o prefeito Arthur Virgílio sancionou a Lei de nº 1.779/2013, que regulamentou o transporte público de passageiros na capital, definindo o número máximo de 230 veículos no sistema alternativo. No executivo, a quantidade foi definida à razão de 7,5% do número de veículos do sistema convencional, vedada mais de uma permissão. Isso, sem um estudo técnico de viabilidade.

Da mesma forma, foi publicada uma nova Lei nº 2.678/2020, sancionada pelo prefeito Arthur Virgílio Neto, em setembro de 2020, alterando o quantitativo de micro-ônibus, determinando o limite de 350 veículos em concessão individual a cada permissionário para as duas categorias, mas sem especificar quantos veículos seriam em cada uma.

Desconto ISSQN e ônibus elétricos

Além dessa norma, os vereadores aprovaram o Projeto de Lei 218/2022, que autorizou o Poder Executivo a alterar a ação constante do Plano Plurianual 2022-2025, com a finalidade de viabilizar a captação de convênio com o Governo do Amazonas para a aquisição dos primeiros ônibus 100% elétricos para a capital amazonense. Não há previsão de investimento em veículos do transporte coletivo a gás.

Brigas e Dívida

Em 2021, a dívida das empresas que operam no transporte público municipal com a Prefeitura de Manaus somava R\$ 101 milhões. O próprio Executivo Municipal informou o valor na contestação da ação interposta pelas empresas, que alegaram ter o montante de R\$ 21 milhões a receber, referente a um déficit



apurado na intervenção financeira realizada em 2019, na gestão do ex-prefeito Arthur Virgílio Neto (PSDB).

Na ação, ajuizada em dezembro de 2020, o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Amazonas (Sinetram) quis obrigar o município a cumprir um cronograma de pagamento da dívida que foi estabelecido na gestão de Arthur Virgílio, prevendo que o valor seria repassado às empresas em dez parcelas, entre julho de 2020 e abril de 2021.

A cobrança foi contestada pela Prefeitura em março de 2021, quando argumentou que as empresas deviam R\$ 101 milhões – valor apurado no período de 2011 a 2019. Na queda de braço, alegou ainda que o Sinetram não tinha “poder para agir, transigir, firmar acordos na esfera cível ou administrativa em substituição às pessoas jurídicas a ele filiadas”.

A prefeitura apresentou ainda documento da Controladoria-Geral do Município (CGM), datado de 19 de outubro de 2020, contra o pagamento. “Assim, e por todo o exposto e em virtude dos débitos existentes que até a presente data não foram quitados, não recomendamos o pagamento dos valores de R\$21.185.719,46 às empresas”, diz trecho do documento. Em nota técnica de nº002/2020 da CGM, emitida no dia 18 de maio de 2020, a CGM já havia alegado a existência da dívida de R\$101 milhões, conforme publicação do site Amazonas Atual (disponível em: <https://amazonasatual.com.br/com-dividas-de-r-101-milhoes-empresas-de-onibus-cobram-r-21-milhoes-da-prefeitura-de-manaus/>).

A intervenção financeira da Prefeitura nas empresas movimentou R\$125,7 milhões em duas contas bancárias abertas para gerenciar dinheiro do Sistema de Bilhetagem Eletrônica do transporte público de passageiros à época. Desse valor, R\$25,730 milhões foram depositados na Caixa Econômica e R\$99,974 milhões no Banco do Brasil. Aproximadamente 60% dos recursos repassados às empresas de ônibus foram para pagamento dos salários dos trabalhadores. Os demais gastos



foram para aquisição de combustível, vale-alimentação e serviços operacionais. O saldo, de R\$4,313 mil, foi devolvido ao Sinetram.

Os valores constam no relatório da intervenção financeira nas empresas. A Prefeitura ainda repassou mais R\$61,845 milhões às companhias. Desse valor, pouco mais de 80% complementaram a folha salarial dos trabalhadores, motoristas e cobradores, que vinham alegando atrasos de salários, descumprimento de direitos trabalhistas, pelo que ameaçavam paralisar o sistema.

Habitação

Com um déficit habitacional de 119.686 mil moradias, 43 mil imóveis estão fechados e desocupados. Em todo o Amazonas, a falta de moradias chega a 193.910 unidades. Os dados são do IBGE (disponível em: <https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/8873-corregedoria-e-secretaria-municipal-de-habitacao-e-assuntos-fundiarios-discutem-acoes-para-avanco-da-regularizacao-fundiaria-em-manaus#:~:text=Manaus%20possui%20um%20d%C3%A9ficit%20habitacional,estimativa%20pr%C3%A9via%20do%20Censo%202022.>)

Quinhentas moradias foram entregues a famílias de baixa renda de Manaus em agosto de 2021, pelo Governo Federal, beneficiando cerca de 2 mil pessoas com a casa própria. O conjunto Residencial Cidadão Manauara II, módulo B, faz parte do complexo do Residencial Cidadão Manauara, composto de três conjuntos habitacionais. Os dois primeiros, com o total de 1.284 unidades, foram entregues em 2016 e em 2020. O complexo faz parte do antigo programa Minha Casa, minha Vida, que passou a ser Casa Verde Amarela, no governo Jair Bolsonaro.

(fonte: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/08/governo-federal-entrega-500-casas-para-familias-de-baixa-renda-em-manaus>).



A etapa entregue em 2021 teve investimento federal de R\$ 41 milhões, sendo que cerca de R\$ 36 milhões foram repassados a partir de 2019.

Em março de 2024, o Prefeito de Manaus, David Almeida, e o Secretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários (Semhaf) assinaram a ordem de serviço do programa ‘Casa Manauara’, o qual foi criado com objetivo de realizar melhorias em unidades habitacionais que se encontrarem em condição precária. O valor das reformas, por habitação, será de até R\$ 27 mil, dos quais os beneficiados pagarão apenas 10%. Promete-se que cerca de quatro mil famílias de baixa renda serão contempladas com as reformas.

No orçamento de 2024, destinou-se o montante de R\$ 9.634.000 para habitação, contrariando os últimos anos em que a prefeitura reservou o valor irrisório de R\$ 25.000.

QUADRO II - RESUMO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E DE CATEGORIA			
R\$ 1.000			
ESPECIFICAÇÃO FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR - R\$ ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	TOTAL
01 - Legislativa	254.010.000	25.000	254.035.000
03 - Essencial à Justiça	47.499.000		47.499.000
04 - Administração	672.922.000	10.475.000	683.397.000
06 - Defesa Nacional	10.000		10.000
09 - Segurança Pública	41.183.000		41.183.000
08 - Assistência Social	105.989.000	44.914.000	150.903.000
09 - Previdência Social		910.024.000	910.024.000
10 - Saúde	1.916.533.000	1.916.533.000	3.833.066.000
11 - Trabalho	13.722.000	10.978.000	24.700.000
12 - Educação	2.263.726.000	59.593.000	2.323.319.000
13 - Cultura	800.000	6.414.000	7.214.000
14 - Direitos da Cidadania	941.908.000	730.738.000	1.672.646.000
15 - Urbanismo	84.642.000	25.000	84.667.000
16 - Habitação	19.899.000	8.377.000	28.276.000
17 - Saneamento	770.000		770.000
18 - Gestão Ambiental	22.915.000		22.915.000
20 - Agricultura			
21 - Comércio e Serviços	11.584.000	33.980.000	45.564.000
24 - Transporte	190.014.000		190.014.000
27 - Desporto e Lazer	12.172.000		12.172.000
28 - Encargos Especiais	17.543.000		17.543.000
99 - Reserva de Contingência	130.000		130.000
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	5.464.752.000	3.117.124.000	8.581.876.000

QUADRO V - RESUMO DAS TRANSFERÊNCIAS POR ÓRGÃO, ENTIDADES E FUNDO		
R\$ 1.000		
ÓRGÃO, ENTIDADES E FUNDO	Intermunicipais Admix	Intermunicipais Passivas
Câmara Municipal de Manaus	2.236.594.000	
Sistema Municipal de Finanças e Tecnologia da Informação		
Fundo Municipal do Trabalho	649.000	
Fundo Municipal de Saúde	1.184.354.000	
Fundo Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente	9.558.000	
Fundo Municipal de Assistência Social	3.211.000	
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	2.000	
Fundo Municipal de Direitos Humanos	2.000	
Fundo Municipal de Apoio à Pessoa com Deficiência	2.000	
Fundo Municipal Arquivos	2.000	
Fundação de Apoio ao Visor Doutor Thomas	29.413.000	
Instituto Municipal de Planejamento Urbano	15.742.000	
Fundo Municipal de Habitação	30.000	
Instituto Municipal de Urbanidade Urbana	154.700.000	
Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano	545.000.000	
Fundo Municipal de Inteligência Urbana	199.000.000	
Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos	41.025.000	
Fundo Municipal de Cultura	2.177.000	
Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural	2.000	



Fonte: Portal da Transparência Município de Manaus. LOA 2023. Disponível para download em: <https://transparencia.manaus.am.gov.br/transparencia/v2/#/planejamento>

 PREFEITURA DE MANAUS ORÇAMENTO 2024 QUADRO II - DESPESA POR FUNÇÕES DE GOVERNO			
ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$		
FUNÇÕES DE GOVERNO	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	TOTAL
01 - Legislativa	267.369.000	25.000	267.394.000
03 - Essencial à Justiça	50.068.000		50.068.000
04 - Administração	696.483.000	13.460.000	711.943.000
05 - Defesa Nacional	44.000		44.000
06 - Segurança Pública	44.788.000		44.788.000
08 - Assistência Social	97.876.000	55.800.000	153.676.000
09 - Previdência Social		609.424.000	609.424.000
10 - Saúde		1.622.541.000	1.622.541.000
11 - Trabalho	16.831.000	21.087.000	37.918.000
12 - Educação	2.352.933.000		2.352.933.000
13 - Cultura		70.277.000	70.277.000
14 - Direitos da Cidadania	620.000	15.636.000	16.256.000
15 - Urbanismo	1.031.068.000	650.354.000	1.681.422.000
16 - Habitação	9.534.000	100.000	9.634.000
17 - Saneamento	54.448.000		54.448.000
18 - Gestão Ambiental	23.875.000	4.923.000	28.798.000
20 - Agricultura	7.362.000		7.362.000
23 - Comércio e Serviços	25.234.000	12.157.000	37.391.000
26 - Transporte		183.229.000	183.229.000
27 - Desporto e Lazer		16.237.000	16.237.000
28 - Encargos Especiais	861.775.000	19.305.000	901.080.000
99 - Reserva de Contingência	231.588.000	100.000	231.688.000
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	5.793.714.000	3.294.656.000	9.088.369.000

 PREFEITURA DE MANAUS ORÇAMENTO 2024 QUADRO III - DESPESA POR ÓRGÃOS E ENTIDADES			
ESPECIFICAÇÃO	ADM. DIRETA	ADM. INDIRETA	TOTAL
PODER LEGISLATIVO	267.369.000	25.000	267.394.000
CÂMARA MUNICIPAL DE MANAUS	267.369.000	25.000	267.394.000
PODER EXECUTIVO	5.294.757.000	3.294.630.000	8.589.387.000
CASA CIVIL	53.050.000	15.830.000	68.880.000
GABINETE DO VICE-PREFEITO	2.788.000		2.788.000
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO	136.260.000		136.260.000
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO	173.388.000	138.388.000	311.776.000
CASA MILITAR	6.921.000		6.921.000
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.267.098.000		1.267.098.000
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	2.346.933.000		2.346.933.000
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO	184.858.000		184.858.000
SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO	16.491.000	32.047.000	48.538.000
CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO	8.854.000		8.854.000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		1.480.818.000	1.480.818.000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	38.331.000		38.331.000
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	648.001.000		648.001.000
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E MUDANÇA DO CLIMA	33.875.000	4.923.000	38.798.000
SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	58.198.000	58.753.000	116.951.000
SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA	437.215.000		437.215.000
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, CENTRO E COMÉRCIO INFORMAL	32.996.000		32.996.000
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	9.534.000	100.000	9.634.000
FUNDAÇÃO MANAUS ESPORTE	16.237.000		16.237.000
FUNDAÇÃO DE APOIO AO DOUTOR THOMAS	37.673.000		37.673.000
INSTITUTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO	470.723.000		470.723.000
INSTITUTO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA	379.533.000		379.533.000
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E EVENTOS	71.542.000		71.542.000
MANAUS PREVIDÊNCIA	612.024.000		612.024.000
AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE MANAUS	7.618.000		7.618.000
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	231.588.000	-	231.588.000
TOTAL GERAL DAS DESPESAS	5.793.714.000	3.294.630.000	9.088.343.000



Suspeita de irregularidades

A Caixa Econômica instaurou um procedimento interno, em agosto de 2021, para apurar suspeitas de irregularidades no sorteio de imóveis do residencial Manauara 2, financiados pelo programa Casa Verde do Governo Federal e que constam como sendo da Prefeitura em propaganda oficial, conforme mencionado anteriormente.

Entre os beneficiários estariam duas tias e uma prima da filha do prefeito, que são nomeadas na Prefeitura com salários de até R\$4 mil em cargos comissionados.

(Fonte: <https://revistacenarium.com.br/parentes-do-prefeito-de-manaus-sao-contemplados-em-sorteio-de-casas-da-caixa-economica/>).

Há um processo aberto pelo Ministério Público Federal (MPF) em desfavor da Prefeitura de Manaus, que está em segredo de Justiça

(Fonte: <https://amazonas1.com.br/escandalo-dos-apartamentos-completa-6-meses-processo-segue-em-segredo-de-justica/>).

Prosamim

Por parte do Governo do Estado, o único programa com viés habitacional é o Prosamim+, que tem previsão de reassentar 2.580 famílias de áreas de risco de alagação na obra do Residencial Rodrigo Otávio, no bairro Japiim, em fase de construção.

O residencial é o primeiro construído pelo Governo do Amazonas na atual etapa do programa, executado pela Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE). No entanto, trata-se de um programa de urbanização de igarapés que



inclui habitação, além de saneamento básico e mobilidade urbana. Em dezembro, o Governo assinou ordem de serviço para a construção de mais um residencial do Prosamin+, com nove blocos e 72 apartamentos.

Para o coordenador de disseminação de informações do IBGE no Amazonas, Adjalma Nogueira, além do investimento na construção de conjuntos habitacionais, o poder público deve, primeiro, garantir que o local tenha as condições adequadas para moradia, no que diz respeito à oferta de serviços como escolas, postos de saúde, hospitais, transporte público e feiras.

Além disso, a Prefeitura poderia diversificar as políticas habitacionais para além das unidades residenciais, beneficiando uma outra parcela da população com menos recursos.

“O poder público pode incentivar as pessoas a construir suas próprias habitações em bairros planejados, ou seja, planejar um bairro, estruturar o bairro e, só depois, vender ou sortear os lotes para as pessoas, atingindo outro público além dos que já são beneficiados pelo programa Minha Casa, Minha Vida. Afinal, o que é um bairro planejado? Que tenha ruas e lotes delineados, com espaços de lazer, áreas verdes, aparelhos públicos, como escolas, praças, postos de saúde, tudo planejado”, pondera.

A subnotificação do déficit habitacional é também um problema a ser considerado na capital amazonense, segundo o professor de Geografia Urbana e Geografia Econômica na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Isaque Souza.

Segundo o geógrafo, que atua em grupo de pesquisas sobre dinâmicas urbanas na Região Metropolitana de Manaus RMM, na universidade estadual, a falta de critérios para a inclusão das pessoas nessa categoria dificulta a efetividade das políticas públicas habitacionais, uma vez que elas são baseadas nessas estatísticas.



“Temos o problema do cadastro urbano das terras, o que banaliza a precarização da habitação, cenário tão presente nas grandes cidades, especialmente essas que cresceram de forma acelerada por conta da industrialização, como foi o caso de Manaus, que saltou de 370 mil habitantes em 1970 para 1,8 milhão em 2010, um crescimento populacional de mais de 500% em 40 anos. As políticas públicas de ordenamento da terra não acompanharam esse ritmo”, explicou.

Em dezembro, o prefeito David Almeida, acompanhado do governador Wilson Lima, entregou 10.655 certidões de Habite-se do conjunto Nova Cidade, na zona Norte. A ação foi executada pela parceria da Prefeitura de Manaus e governo do Amazonas, por meio de cooperação técnica entre o Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb) e a Superintendência de Habitação do Amazonas (Suhab). A meta da parceria é entregar cerca de 20 mil documentos. Até o momento, nenhuma casa ou programa foi anunciado.

(Fonte: <https://www.manaus.am.gov.br/noticias/parceria/prefeitura-e-subah-alinham-agenda-2023-com-foco-em-construcao-verde-e-habitacao/>).

De acordo com o Implurb, o Habite-se cobre os conjuntos habitacionais Nova Cidade, o Cidadão V, Cidadão VI e o atual Cidadão VIII, atingindo um contingente de 70 mil pessoas.

O Nova Cidade foi oficialmente criado como bairro pela Lei Municipal 1.401, em 2010, quando Manaus passou a ter 63 bairros, número atual. Foi entregue antes aos mutuários, nos anos de 2001 a 2007, e é o segundo regularizado em 20 anos, por meio da parceria do Governo do Estado com a prefeitura da capital.

Em setembro, o governo regularizou as 412 unidades habitacionais do Conjunto Habitacional Renato Souza Pinto, que foi entregue aos beneficiários em 1989, pela antiga Sham, atual Suhab.



A certidão é um documento legal, conforme o artigo 33 da Lei 673/02, referente ao Código de Obras do Município, uma das leis do Plano Diretor de Manaus, e atesta que o imóvel foi construído de acordo com o projeto aprovado e licenciado seguindo as exigências estabelecidas pela legislação urbana em vigor.

A gestão municipal emitiu um total de 830 certidões de Habite-se via Implurb, no ano de 2023. Em toda a gestão do prefeito David Almeida foram expedidas 2.097 certidões de Habite-se e licenciados quase 3 milhões de metros quadrados, no período de janeiro de 2021 a dezembro de 2023.

(Fonte: <https://www.portalmarcossantos.com.br/2024/01/03/com-830-certidoes-no-ano-manaus-tem-alta-de-19-na-emissao-de-habite-se/>)

Limpeza urbana

Sem coleta regular, 30 mil domicílios ainda queimam o lixo, em Manaus.

Em pelo menos 30 mil domicílios de Manaus o lixo produzido pelos moradores ainda é queimado na propriedade, aponta a Pesquisa Nacional de Amstras por Domicílio (PNAD) Continua 2018 – Características Gerais dos Domicílios, publicada pelo IBGE em 2019, último dado para o tema.

Segundo a PNAD Contínua, na maioria dos domicílios da capital amazonense (676 mil), os resíduos sólidos foram coletados diariamente em 2018, 4% a mais que o montante recolhido em 2017, de 650 toneladas. Em 2016, a coleta diária de resíduos sólidos chegava a 617 mil domicílios.

Durante o ano de 2021, foram coletadas 836.906 toneladas de Resíduos Sólidos Urbano em Manaus, uma média de 2.292,9 toneladas por dia, segundo dados do Relatório de Gestão da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana e Resíduos Sólidos (Semulsp) de 2021 (não houve atualização do documento).



Esse montante representa 13,54% do total de resíduos coletados na região Norte (6.177.019 toneladas) nesse ano, segundo informações do Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2022, da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais.

A região metropolitana de Belém tem uma população de 2,5 milhões de habitantes, maior que a de Manaus, e tem geração anual de 803 mil toneladas de lixo urbano, uma média diária de 2,2 mil toneladas por dia, segundo dados da Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos (Abren). A capital paraense responde por 12,99% dos resíduos coletados no Norte.

Os números de 2021 em Manaus mostram uma queda de 13,47% em relação ao ano de 2019, quando foram recolhidas 967.277 toneladas de resíduos sólidos na capital amazonense. Na época, a média coletada diariamente era de 2.650,1 toneladas, segundo relatório da secretaria 2019 (<https://semulsp.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Relatorio-das-atividades-da-Semulsp-janeiro-a-dezembro-de-2019.pdf>).

Não é possível o comparativo com o ano de 2020, cujo dado disponível só foi contabilizado até o mês de outubro daquele ano. O relatório, no entanto, aponta o consolidado desde 2013, ou seja, o período da gestão do prefeito Arthur Virgílio Neto, quando foram registrados 7,2 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos coletados, com taxa de crescimento de 1% ao ano na coleta mensal de RSU.

(Fonte:<https://semulsp.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio-Semulsp-2013-a-2020-parcial.pdf>).



Tabela 2: Quantidade anual, em toneladas, de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e de Coleta Domiciliar coletados em Manaus no período de 2013 a 2020

Ano	Resíduos (RSU) tonelada	Sólidos Urbanos Coleta Domiciliar ton
2013	904.426	605.560
2014	995.837	662.620
2015	1.013.873	654.051
2016	852.793	580.150
2017	870.778	587.910
2018	920.411	579.385
2019	954.090	576.153
Jan a out 2020	731.070	497.237
Total	7.243.278	4.743.066

Fonte: Semulsp

Fonte: Relatório Semulsp 2013–2020. Disponível em: Anexo 3.8 e <https://semulsp.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio-Semulsp-2013-a-2020-parcial.pdf>

Os resíduos sólidos urbanos (RSU) correspondem a 98,9% do total de resíduos coletados, segundo dado mais recente, referente ao ano de 2021. Os 1,4% restantes (13.187 toneladas/ano) são oriundos de coletas de terceiros, aquelas destinadas a indústrias ou à construção civil, por exemplo.

A Coleta domiciliar foi responsável pelo recolhimento de 567.842 toneladas, com uma participação de 67,9 % em relação ao total de resíduos coletados, com média diária de 2.292,9 toneladas. Esse dado representou um aumento da participação da coleta domiciliar em relação ao total de resíduos recolhidos durante o ano.

Em 2019, o lixo residencial representou o montante de 576.153 toneladas, responsável por 59,6% do total de resíduos coletados na cidade. A média diária alcançou 1.587,2 toneladas.



Modalidade	2019	2021	Varição
Resíduos sólidos urbanos*	954.090	836.906	
Coleta domiciliar*	576.153	567.842	
Média diária de coleta domiciliar*	1.587,2	2.292,9	
Coleta per capita**	723	690	

*Em toneladas

** Gramas

Fonte: Relatórios Semulsp 2021 e 2019 – Disponível em Anexo 3.6 e 3.8

Coleta seletiva

O Sistema de Coleta Seletiva processou 12.320 toneladas de recicláveis no ano de 2021. Em 2019, esse número foi de 12.455 toneladas e vem se mantendo nessa média, de acordo com relatório da Semulsp ref. 2013-2020 (quadro 2).

Modalidade	Quantidade coletada (toneladas)	Média diária (tonelada)	Participação Relativa em relação ao total coletada	Coleta per capita ⁽¹⁾ Kg/hab. dia
Total	836.906	2.292,9	100,0%	1,016
Coleta Domiciliar	567.842	1.555,7	67,85%	0,690
Remoção Mecânica	114.346	367,7	13,66%	0,139
Remoção Manual	131.383	360,9	15,70%	0,160
Coleta de Poda	11.015	31,0	1,32%	0,013
Coleta Seletiva	12.320	40,1	1,47%	0,015

Fonte: Semulsp.

Nota: (1) A população de Manaus em 2021 foi estimada em 2.265.923 habitantes / IBGE - julho de 2021.

Tabela 5: Indicadores da Coleta Seletiva - 2013 a 2020

Ano	Quantidade coletada toneladas	Número PEVS	Taxa de reciclagem %
2013	1.545,2	4	0,51%
2014	11.388,5	4	1,77%
2015	11.130,4	4	1,68%
2016	8.089,9	4	1,38%
2017	10.934,2	4	1,75%
2018	12.349,1	4	1,96%
2019	12.455,0	6	2,20%
Jan a out 2020	7.250,0	36	1,5%

Fonte: Semulsp



Esta modalidade de coleta, implantada desde 2005, caracteriza-se por cinco estratégias de execução, de acordo com a Semulps: Coleta nos Pev's (pontos de entrega voluntária), Coleta no Centro, Coleta Agendada, Coleta no Galpão da Logística Reversa, Coleta nas Associações e Cooperativas apoiadas.

A coleta nos PEVs é operada por meio de 20 pontos, todos em supermercados. A coleta no Centro é feita em quatro pontos acordados com os lojistas. A coleta agendada é um serviço voltado para grandes objetos, lançado em 11 de julho de 2019, em parceria com as duas concessionárias dos serviços de coleta de lixo que operam em Manaus.

De janeiro a dezembro de 2021, o custo com os serviços de coleta e a disposição final de lixo operados pelas duas concessionárias alcançou o montante de R\$ 279.788.705,90, o que equivale a uma média mensal de R\$ 23.315.725,49, ou seja, R\$ 124,03 por habitante a cada mês.

Tabela 2: Custos com Coleta e Disposição Final de lixo – janeiro a dezembro de 2021

Modalidades	Custo	Custo Mensal	Participação	Custo per capita ⁽²⁾
Total	R\$279.788.705,90	R\$23.315.725,49	100,00%	R\$124,03
1. Serviços Contratuais	R\$175.890.833,36	R\$14.657.569,45	62,87%	R\$77,97
1.1 Coleta Domiciliar	R\$121.651.972,39	R\$10.137.664,37	43,48%	R\$53,93
1.2 Remoção Mecânica	R\$15.903.029,58	R\$1.325.252,47	5,68%	R\$7,05
1.3 Remoção Manual	R\$28.455.360,64	R\$2.371.280,05	10,17%	R\$12,61
1.4 Coleta de Poda	R\$7.088.309,42	R\$590.692,45	2,53%	R\$3,14
1.5 Educação Ambiental	R\$2.792.161,33	R\$232.680,11	1,00%	R\$1,24
2. Serviços Qualificados	R\$18.559.316,52	R\$1.546.609,71	6,63%	R\$8,23
3. Novos Serviços	R\$2.013.620,54	R\$167.801,71	0,72%	R\$0,89
4. Disposição Final	R\$83.324.935,48	R\$6.943.744,62	29,78%	R\$36,94

Fonte: Semulps.

Nota: (2) A população de Manaus em 2021 foi estimada em 2.255.903 habitantes (IBGE, julho de 2021)



Limpeza de igarapés

De janeiro a dezembro de 2021, foram realizadas 1.357 ações de limpeza em mais de 100 igarapés, córregos, orlas e praias de Manaus, o que resultou na coleta de 12.610 toneladas de resíduos – média diária de 35 toneladas. O serviço mecanizado, utilizando duas balsas, coletou 6.650 toneladas de resíduos, com uma média de 550 toneladas por operação.

O serviço consiste no recolhimento do lixo que boia na superfície da água e nas margens dos igarapés e orlas, além da retirada de vegetação aquática para melhorar o escoamento da água. A coleta fluvial dos resíduos é realizada com a utilização de duas balsas, dois empurradores, duas escavadeiras hidráulicas, uma embarcação autopropulsora tipo carga geral e cinco botes com motores de popa. O serviço é executado sempre no horário diurno, com um quantitativo de 65 servidores envolvidos (próprios e da terceirizada).

Nos igarapés mais estreitos, como o do Mestre Chico, o do Franco, o do Mindú, Igarapé do 40, Igarapés da Avenida Brasil, Igarapé do Passarinho, Igarapé do Alvorada, a balsa não é utilizada. Os garis atuam tanto na área terrestre quanto dentro d'água. O lixo é captado através de barreiras de contenção e amontoado nas margens, onde é coletado e retirado por caçambas e levado para o Aterro Municipal.

A remoção manual, coleta feita por agentes da Semulsp em locais de difícil acesso, retirou 5.960 toneladas dos igarapés de Manaus. Esse serviço atendeu uma extensão linear de 457 quilômetros, com uma área executada de 9 Km². Em termos relativos, densidades de 27,6 toneladas por km e 1.401,1 toneladas por km². O custo dessa operação, envolvendo mão de obra, aluguel das duas balsas, coleta e disposição dos resíduos, foi de R\$ 18.645.614,04, o equivalente a R\$ 1.478,64 por tonelada de lixo coletada.



Os dados estão disponíveis no anexo 3.6 do documento constante no link <https://semulsp.manaus.am.gov.br/relatoriodeatividades/>.

O descarte incorreto é um dos principais exemplos da quantidade de lixo que acaba nos rios e igarapés de Manaus. Aliada à falta de uma conscientização e educação ambiental, é responsável pela manutenção da indústria de coleta que ganha pelo peso do lixo coletado, conforme previsto no Plano Diretor Municipal de Resíduos Sólidos, determinado na Lei nº 1.349, de 9 de novembro de 2011. (dados disponíveis em: <https://semulsp.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2010/12/PLANO-DIRETOR-MUNICIPAL-DE-RES%C3%8DDUOS-S%C3%-93LIDOS.pdf>)

A opinião seguinte é da pesquisadora no Instituto Nacional de Pesquisas na Amazônia (INPA), Marcela Amazonas, mestre em Ciências Florestais e Ambientais. “Infelizmente, ainda falta consciência, ainda estamos lutando para que entendam que o plástico jogado hoje na rua, volta na próxima enchente. Resíduo é dinheiro. Simples. Direto. Ou se entende isto ou ainda sofreremos mais e mais”, afirma.

A pesquisadora critica a falta de uma política pública consolidada, voltada à educação ambiental em Manaus e no Amazonas. “Há uma estagnação, muda governo e as mesmas ações permanecem: realizam campanhas pontuais vazias, como a Semana da Água em março, do Meio Ambiente em junho. Não existe uma política pública para massificar, para incidir no hábito das pessoas. Hoje, a questão do resíduo é vista como ‘jogo a hora que eu quero e faço o que bem entender com meu resíduo’, ao passo que a questão ambiental é vista como algo careta e que vai importunar a sociedade”, explica Marcela Amazonas.

“O que seria mais barato e mais concreto, além de urgente, é a educação da população”, completa. De acordo o relatório da Semulsp, esse segmento representa 1% do orçamento da secretaria.



Tabela 2: Custos com Coleta e Disposição Final de lixo – janeiro a dezembro de 2021

Modalidades	Custo	Custo Mensal	Participação	Custo per capita ⁽²⁾
Total	R\$279.788.705,90	R\$23.315.725,49	100,00%	R\$124,03
1. Serviços Contratuais	R\$175.890.833,36	R\$14.657.569,45	62,87%	R\$77,97
1.1 Coleta Domiciliar	R\$121.651.972,39	R\$10.137.664,37	43,48%	R\$53,93
1.2 Remoção Mecânica	R\$15.903.029,58	R\$1.325.252,47	5,68%	R\$7,05
1.3 Remoção Manual	R\$28.455.360,64	R\$2.371.280,05	10,17%	R\$12,61
1.4 Coleta de Poda	R\$7.088.309,42	R\$590.692,45	2,53%	R\$3,14
1.5 Educação Ambiental	R\$2.792.161,33	R\$232.680,11	1,00%	R\$1,24
2. Serviços Qualificados	R\$18.559.316,52	R\$1.546.609,71	6,63%	R\$8,23
3. Novos Serviços	R\$2.013.620,54	R\$167.801,71	0,72%	R\$0,89
4. Disposição Final	R\$83.324.935,48	R\$6.943.744,62	29,78%	R\$36,94

Fonte: Semulsp.

Nota: (2) A população de Manaus em 2021 foi estimada em 2.255.903 habitantes (IBGE, julho de 2021)

“A visão que se tem hoje é: eu gero resíduo e depois reciclo, ou seja, não existe um fim nesse ciclo. É preciso buscarmos formas de não o gerar, mas nem chegamos a discutir isso ainda. Para isso, é preciso pesquisa. É uma questão que só pode ser tratada pelo viés da educação e pela firmeza nos processos seguintes: coleta, triagem e reutilização. Hoje eu reciclo 20% de 100%, por exemplo. Essa ideia é equivocada: temos que reduzir 20% e reutilizar 80%. O último R é o REICLAR. O primeiro é REPENSAR [repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar]. E o tal repensar serve para todas as esferas: população, governo e instituições”, considera.

No ano de 2021, a Prefeitura de Manaus afirma ter realizado 786 ações de educação ambiental, correspondendo a uma média de 66 ações por mês. Essas atividades sensibilizaram 65.568 pessoas, o que representa uma cobertura de 3 % em relação à população manauara.

No entanto, a maioria delas 712 ações foram voltadas unicamente ao trabalho de combate a lixeiras viciadas na cidade, as quais corresponderam a



implantação de jardins, instalação de placas de sensibilização, instalações de lixeiras comunitárias e implantação de coleta especial e alocação de fiscais para impedir o descarte irregular do lixo em certos locais.

O número de ações de educação ambiental é o menor da série histórica da secretaria, conforme quadro abaixo:

Tabela 6: Indicadores da Educação Ambiental - 2013 a 2020

Período	Ações	Pessoas sensibilizadas	Média mensal de ações	Média mensal de pessoas sensibilizadas	Taxa de cobertura de pessoas sensibilizadas
2013	820	54.582	68,3	4.548,5	2,8%
2014	1.341	170.901	111,8	14.241,8	8,5%
2015	2.227	115.806	185,6	9.650,5	5,6%
2016	1.978	171.902	164,8	14.325,2	8,2%
2017	1.181	101.152	98,4	8.429,3	4,7%
2018	1.216	109.321	101,3	9.110,1	5,1%
2019	1.296	98.509	108,0	8.209,1	4,5%
Jan a Out de 2020	404	28302	81,00	5.660	1,3%

Fonte: Semulsp

“A educação é a chave da solução desse problema: quando falamos em gestão de resíduos sólidos, falamos de educação. Governo e Prefeitura precisam alinhar um planejamento para conter o descarte incorreto. Temos uma agenda até 2030 que são os 17 objetivos sustentáveis, a ODS, e o Brasil é um dos principais poluidores com plásticos”, afirma o criador do projeto Remada Ambiental, Jadson Maciel.

O projeto de coleta de resíduos no Rio Tarumã iniciou em 2016 e é referência de ação de logística reversa e educação ambiental na cidade. “Precisamos fechar essa torneira de descarte incorreto e a sociedade precisa sim de aporte



do Estado para tentar sanar esse problema. Eu vou além: a situação é delicada para as cooperativas de catadores, que não têm ajuda necessária da Prefeitura para conseguirem fazer com que esses resíduos entrem no ciclo produtivo deles, na cadeia produtiva. Isso toma outra proporção quando consideramos que estamos na Amazônia, onde os governantes só lembram do Meio Ambiente em dias específicos, como Dia mundial da Água, Dia do Meio Ambiente e Dia da Amazônia”, ressalta.

Ele afirma que o apelo dessas datas tem que ser inserido diariamente na vida de todos, o que só acontece por meio de uma intensa política de educação ambiental.

Os resíduos sólidos produzidos nas cidades do Norte do país poderiam gerar energia para mais de 550 mil residências, beneficiando 2,2 milhões de pessoas, segundo estudo publicado em agosto de 2022 pelo Instituto Escolhas, que desenvolve e compartilha estudos e análises sobre temas fundamentais relacionados ao desenvolvimento sustentável. A instituição foi fundada pelo advogado Sérgio Leitão, ex-diretor de Políticas Públicas e diretor de Campanhas do Greenpeace Brasil e um dos fundadores do Instituto Socioambiental (ISA), do qual foi diretor-executivo.

Conforme o instituto, somente 6% dos resíduos urbanos na Amazônia são aproveitados para a geração de energia nos aterros sanitários de Manaus (AM) e Rosário (MA).

Desde 2008, o Aterro Sanitário de Manaus elimina 40 mil toneladas de biogás (metano CH₄ e CO₂) por mês, gerando créditos de carbono ao município. De 2009 a 2018, foram reduzidas 3.606.344 toneladas de emissão de biogás (metano), sendo a média diária de 1.039 toneladas de biogás. Em 2022, a Prefeitura de Manaus informou que a média mensal de produção do gás limpo é de 28,7 mil toneladas de energia, um potencial elétrico estimado de 10 megawatts, passível de atender até 20 mil pessoas por mês (disponível em: <https://g1.globo.com/am/>



amazonas/noticia/2022/07/25/aterro-sanitario-de-manaus-produz-energia-limpa-capaz-de-atender-ate-20-mil-pessoas-por-mes-diz-prefeitura.ghml).

Em maio de 2019, um novo gerador de energia movido a biogás foi inaugurado, o que tornou o projeto-piloto autossuficiente, além de gerar um excedente de 120 kilowatts/hora de energia limpa (<https://www.manaus.am.gov.br/noticias/meio-ambiente/aterro-sanitario-energia-limpa/>)

Tabela 6: Dados do Biogás do Aterro -2009 a 2019

Ano	Produção anual (tonelada)	Média mensal (tonelada)	Média diária (tonelada)
Julho a Dez 2009	41.659	6.943	228
2010	194.287	16.191	532
2011	156.029	13.002	427
2012	341.833	28.486	937
2013	428.992	35.749	1175
2014	484.420	40.368	1327
2015	504.943	42.079	1383
2016	465.064	38.755	1274
2017	533.137	44.428	1461
2018	453.321	37.777	1242
2019	503.966	41.997	1381
2020	560.269	46.689	1535
2021	622.862	51.905	1706
Total	5.290.781	444.369	14.608
Média	406.983	34.182	1.124

Fonte: Semulsp

A iniciativa levou a Prefeitura de Manaus a firmar um protocolo de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) com o programa das Nações Unidas para Mudanças Climáticas, para a geração de créditos de carbono por meio da queima limpa de gases no aterro sanitário, coordenado pela Semulsp.

A operação de controle e medição da emissão dos gases é realizada exclusivamente pela Conestoga-Rovers e Associados Engenharia Ltda. (CRA). A



empresa Det Norske Veritas (DNV) é a responsável pela certificação das emissões reduzidas que estão em andamento.

A disputa pelo processamento do lixo trouxe uma nova modalidade de processamento e produção de energia em Manaus: em novembro de 2022, a empresa Amazonas Eco Company (Amec) lançou o primeiro ponto de coleta de lixo para reciclagem no Amazonas shopping, para que todo material coletado seja carbonizado e se torne energia alternativa.

A operação vai processar, inicialmente, as 2 toneladas de resíduos produzidos por dia no estabelecimento. De acordo com a empresa, os resíduos orgânicos serão destinados à produção de ração animal.

A Amec iniciou as operações em Manaus em agosto de 2021, quando foi inaugurada a primeira usina de tratamento de resíduos sólidos urbanos e industriais, no bairro Mauazinho, com a proposta de utilizar todas as sobras e rejeitos para geração de energia elétrica. Reunindo oito empresas especializadas no tratamento de resíduos, a companhia opera a carbonização do lixo para gerar energia limpa. O diretor-presidente do grupo, Michel Ribeiro, apontou a iniciativa como possível solução para o aterro sanitário de Manaus, em entrevista ao Jornal do Comércio. (disponível em: <https://www.jcam.com.br/noticias/manaus-e-pioneira-na-carbonizacao-do-lixo-diz-michel-ribeiro/>).

Aterro

A disputa pelo mercado de tratamento de resíduos sólidos, que tem no Marco Legal do Saneamento Básico a segurança jurídica para as operações – segundo o qual, até 2024, todas as cidades deverão estar munidas de aterro sanitário – vem atraindo o interesse de empresas na capital amazonense.

O grupo Norte Ambiental já está com processo de licenciamento junto ao Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (Ipaam), para a construção de um novo aterro no município de Iranduba, a fim de receber os resíduos



de Manaus, por meio da ponte que liga as duas cidades, considerada um ponto turístico. O processo está sendo tocado pelo Governo do Estado sem licitação e contra a vontade das comunidades que vivem na zona rural daquele município (disponível em: <https://www.estadopolitico.com.br/justica-suspende-processo-de-licenciamento-para-aterro-sanitario-em-iranduba/>).

A urgência no processo de licenciamento se dá por conta do prazo de vida útil do local, que é dezembro de 2024. De acordo com o Plano Diretor Municipal de Resíduos Sólidos, a implantação de um novo aterro deveria ter acontecido em 2021. Assim como a questão do aterro, quase todas as metas estipuladas pelo plano estão atrasadas.

O aterro sanitário de Manaus está localizado no km 19 da rodovia AM-010, na estrada que liga a capital amazonense ao município de Itacoatiara.

O local acumula mais de 20 milhões de toneladas de resíduos sólidos e produz aproximadamente 4.700 toneladas de gases de efeito estufa, sendo 53% de gás metano.

Desde 1986, o local recebe os resíduos sólidos urbanos da cidade de Manaus, na condição de lixão. Dez anos depois, a partir de setembro de 2006, iniciou-se o processo de adequação. Em setembro de 2007, veio a certificação da área como aterro.

"O aterro, para nascer assim, tem que começar com estudo do solo, nível do lençol freático, saber se é mais arenoso ou não, qual é o meu entorno, como vou colocar o dutos para sugar o chorume, se vou ter uma área de tratamento, como estará o duto dos gases... não tem um estudo sobre os resíduos que me aponte onde está a maior geração, as causas, como é a logística, o horário da coleta, como cada zona se comporta, por que eu preciso ter esse controle, inclusive em relação a uma zona comercial, a fim de evitar que aquele lixo fique muito tempo exposto e acabe se espalhando. A partir daí, devo construir meus parâmetros. Isso



é como um aterro deveria funcionar, ter um gerenciamento. Qualquer outra coisa é uma maquiagem e, na natureza, a maquiagem não funciona. Pode funcionar para conseguir um selo, mas o prejuízo futuro será grande”, afirma a pesquisadora Marcela Amazonas.

Ela ressalta que, no aterro sanitário de Manaus, as esteiras de separação do lixo não funcionam. Não há espaço para os catadores trabalharem, nem controle sobre as entradas de descarte.

Hoje, possui cerca de 100 funcionários e é responsável pelo recebimento do lixo coletado na cidade de Manaus, recebendo resíduos domiciliares, de remoção mecânica, de remoção manual, da coleta de poda e coleta seletiva e de terceiros, que pagam uma taxa para descartar no local. Não é permitida a entrada de resíduos perigosos, bem como resíduos inertes.

Duas balanças, com capacidade de 60 toneladas, são utilizadas para aferir o peso dos veículos coletores na entrada e saída do acesso às células de aterramento, de modo a obter exatamente, pela diferença, o peso líquido dos resíduos a serem dispostos.

A área pertence à Prefeitura de Manaus, conforme o Decreto Municipal nº 2.694, de 08 de março de 1995. Antes, era de propriedade do senhor chamado Honorino Dalberto.

Caixa preta da coleta

Atualmente o Aterro Sanitário é operado pelas concessionárias Tumpex e Marquise, que realizam todo o processo, desde a coleta. Não por acaso, as três primeiras posições ocupadas entre os cem maiores prestadores de serviços ou fornecedores de materiais do Município de Manaus são do serviço de coleta e limpeza pública, segundo relatório analítico do TCE-AM (disponível em: https://www2.tce.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/Relatorio-AnalA_tico-COM-PREF-exercA_cio-2021.pdf)



Comissão das Contas do Prefeito de Manaus						
ITEM	CNPJ	CREADOR	EMPENHADO ATÉ DEZEMBRO	LIQUIDADO ATÉ DEZEMBRO	PAGO ATÉ DEZEMBRO	SALDO
1	344524000189	TUMPEX EMPRESA AMAZONENSE DE COLETA DE LIXO LTDA	143.300.852,20	143.300.852,20	143.300.852,20	-
2	7950702000185	CONSTRUTORA MARQUISE S/A	110.801.179,10	110.801.179,10	110.801.179,10	-
3	1778393000103	MAMUTE CONSERVAÇÃO CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA	82.111.031,72	81.901.804,04	81.901.804,04	209.827,68
4	8350504000177	SERTE F. PORTELA PUBL. E EDATIE LTDA	73.840.009,40	73.840.009,40	73.840.009,40	-
5	616451040000100	PRE APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL LTDA-EPF	65.911.884,47	58.536.656,66	64.407.388,34	11.414.586,33
6	3111342000145	IN TECNOLOGIAS LTDA	20.813.681,04	20.160.341,34	20.843.329,24	20.840.444,50
7	13484366000105	INTEGRAÇÃO TRANSPORTES LTDA	49.256.276,13	49.256.276,13	49.256.276,13	-
8	14129000000120	TERCOM TERRAPLENAGEM LTDA	48.233.175,09	48.233.175,09	44.028.976,47	4.204.198,62
9	3841658000127	CORPORACAO ANDESA DE FOMENTO	45.057.188,73	45.057.188,73	45.057.188,73	-
10	9177007000178	VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA	41.807.070,03	41.807.070,03	41.807.070,03	-
11	23751000000129	FUNDO DE CUSTEO DO PLANO DE SAUDE DOS SERV. PUBLI	41.732.914,14	41.732.914,14	41.732.914,14	-

Em junho de 2021, o Ministério Público do Estado do Amazonas (MPE-AM) instaurou inquérito para investigar os contratos com a Tumpex Ltda, que opera na capital amazonense desde 2003, e com a Construtora Marquise S/A, que atua desde 2013. Ambas possuem contrato para a coleta de lixo e, ao longo desse período, os contratos já receberam diversos aditivos.

De acordo com o promotor Edgard Maia de Albuquerque Rocha, responsável pelo inquérito, o motivo foi a apuração da renovação dos contratos sem licitação. Os contratos investigados são o 01/2013 e o 16/2005, derivados dos contratos 34/2003 e 33/2003.

O contrato com a Tumpex, de 2003, tinha previsão de duração de cinco anos e já recebeu nove termos aditivos. A nona e última renovação de contrato, assinada em 2020, prevê a contratação do serviço pelo período de 15 anos, até 14 de novembro de 2035.

O contrato com a Marquise, de 2013, já teve oito aditivos e também vai até 2035. Ao todo, as duas empresas deverão receber R\$3.127.533.467,40, de 2020 até 2035.

Assim que assumiu a Prefeitura de Manaus, David Almeida solicitou ao TCE-AM a revogação dos contratos entre a prefeitura e as duas empresas.



Em 9 de fevereiro de 2021, a conselheira Yara Lins, suspendeu os contratos e determinou que a prefeitura fizesse nova licitação para o serviço de coleta de lixo no prazo de seis meses. A decisão atendeu a um pedido do Ministério Público de Contas (MPC), que também havia pedido a suspensão. (Fonte: <https://amazonas1.com.br/mp-investiga-contratos-milionarios-de-empresas-de-coleta-de-lixo-com-a-prefeitura-de-manaus/>).

No entanto, em 18 de março do mesmo ano, Yara Lins revogou a própria decisão de suspender os contratos. A própria prefeitura apresentou pedido de reconsideração da medida alegando que as empresas envolvidas nos certames não haviam sido ouvidas, o que afrontaria os princípios do contraditório e da ampla defesa. (Fonte: <https://amazonasatual.com.br/conselheira-do-tce-revoga-propria-decisao-e-libera-contrato-bilionario-do-lixo-em-manaus/>).

A Mamute Conservação, Construção e Pavimentação Ltda. presta serviço há mais de seis anos para a Prefeitura de Manaus na conservação e limpeza nos logradouros públicos e já arrecadou dos cofres públicos um pouco mais de R\$ 189,4 milhões.

Em maio de 2021, firmou um contrato no valor de R\$40.621.594,22, sem licitação, que encerrou em novembro do mesmo ano. (disponível em: <https://transparencia.manaus.am.gov.br/transparencia/v2/#/detalhescontrato/77380/4493/1/consulta>).

Além do contrato bilionário, fechado em maio deste ano, os sócios e relacionados à empresa têm os nomes citados em denúncias e investigações da Polícia Federal e do Ministério Público do Amazonas nos últimos anos. (disponível em: <https://amazonas1.com.br/sem-licitacao-mamute-devera-prosseguir-na-prefeitura-de-manaus/>).



Em janeiro de 2022, a empresa firmou um novo contrato emergencial com a Prefeitura de Manaus, assinado pelo subsecretário da Semulsp, Altéri de Souza Moreira, menos de três meses depois do contrato de R\$ 40 milhões, assinado também pelo subsecretário, para a prestação dos mesmos “serviços emergenciais”, no valor de R\$ 40,6 milhões.

O valor desta vez foi de R\$41 milhões por um período de 180 dias.

O procurador do Ministério Público de Contas (MPC/TCE-AM), Roberto Cavalcanti Krichaça da Silva, ingressou com uma representação junto ao TCE-AM para que o Tribunal apure o contrato nº 01/2022. (disponível em: <https://amazonas1.com.br/parceria-empresa-mamute-ganha-mais-r-41-milhoes-da-semulsp-sem-licitacao/>).

A representação foi admitida pelo presidente do TCE-AM, conselheiro Érico Desterro, e foi remetida para o gabinete do relator das contas da Semulsp, no exercício de 2022 do Tribunal.

Em março de 2022, os garis paralisaram as atividades em Manaus contra o atraso no pagamento dos salários e direitos trabalhistas.(Fonte: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/03/04/garis-de-manaus-protestam-por-atraso-no-pagamento.ghtml>).

Em julho, a empresa Murb Serviços assumiu o lugar da Mamute Conservação, Construção e Pavimentação, que havia sido contratada em janeiro de 2022. A nova empresa foi selecionada em caráter emergencial, por dispensa de licitação pelo prazo de 180 dias. A Prefeitura não informou o critério de escolha da empresa.

A MURB pertence aos mesmos donos da Arganorte Indústria que, em 2011, foram acusados de vender merenda superfaturada para a Prefeitura de Manaus.(Fonte: <https://radaramazonico.com.br/mamute-conservacao-afirma->



-que-prefeitura-de-manaus-rompeu- contrato-de-limpeza-publica-sem-avisar-ver-video/).

A Mamute, por sua vez, alegou que foi a Prefeitura quem rompeu o contrato sem avisar. Na ocasião da troca de empresas, a cidade teve a coleta interrompida e o lixo acumulou em todas as zonas. (disponível em: <https://radaramazonico.com.br/mamute-conservacao-afirma-que-prefeitura-de-manaus-rompeu-contrato-de-limpeza-publica-sem-avisar-ver-video/>).

O caso foi parar no Ministério Público do Trabalho (MPT). Em agosto de 2022, a Mamute foi obrigada a pagar todos os direitos devidos aos trabalhadores. (disponível em: <https://radaramazonico.com.br/apos-quatro-manifestacoes-mpt-determina-que-mamute-conservacao-tera-que-pagar-indenizacao-a-todos-os-garis/>).

Depois de todo o imbróglio, a Prefeitura firmou novo contrato com a Mamute, no valor de R\$ 4,8 milhões, conforme publicado no Diário Oficial do Município do dia 28 de outubro de 2022. Dessa vez, a empresa venceu licitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semmas), para prestação de serviço de plantio de mudas em logradouros públicos, parques e áreas verdes. (Fonte: <https://radaramazonico.com.br/mesmo-devendo-rescisao-de-garis-mamute-e-contratada-pela-prefeitura-de-manaus-por-r-48-milhoes/>).

Em reunião feita entre sócios da Mamute para a divisão de lucros líquidos em 2020, referente a 2019, mais de R\$ 5,18 milhões foram divididos entre os três sócios, de forma equivalente. No entanto, um quarto envolvido, que até o momento não havia aparecido, o empresário Silas de Queiroz Pedrosa, um dos donos da rede de supermercados DB, recebeu R\$ 1,27 milhão dos lucros, como sócio em Conta de Participação. (Fonte: https://amazonas1.com.br/charge_do_dia/309666/).



Silas foi denunciado pelo Ministério Público do Amazonas em 2018, junto ao irmão, Sidney Pedrosa, por, supostamente, entre os anos de 2006 e 2008, atuar junto à cúpula da Superintendência Estadual de Habitação (Suhab), para conseguir imóveis e terras de forma ilícita. Assim, eles conseguiram mais de 20 mil m² de terreno, divididos em 23 lotes menores, por meio de membros da família e empregados da rede de vendas.

A forma como a compra foi feita desobedece à Lei de Licitações, além de não ter passado pela Assembleia Legislativa para a devida autorização de venda de lotes públicos com área maior que mil m². Por fim, a tramitação toda correu na SUHAB em menos de 24h. Após a ação, os lotes foram reunificados em uma única matrícula – local onde posteriormente foram construídos um shopping center e um hipermercado no bairro Cidade Nova.

Reciclagem

Em Manaus, apenas 2,2% do que é coletado nos domicílios é destinado à reciclagem, segundo dados da Secretaria Municipal de Limpeza Pública (Semulsp).

A capital amazonense apresentou evolução no número de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) de resíduos, que passou de 6, em 2019, para 41, em 2022, conforme relatório da Semulsp (disponível em: <https://semulsp.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/RELATORIO-ANUAL-2021.pdf>). No entanto, não há campanha de sensibilização ou educação para a separação adequada do lixo e tampouco coleta seletiva.

Para o secretário-executivo do Comitê de Bacias Hidrográficas do Tarumã e fundador do projeto Remada Ambiental, que promove ações de conscientização e limpeza dos igarapés de Manaus, Jadson Maciel, um dos maiores desafios para o setor de resíduos sólidos em Manaus é implementar o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).



"O PNRS é lindo, comparo sempre com a lei da logística reversa, mas não funciona, é só papel. As cooperativas de catadores de recicláveis continuam abandonadas, a coleta não chega a todos os lugares, os políticos fazem vista grossa e tudo continua igual. Aliás, igual não, pior, porque a geração de lixo só cresce", criticou.

Além disso, faltam recursos para apoiar iniciativas que promovem essas ações na cidade, como ONGs, projetos ambientais e as próprias cooperativas de catadores de resíduos recicláveis.

"Além do apoio do poder público a iniciativas de ONGs, é preciso fazer com que as empresas cumpram a lei; temos aí o artigo 33 do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que obriga o fabricante a ser o responsável pela coleta final dos produtos que são comercializados. As empresas precisam se responsabilizar e ajudar os projetos locais de todos os estados do Brasil", afirmou Jadson Maciel.

A modalidade de limpeza dos igarapés e orla da cidade retirou, em média, 35 toneladas de lixo por dia, ao longo de 2021. Grande parte desses materiais retirados das águas é de garrafas PETs, descartáveis e resíduos domésticos que poderiam ser reciclados. "A reciclagem ainda é um dos maiores desafios para Manaus. A nossa perspectiva em 2006, diante do decreto 5.940, que determinou a extinção dos lixões, era pela adesão dos catadores, até então individuais, ao sistema de coleta seletiva, por meio de associações ou cooperativas, gerando emprego e renda e expandindo a coleta seletiva. Mas esbarramos em muitas coisas, entre elas o princípio da educação ambiental", avaliou a pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Marcela Amazonas.

Orçamento

O orçamento da Prefeitura de Manaus apresentou o maior crescimento dos últimos cinco anos, no último ano do mandato do prefeito David Almeida: 78% em 2024, quando o orçamento saiu de R\$ 5,1 bilhões, valor deixado pela gestão anterior, do prefeito Arthur Virgílio Neto, para R\$ 9,1 bilhões.



Para 2024, cujo valor previsto em lei é de R\$ 9,1 bilhões, houve um acréscimo de 6% em relação ao ano de 2023, de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA).

ANO	VALOR*	VARIAÇÃO
2018	R\$ 4.769.702.000,00	-
2019	R\$ 5.149.837.000,00	7,9%
2020	R\$ 6.251.775.000,00	21,3%
2021	R\$ 5.149.837.000,00	-11,2%
2022	R\$ 7.174.780.000,00	39,32%
2023	R\$ 8.586.078.000,00	19,6%
2024	R\$ 9.088,369.000,00	6,07%

A arrecadação de ICMS responde pelo “grosso” das receitas do município, com o montante de R\$ 2.427.930.000 (30,9%), seguido do Fundeb, com R\$ 1.458.000.000 (18,6%), e do ISS, com R\$ 1.211.617.000 (15,4%). Em quarto lugar está o Fundo de Participação dos Municípios, com R\$ 1.134.437.000 (14,5%).





PREFEITURA DE MANAUS
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DA PREFEITURA DE MANAUS
Art. 2.º, inciso IV, da Lei Complementar n. 101/2000

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO DA RECEITA	PROJEÇÃO LOA 2024	% 2024
RECEITAS CORRENTES (I)	8.892.211.000	113,3%
Receita Tributária	2.152.392.000	27,4%
IPTU	402.879.000	5,1%
ISS	1.211.617.000	15,4%
ITBI	94.501.000	1,2%
IRRF	368.269.000	4,7%
Outras Receitas Tributárias	75.126.000	1,0%
Receita de Contribuições	525.575.000	6,7%
Receita Patrimonial	163.681.000	2,1%
Receita de Serviços	12.087.000	0,2%
Transferências Correntes	5.900.093.000	75,2%
Cota-Parte do FPM	1.134.437.000	14,5%
Cota-Parte do ITR	266.000	0,0%
Cota-Parte do ICMS	2.427.930.000	30,9%
Cota-Parte do IPVA	445.743.000	5,7%
Cota-Parte do IPI - Export. - LC 61/1989	4.340.000	0,1%
Transferências do Fundeb	1.458.000.000	18,6%
Outras Transferências Correntes	429.377.000	5,5%
Outras Receitas Correntes	138.383.000	1,8%
DEDUÇÕES (II)	(1.046.937.000)	(13,3%)
Transferências Constitucionais e Legais	-	-
Contrib. Empregadores e Trab. para Seg. Social	-	-
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	(205.696.000)	(2,6%)
Contrib. para o Custeio das Pensões Militares	-	-
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	(6.000.000)	(0,076%)
Rendimentos de Aplicação dos Rend. Previd.	(53.300.000)	(0,7%)
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	(781.941.000)	(10,0%)
Contribuições para PIS/Pasep	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	7.845.274.000	100,0%

FONTE: SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL - SPLAM

Fonte: Portal da Transparência Município de Manaus. LOA 2024. Disponível para download em: <https://transparencia.manaus.am.gov.br/transparencia/v2/#/planejamento>

A maior parte do orçamento de 2024, o montante de R\$2,3 bilhões, foi destinada à Educação. Curiosamente, a área de urbanismo é o segundo maior investimento, com R\$1,6 bilhão, seguido, então, pela área da saúde, com R\$1,6 bilhão. Juntas, essas três pastas respondem por 62,25% das despesas por órgão.





Fonte: Portal da Transparência Município de Manaus. LOA 2024. Disponível para download em: <https://transparencia.manaus.am.gov.br/transparencia/v2/#/planejamento>

Este ano, o funcionalismo público custará R\$ 3.768 bilhões, praticamente o mesmo valor de 2023, que foi de R\$ 3.705 bilhões – um aumento de 25,34% em relação a 2022, quando o valor foi de R\$ 3.006 bilhões. Já em relação a 2021, primeiro ano do mandato do prefeito David Almeida, o salto é de 29,44%. Quando comparado a 2019, cuja despesa foi de R\$ 2.533.633.264, o gasto de 2024 é 48,75% maior.



Fonte: Portal da Transparência Município de Manaus. LOA 2023. Disponível para download em: <https://transparencia.manaus.am.gov.br/transparencia/v2/#/planejamento>

PREFEITURA DE MANAUS ORÇAMENTO 2023 DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA DESPESA DA PREFEITURA DE MANAUS							
ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022		FUNDADA 2021	
				LOA	LIGADA ATE AGOSTO		
DESPESAS CORRENTES	4.679.628.702	3.370.341.893	3.399.376.899	3.378.269.969	4.815.737.263	7.894.725.899	
Pessoal e Encargos Sociais	2.533.633.294	2.077.626.857	2.011.892.972	2.099.436.899	2.989.726.194	3.759.571.899	
Juros e Encargos de Dívida	89.742.577	92.478.274	127.911.292	138.216.000	171.076.717	289.429.000	
Outras Despesas Correntes	2.056.252.791	2.438.686.521	2.249.562.635	2.439.763.000	1.775.947.232	3.855.725.000	
DESPESAS DE CAPITAL	1.441.363.322	2.019.334.499	1.281.476.174	1.321.847.000	987.125.899	1.384.796.899	
Investimentos	851.189.174	1.223.624.001	942.434.420	942.220.000	499.665.369	973.221.000	
Inversões Financeiras	439.838.389	608.942.089	416.169.731	318.843.000	-	18.360.000	
Amortização de Dívida	150.335.759	136.767.719	312.849.023	349.787.000	233.499.530	311.215.000	
RECURSOS DE CONTINGENCIA	-	-	-	278.744.000	-	278.463.000	
RECURSOS LÍQUIDOS	-	-	-	100.000	-	100.000	
TOTAL	6.120.992.024	5.389.676.392	4.680.853.073	4.708.114.969	6.803.863.102	10.684.927.899	
FONTE: BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO ANOS 2019 A 2022 SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL - SPIAG							

Fonte: Portal da Transparência Município de Manaus. LOA 2023. Disponível para download em: <https://transparencia.manaus.am.gov.br/transparencia/v2/#/planejamento>

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ESTIMATIVA PARA O EXERCÍCIO DE 2024
RCP - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1.000

DESPESAS DE PESSOAL

DESPESAS EXECUTADAS
(Situação 12 Meses)
SET/2023 a AGO/2023

LOA 2024

Liquidada
(a)

Pagos
Não Processados
(b)

PODER EXECUTIVO

DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)

3.458.155.542 44.729 3.768.274.000

Pessoal Ativo

2.973.194.166 44.729 3.189.950.000

Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis

2.616.641.148 44.729 2.665.775.000

Obrigações Patronais

454.543.015 - 624.175.000

Benefícios Previdenciários

- - -

Pessoal Inativo e Pensionistas

484.971.382 - 578.324.000

Aposentadorias, Reservas e Indenizações

403.432.508 - 474.103.000

Pensões

81.538.886 - 104.221.000

Outros Benefícios Previdenciários

- - -

Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1.º do art. 18 da LRF)

- - -

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1.º do art. 19 da LRF) (II)

832.126.139 44.759 638.269.000

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária

22.632.098 44.759 48.420.000

Decretos de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração

4.369.034 - 15.962.000

Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração

31.061.492 - 15.000

Instituto e Pensionistas com Recursos Vinculados

474.064.513 - 577.663.000

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)

2.626.029.403 89 3.130.014.000

Fonte: Portal da Transparência Município de Manaus. LOA 2024. Disponível para download em: <https://transparencia.manaus.am.gov.br/transparencia/v2/#/planejamento>



A prefeitura vai destinar R\$ 5.500.000,00 ao Bolsa Universidade, através de renúncia fiscal às faculdades particulares. O Orçamento 2024 apresenta também isenção de R\$ 90.312.000,00 no IPTU.

PREFEITURA DE MANAUS ORÇAMENTO 2024 DEMONSTRATIVO DOS EFEITOS DECORRENTES DE ISENÇÕES, ANISTIAS, REMISSÕES, SUBSÍDIOS E BENEFÍCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA, TRIBUTÁRIA E CREDITÍCIA DO ISS (*)	
RENÚNCIA DE RECEITA - ISSQN	VALOR
1. Lei n. 1.441/2010: Isenção de ISS para serviços de construção civil do Programa Minha Casa, Minha Vida	1.000.000
2. Lei n. 1.932/2014: Isenção à Instituição de Ensino Superior - IES - integrada ao Programa Bolsa Universidade - PBU	5.500.000
3. Lei n. 1.934/2014: Isenção à Instituição de Ensino Superior - IES - integrada ao Programa Bolsa Pós-Graduação - PBPG	55.000
4. Lei n. 2.084/2015: Isenção à Instituição de Ensino - IE - integrada ao Programa Bolsa Idiomas - PBI	100.000
5. Lei n. 2.213/2017: Incentivo à Cultura	6.000.000
6. Lei n. 2.565/2019: Redução de alíquota - Polo Digital de Manaus	1.000.000
7. Lei n. 2.566/2019: Redução de alíquota - Pesquisa & Desenvolvimento	5.000.000
8. Lei n. 2.359/2018: PPI Municipal 2018 - Parcelamentos em andamento	5.000
9. Lei n. 2.532/2019: Refs 2019 - Parcelamentos em andamento	102.000
10. Lei n. 2.676/2020: Refs 2020 - Parcelamentos em andamento	120.000
11. Lei n. 2.792/2021: Refs 2021 - Parcelamentos em andamento	600.000
TOTAL	19.482.000
(*) De acordo com o estabelecido no art. 165, § 6º, da Constituição Federal e no art. 5º, inciso II, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Essas renúncias do ISS estão consideradas na previsão de receita da LOA 2024.	

PREFEITURA DE MANAUS ORÇAMENTO 2024 DEMONSTRATIVO DOS EFEITOS DECORRENTES DE ISENÇÕES, ANISTIAS, REMISSÕES, SUBSÍDIOS E BENEFÍCIOS DE NATUREZA FINANCEIRA, TRIBUTÁRIA E CREDITÍCIA DO IPTU (*)	
RENÚNCIA DE RECEITAS INERENTES À LEGISLAÇÃO DO IPTU	VALOR
1. Lei n. 2.557/2019: Isenção do IPTU para as pessoas passivas de obrigação tributária que possuem um único imóvel e nele residam, desde que, outro não possuam e o cônjuge, filho menor ou maior inválido e a renda familiar não seja superior a três salários mínimos	30.000.000
2. Lei n. 2.558/2019: Remissão de Créditos Tributários nas hipóteses de calamidade pública e história recente do contribuinte	50.000.000
3. Lei n. 1.090/2006: Abatimento de IPTU com créditos de ISS gerados pela InfS-e	400.000
4. Lei n. 1.626/2011: Isenção do IPTU para o imóvel qualificado como habitação econômica	60.000
5. Lei n. 1.628/2011: Isenção do IPTU para os imóveis pertencentes aos portadores de doenças crônicas terminais, que possuam um único imóvel e nele residam	100.000
6. Lei n. 1.441/2011: Isenção do Programa Minha Casa, Minha Vida	2.000.000
7. Lei n. 1.932/2014: Isenção de Tributos Municipais à Instituição de Ensino Superior integrada ao Programa Bolsa Universidade - PBU	2.000.000
8. Lei n. 1.934/2014: Isenção à Instituição de Ensino Superior - IES - integrada ao Programa Bolsa Pós-Graduação - PBPG	30.000
9. Lei n. 2.084/2015: Isenção à Instituição de Ensino - IE - integrada ao Programa Bolsa Idiomas - PBI	15.000
10. Lei n. 2.565/2019: Isenção do IPTU - Polo Digital de Manaus	12.000
11. Lei n. 2.564/2019: Isenção do IPTU - Crédito Tributário de até uma UFM	1.000.000
12. Lei n. 2.564/2019: Isenção do IPTU - Imóveis de interesse histórico ou cultural	25.000
13. Lei n. 2.359/2018: PPI Municipal 2018 - Parcelamentos de IPTU em andamento	10.000
14. Lei n. 2.226/2017: Refs 2017 - Parcelamentos de IPTU em andamento	10.000
15. Lei n. 2.532/2019: Refs 2019 - Parcelamentos de IPTU em andamento	500.000
16. Lei n. 2.676/2020: Refs 2020 - Parcelamentos de IPTU em andamento	150.000
17. Lei n. 2.792/2021: Refs 2021 - Parcelamentos de IPTU em andamento	4.000.000
TOTAL	90.312.000
(*) De acordo com o estabelecido no art. 165, § 6º, da Constituição Federal e no art. 5º, inciso II, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Essas renúncias do IPTU estão consideradas na previsão de receita da LOA 2024.	

Fonte: Portal da Transparência Município de Manaus. LOA 2024. Disponível para download em: <https://transparencia.manaus.am.gov.br/transparencia/v2/#/planejamento>



Em novembro de 2022, durante discussão na Câmara Municipal, sobre o orçamento da Prefeitura de Manaus, um dos dois parlamentares declaradamente de oposição, vereador Rodrigo Guedes, do Republicanos (o outro era Amom Mandel, do Cidadania, eleito deputado federal), questionou o porquê de o orçamento da Secretaria de Comunicação, cujo gasto é com propaganda e publicidade, saltaria de R\$ 85 milhões para R\$ 185 milhões, “enquanto diversas secretarias, como Esporte, Meio Ambiente e Trabalho, Empreendedorismo e Inovação não têm orçamento maior do que R\$ 20 milhões”.

Em relação a 2021, último ano julgado, o prefeito David Almeida teve as contas aprovadas com **11 ressalvas**, pelo Tribunal de Contas do Amazonas (TCE- AM) (disponível em: <https://radamazonico.com.br/tce-apontou-pelo-menos-11-irregularidades-na-gestao-de-david-almeida-mas-contas-foram-aprovadas/>).

Em 2021, o município teve receita de R\$7.481.685.097,93, com acréscimo de R\$ 342.917.452,04, equivalente a 4,8%, em relação ao exercício anterior.

Já a despesa realizada no exercício de 2021 alcançou o montante de R\$ 6.870.786.974,68, o que representa um decréscimo na ordem de R\$ 318.634,46, equivalente a 4,43%, diante do exercício anterior.

Na Educação, foram aplicados 25,72% da receita tributária líquida, pouco superior ao piso legal estabelecido, de 25%. Foram utilizados 70,07% dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), acima do limite mínimo de 70% estabelecido pela legislação.

Os gastos com saúde pública chegaram a 18,81% dos recursos. Já os gastos com pessoal chegaram a 40,06%, inferior ao limite máximo legal estabelecido na legislação, de 54%.



A dívida consolidada líquida foi correspondente a 31,87% da receita corrente líquida, dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Para 2023, a Prefeitura aprovou ainda o aumento da Unidade Fiscal do Município (UFM), índice base para cálculo dos tributos municipais, multas, penalidades tributárias e administrativas, passando de R\$ 127,17 para o valor de R\$ 134,77. O reajuste de 5,97% passa a valer para todos os valores relacionados a IPTU, Alvarás, ISS (Imposto Sobre Serviços), entre outras taxas e multas que serão corrigidas, aumentando a arrecadação municipal.

Em 2022, o valor da UFM considerou o Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) dos últimos 12 meses, de 10,95%, e passou de R\$114,61 para R\$127,17. Para 2023, a Prefeitura considerou a variação do INPC, também no acumulado do ano, de 5,97%.

Zona Franca de Manaus – dependência

A Zona Franca de Manaus corresponde a 31% do PIB estadual e responde por 47% da arrecadação de ICMS no Amazonas. Com 2.787 estabelecimentos industriais registrados, segundo o Perfil da Indústria, levantado da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a ZFM representa 2,4% do PIB industrial do país (R\$ 33 bilhões), segundo dados de 2019.

Entre 2009 e 2019, a perda de participação da indústria no total do PIB do Amazonas foi de -3,3 pontos percentuais, segundo o portal da indústria.(Fonte: <https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/am>).

No Brasil, segundo dados da CNI, a indústria responde por 33% do pagamento dos impostos federais, 31,2% da arrecadação previdenciária e 69,2% das exportações brasileiras de bens e serviços.



O setor secundário, ancorado na Zona Franca de Manaus (ZFM), registra 121.006 postos de trabalho, ou 25,1% dos 481.994 empregos com carteira assinada no Estado. A maior parte está no setor de serviços: 220.049 (45,6%). O comércio representa 111.354 das vagas ocupadas (23,1%). Construção e Agropecuária têm 25.424 e 4.161 empregados, respectivamente. Em 2022, o Estado criou 37.464 postos de trabalho, segundo dados do Novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

Entre empregos diretos e indiretos, a ZFM é responsável pela geração de 500 mil postos de trabalho, segundo a Fundação Getúlio Vargas apontou nos estudos interdisciplinares realizados pela Escola de Economia de São Paulo, Zona Franca de Manaus – impactos, efetividade e oportunidades 2019. (Fonte: https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/estudos_fgv_zonafranca_manaus_abril_2019v2.pdf). Desses, mais de 100 mil são diretos, entre efetivos e temporários.

Para o economista e consultor empresarial, Rodemarck Castello Branco, professor aposentado da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), a estrutura industrial do Amazonas é o principal fator de dinamismo da economia regional, por conta da renda gerada pelos empregos diretos e indiretos, dos tributos pagos e compras locais fomentando a demanda agregada e impactando os demais segmentos produtivos.

“A indústria é responsável por 31% do PIB do Amazonas e 47% da arrecadação de ICMS. Na proporção que uma economia se desenvolve, a tendência é de aumento da participação do setor de serviços na economia – no Amazonas significa 47% do PIB. Ocorre que os empregos gerados no setor de serviços, no Brasil, têm sido geralmente com salários inferiores aos da indústria, o que reflete na queda do salário médio. Em síntese: em curto, médio ou longo prazo não visualizo nenhuma alternativa capaz de substituir a capacidade geradora de emprego e renda da ZFM”, explica.



Castello Branco aponta ainda que o grande desafio da ZFM, o maior desde a sua criação, relaciona-se ao ano de 2023: manter as vantagens tributárias na Reforma Tributária. “Outro desafio, mas precisamos antes superar esse maior, está na manutenção de indústrias que fabricam bens de consumo com rápida aceleração de avanços tecnológicos, que reduzem o ciclo de vida dos bens e alteram as atuais vantagens locacionais de produção”, afirma.

Pode parecer economicamente inviável para uma empresa se manter na região, uma vez que existem problemas de logística, relacionados à distância, o que eleva o custo da atividade produtiva. Porém, as vantagens competitivas constitucionais oferecidas acabam sendo atrativas para a indústria como redução progressiva do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e isenção do Imposto de Importação; restituição de parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); restituição de parte do imposto da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam); e isenção do imposto de renda.

A redução da carga tributária dos produtos fabricados na ZFM também chega ao consumidor, em todo o País. Exemplo disso são os televisores, segundo aponta o economista Castello Branco: como a totalidade dos fabricantes nacionais está instalada em Manaus, gozando idênticas vantagens fiscais, não há como conquistar mercado sem praticar preços próximos aos dos concorrentes. “Claro que o investidor também ganha: ao fabricar em Manaus, tem redução da carga tributária, que permite preços inferiores àqueles possíveis na produção fora da ZFM, permitindo aumento da demanda do bem e ganhos de escala – afetando positivamente o lucro”.

Quanto ao diferencial de preço possível na fabricação em Manaus, em relação a outras regiões do país, a vantagem depende do “grau de incidência de tributo sobre o produto”. “Numa motocicleta, considerando exclusivamente o IPI, em Manaus é isento, mas em outras regiões do país é de 35%. No televisor, em Manaus é isento e, no restante do Brasil, incidem 20% (IPI). Em concentrados para



bebidas não alcoólicas, a capital do Amazonas tem o imposto isento. Fora dela, a cobrança é de 8%. No passado recente, era de 20%", enumera o economista.

Por conta disso, esse ramo da indústria perdeu 16 unidades instaladas no Polo Industrial de Manaus: de 31, passou a ter em torno de 15 unidades, segundo Rodemarck Castello Branco. "Isso demonstra a força desse tributo na localização de indústrias no PIM".

Os ataques à ZFM são constantes, principalmente em função dos interesses dos setores produtivos instalados em outros estados do País, principalmente entre o segmento de concentrados de bebidas não alcoólicas, que está presente no Polo Industrial de Manaus desde o ano de 1990, tornando-se, ao longo dos anos, um dos mais importantes no cenário econômico local.

Por se tratar de produtos considerados intermediários, ou seja, que ainda passam por outros processos industriais para chegarem ao consumidor, o segmento abastece fábricas em outras regiões do Brasil e também alguns países da América Latina.

Entre os anos de 2020 e 2022, 84 empresas encerraram as atividades na Zona Franca de Manaus. Durante seu último ano à frente do Ministério da Economia, o ministro Paulo Guedes, declaradamente contrário ao modelo ZFM, editou dois decretos de redução de IPI para os produtos fabricados no Brasil, atingindo a competitividade dos que eram produzidos no Polo Industrial de Manaus.

Outros dois decretos foram editados pelo Governo Federal, atendendo às decisões do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu parte dos efeitos do decreto que determinou a redução em 35% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Como a primeira edição continuou danosa às indústrias instaladas na capital do Amazonas, em agosto de 2022, o Governo Federal publicou novo normativo excluindo do corte do IPI, no restante do país, xarope de refrigerantes, isqueiro, lâmina de barbear, relógio de pulso,



caneta esferográfica, máquina de lavar louça, tornozeleiras eletrônicas utilizadas no sistema penal semiaberto, turbinas hidráulicas usadas em hidrelétricas e até mesmo terminais de caixas eletrônicos.

Deixar de fora o concentrado para elaboração de bebidas na redução do IPI foi o único item com impacto fiscal previsto, segundo o Ministério da Economia, que calculou uma renúncia estimada de R\$ 164,27 milhões, referente ao ano de 2022, R\$ 715,40 milhões para o ano de 2023 e R\$ 761,74 milhões para o ano de 2024, de acordo com notícia publicada pelo portal G1, em 24 de agosto de 2022.

(Fonte: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/08/24/governo-exclui-produtos-fabricados-na-zona-franca-de-manaus-da-reducao-do-ipi.ghtml>).

Como as vantagens competitivas do PIM são dependentes de vantagens fiscais, Rodemarck Castello Branco afirma que “a insegurança jurídica” deverá ser uma constante desse modelo de desenvolvimento, mas que pode ser reduzida com uma reforma tributária que elimine o “manicômio tributário no país”, “mantendo com clareza o tratamento diferenciado à ZFM”.

Ele aponta ameaças, como:

- i) Possibilidade de eliminação do IPI, cuja isenção é o principal diferencial da maioria dos produtos da ZFM: exigirá que os produtos constem de Imposto Seletivo a ser criado, com as alíquotas atuais de IPI;
- ii) Tendência de que o ICMS incida no destino (as operações que destinam mercadorias à ZFM, estão beneficiadas com a isenção do ICMS, desde que atendidos os requisitos exigidos na legislação de regência do benefício);
- iii) Fim do prazo de concessão de incentivo fiscal de 75% no Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ): com encerramento em 31 de dezembro de 2023 do incentivo dado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM);



iv) Aumento do grau de abertura da economia brasileira é condição essencial para aumento da produtividade no país, o que exigirá redução do Imposto de Importação. Atualmente é isento ou reduzido na ZFM (dependendo da área produtiva). A isenção é condicionada ao consumo ou industrialização do produto importado na ZFM. Caso o produto seja retirado dessa região sem que seja industrializado, por exemplo, o imposto torna-se devido.

“Entendo que devemos enfrentar com criatividade a questão tributária e construir novos fatores de competitividade na região – infraestrutura econômico-social, qualificação de recursos humanos e desenvolvimento tecnológico. Precisamos ampliar nossa visão de futuro, construindo um Plano Estratégico desenhando o Amazonas que desejamos em 2035. Essa plataforma econômica futura terá vários pilares, mas os mais fortes serão a indústria do PIM (com constantes inclusões e novos produtos que estão surgindo com o avanço tecnológico) e as indústrias e serviços enquadrados na bioeconomia, ambos dependentes de forte investimento em ciência e tecnologia que nos permitam conhecer a nossa floresta de trópicos úmidos”, afirma Castello Branco.

No entendimento de Aniello Miranda Aufiero Junior, auditor fiscal da Receita Federal do Brasil, em que pese a Constituição estabelecer que a operação de aquisição de produto isento, não tributado ou tributado em alíquota zero não gera direito a crédito de IPI, o STF, nos julgamentos dos Recursos Extraordinários 596.614 e 592.891 – esse último com repercussão geral reconhecida –, entendeu que o creditamento de IPI na entrada dos insumos adquiridos sob o regime de isenção na ZFM não viola o princípio da não cumulatividade, conferindo ainda mais importância às operações realizadas na região.

Em artigo assinado por de Aniello, em conjunto com a advogada Laís Marquiori Alves, ambos mestrands do curso de mestrado profissional em Direito Tributário da FGV Direito/SP, os especialistas alertam que, como contrapartida à concessão de incentivos fiscais promovidos pela legislação da ZFM, a Lei 8.387/1991 estabeleceu a necessidade de as empresas atenderem ao Processo



Produtivo Básico (PPB), assim considerado como “o conjunto mínimo de operações”, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto.

“Trata-se, assim, de incentivo fiscal oneroso e por prazo determinado, porquanto representa uma situação de real vantagem comparativa (isenção e crédito presumido), desde que atendidas as condições impostas pela Suframa para aprovação do respectivo Projeto Técnico-Econômico (contrapartida)”, afirma trecho do artigo.https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/pauta-fiscal/a-zona-franca-de-manaus-e-a-inseguranca-juridica-12022023?utm_campaign=jota_info_ultimas_noticiasdestaques13022023&utm_medium=email&utm_source=R-D+Station).

De acordo com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), das 84 empresas que encerraram as atividades no polo, 65 cancelamentos ocorreram no ano de 2020; 12 em 2021; e 7 em 2022. Estimativa do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal-AM) aponta que, desde 2016, a região perdeu cerca de 62 mil empregos. Essas são algumas empresas que deixaram o PIM nos últimos dois anos:

De acordo com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), das 84 empresas que encerraram as atividades no polo, 65 cancelamentos ocorreram no ano de 2020; 12 em 2021; e sete em 2022. Estimativa do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas (Sindmetal-AM) aponta que, desde 2016, a região perdeu cerca de 62 mil empregos. Essas são algumas as empresas que deixaram o PIM nos últimos dois anos:

Sony – Em setembro de 2020, a Sony anunciou que encerraria suas atividades em março de 2021. Apenas operações que envolvem videogames, soluções profissionais, músicas e cinema foram mantidas. Estava instalada em Manaus desde 1972.



Canon – Inaugurada na Zona Franca em 2013, a fabricante japonesa de câmeras e equipamentos para fotografia anunciou, em junho de 2021, o fechamento de sua unidade no Amazonas. A decisão partiu da matriz no Japão; outras fábricas no Brasil e ao redor no mundo não foram impactadas.

Heineken – Anunciou, em março de 2022, a transferência de sua fábrica para Itu, no interior de São Paulo, como consequência direta da redução do IPI. A mudança ocorreu em momento de grande insegurança para empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus.

Pepsi – Em dezembro de 2018, a empresa informou o fechamento da fábrica no PIM, meses depois de o presidente Michel Temer reduzir os créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 20% para 4% do faturamento, como alternativa para compensar os gastos com o subsídio do óleo diesel, resultante da greve dos caminhoneiros, por meio do decreto 9.394, de 30 de maio de 2018. A unidade da Pepsi empregava 57 funcionários, entre linha de produção e cargos administrativos.

À primeira vista, pode soar como um paradoxo uma empresa do setor ser contrária ao corte no percentual do imposto. No entanto, nesse caso, o IPI, que é um tributo não cumulativo, prevê a apropriação de créditos na entrada de insumos, ou seja, no xarope. Esses créditos são compensados na saída do produto final, a bebida. A diferença entre as duas alíquotas gera um acúmulo de créditos e pouco imposto a pagar na ponta final, uma especificidade do sistema tributário brasileiro.

O governo Temer anunciou a mudança em maio de 2018 e reverteu-a em setembro, jogando para o primeiro trimestre de 2019 o índice de 12%; de 8% para o segundo; e 4% para o ano de 2020, o que deu origem aos decretos do presidente Bolsonaro.



Outro fator que impacta na empregabilidade da ZFM é o tipo de produto produzido. Segundo Rodemarck Castello Branco, a indústria do PIM é predominantemente composta de bens de consumo duráveis (motocicletas, televisores, geladeira), cuja procura cresce no ritmo da atividade econômica do país: quanto mais impacto no nível de emprego e, conseqüentemente, na renda do consumidor, maior a procura pelo produto e empregabilidade no PIM.

“Isso reflete no dado dos últimos 10 anos, quando o maior nível de emprego do PIM foi alcançado no período 2012-2014 – em torno de 114.000 empregos diretos –, justamente quando a economia brasileira atravessava fase de grande expansão”, afirmou.

Além disso, as novas tecnologias de processo e produto geralmente exigem menor quantidade de horas/homem por unidade fabricada, o que torna normal o aumento da produção com menor quantidade de pessoal empregado quando realizadas comparações com o comportamento do mercado no passado, explica o economista.

De acordo com a Suframa, quase seis, de cada dez trabalhadores diretos das fábricas do PIM (59,62%), tiveram remuneração média de até dois salários-mínimos em 2022.

A média geral de salários no PIM este ano é de R\$3.050,47, acima da média de 2019, antes da pandemia, que foi de R\$2.811,17. A diferença entre 2019 e 2022 ficou em 8,51%, abaixo dos 18,89% da inflação acumulada até 2021. A inflação oficial no País, de acordo com o IBGE, foi de 4,31% em 2019, 4,52% em 2020 e 10,06% em 2021.

A Secretaria da Receita Federal estima que, em 2023, a perda de receita com a Zona Franca será de R\$30,3 bilhões, número que vem crescendo nos últimos anos. Conforme publicação do site do jornal Valor Econômico, em 29 de novembro



de 2022, o Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que a região, nesse período, será responsável pela maior renúncia fiscal do governo federal: 16,1%.

(Fonte: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/11/29/sob-criticas-zona-franca-tem-menor-geracao-de-emprego.ghtml>)

De janeiro a setembro de 2022, o PIM registrou faturamento total de R\$ 129,28 bilhões, segundo último dado divulgado pela Suframa. Em dólar, o faturamento totalizou US\$ 25.45 bilhões nos nove primeiros de 2022, atingindo variação positiva de 13,84% ante o mesmo intervalo do ano passado (US\$ 22.35 bilhões).

Em 2021, as empresas do PIM faturaram R\$ 158,6 bilhões, um acréscimo de 31,9%, na comparação com o total apurado em 2020 (R\$ 120,26 bilhões). Em dólar, o faturamento do ano de 2021 totalizou US\$ 29.40 bilhões, equivalente a um crescimento de 28,21% ante 2020 (US\$ 22.93 bilhões).

Em 2020, a Indústria do Amazonas registrou variação positiva de 0,72% no seu volume de produção, R\$ 35,8 bilhões em valores nominais – fato influenciado pela Indústria de Transformação, principal atividade industrial do estado, cuja variação em volume foi de 1,60%, segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (Sedecti).

A Indústria de Transformação é responsável pela transformação de matéria-prima em um produto, final ou intermediário, a ser modificado por outra indústria. Em geral, substâncias e componentes usados por esse segmento são provenientes de produção agrícola, mineração, pesca, extração florestal e produtos de outras atividades industriais.

No Amazonas, os setores de componentes de informática, eletrônicos e ópticos (19,2%), serviços industriais de utilidade pública (13,4%), de bebidas (12,6%), construção (9,4%) e outros equipamentos de transporte (7,6%) representam 62,2%



da indústria do estado, segundo o Portal da Indústria, mantido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A tabela abaixo apresenta o percentual representativo do setor das indústrias extrativa e de transformação do Amazonas no estado, na região e no Brasil.

A Indústria de Transformação é responsável pela transformação de matéria-prima em um produto, final ou intermediário, a ser modificado por outra indústria. Em geral, substâncias e componentes usados por esse segmento são provenientes de produção agrícola, mineração, pesca, extração florestal e produtos de outras atividades industriais.

No Amazonas, os setores de componentes de informática, eletrônicos e ópticos (19,2%), serviços industriais de utilidade pública (13,4%), de bebidas (12,6%), construção (9,4%) e outros equipamentos de transporte (7,6%) representam 62,2% da indústria do estado, segundo o Portal da Indústria, mantido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

A tabela abaixo apresenta o percentual representativo do setor das indústrias extrativa e de transformação do Amazonas no estado, na região e no Brasil.



Setores	Amazonas	Região Norte	Brasil
Informática, eletrônicos e ópticos	19,2%	6,5%	1,3%
Serviços industriais de utilidade pública*	13,4%	21,7%	13,9%
Bebidas	12,6%	4,6%	1,9%
Construção	9,4%	16,5%	18,3%
Outros equipamentos de transporte	7,6%	2,6%	0,5%
Produtos de metal	4,0%	1,6%	2,1%
Borracha e material plástico	3,1%	1,2%	2,2%
Produtos diversos	2,9%	1,0%	0,8%
Químicos	2,0%	1,2%	4,8%
Farmacêuticos	1,7%	0,6%	1,6%
Máquinas e materiais elétricos	1,7%	0,6%	1,5%
Veículos automotores	1,4%	0,5%	4,2%
Máquinas e equipamentos	1,3%	0,5%	2,6%
Alimentos	1,0%	4,8%	10,3%
Metalurgia	1,0%	1,9%	3,3%
Impressão e reprodução	0,9%	0,4%	0,4%
Celulose e papel	0,6%	0,3%	2,5%
Manutenção e preparação	0,4%	0,3%	0,8%
Minerais não metálicos	0,2%	0,8%	1,9%
Madeira	0,2%	0,7%	0,7%
Extração de minerais não metálicos	0,1%	0,3%	0,5%
Móveis	0,1%	0,2%	0,8%
Atividades de apoio à extração de minerais	0,1%	0,0%	0,7%
Têxteis	0,1%	0,1%	1,0%
Vestuário	0,0%	0,1%	1,3%

Fonte: <https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/am>

* Os SIUP englobam atividades de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica; de fornecimento de gás e de produção e distribuição de vapor e de água quente; captação, tratamento e distribuição de água, gestão de redes de esgoto e de resíduos, além de atividades de descontaminação.

A atividade de Indústria de Transformação somou R\$ 26,4 bilhões, crescimento de 11,06% em relação ao ano de 2019, que foi de R\$ 23,8 bilhões. O setor foi o que mais contribuiu para a manutenção dos empregos no Polo Industrial de Manaus (PIM), que cresceu 10,20% na comparação entre 2020 e 2019.



Em valores nominais, o valor adicionado bruto da Indústria chegou a R\$ 35,8 bilhões e ganhou participação, já que seu valor foi equivalente a 30,89% da economia do estado para 2020, contra 30,49%, em 2019.

A indústria Extrativa foi a atividade que apresentou a maior queda nominal entre as quatro atividades que compõem a indústria. A redução foi de 27,16%, ao valor de R\$1,1 bilhão, em 2020; contra R\$1,6 bi, em 2019. Essa queda está associada à redução da produção de petróleo (-15,23%) e Gás Natural (-11,02%).

“O eletroeletrônico, que é o principal, com maior faturamento, maior geração de emprego, maior pagador de imposto, maior investidor em pesquisa e desenvolvimento. (...) Depois do eletroeletrônico, vem o setor de duas rodas, com bicicleta e motocicleta, e concentrado. E, a partir daí, tem toda a cadeia de suprimentos, com peças fabricadas para o produto final. A gente precisa diversificar o polo. Vamos trazer mais investimentos e mais segmentos industriais para dentro. Porque só vou conseguir diversificar a economia do estado, para além do Polo Industrial, se eu tiver financiamento”, defende José Jorge do Nascimento Junior, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros), em entrevista publicada pelo site Somos Todos Amazonas, em março de 2011.

(Fonte: <https://somostodosamazonas.com.br/zona-franca-de-manaus-e-a-unica-politica-de-incentivo-fiscal-do-pais-com-comprovacao-de-eficiencia-diz-jorge-junior/>).

No que tange ao PIB, os números retratam o elevado grau de concentração espacial da economia do Amazonas: em 2012, Manaus era responsável por 76,7%; em 2016, 78,9% (IBGE). A Região Metropolitana (Manaus mais 12 municípios) é responsável por 84% do PIB estadual; o restante é distribuído nos outros 49 municípios.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM), Antônio Silva afirmou em artigo publicado no site institucional da federação que, para



cada R\$100 de riqueza gerada pelo modelo, 75% são depositados nos cofres da União, conforme dados da Receita Federal do Brasil (RFB).

(Fonte: <http://www.fieam.org.br/fieam/2022/03/15/a-zona-franca-de-manaus-e-o-ipi>).

Tabela 1 – Metas		
Metas	Prazo	Horizonte
Redução da geração de resíduos em 1% ao ano	Curto	2011 - 2012
Elaboração e implementação dos Planos Setoriais	Curto	2011 - 2012
Coleta Seletiva implementada e atuada	Curto	2011 - 2013
Implantação de pelo menos um Centro de Coleta em cada unidade operacional	Curto	2011 - 2012
Implantação de Pontos de Entrega Voluntária	Curto	2011 - 2012
Adequação do armazenamento externo de RSS	Curto	2011 - 2012
Escolha da nova área para a implantação do aterro sanitário	Curto	2011 - 2012
Marco normativo em matéria de gestão de resíduos*	Curto	2011 - 2012
Implementação da cobrança pelos serviços	Curto	2011 - 2012
Articulação com os municípios da região metropolitana para tratamento dos resíduos sólidos especiais	Curto	2011 - 2012
Encerramento e recuperação ambiental da área do aterro atual	Médio	2011 - 2021
Gestão Associada do tratamento dos resíduos sólidos especiais em nível metropolitano	Médio	2011 - 2016
Implantação de aterro sanitário	Médio	2011 - 2021
Implantação e atuação de unidade para a compostagem dos resíduos orgânicos	Médio	2011 - 2016
Inserção social e econômica do setor informal de coleta de materiais recicláveis em setor formal integrado no modelo de gerenciamento de resíduos	Médio	2011 - 2016
Implementação do SIMSIR	Médio	2011 - 2016
Coleta de 100% dos resíduos gerados no Município	Longo	2011 - 2021
Dotar Manaus de infraestruturas modernas de tratamento de resíduos com capacidade suficiente para tratar o 100% dos resíduos gerados	Longo	2011 - 2021
Implantação de aterro sanitário com recuperação de energia	Longo	2011 - 2021

Fonte: Plano Diretor Municipal de Resíduos Sólidos. Disponível em: <https://semulsp.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2010/12/PLANO-DIRETOR-MUNICIPAL-DE-RES%3C3%8DDUOS-S%3C3%93LIDOS.pdf>

Conclusão

“Eu não faço promessas, eu assumo compromissos”, afirmou o prefeito David Almeida Avante, em sua rede social, durante a campanha eleitoral de 2020. Ainda



como pré-candidato, defendeu a priorização de ações nas áreas da saúde e educação básica – criando mais creches e escolas, transporte coletivo, mobilidade urbana e segurança.

(Fonte: <https://www.facebook.com/davidalmeidaam/posts/2756989484584462/>).

Passados três anos e meio de sua gestão à frente da Prefeitura de Manaus, as obras ligadas à mobilidade urbana, como asfaltamento e licitação de complexos viários, e à segurança, a partir do armamento da guarda municipal, foram as únicas que ganharam destaque, muito mais pelo anúncio de programas e de investimento do que, de fato, pela concretização de compromissos.

Na área da Saúde, chama a atenção o número de apenas quatro novas unidades inauguradas. Gastos com saúde pública chegaram a 18,81% em 2021 e representam 19,9% dos recursos orçamentários da Prefeitura, em 2022. Os valores são superiores ao limite mínimo, de 15%. Isso não quer dizer, no entanto, que o dinheiro venha sendo bem aplicado.

Há déficit na cobertura de atenção à saúde primária em torno de 20% a 30%, bem distante do ideal de 70%, segundo aponta o Sindicato dos Médicos do Amazonas (Simeam).

A educação básica, especialmente a infantil, enfrenta o desafio de sair de 5,84% do número de crianças atendidas hoje pela Prefeitura, na faixa de 0 a 3 anos, para 50%, conforme prevê o Plano Municipal de Educação.

As seis creches que, segundo prometido, ficariam prontas para o ano letivo de 2023, incorporando mais de 2 mil vagas, ainda não foram inauguradas.

A gestão de Almeida busca visibilidade justamente no segmento que mais impacta aos olhos da população: obras viárias. Aliás, em Manaus, também no quesito asfaltamento, seu peso foi responsável pela não reeleição do prefeito Serafim Corrêa



(PSB), único que se candidatou e não conseguiu retornar à cadeira da administração municipal, desde a instituição da prerrogativa de recondução ao cargo. Em 2012, Amazonino Mendes decidiu não concorrer à reeleição.

O programa Asfalta Manaus pode ser visto em todos os principais outdoors da cidade, na televisão e na mídia digital. Em 2022, os contratos contabilizaram R\$ 483 milhões. Os problemas envolvem a qualidade do serviço e o material utilizado, que geram questionamento da população e deram origem a uma plataforma oposta ao ASFALTÔMETRO da Prefeitura: o BURACÔMETRO, lançado pelo ex-vereador Amom Mandel (Cidadania), recém-eleito deputado federal.

A conquista de um orçamento mais robusto em 2022 e a governança na Câmara Municipal garantem à gestão do prefeito David Almeida uma administração que trabalha para se esquivar de arranhões a sua imagem: em 2022, conseguiu aprovar o aumento do próprio salário, que saiu de R\$ 18 mil para R\$ 27 mil, e o aumento da Unidade Fiscal Municipal (UFM), que vai impactar em um aumento de 5% no IPTU. E, recentemente (carnaval de 2024), viajou para o Caribe com familiares e convidados, em um jatinho fretado pelo empresário Roberto de Souza Lopes, cuja empresa possui contratos ativos com a prefeitura.

Já na metade do mandato e de olho na reeleição, o ânimo acirrado do prefeito David Almeida caminha em mares calmos. Todos os contratos questionados por ele no início de sua gestão seguem sem sobressaltos e embates jurídicos. Na sequência, os contratos que mais geraram conflito no começo de sua gestão: transporte coletivo, que chegou a ter a dívida questionada por parte do Executivo Municipal; limpeza pública, que teve pedido de suspensão junto ao TCE-AM por parte da Prefeitura, e o da concessão de operação do saneamento básico, que teve até tentativa de rompimento.

(fonte: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/manaus-tenta-romper-contrato-de-saneamento-com-compradora-da-cedae/>).



Neste lançamento, não trazemos promessas vazias ou ideias utópicas. Oferecemos diretrizes que denotam “pés no chão” para com a realidade, um compromisso de voltar ao básico e fazer bem feito. Um plano que parte do essencial, do “feijão com arroz”, para assegurar que as fundações do nosso desenvolvimento sejam sólidas e duradouras. Com a experiência de fiscalização e cobrança por transparência e eficácia já demonstrada, nosso candidato está pronto para assumir a Prefeitura e instaurar uma era de transformações reais e significativas para nossa cidade. Juntos, faremos mais do que apenas administrar; vamos inspirar e realizar a mudança que desejamos ver em nossa comunidade.

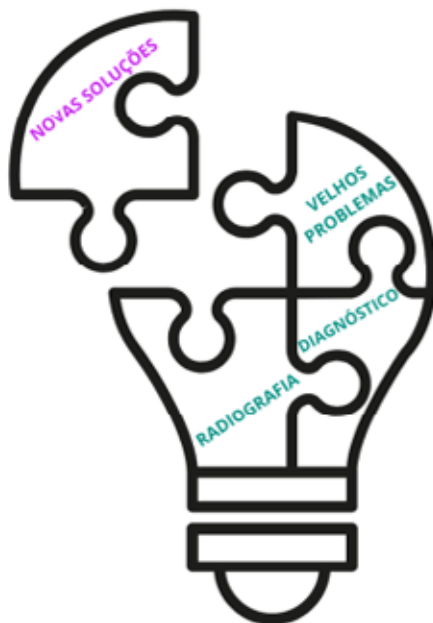
Neste lançamento, não trazemos promessas vazias ou ideias utópicas. Oferecemos diretrizes que denotam “pés no chão” para com a realidade, um compromisso de voltar ao básico e fazer bem feito. Um plano que parte do essencial, do “feijão com arroz”, para assegurar que as fundações do nosso desenvolvimento sejam sólidas e duradouras. Com a experiência de fiscalização e cobrança por transparência e eficácia já demonstrada, nosso candidato está pronto para assumir a prefeitura e instaurar uma era de transformações reais e significativas para nossa cidade. Juntos, faremos mais do que apenas administrar; vamos inspirar e realizar a mudança que desejamos ver em nossa comunidade.

Para tanto, apresentamos as diretrizes gerais do plano de governo, que está sendo confeccionado por várias mãos, dos mais variados setores da sociedade, em conformidade com o Estatuto das Cidades, com a modelagem de boas práticas de gestão administrativa, a partir de experiências exitosas de outras municipalidades. A propósito, aproveito a oportunidade do lançamento de minha candidatura à Prefeitura de Manaus para convidar a população para participar da sua construção, com inovação para apresentar novas soluções para velhos problemas.



DIRETRIZES

De onde partimos para apresentar nossas propostas



A partir do diagnóstico traçado da gestão atual da Prefeitura de Manaus, é possível traçar um *fio de Ariadne* pautado na inovação para a resolução de velhos problemas da cidade e da vida das pessoas que nela habitam.

As diretrizes são, essencialmente, as grandes linhas de ação que nortearão nosso governo. São gerais porque estabelecem orientações ou princípios que guiarão nosso plano de governo, da concepção à execução ao longo do mandato.

O desenvolvimento de um plano de governo para a cidade de Manaus, situada no coração da Amazônia, representa um desafio e uma oportunidade única para promover a sustentabilidade, a inclusão social e o crescimento econômico de maneira integrada. As diretrizes de um plano de governo não são apenas um conjunto



de intenções e projetos a serem realizados ao longo de uma gestão; elas são, acima de tudo, um compromisso com o futuro da cidade e de seus habitantes. Nesse contexto, é fundamental que essas diretrizes estejam alinhadas com os princípios e objetivos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, legislação que orienta a política urbana no Brasil.

Um olhar a partir do Estatuto das cidades

O Estatuto da Cidade, instituído pela Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, representa um marco legal de grande relevância para a política urbana brasileira. Essa legislação regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, estabelecendo diretrizes gerais e princípios fundamentais, que visam nortear o desenvolvimento urbano de forma justa, democrática e sustentável.

Entre as diretrizes gerais estabelecidas pelo Estatuto da Cidade, destaca-se o ordenamento do desenvolvimento urbano, que tem como objetivo principal garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana. Esse ordenamento deve ser pautado por uma gestão democrática, assegurando a participação efetiva da população em todas as etapas de construção do Plano Diretor, desde sua elaboração até sua implementação e avaliação.

O Plano Diretor, por sua vez, é definido como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo obrigatório para municípios com mais de vinte mil habitantes ou que pertençam a regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Esse documento deve ser elaborado e revisto de forma participativa e transparente, garantindo o acesso à informação e a participação de todos os segmentos da sociedade.

Outro aspecto fundamental abordado pelo Estatuto da Cidade é a sustentabilidade. A legislação prevê a adoção de padrões de produção, consumo e expansão urbana que sejam compatíveis com os limites de sustentabilidade ambiental, social e econômica do município e seu entorno. Além disso, o Estatuto da Cidade enfatiza a importância da justiça social, buscando garantir uma distribuição equitativa dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.



Entre os princípios fundamentais que norteiam o Estatuto da Cidade, destaca-se a função social da propriedade. Esse princípio estabelece que a propriedade urbana deve cumprir sua função social, conforme previsto nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Isso significa que o uso da propriedade deve ser regulado em prol do bem coletivo, da segurança, do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental.

Outro princípio fundamental é o direito à cidade, que visa assegurar a todos os cidadãos o acesso à moradia digna, serviços públicos de qualidade e oportunidades de vida urbana adequadas. A participação popular também é um princípio central, garantindo o envolvimento das associações representativas dos diversos segmentos da sociedade em todas as etapas de construção e implementação do Plano Diretor e demais políticas urbanas.

Para incorporar as diretrizes e princípios do Estatuto da Cidade em nosso plano de governo, é essencial desenvolver um Plano Diretor Participativo, promovendo audiências públicas, consultas populares e garantindo a transparência e o acesso à informação durante todo o processo. Além disso, é fundamental implementar políticas de sustentabilidade, adotando práticas de urbanização que respeitem os limites ambientais e promovam a sustentabilidade social e econômica.

O fomento à justiça social também deve ser uma prioridade em nosso plano, por meio de programas que assegurem a distribuição equitativa dos benefícios e ônus da urbanização, garantindo o acesso à moradia digna e a serviços públicos de qualidade para todos os cidadãos. Objetiva-se, assim, promover a função social e econômica da propriedade, implementando medidas que incentivem o uso adequado da propriedade urbana, para que haja o pleno desenvolvimento das potencialidades da cidade de Manaus.

Portanto, verifica-se que é essencial garantir a revisão periódica do Plano Diretor, estabelecendo mecanismos para sua atualização constante, a fim de mantê-lo alinhado com as mudanças e necessidades da cidade de Manaus ao longo do tempo.



Ao incorporar essas diretrizes e princípios em nosso plano de governo, é possível promover um desenvolvimento urbano mais justo, sustentável e participativo, em consonância com os objetivos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade. Essa abordagem contribui para a construção de uma Manaus mais inclusiva, resiliente e capaz de oferecer qualidade de vida a todos os seus habitantes.

A inovação como fio condutor



A inovação, reconhecida como o fio condutor para o desenvolvimento urbano, é essencial para enfrentar os desafios complexos e persistentes das cidades contemporâneas. A incorporação das diretrizes e princípios do Estatuto da Cidade em nosso plano de governo é um passo crucial para promover um desenvolvimento



urbano mais justo, sustentável e participativo. No entanto, para realmente transformar o ambiente urbano, é essencial ir além da aplicação estrita da legislação e abraçar a inovação em todas as suas formas.

A inovação é um processo dinâmico, que envolve a criação, desenvolvimento e implementação de novas ideias, métodos, produtos ou serviços. Ela traz melhorias significativas e mudanças positivas na vida das pessoas, estando presente em diversos aspectos da sociedade, desde a tecnologia até a saúde, passando pela economia e pela cultura. Exemplos históricos, como a invenção do motor a vapor e a descoberta dos antibióticos, ilustram o potencial transformador da inovação.

A invenção do motor a vapor, desenvolvida no final do século XVII e aperfeiçoada por James Watt no século XVIII, é um exemplo clássico de inovação que transformou a sociedade. Esse avanço foi crucial para a Revolução Industrial, permitindo a mecanização da produção e impulsionando a manufatura e o transporte. Antes do motor a vapor, as fábricas dependiam de energia hidráulica ou manual, o que limitava a produção e a localização das indústrias. Com o advento dos motores a vapor, as fábricas puderam ser instaladas em qualquer lugar, e a produção em massa se tornou possível, aumentando a eficiência e a capacidade produtiva.

Outro marco na inovação ocorreu na área da saúde, com a descoberta dos antibióticos. A descoberta da penicilina, por Alexander Fleming, em 1928, foi uma inovação revolucionária. Antes dessa descoberta, infecções bacterianas comuns podiam ser fatais. Os antibióticos transformaram a medicina, permitindo o tratamento eficaz de infecções que antes eram incuráveis, salvando milhões de vidas e aumentando a expectativa de vida.

No contexto urbano de Manaus, a inovação se manifesta na implementação da Lei 14.129, de 29 de março de 2021, conhecida como Lei do Governo Digital. Essa legislação representa um compromisso com a modernização e eficiência dos serviços públicos, marcando uma nova era de transformação digital. A implementação dessa



lei não apenas reflete uma postura pioneira na digitalização dos serviços públicos, mas também reforça nosso compromisso com a transparência e a participação cidadã.

Em nossa gestão, pretendemos implementar, de fato, a Lei do Governo Digital em Manaus. Por isso, convidamos a população a participar mais ativamente da vida cívica, através de ferramentas digitais que facilitam o diálogo e a colaboração entre cidadãos e governo. Isso inclui a criação de plataformas online para acesso facilitado a serviços, a disponibilização de dados abertos que promovam a transparência e o incentivo à inovação colaborativa, convidando todos a contribuírem com ideias e soluções para os desafios urbanos.

Esta abordagem inovadora não apenas posicionará Manaus como uma cidade inteligente, mas também reforça a ideia de que a inovação deve ser inclusiva e voltada para o bem-estar de todos. Ao tornar os serviços públicos mais acessíveis e eficientes, estamos dando passos largos na redução das desigualdades e na promoção de uma qualidade de vida melhor para nossa população.

Portanto, a implementação da Lei do Governo Digital em Manaus, como um compromisso de governo, é um exemplo eloquente de como a inovação, alinhada com os princípios de justiça social, sustentabilidade e participação popular, pode ser um vetor poderoso de transformação urbana. Esse movimento em direção a um governo mais digital e interativo não apenas complementa nossa visão de desenvolvimento urbano, como também estabelece um novo paradigma de gestão pública, em que tecnologia e inovação caminham lado a lado, com inclusão e sustentabilidade.

Ao abraçarmos a inovação como fio condutor de nosso plano de governo, com o firme compromisso, Manaus se posiciona na vanguarda das cidades que sonham com um futuro mais promissor e, efetivamente, utilizam as ferramentas e conceitos mais avançados para tornar esse futuro uma realidade palpável e inclusiva para todos os seus habitantes. Assim, reiteramos a importância de uma abordagem participativa, transparente e baseada em evidências, envolvendo a sociedade em todas as etapas do processo, para construir cidades mais inteligentes, sustentáveis e inclusivas, promo-



vendo um desenvolvimento urbano mais justo e equitativo. Aqui estão alguns exemplos mundiais de inovação transformadora no setor público:

Benchmarks globais

Estônia: Governo Digital

A Estônia é frequentemente citada como um exemplo de vanguarda em governo digital. Desde o início dos anos 2000, o país implementou um sistema de *e-government* que permite aos cidadãos realizar quase todas as interações com o governo, de modo online. Isso inclui votação eletrônica, declaração de impostos, registros de empresas e até consultas médicas. O sistema de identidade digital da Estônia, que fornece a cada cidadão um cartão de identidade eletrônico, é a base dessa transformação, garantindo segurança e facilidade de acesso.

Singapura: *Smart Nation*

Singapura lançou a iniciativa “*Smart Nation*” em 2014, com o objetivo de usar tecnologia para melhorar a vida dos cidadãos. Um dos aspectos centrais é a coleta e análise de dados para gerenciar melhor os recursos da cidade. Por exemplo, sensores em toda a cidade monitoram o tráfego em tempo real, permitindo ajustes dinâmicos nos semáforos para otimizar o fluxo de veículos. Além disso, a iniciativa inclui sistemas de saúde inteligentes, que usam dados para prever surtos de doenças e melhorar o atendimento médico.

Ruanda: Drones para Entrega de Medicamentos

Ruanda adotou o uso de drones para entregar medicamentos e suprimentos médicos em áreas rurais e de difícil acesso. Em parceria com a empresa Zipline, o governo ruandês tem utilizado drones para entregar sangue, vacinas e outros produtos médicos críticos, reduzindo o tempo de entrega de horas ou dias para minutos. Essa inovação tem sido vital para salvar vidas, especialmente em situações de emergência.

Dinamarca: Sistema de Saúde Digital

A Dinamarca é um exemplo de inovação na saúde pública, com um sistema de saúde digital avançado. O sistema nacional de saúde eletrônico, chamado *Sun-*



dhed.dk, permite que cidadãos acessem seus registros médicos, marquem consultas, renovem receitas e recebam resultados de exames online. Além disso, os profissionais de saúde têm acesso a uma visão integrada do histórico médico dos pacientes, melhorando a coordenação do cuidado e a eficiência dos tratamentos.

Estados Unidos: *Open Data*

O governo dos Estados Unidos tem promovido a iniciativa de Open Ministry, que envolve a disponibilização pública de grandes volumes de dados coletados por agências governamentais. Essa política visa aumentar a transparência e incentivar a inovação, por meio do uso de dados para desenvolver novos serviços e aplicações. Por exemplo, dados de trânsito, saúde e educação têm sido utilizados por empresas privadas e organizações sem fins lucrativos para criar aplicativos que melhoram a vida dos cidadãos.

Finlândia: *Open Ministry*

Na Finlândia, o governo tem utilizado plataformas digitais para aumentar a participação cidadã na tomada de decisões. O projeto “*Open Ministry*” permite que cidadãos proponham leis diretamente ao parlamento, desde que obtenham apoio suficiente por meio de assinaturas digitais. Essa abordagem inovadora de democracia participativa permite uma maior inclusão e engajamento da população no processo legislativo.

Emirados Árabes Unidos: Inteligência Artificial

Os Emirados Árabes Unidos criaram o primeiro ministério dedicado exclusivamente à inteligência artificial. O país está investindo fortemente em tecnologias de IA para melhorar os serviços públicos, desde a segurança até a gestão urbana. Um exemplo é o uso de IA para monitorar e prever congestionamentos de tráfego, permitindo uma gestão mais eficiente da infraestrutura rodoviária.

E o Brasil?

O Brasil foi pioneiro na implementação de um portal de transparência que permite aos cidadãos acessar informações detalhadas sobre os gastos do governo.



Lançado em 2004, o Portal da Transparência disponibiliza dados sobre receitas, despesas, transferências de recursos e convênios. Essa inovação tem promovido a transparência e o combate à corrupção, permitindo que a sociedade civil e a mídia monitorem a aplicação dos recursos públicos.

As cidades brasileiras têm implementado diversas inovações no setor público, para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, aumentar a eficiência dos serviços e promover a transparência, como pode ser observado abaixo.

Benchmarks locais

São Paulo: Programa de Desestatização

São Paulo tem liderado iniciativas de desestatização, para modernizar e melhorar a infraestrutura urbana. Um exemplo é o programa de concessão de parques municipais para a gestão privada, que visa melhorar a manutenção e os serviços oferecidos à população. Além disso, a cidade tem avançado na concessão de terminais de ônibus e na revitalização de áreas históricas, como o Vale do Anhangabaú.

Curitiba: Sistema Integrado de Transporte

Curitiba é mundialmente reconhecida por seu inovador sistema de transporte público. O Sistema Integrado de Transporte Coletivo, com seus corredores exclusivos para ônibus (BRT), tem servido de modelo para diversas cidades ao redor do mundo. Recentemente, Curitiba tem investido na modernização desse sistema, integrando novas tecnologias, como o pagamento eletrônico e a informação em tempo real sobre os horários dos ônibus.

Porto Alegre: Orçamento Participativo

Porto Alegre é pioneira no uso do Orçamento Participativo, um processo que permite aos cidadãos participarem diretamente da decisão sobre onde e como os recursos públicos devem ser investidos. Desde a sua implementação, nos anos 1980, a cidade tem envolvido milhares de residentes em discussões e decisões sobre prioridades de investimento, promovendo maior transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.



Recife: Porto Digital

Recife se destacou pela criação do Porto Digital, um parque tecnológico que promove o desenvolvimento de empresas de tecnologia e inovação. Localizado no bairro histórico do Recife Antigo, o Porto Digital é um dos maiores parques tecnológicos do Brasil, abrigando centenas de empresas e *startups*, além de instituições de ensino e pesquisa. Essa iniciativa tem sido crucial para transformar a economia local e criar um ambiente propício para a inovação.

Rio de Janeiro: Centro de Operações Rio (COR)

O Centro de Operações Rio (COR) é uma iniciativa inovadora, que integra dados e informações de diversas fontes, para monitorar e gerir a cidade em tempo real. Inaugurado em 2010, o COR utiliza tecnologia de ponta para coordenar a resposta a emergências, gerenciar o tráfego e monitorar condições meteorológicas e eventos de grande porte. A integração de dados de diferentes agências municipais permite uma resposta mais rápida e eficiente, em meio a crises.

Salvador: Simplificação de Serviços Públicos

Salvador tem investido na simplificação e digitalização dos serviços públicos para facilitar a vida dos cidadãos. O portal "Simplifica" reúne diversos serviços online, permitindo que os residentes realizem uma série de procedimentos burocráticos sem precisar sair de casa. Isso inclui desde a solicitação de documentos até o agendamento de consultas médicas, aumentando a eficiência e reduzindo o tempo de espera.

Fortaleza: Bicicletas Compartilhadas

Fortaleza tem implementado um sistema de bicicletas compartilhadas, o Bicicletar, como parte de sua estratégia de mobilidade urbana sustentável.

A iniciativa visa reduzir o uso de automóveis e promover modos de transporte mais ecológicos e saudáveis. As bicicletas podem ser alugadas e devolvidas em várias estações espalhadas pela cidade, facilitando o deslocamento e integrando-se com outros modos de transporte público.



Belo Horizonte: Monitoramento de Barragens

Após tragédias envolvendo barragens em Minas Gerais, Belo Horizonte implementou um sistema de monitoramento contínuo de barragens em seu território. Utilizando tecnologia avançada de sensoriamento remoto e dados em tempo real, a cidade monitora a estabilidade das barragens para prevenir desastres e proteger a população.

Florianópolis: Multihospital

Em 2024, a Prefeitura de Florianópolis realizou a entrega das instalações do Multihospital Floripa, complexo de serviços inédito no país. Compreendendo área de mais de 13 mil m², a estrutura está situada no antigo aeroporto e é composta de oito dispositivos públicos.

A estrutura abriga o Hospital Dia, a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Sul, o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) 24 horas, a Escola de Saúde Pública, a Central de Material Esterilizado, a 2ª Delegacia de Polícia da Capital e a Sala Lilás. Além dessas unidades, o Multihospital conta com os pioneiros Espaço Acolher Floripa e Óptica Pública.

Esses exemplos mostram como as cidades brasileiras estão utilizando a inovação para enfrentar desafios urbanos e melhorar a vida de seus cidadãos. Através da adoção de novas tecnologias, métodos participativos e modernização de infraestruturas, as cidades do Brasil estão se posicionando como líderes em inovação no setor público.

Diante dos problemas constatados por meio da radiografia e do diagnóstico da cidade de Manaus, resta claro que são necessárias soluções inovadoras para solucionar problemas recorrentes. Isso não significa que são necessárias ideias mirabolantes de pouca eficiência, mas sim resoluções fora do usual do funcionalismo público, muitas vezes já aplicadas no setor privado ou em outras cidades.



Quatro diretrizes articuladas e transversais: (1) promoção da dignidade humana, (2) sustentabilidade integral, (3) gestão transparente e participativa e (4) espacialidade física inclusiva

Promoção da Dignidade Humana

A promoção da dignidade humana é uma diretriz fundamental no plano de governo da Prefeitura de Manaus, e sua importância é amplamente respaldada pelo ****Estatuto da Cidade****. Esse documento legal, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, estabelece que a política de desenvolvimento urbano deve garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer.

Manaus, como uma das principais metrópoles da região Norte do Brasil, enfrenta desafios significativos em termos de desigualdade social e econômica. A cidade possui uma população diversa, com uma grande parcela vivendo em condições de vulnerabilidade. A promoção da dignidade humana, portanto, não é apenas uma diretriz legal, mas uma necessidade urgente para garantir que todos os cidadãos tenham acesso a uma vida digna e plena.

Para promovermos a dignidade humana em Manaus, é essencial investir em inovação social e tecnológica. A implementação de serviços públicos digitais pode facilitar o acesso da população a serviços essenciais como saúde, educação e assistência social. Além disso, programas de inclusão digital** são cruciais para garantir que todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, tenham acesso às tecnologias necessárias para usufruir desses serviços.

Integração com Outras Diretrizes

A promoção da dignidade humana está intrinsecamente ligada às outras diretrizes do plano de governo:



- **Gestão Participativa:** Utilizar ferramentas digitais para promover a participação popular na formulação e avaliação das políticas públicas, garantindo que as necessidades e direitos de todos sejam respeitados.

- **Sustentabilidade Integral:** Desenvolver programas de capacitação e inclusão social que promovam a sustentabilidade econômica e social, como a criação de empregos verdes e a promoção de práticas sustentáveis.

- **Espacialidade Física Inclusiva:** Garantir que o planejamento urbano considere as necessidades de todos os cidadãos, promovendo a inclusão social e o acesso equitativo aos espaços públicos.

Acreditamos que a promoção da dignidade humana é essencial para o desenvolvimento de Manaus. Ao garantir que todos os cidadãos tenham acesso a serviços públicos de qualidade, moradia digna, infraestrutura adequada e oportunidades de trabalho, estamos construindo uma cidade mais justa e inclusiva. A inovação social e tecnológica desempenha um papel crucial nesse processo, permitindo que as políticas públicas sejam mais eficientes e acessíveis. Com a promoção da dignidade humana como uma diretriz central, Manaus pode avançar rumo a um futuro mais equitativo e sustentável para todos os seus habitantes.

Sustentabilidade Integral

A sustentabilidade integral é um conceito que abrange a harmonização das dimensões ambiental, social e econômica, visando garantir o desenvolvimento sustentável de uma sociedade. Conforme o Estatuto da Cidade, a sustentabilidade integral implica a adoção de padrões de produção e consumo de bens e serviços e de expansão urbana que sejam compatíveis com os limites de sustentabilidade ambiental, social e econômica do Município e do território sob sua área de influência. Esse conceito busca assegurar que as atividades humanas não comprometam a capacidade das futuras gerações de atenderem suas próprias necessidades, promovendo uma convivência equilibrada e sustentável entre o homem e o meio ambiente.



A sustentabilidade integral é uma diretriz essencial em nosso plano de governo para a Prefeitura de Manaus e sua importância é amplamente respaldada pelo Estatuto da Cidade. Esse documento legal enfatiza a necessidade de proteger, preservar e recuperar o meio ambiente natural e construído, bem como o patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico. A sustentabilidade integral vai além da dimensão ambiental, abrangendo aspectos sociais e econômicos, e é vital para garantir uma qualidade de vida digna para as atuais e futuras gerações.

Manaus, localizada no coração da Amazônia, possui uma riqueza natural incomparável, que precisa ser preservada. A cidade enfrenta desafios significativos, relacionados ao crescimento urbano desordenado, o qual impacta negativamente o meio ambiente e a qualidade de vida dos seus habitantes. Além disso, a economia local, fortemente baseada na Zona Franca de Manaus, precisa se diversificar e adotar práticas mais sustentáveis para garantir um desenvolvimento equilibrado e duradouro.

Para promover a sustentabilidade integral em Manaus, é essencial investir em inovação ambiental e econômica. A implementação de tecnologias verdes em áreas como energia renovável, gestão de resíduos e mobilidade urbana pode reduzir significativamente o impacto ambiental da cidade. Além disso, a promoção da ****economia circular**** incentiva a reutilização, reciclagem e redução de resíduos, criando um ciclo econômico mais sustentável e eficiente.

integração com outras diretrizes

A sustentabilidade integral está intrinsecamente ligada às outras diretrizes do plano de governo:

- Espacialidade Física Inclusiva: Planejar o uso do solo urbano de forma sustentável, integrando áreas verdes e preservando os recursos naturais, para promover uma cidade mais verde e resiliente.



- **Gestão Participativa:** Envolver a população na criação e implementação de políticas de sustentabilidade, garantindo que as soluções sejam adequadas às realidades locais e possam promover a justiça ambiental.

- **Promoção da Dignidade Humana:** Desenvolver programas de capacitação e inclusão social que viabilizem a sustentabilidade econômica e social, como a criação de empregos verdes e a promoção de práticas sustentáveis.

A sustentabilidade integral é crucial para o desenvolvimento de Manaus. Ao adotar práticas sustentáveis em todas as dimensões – ambiental, social e econômica –, a cidade pode garantir uma qualidade de vida digna para todos os seus habitantes, preservando, ao mesmo tempo, seu valioso patrimônio natural. A inovação ambiental e econômica desempenha um papel fundamental nesse processo, permitindo que as políticas públicas sejam mais eficientes e eficazes. Com a sustentabilidade integral como uma diretriz central, Manaus pode avançar rumo a um futuro mais equilibrado e sustentável, beneficiando tanto as gerações atuais quanto as futuras.

Gestão Transparente e Participativa

A gestão transparente e participativa é uma diretriz fundamental para a administração pública moderna, que busca envolver a população nas decisões de interesse público e garantir a transparência das ações governamentais. Conforme o Estatuto da Cidade, a gestão democrática deve ser garantida por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Esse conceito promove a coparticipação de todos os agentes e atores responsáveis pelo desenvolvimento urbano, assegurando que as políticas públicas reflitam as necessidades e aspirações da sociedade.

A gestão transparente e participativa é uma diretriz essencial no plano de governo da Prefeitura de Manaus. Tal modelo de gestão visa promover a inclusão dos cidadãos nos processos decisórios, garantindo que as políticas públicas sejam mais eficazes, justas e alinhadas às demandas da população. A transparência, por sua vez,



assegura que as ações do governo sejam realizadas de maneira aberta e acessível, permitindo o controle social e a prevenção de práticas corruptas.

Manaus, como uma metrópole em crescimento, enfrenta desafios significativos relacionados à gestão pública. A complexidade das questões urbanas, sociais e econômicas exige uma administração que seja não apenas eficiente, mas também transparente e inclusiva. A participação ativa da população é crucial para identificar as reais necessidades da cidade e para a implementação de soluções que promovam o bem-estar de todos os cidadãos e coibam práticas corruptivas.

Para promover uma gestão transparente e participativa em Manaus, é essencial utilizar diversos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade:

- Órgãos Colegiados de Política Urbana: Criação de conselhos e comitês com representantes da sociedade civil, do empresariado e das diferentes esferas de governo, para discutir e decidir sobre questões urbanas.

- Debates, Audiências e Consultas Públicas: Realização de eventos abertos à população para discutir propostas de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

- Iniciativa Popular de Projeto de Lei: Permitir que os cidadãos apresentem propostas de leis e planos de desenvolvimento urbano, fortalecendo a democracia participativa.

- Gestão Orçamentária Participativa: Envolver a população na elaboração e acompanhamento do orçamento municipal, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de acordo com as prioridades da comunidade.

Integração com Outras Diretrizes

A gestão transparente e participativa está intrinsecamente ligada às outras diretrizes do plano de governo:



- **Promoção da Dignidade Humana:** A participação da população é essencial para garantir que seus direitos basilares sejam respeitados, reafirmando, portanto, a dignidade humana.

- **Sustentabilidade Integral:** A participação da população é crucial para a implementação de políticas sustentáveis, garantindo que as soluções sejam adequadas às realidades locais e possam promover a justiça ambiental.

- **Espacialidade Física Inclusiva:** Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades

A gestão transparente e participativa é fundamental para o desenvolvimento de Manaus. Ao promover a inclusão dos cidadãos nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais, a administração pública pode se tornar mais eficiente, justa e alinhada às demandas da população. A utilização de instrumentos de gestão participativa, como conselhos, audiências públicas e a iniciativa popular de projetos de lei, fortalece a democracia e assegura que as políticas públicas reflitam as necessidades e aspirações da sociedade. Com a gestão transparente e participativa como uma diretriz central, Manaus pode avançar rumo a um futuro mais democrático e inclusivo, beneficiando tanto as gerações atuais quanto as futuras.

Espacialidade Física Inclusiva

A espacialidade física inclusiva refere-se ao planejamento e desenvolvimento urbano que considera a inclusão social e a equidade espacial, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso igualitário aos benefícios da urbanização. Conforme o Estatuto da Cidade, a cidade deve ser planejada e gerida de forma a promover a justiça social, a inclusão e a integração de todas as áreas e populações, assegurando o direito à cidade para todos. Esse conceito busca eliminar a segregação espacial e promover a coesão social, criando um ambiente urbano que seja acessível, seguro e acolhedor para todos os seus habitantes.



A espacialidade física inclusiva é uma diretriz essencial no nosso plano de governo para a Prefeitura de Manaus. Esse modelo de planejamento urbano visa criar uma cidade onde todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso à moradia digna, serviços públicos de qualidade, infraestrutura urbana adequada e espaços de convivência. A inclusão espacial é, pois, fundamental para promover a equidade social e melhorar a qualidade de vida da população.

Manaus enfrenta desafios significativos relacionados à desigualdade espacial e à segregação urbana. A cidade possui áreas com infraestrutura e serviços públicos bem desenvolvidos, enquanto outras regiões, especialmente as periferias, sofrem com a falta de investimentos e condições precárias de vida. A espacialidade física inclusiva busca corrigir essas disparidades, promovendo um desenvolvimento urbano equilibrado e justo.

Instrumentos de Planejamento Urbano Inclusivo

Para promover a espacialidade física inclusiva em Manaus, é essencial utilizar diversos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade:

- **Plano Diretor:** Ferramenta fundamental para o ordenamento territorial, que deve ser elaborado com a participação da população, considerando as necessidades de todas as áreas da cidade.

- **Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS):** Áreas destinadas à habitação de interesse social, que recebem investimentos prioritários em infraestrutura e serviços públicos.

- **Regularização Fundiária:** Processos de legalização de áreas ocupadas irregularmente, garantindo segurança jurídica e acesso a serviços públicos para os moradores.

- **Requalificação de Áreas Degradadas:** Projetos de revitalização de áreas urbanas deterioradas, promovendo a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida.



- **Acessibilidade Universal:** Implementação de políticas e infraestruturas que garantam o acesso de pessoas com deficiência a todos os espaços urbanos.

Integração com Outras Diretrizes

A espacialidade física inclusiva está intrinsecamente ligada às outras diretrizes do plano de governo:

- **Sustentabilidade Integral:** Planejar o uso do solo urbano de forma sustentável, integrando áreas verdes e preservando os recursos naturais, para promover uma cidade mais verde e resiliente.

- **Gestão Transparente e Participativa:** Envolver a população no planejamento urbano, garantindo que as soluções sejam adequadas às realidades locais e promovam a justiça social.

- **Promoção da Dignidade Humana:** Desenvolver programas de capacitação e inclusão social, que promovam a equidade espacial e a melhoria das condições de vida.

A espacialidade física inclusiva é fundamental para o desenvolvimento de Manaus. Ao promover um planejamento urbano que considere a inclusão social e a equidade espacial, vamos trabalhar para que todos os cidadãos tenham acesso igualitário aos benefícios da urbanização. A utilização de instrumentos de planejamento urbano inclusivo, como o Plano Diretor, as ZEIS, a regularização fundiária e a requalificação de áreas degradadas, é essencial para criar um ambiente urbano acessível, seguro e acolhedor para todos. Com a espacialidade física inclusiva como uma diretriz central, nossa cidade pode avançar rumo a um futuro mais justo e equilibrado, beneficiando tanto as gerações atuais quanto as futuras.







The background of the slide features a high-angle, slightly blurred photograph of a city. A large, ornate building with a prominent dome and classical architectural details, including columns and arches, is the central focus. The city extends into the distance with various other buildings. A large, semi-transparent teal shape, composed of two overlapping circular or semi-circular areas, is superimposed over the image, creating a modern design element. The word "PROPOSTAS" is centered within this teal area.

PROPOSTAS

Introdução

Até agora, estabelecemos diretrizes fundamentais que nortearão nossas ações, baseadas nos princípios de sustentabilidade integral, gestão transparente e participativa, promoção da dignidade humana e espacialidade física inclusiva. Essas diretrizes refletem nosso compromisso com a construção de uma cidade mais justa, sustentável e democrática, onde todos os cidadãos possam desfrutar de uma qualidade de vida digna.

Nosso plano de governo foi elaborado a partir de um diagnóstico detalhado e uma radiografia abrangente da cidade de Manaus. Identificamos os principais desafios e potencialidades da cidade, considerando aspectos como patrimônio histórico e cultural, demografia, economia local, desigualdade social, meio ambiente, saneamento básico, mobilidade urbana, empreendedorismo, turismo, educação e saúde. Esse diagnóstico nos forneceu uma base sólida para desenvolver propostas que atendam às reais necessidades da população manauara.

Nossa missão é transformar, de forma inovadora e responsável, a maneira como a cidade é administrada, com foco em tornar os serviços públicos mais acessíveis e eficientes para toda a população. Sonhamos com uma Manaus onde o progresso seja uma realidade palpável, onde nossa comunidade seja vista como um exemplo de boa gestão pública.

Metodologia

A estrutura para o desenvolvimento das propostas segue uma metodologia amplamente utilizada em planejamento estratégico e gestão de projetos. Essa abordagem é baseada em princípios de **Gestão por Objetivos (*Management by Objectives* - MBO) e Planejamento Estratégico**, que são metodologias científicas e práticas para definir, implementar e avaliar ações e projetos.

Estabelecemos os seguintes componentes da base metodológica, que serão rigorosamente seguidos em cada proposta apresentada:



Objetivo: O que se pretende alcançar com a proposta.

Justificativa: Por que a proposta é necessária e quais problemas ela visa resolver.

Ações: Quais serão as ações concretas a serem realizadas.

Resultados Esperados: Quais são os benefícios esperados com a implementação da proposta.

Indicadores de Sucesso: Como será medida a eficácia da proposta.

Adequação às diretrizes: com qual(is) diretriz(es) do plano de governo a proposta se alinha.



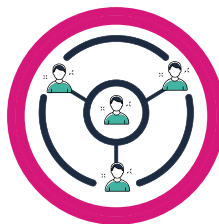
Simbologia das Diretrizes

Para facilitar a identificação e categorização das propostas, utilizaremos uma semiótica específica para cada diretriz do plano de governo. Cada diretriz será representada por um ícone e uma cor distinta destacada no argumento do texto, permitindo uma visualização rápida e intuitiva.

Promoção da dignidade da pessoa humana

Cor: magenta

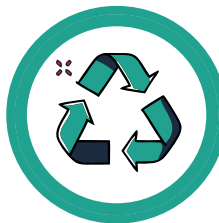
Símbolo:



Sustentabilidade Integral

Cor: verde

Símbolo:



Espacialidade física inclusiva

Cor: amarelo

Símbolo:



Gestão transparente e participativa

Cor: azul

Símbolo:







PROPOSTAS
PARA O EIXO DA

EDU CAÇÃO

1.1. Educação Infantil

Proposta 01: Acesso à escola na primeira infância

Objetivo: Garantir amplo acesso ao sistema educacional com qualidade durante a primeira infância.

Justificativa: A educação infantil é a base para o desenvolvimento integral das crianças, proporcionando-lhes as habilidades cognitivas, emocionais e sociais necessárias para um futuro promissor. Estudos demonstram que o acesso à educação de qualidade na primeira infância tem um impacto significativo no desempenho acadêmico e na vida adulta dos indivíduos. No contexto de Manaus, a necessidade de ampliar a rede de educação infantil é urgente, considerando que apenas 5,84% da demanda por vagas em creches é atendida atualmente, conforme dados do Censo Escolar de 2023.

A proposta de garantir amplo acesso ao sistema educacional durante a primeira infância visa não apenas a universalização do atendimento, mas também a melhoria da qualidade do ensino oferecido. A colaboração entre União, Estado e Município é fundamental para a expansão do ensino infantil, respeitando as peculiaridades locais e assegurando um padrão nacional de qualidade. Além disso, a criação de uma escola de formação permanente de ensino (ESFOPEN) contribuirá para a capacitação contínua dos profissionais da educação, garantindo que estejam preparados para atender às necessidades das crianças.

A universalização do atendimento em até três anos, após a aprovação do Plano Municipal de Educação (PME), é uma meta ambiciosa, mas necessária, para assegurar que todas as crianças de Manaus tenham acesso a uma educação de qualidade, desde os primeiros anos de vida. A realização de levantamentos anuais da demanda por creche permitirá um planejamento mais eficaz e a verificação do atendimento da demanda manifesta, assegurando que nenhuma criança fique fora da escola.



A disponibilização de kits com fardamento e materiais de higiene pessoal também é uma medida importante para garantir que todas as crianças tenham as condições necessárias para frequentar a escola, promovendo a igualdade de oportunidades e a inclusão social.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de acesso à escola na primeira infância está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma educação de qualidade, desde os primeiros anos de vida.

Argumento: A universalização do atendimento na educação infantil promove a dignidade humana, ao assegurar que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, essencial para seu desenvolvimento integral.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A expansão da rede física de educação infantil e a criação de novas creches são ações que promovem a sustentabilidade social, garantindo que todas as crianças tenham acesso a um ambiente educacional adequado e seguro.



Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A construção de novas creches e a disponibilização de kits com fardamento e materiais de higiene pessoal promovem a inclusão social, garantindo que todas as crianças tenham as condições necessárias para frequentar a escola.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A realização de levantamentos anuais da demanda por creche e a colaboração entre União, Estado e Município são exemplos de práticas que promovem a gestão transparente e participativa, assegurando que as decisões sejam tomadas com base em dados concretos e em colaboração com a comunidade.

Ações:

- Estabelecer, em regime de colaboração entre União, Estado e Município, a expansão do ensino infantil, segundo o padrão nacional de qualidade, compatível com as peculiaridades locais.
- Ampliar a rede física de educação infantil no município, de modo a universalizar o atendimento em até 3 (três) anos, após a aprovação do Plano Municipal de Educação (PME).
- Realizar, em regime de colaboração entre a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação, levantamento da demanda por creche, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta, a ser operacionalizada anualmente, com base na Lei nº 14.851, de 03 de maio de 2024, sobre a qual o Deputado Federal Amom Mandel foi responsável pela realização do Relatório de Aprovação.



- Criar a Escola de Formação Permanente de Ensino (ESFOPEN).
- Construir novas creches.
- Disponibilizar kits com fardamento e materiais de higiene pessoal.

Resultados Esperados: Melhoria na qualidade da educação infantil, com a adoção de padrões nacionais adaptados às necessidades locais.

Universalização do atendimento na educação infantil, garantindo que todas as crianças tenham acesso a creches e pré-escolas.

Planejamento eficaz da oferta de vagas em creches, com base em dados atualizados e precisos.

Formação contínua e qualificação dos profissionais da educação, melhorando a qualidade do ensino.

Aumento da capacidade de atendimento na educação infantil, reduzindo a lista de espera por vagas.

Garantia de condições básicas para a frequência escolar, promovendo a igualdade e a dignidade dos alunos.

Aumento do número de alunos matriculados: Medido pelo crescimento das matrículas nas escolas municipais.

Diminuição da evasão escolar: Redução nas taxas de abandono escolar.

Nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): Melhoria nas notas do IDEB, refletindo a qualidade do ensino.



Satisfação da Comunidade Escolar: Índice de satisfação dos pais, alunos e professores com as melhorias implementadas.

Indicadores de Sucesso:

Qualidade do Ensino: Avaliações positivas em auditorias de qualidade.

Satisfação dos Pais e Alunos: Índice de satisfação elevado entre pais e alunos.

Taxa de Matrícula: Aumento no número de matrículas na educação infantil.

Cobertura de Atendimento: Percentual de crianças atendidas em relação à demanda total.

Precisão do Levantamento: Conformidade dos dados de demanda com a realidade.

Planejamento e Oferta: Eficiência na alocação de recursos e criação de vagas.

Número de Profissionais Formados: Aumento no número de professores e educadores qualificados.

Qualidade do Ensino: Melhoria nas avaliações de desempenho dos alunos.

Número de Creches Construídas: Quantidade de novas unidades inauguradas.

Capacidade de Atendimento: Aumento no número de vagas disponíveis.

Distribuição de Kits: Percentual de alunos que receberam os kits.



Frequência Escolar: Aumento na frequência e participação dos alunos nas atividades escolares.

Aumento do número de alunos matriculados: Medido pelo crescimento das matrículas nas escolas municipais.

Diminuição da evasão escolar: Redução nas taxas de abandono escolar.

Nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): Melhoria nas notas do IDEB, refletindo a qualidade do ensino.

Satisfação da Comunidade Escolar: Índice de satisfação dos pais, alunos e professores com as melhorias implementadas.

Proposta 02: Aumento do número de profissionais e melhoria na estrutura

Objetivo: Melhorar a qualidade do Ensino Público, valorizando os profissionais e permitindo melhores condições de trabalho e aprendizado.

Justificativa: A qualidade da educação está intrinsecamente ligada à disponibilidade de profissionais qualificados e a uma infraestrutura adequada. Em Manaus, a atual infraestrutura das instituições de ensino e o número de profissionais da educação são insuficientes para atender à demanda crescente e proporcionar um ensino de qualidade. Conforme o Relatório de Monitoramento do Plano Municipal de Educação 2021, a cidade conta com um número significativo de professores, mas ainda há uma necessidade urgente de ampliar esse quadro para atender de forma eficaz todas as crianças em idade escolar.]

A falta de profissionais suficientes resulta em salas de aula superlotadas, o que compromete a qualidade do ensino e dificulta a atenção individualizada aos alunos. Além disso, a infraestrutura inadequada das escolas, incluindo a falta de materiais



didáticos, equipamentos tecnológicos e instalações físicas apropriadas, prejudica o processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes.

A proposta de aumentar o número de profissionais da educação e melhorar a infraestrutura das escolas visa criar um ambiente de aprendizagem mais propício e eficiente. A contratação de mais professores, pedagogos e outros profissionais da educação permitirá a redução do número de alunos por sala de aula, possibilitando um atendimento mais personalizado e eficaz. Além disso, a melhoria da infraestrutura escolar, com a construção e reforma de unidades, a aquisição de materiais didáticos e tecnológicos, e a implementação de espaços adequados para atividades pedagógicas, contribuirá para um ambiente de ensino mais seguro, confortável e estimulante.

Investir na formação contínua dos profissionais da educação também é essencial para garantir que estejam atualizados com as melhores práticas pedagógicas e preparados para enfrentar os desafios do ensino contemporâneo. A criação de programas de capacitação e desenvolvimento profissional contínuo, como a escola de formação permanente de ensino (ESFOPEN), é uma estratégia fundamental para alcançar esse objetivo.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de aumento do número de profissionais e melhoria na estrutura está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:



Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma educação de qualidade, desde os primeiros anos de vida.

Argumento: A contratação de mais profissionais da educação e a melhoria da infraestrutura escolar promovem a dignidade humana, ao assegurar que todas as crianças tenham acesso a um ambiente de aprendizagem adequado e seguro, essencial para seu desenvolvimento integral.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A adequação das condições pedagógicas para atender às especificidades da acessibilidade e sustentabilidade dos espaços escolares promove a sustentabilidade integral, garantindo que as escolas sejam ambientes inclusivos e ecologicamente responsáveis.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A construção e a reforma de unidades escolares, com a implementação de espaços adequados para atividades pedagógicas, promovem a inclusão social e garantem que todas as crianças tenham acesso a um ambiente educacional seguro e confortável.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A constituição de uma comissão para a elaboração das diretrizes curriculares municipais e a apresentação dos projetos arquitetônicos ao Conselho Mu-



nicipal de Educação são exemplos de práticas que promovem a gestão transparente e participativa, assegurando que as decisões sejam tomadas com base em dados concretos e em colaboração com a comunidade.

Ações:

- Promover concurso público, com o intuito de selecionar profissionais para a educação infantil.
- Adequar e manter as condições pedagógicas para atender às especificidades da acessibilidade e sustentabilidade dos espaços para crianças e professores das creches e pré-escolas.
- Constituir comissão para elaboração das diretrizes curriculares municipais para educação infantil.
- Realizar formação em serviço para os docentes, a fim de atuarem na educação infantil, por meio de conteúdo técnico-pedagógico, incluindo habilitações tecnológicas definidas pela Secretaria da Educação do Município.
- Apresentar ao Conselho Municipal de Educação os projetos arquitetônicos e os critérios técnicos que justifiquem a construção, ampliação e reforma dos Centros de Educação Infantil.

Resultados Esperados: Seleção de profissionais qualificados e comprometidos com a educação infantil, garantindo um corpo docente preparado e motivado.

Criação de ambientes inclusivos e sustentáveis que atendam às necessidades de todas as crianças e professores, promovendo um ambiente de aprendizado seguro e saudável.



Desenvolvimento de diretrizes curriculares que atendam às necessidades locais e promovam uma educação infantil de qualidade.

Capacitação contínua dos docentes, melhorando suas habilidades técnicas e pedagógicas e promovendo o uso de tecnologias educacionais.

Planejamento e execução de projetos arquitetônicos que atendam às necessidades educacionais e promovam um ambiente de aprendizado adequado.

Indicadores de Sucesso: Aumento do número de alunos matriculados: Medido pelo crescimento das matrículas nas escolas municipais.

Diminuição da evasão escolar: Redução nas taxas de abandono escolar.

Nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): Melhoria nas notas do IDEB, refletindo a qualidade do ensino.

Satisfação da Comunidade Escolar: Índice de satisfação dos pais, alunos e professores com as melhorias implementadas.

Conformidade com Normas de Acessibilidade: Percentual de unidades adequadas às normas de acessibilidade.

Elaboração das Diretrizes: Conclusão e aprovação das diretrizes curriculares.

Implementação das Diretrizes: Percentual de unidades que adotaram as novas diretrizes.

Qualidade do Ensino: Melhoria nas avaliações de desempenho dos alunos.

Sustentabilidade dos Espaços: Implementação de práticas sustentáveis nas unidades.



Número de Docentes Capacitados: Quantidade de professores que participaram das formações.

Qualidade da Formação: Avaliações positivas dos cursos de formação.

Aplicação Prática: Percentual de docentes que aplicam os conhecimentos adquiridos em sala de aula.

Aprovação dos Projetos: Percentual de projetos aprovados pelo Conselho Municipal de Educação.

Execução das Obras: Número de construções, ampliações e reformas concluídas.

Qualidade das Infraestruturas: Avaliações positivas das novas infraestruturas por parte dos usuários.

1.2. Ensino Fundamental

Proposta 03: Reestruturação da grade curricular do Ensino Fundamental

Objetivo: Melhorar a qualidade do Ensino Público, valorizando os profissionais e permitindo melhores condições de trabalho e aprendizado.

Justificativa: A reestruturação da grade curricular do Ensino Fundamental é uma medida essencial para garantir a qualidade da educação pública e atender às necessidades contemporâneas dos alunos. A atual grade curricular muitas vezes não acompanha as mudanças rápidas da sociedade e do mercado de trabalho, deixando os alunos despreparados para os desafios futuros. Além disso, a falta de uma estrutura curricular bem definida pode resultar em lacunas significativas no aprendizado, afetando o desempenho acadêmico e a formação integral dos estudantes.



A proposta de reformulação curricular visa alinhar os conteúdos, competências e habilidades ensinadas nas escolas municipais de Manaus com as melhores práticas internacionais, adaptando-as às peculiaridades locais. Isso permitirá que os alunos recebam uma educação de qualidade, que os prepare não apenas para os próximos níveis de ensino, mas também para a vida em sociedade e o mercado de trabalho.

A valorização dos profissionais da educação é outro aspecto crucial dessa proposta. Ao envolver os educadores na construção do novo currículo e oferecer-lhes melhores condições de trabalho, estamos reconhecendo sua importância e incentivando seu engajamento e dedicação. A formação contínua e o desenvolvimento profissional são fundamentais para que os professores possam implementar as novas diretrizes curriculares de maneira eficaz.

Além disso, a inclusão de temas como a Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo de História do Brasil, conforme as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, é uma medida importante para promover a diversidade e a inclusão, valorizando a história e a cultura de todos os grupos que compõem a sociedade brasileira.

Também deve ser revisto o currículo escolar para a inclusão de dois tempos semanais de Artes nas escolas, o que se justifica pela necessidade de maturação motora, intelectual e afetiva. O resultado é uma educação do sensível e uma transformação tanto nas relações quanto à alfabetização artística e científica (que são obrigações da escola), quanto à educação do sensível e consequente mudança na autopercepção com sujeitos de valor e importância e a replicação disso na sociedade, o que seria automático.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de reestruturação da grade curricular do Ensino Fundamental está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma educação de qualidade, desde os primeiros anos de vida.

Argumento: A reestruturação da grade curricular promove a dignidade humana, ao assegurar que todos os alunos recebam uma educação de qualidade, que os prepare para os desafios futuros e para a vida em sociedade.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A incorporação de temas de diversidade e inclusão no currículo escolar promove a sustentabilidade social, garantindo que todos os grupos que compõem a sociedade brasileira sejam valorizados e respeitados.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A reestruturação da grade curricular, com a inclusão de temas de diversidade e inclusão, promove a inclusão social e garante que todos os alunos tenham acesso a um currículo escolar que valorize a história e a cultura de todos os grupos que compõem a sociedade brasileira.

Gestão Transparente e Participativa:



Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: O envolvimento dos educadores na construção do novo currículo e a promoção da formação contínua e do desenvolvimento profissional dos educadores são exemplos de práticas que promovem a gestão transparente e participativa, assegurando que as decisões sejam tomadas com base em dados concretos e em colaboração com a comunidade.

Ações:

- Promover uma reformulação curricular que seja capaz de nortear, para cada ano específico do ensino fundamental inicial, conteúdos, competências e habilidades, amparadas por uma proposta de alfabetização para 1º e 2º anos e Língua Portuguesa, Matemática e Ciências para 3º, 4º e 5º anos. Essa proposta terá, como referência, experiências reconhecidamente bem sucedidas internacionalmente, os saberes acumulados e o engajamento dos profissionais do sistema municipal de ensino.
- Promover uma reformulação curricular, respeitando os conteúdos regionalizados, que seja capaz de nortear por disciplina, para cada ano específico do ensino fundamental final, conteúdos, competências e habilidades. Esta proposta terá como referência, experiências reconhecidamente bem sucedidas internacionalmente, os saberes acumulados e o engajamento dos profissionais do sistema municipal de ensino.
- Constituir um currículo que seja capaz de nortear, para cada ano específico do ensino fundamental final, conteúdos, competências e habilidades, amparadas numa proposta de Educação Integral. Essa proposta terá, como referência, experiências reconhecidamente bem sucedidas internacionalmente, os saberes acumulados e o engajamento dos profissionais do sistema municipal de ensino.



- Assegurar o cumprimento da proposta curricular do ensino fundamental por meio de estratégias didáticas e metodológicas que garantam a formação básica comum, os novos saberes e os tempos escolares, reconhecendo a especificidade da infância e da adolescência.
- Estabelecer diretrizes pedagógicas para a educação básica e parâmetros curriculares nacionais comuns, respeitando-se a diversidade regional, estadual e local.
- Garantir, no ensino de História do Brasil, a inclusão da Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos termos das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.
- Promover, em regime de parceria com diferentes instituições de ensino locais, pelo menos, uma discussão anual de aprofundamento pedagógico, que culmine na publicação coletiva de novos conhecimentos produzidos.
- Reestruturar e fortalecer as feiras de ciência e sustentabilidade, incentivando a ampla participação através de competições intra e entre escolas.
- Regularizar, até o quarto ano de vigência do PME, o fluxo escolar (eliminar a distorção idade/série) da educação básica, assegurando como referência a aprendizagem dos alunos.
- Promover concurso público com o intuito de selecionar profissionais para o ensino fundamental.

Resultados Esperados: Desenvolvimento de um currículo robusto e adaptado às necessidades dos alunos, com foco na alfabetização e nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências.



Criação de um currículo detalhado por disciplina, que desenvolva competências e habilidades específicas para cada ano do ensino fundamental final.

Implementação de um currículo que promova a educação integral, desenvolvendo o aluno de forma holística.

Garantia de que a proposta curricular seja efetivamente implementada, respeitando a formação básica comum e os tempos escolares.

Estabelecimento de diretrizes pedagógicas e parâmetros curriculares que respeitem a diversidade regional, estadual e local.

Inclusão efetiva da Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo de História do Brasil.

Promoção de discussões pedagógicas anuais que resultem na publicação de novos conhecimentos.

Fortalecimento das feiras de ciência e sustentabilidade, incentivando a participação dos alunos.

Eliminação da distorção idade/série, assegurando a aprendizagem dos alunos.

Seleção de profissionais qualificados para o ensino fundamental, garantindo um corpo docente preparado e motivado.

Indicadores de Sucesso: Aumento do número de alunos matriculados: Medido pelo crescimento das matrículas nas escolas municipais.



Diminuição da evasão escolar: Redução nas taxas de abandono escolar.

Nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): Melhoria nas notas do IDEB, refletindo a qualidade do ensino.

Satisfação da Comunidade Escolar: Índice de satisfação dos pais, alunos e professores com as melhorias implementadas.

Desempenho Acadêmico: Melhoria nas avaliações de desempenho dos alunos.

Desenvolvimento Integral: Avaliação positiva do desenvolvimento integral dos alunos.

Satisfação dos Pais e Alunos: Índice de satisfação elevado com o novo currículo.

Fidelidade à Proposta Curricular: Percentual de unidades que seguem a proposta curricular.

Conformidade com Diretrizes: Percentual de unidades que seguem as diretrizes pedagógicas.

Número de Discussões Realizadas: Quantidade de discussões pedagógicas anuais.

Publicações Coletivas: Número de publicações resultantes das discussões.

Engajamento dos Professores: Participação ativa dos professores nas discussões.



Conformidade com a Lei: Percentual de unidades que incluem a Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo.

Número de Feiras Realizadas: Quantidade de feiras realizadas anualmente.

Participação dos Alunos: Percentual de alunos participantes nas feiras.

Qualidade dos Projetos: Avaliações positivas dos projetos apresentados.

Redução da Distorção Idade/Série: Percentual de alunos com idade adequada para a série.

1.3. Alfabetização de crianças

Proposta 04: Redução do índice de analfabetismo

Objetivo: Alfabetizar e letrar nos anos iniciais da educação, formando cidadãos críticos e conscientes.

Justificativa:

A alfabetização nos anos iniciais da educação é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças e para a formação de cidadãos críticos e conscientes. O índice de analfabetismo infantil ainda é um desafio significativo em muitas regiões, incluindo Manaus. A falta de habilidades básicas de leitura e escrita impede que as crianças avancem em suas trajetórias educacionais e limita suas oportunidades futuras.

A proposta de redução do índice de analfabetismo visa atacar esse problema de forma estruturada e integrada, envolvendo não apenas o sistema educacional, mas também outras políticas públicas que impactam o bem-estar das crianças. A criação do "Programa de Recuperação da Alfabetização (PRA)"



é uma iniciativa essencial para coordenar esforços entre o Conselho Municipal de Educação, instituições de educação básica e ensino superior e outras políticas setoriais. Esse programa buscará identificar e atender as necessidades específicas das crianças de 6 e 7 anos, garantindo que todas tenham a oportunidade de desenvolver plenamente suas habilidades de leitura e escrita.

Além disso, o sucesso na alfabetização está intimamente ligado ao bem-estar geral das crianças. Programas de apoio psicossocial e nutricional são cruciais para abordar questões como saúde mental, estresse, traumas e nutrição adequada. Crianças que estão bem alimentadas e emocionalmente saudáveis têm maior capacidade de concentração e aprendizado, o que facilita o processo de alfabetização.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de implementação de programas de educação ambiental está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a um ambiente saudável e sustentável.

Argumento: A educação ambiental promove a dignidade humana ao capacitar os alunos a se tornarem cidadãos conscientes e responsáveis, capazes de contribuir para a preservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida em suas comunidades.



Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A implementação de hortas escolares, jardins comunitários e tecnologias verdes nas escolas são exemplos de práticas que promovem a sustentabilidade integral, integrando aspectos ecológicos, sociais e econômicos.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A criação de hortas escolares e jardins comunitários, além de campanhas de conscientização ambiental, promove a inclusão e a participação ativa dos alunos e da comunidade, criando espaços físicos que são acessíveis, seguros e acolhedores para todos.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A realização de campanhas de conscientização ambiental e a organização de feiras e exposições ambientais são exemplos de práticas que promovem a gestão transparente e participativa, incentivando a comunidade a se envolver ativamente nas questões ambientais e nas decisões que afetam o meio ambiente.

Ações:

- Instituir o “Programa de Recuperação da Alfabetização (PRA)”, coordenado pelo Conselho Municipal de Educação em colaboração com instituições de educação básica, ensino superior e todas as políticas



públicas setoriais que atuam com crianças de 6 (seis) e 7 (sete) anos de idade;

- Criar programas de apoio Psicossocial e Nutricional – O sucesso na alfabetização também está ligado ao bem-estar geral das crianças. Programas de apoio psicossocial, que abordam questões como saúde mental, estresse e traumas, podem ajudar os alunos a se concentrarem melhor na aprendizagem. Além disso, garantir que as crianças tenham acesso à alimentação adequada e saudável é crucial, pois a fome e a má nutrição podem afetar negativamente a capacidade de aprender.

Resultados Esperados: Melhoria significativa nos níveis de alfabetização das crianças de 6 e 7 anos, através de um programa coordenado e colaborativo que envolve diversas instituições e políticas públicas.

Melhoria no bem-estar geral das crianças, resultando em um ambiente mais propício para a aprendizagem e, conseqüentemente, melhores resultados na alfabetização.

Indicadores de Sucesso: Aumento do número de alunos matriculados, diminuição da evasão escolar e diminuição da taxa de analfabetismo.

Taxa de Alfabetização: Aumento na taxa de alfabetização das crianças de 6 e 7 anos.

Desempenho Acadêmico: Melhoria nas avaliações de desempenho em leitura e escrita.

Engajamento das Instituições: Participação ativa das instituições de educação básica e superior no programa.



Satisfação dos Pais e Alunos: Índice de satisfação elevado, referente ao programa de recuperação da alfabetização.

Índice de satisfação elevado, referente ao programa de recuperação da alfabetização.

Saúde Mental: Redução nos índices de estresse e traumas entre as crianças.

Nutrição: Aumento do acesso à alimentação adequada e saudável.

1.4. Educação inclusiva

Proposta 05: Amplo acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Objetivo: Cumprir os ordenamentos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015), especialmente o artigo 4º (Capítulo II – Da Igualdade e da Não Discriminação) e artigos 27, 28, 29 e 30 (Capítulo IV – Do Direito À Educação).

Justificativa: A educação inclusiva é um direito fundamental garantido pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. A implementação do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas unidades escolares é essencial para assegurar que alunos com deficiência tenham acesso a uma educação de qualidade, adaptada às suas necessidades específicas. A inclusão escolar promove a igualdade de oportunidades e combate a discriminação, permitindo que todos os alunos desenvolvam seu potencial máximo em um ambiente acolhedor e inclusivo.

A oferta de AEE deve ser acompanhada de uma infraestrutura adequada, recursos didáticos apropriados e profissionais capacitados. A contratação de



mediadores especializados é crucial para o apoio individualizado, especialmente para alunos com deficiência intelectual. Além disso, a definição de indicadores de qualidade e políticas de avaliação garantirá que as instituições públicas e privadas mantenham altos padrões de atendimento.

O transporte escolar adequado também é uma necessidade vital para alunos com limitações físicas e mobilidade reduzida, assegurando que todos possam frequentar a escola de maneira segura e confortável. A universalização da matrícula de alunos com deficiência é um passo importante para garantir que nenhuma criança ou adolescente fique fora da escola devido à falta de suporte adequado.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de amplo acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma educação de qualidade, desde os primeiros anos de vida.

Argumento: A implementação do AEE promove a dignidade humana ao assegurar que todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais, tenham acesso a uma educação de qualidade e adaptada às suas especificidades.



Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A inclusão de alunos com deficiência no sistema educacional promove a sustentabilidade social, garantindo que todos os grupos da sociedade sejam valorizados e tenham oportunidades iguais.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A adequação da infraestrutura escolar para atender as necessidades dos alunos com deficiência promove a inclusão social e garante que todos os alunos tenham acesso a um ambiente educacional seguro e confortável.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A definição de indicadores de qualidade e políticas de avaliação, bem como o envolvimento dos educadores na construção do novo currículo, são exemplos de práticas que promovem a gestão transparente e participativa, assegurando que as decisões sejam tomadas com base em dados concretos e em colaboração com a comunidade.

Ações:

- Ofertar Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas unidades escolares para alunos com deficiência, até o final da vigência deste plano.
- Definir os padrões de atendimento da educação especial, abrangendo aspectos relacionados à infraestrutura física, mobiliários e equipa-



mentos, recursos didáticos pertinentes ao número de alunos por turma, gestão escolar e recursos humanos indispensáveis à oferta de uma educação de qualidade.

- Definir critérios curriculares para contratação de mediadores, para as turmas que possuam crianças com deficiência intelectual.
- Definir, a partir do segundo ano de vigência do PME, indicadores de qualidade e de política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência.
- Assegurar financiamento para aquisição de transporte escolar adequado, a fim de atender os alunos com deficiência que apresentem limitações físicas e mobilidade reduzida.
- Garantir a universalização da matrícula dos alunos com deficiência.

Resultados Esperados: Implementação do AEE em todas as unidades escolares, garantindo que todos os alunos com deficiência recebam o suporte necessário.

Disponibilização de transporte escolar adequado para alunos com deficiência que apresentem limitações físicas e mobilidade reduzida.

Universalização da matrícula para todos os alunos com deficiência, garantindo acesso à educação.

Indicadores de Sucesso: Aumento do número de alunos com deficiência matriculados: Medido pelo crescimento das matrículas de alunos com deficiência nas escolas municipais.



Melhoria no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): Refletindo a qualidade do ensino e o impacto dos programas de apoio.

Redução na Evasão Escolar: Redução nas taxas de abandono escolar entre alunos com deficiência.

Satisfação da Comunidade Escolar: Índice de satisfação dos pais, alunos e professores com as melhorias implementadas.

Cobertura do AEE: Percentual de unidades escolares que oferecem AEE.

Satisfação dos Pais e Alunos: Índice de satisfação elevado com o atendimento especializado.

Desempenho Acadêmico: Melhoria nas avaliações de desempenho dos alunos com deficiência.

Conformidade com Padrões: Percentual de unidades escolares que atendem aos padrões definidos.

Número de Mediadores Contratados: Quantidade de mediadores contratados conforme os critérios definidos.

Qualidade do Suporte: Avaliações positivas do suporte oferecido pelos mediadores.

Conformidade com Indicadores: Percentual de instituições que atendem aos indicadores de qualidade.

Qualidade do Atendimento: Avaliações positivas do atendimento oferecido pelas instituições.



Cobertura do Transporte Escolar: Percentual de alunos com deficiência atendidos pelo transporte escolar adequado.

Qualidade do Transporte: Avaliações positivas da qualidade do transporte escolar.

Taxa de Matrícula: Percentual de alunos com deficiência matriculados nas escolas.

1.5. Educação integral

Proposta 06: Efetividade no planejamento e execução da política pública de escolas de tempo integral

Objetivo: Estender, gradativamente, o alcance da educação em tempo integral, a iniciar-se nos anos finais do ensino fundamental e, posteriormente, para os anos iniciais do ensino fundamental. Utilizando, para isso, uma proposta integrada de educação que amplie a jornada escolar, mediante oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares.

Justificativa: A educação em tempo integral é uma estratégia fundamental para melhorar a qualidade da educação e promover o desenvolvimento integral dos alunos. Ao ampliar a jornada escolar, as escolas podem oferecer um currículo mais diversificado e completo, incluindo atividades interdisciplinares que vão além do conteúdo acadêmico tradicional. Isso permite que os alunos desenvolvam habilidades socioemocionais, culturais e físicas, além de fortalecer a aprendizagem cognitiva.

A implementação de escolas de tempo integral também contribui para a redução da evasão escolar e aumenta o engajamento dos alunos, proporcionando um ambiente seguro e estimulante durante todo o dia. A construção de



escolas com arquitetura e engenharia, que promovam a saúde e bem-estar de todos os envolvidos, é essencial para criar um ambiente propício ao aprendizado e ao desenvolvimento pessoal.

Além disso, a oferta de serviços de saúde, como atendimento odontológico, psicológico e de assistência social, garante que as necessidades básicas dos alunos sejam atendidas, permitindo que eles se concentrem melhor nos estudos. Programas de incentivo à inovação pedagógica e de mentoria entre professores são fundamentais para promover a melhoria contínua das práticas educacionais e fortalecer a comunidade escolar.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de efetividade no planejamento e execução da política pública de escolas de tempo integral está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma educação de qualidade, desde os primeiros anos de vida.

Argumento: A educação em tempo integral promove a dignidade humana ao proporcionar um ambiente seguro e estimulante, onde os alunos podem desenvolver plenamente suas habilidades e potencialidades.

Sustentabilidade Integral:



Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A implementação de escolas de tempo integral contribui para a sustentabilidade social, ao reduzir a evasão escolar e aumentar o engajamento dos alunos, garantindo que todos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A construção de escolas de tempo integral com arquitetura e engenharia que promovam a saúde e bem-estar de todos os envolvidos garante que todos os alunos tenham acesso a um ambiente educacional seguro e confortável.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A publicidade à disponibilidade de vagas nas escolas de tempo integral e a implementação de programas de incentivo à inovação pedagógica e de mentoria entre professores são exemplos de práticas que promovem a gestão transparente e participativa, assegurando que as decisões sejam tomadas com base em dados concretos e em colaboração com a comunidade.

Ações:

- Construir de escolas de tempo integral cuja arquitetura e engenharia promovam a saúde e bem-estar de alunos, professores, técnicos e demais funcionários.



- Dar publicidade à disponibilidade de vagas nas escolas de tempo integral durante todo o ano letivo.
- Garantir atendimento odontológico, psicológico e de assistência social nas escolas de tempo integral.
- Instituir o Programa de Incentivo à Inovação Pedagógica – Programa que irá estimular e recompensar a inovação pedagógica nas escolas municipais. O programa incentivará os professores a desenvolverem projetos criativos e eficazes, que melhorem a aprendizagem dos alunos. Premiação para as melhores iniciativas, com recursos adicionais, publicações dos trabalhos e oportunidades de apresentação em conferências educacionais.
- Instituir o Programa de Mentoria e Tutoria entre Professores – Estabelecer um sistema de mentoria em que professores mais experientes orientam os iniciantes, compartilhando conhecimentos, técnicas de ensino e estratégias de gestão de sala de aula. Isso pode fortalecer a coesão entre os educadores e criar uma cultura de colaboração e apoio mútuo.

Resultados Esperados: Construção de escolas de tempo integral com arquitetura e engenharia que promovam a saúde e bem-estar de todos os envolvidos.

Divulgação efetiva da disponibilidade de vagas nas escolas de tempo integral durante todo o ano letivo.

Disponibilização de serviços odontológicos, psicológicos e de assistência social nas escolas de tempo integral.

Estímulo e recompensa à inovação pedagógica nas escolas municipais, incentivando projetos criativos e eficazes.



Estabelecimento de um sistema de mentoria que fortaleça a coesão entre educadores e crie uma cultura de colaboração e apoio mútuo.

Indicadores de Sucesso: Aumento do número de alunos matriculados em escolas de tempo integral: Medido pelo crescimento das matrículas nas escolas de tempo integral.

Melhoria no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): Refletindo a qualidade do ensino e o impacto dos programas de apoio.

Redução na Evasão Escolar: Redução nas taxas de abandono escolar, especialmente nas escolas de tempo integral.

Satisfação da Comunidade Escolar: Índice de satisfação dos pais, alunos e professores com as melhorias implementadas.

Qualidade da Infraestrutura: Avaliações positivas da infraestrutura das escolas.

Saúde e Bem-Estar: Melhoria nos indicadores de saúde e bem-estar dos usuários das escolas.

Taxa de Ocupação: Alta taxa de ocupação das vagas disponíveis nas escolas de tempo integral.

Acessibilidade da Informação: Facilidade de acesso às informações sobre vagas para a comunidade.

Satisfação da Comunidade Escolar: Índice de satisfação elevado com a transparência e acessibilidade das informações sobre vagas.



Número de Projetos Inovadores: Quantidade de projetos pedagógicos inovadores desenvolvidos.

Qualidade dos Projetos: Avaliações positivas dos projetos desenvolvidos.
Reconhecimento e Premiação: Número de projetos premiados e reconhecidos em conferências educacionais.

Impacto na Aprendizagem: Melhoria nos indicadores de aprendizagem dos alunos.

Participação no Programa: Percentual de professores envolvidos no programa de mentoria.

Qualidade das Interações: Avaliações positivas das sessões de mentoria e tutoria.

Desenvolvimento Profissional: Melhoria nos indicadores de desenvolvimento profissional dos professores.

1.6. Qualidade da Educação

Proposta 07: Melhora na qualidade da Educação Pública

Objetivo: Enfrentar os desafios significativos referentes à necessidade de elevar a qualidade do processo educacional.

Justificativa: A qualidade da educação pública é um fator determinante para o desenvolvimento social e econômico de uma comunidade. Melhorar a qualidade do ensino é essencial para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação que os prepare adequadamente para os desafios do futuro. Isso inclui não apenas a aquisição de conhecimentos acadêmicos, mas também o desenvolvimento de habilidades críticas, sociais e emocionais.



A capacitação contínua dos profissionais da educação é fundamental para assegurar que eles estejam sempre atualizados com as melhores práticas pedagógicas, capacitados para atender as necessidades específicas de seus alunos. Além disso, a criação de um sistema de avaliação e monitoramento, como o Programa “Índice de Excelência Educacional Manaus”, permite identificar áreas de melhoria e implementar ações corretivas de maneira eficaz.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de melhoria na qualidade da educação pública está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma educação de qualidade, desde os primeiros anos de vida.

Argumento: A capacitação contínua dos profissionais da educação e a implementação de um sistema de avaliação e monitoramento promovem a dignidade humana ao assegurar que todos os alunos recebam uma educação de qualidade e adaptada às suas necessidades.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.



Argumento: A melhoria da qualidade da educação pública contribui para a sustentabilidade social, ao garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação que os prepare adequadamente para os desafios do futuro, promovendo assim o desenvolvimento econômico e social da comunidade.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A criação de um ambiente educacional colaborativo e transparente, onde as preocupações e sugestões dos pais, alunos e professores são ouvidas e tratadas de maneira adequada, promove a inclusão social e garante que todos os alunos tenham acesso a um ambiente educacional seguro e confortável.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A implantação de canais diretos de comunicação entre a comunidade escolar e a Ouvidoria da Secretaria Municipal de Educação, bem como a definição de metas claras e alcançáveis, são exemplos de práticas que promovem a gestão transparente e participativa, assegurando que as decisões sejam tomadas com base em dados concretos e em colaboração com a comunidade.

Estabelecer metas realistas e acessíveis é crucial para manter o foco e a motivação de todos os envolvidos no processo educacional. A comunicação direta entre a comunidade escolar e a Ouvidoria da Secretaria Municipal de Educação garantem que as preocupações e sugestões dos pais, alunos e professores sejam ouvidas e tratadas de maneira adequada, promovendo um ambiente educacional mais colaborativo e transparente.



Ações:

- Implantar o Programa de capacitação contínua dos profissionais da educação. Os conteúdos abordados no programa de capacitação continuada serão estritamente condizentes com a realidade e necessidades de alunos e profissionais da educação.
- Implantar o Programa “Índice de Excelência Educacional Manaus” de avaliação e monitoramento da aprendizagem dos alunos semestralmente. O programa utilizará parâmetros semelhantes ao do Ideb (Índice de desenvolvimento da educação básica).
- Estabelecer metas reais e acessíveis para a observação e comprovação do aumento da qualidade do ensino e aprendizagem na educação municipal.
- Implantar canais diretos de comunicação entre a comunidade escolar e a Ouvidoria da Secretaria Municipal de Educação.

Resultados Esperados: Capacitação contínua e adequada dos profissionais da educação, alinhada às necessidades reais dos alunos e educadores.

Avaliação e monitoramento semestral da aprendizagem dos alunos, utilizando parâmetros semelhantes ao do Ideb.

Indicadores de Sucesso: Aumento do número de profissionais capacitados: Medido pelo crescimento da participação no programa de capacitação contínua.



Melhoria no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): Refletindo a qualidade do ensino e o impacto dos programas de avaliação e monitoramento.

Redução na Evasão Escolar: Redução nas taxas de abandono escolar entre os alunos.

Satisfação da Comunidade Escolar: Índice de satisfação dos pais, alunos e professores com as melhorias implementadas.

Participação no Programa: Percentual de profissionais da educação que participam do programa de capacitação contínua.

Relevância dos Conteúdos: Avaliações positivas sobre a relevância e aplicabilidade dos conteúdos abordados.

Desempenho dos Educadores: Melhoria nos indicadores de desempenho dos profissionais da educação.

Cobertura do Programa: Percentual de alunos avaliados semestralmente.

Qualidade das Avaliações: Avaliações positivas sobre a qualidade e precisão das avaliações.

Desempenho dos Alunos: Melhoria nos indicadores de desempenho dos alunos.

Satisfação da Comunidade Escolar: Índice de satisfação elevado entre pais, alunos e educadores com o programa de avaliação.



Acessibilidade dos Canais: Facilidade de acesso aos canais de comunicação para a comunidade escolar.

Qualidade da Comunicação: Avaliações positivas sobre a eficácia e eficiência dos canais de comunicação.

Resolução de Problemas: Percentual de problemas e questões resolvidas através dos canais de comunicação.

1.7. Valorização do magistério

Proposta 08: Programa de Formação Continuada e Capacitação

Objetivo: Oferecer cursos de atualização e especialização para os professores, com foco em novas metodologias de ensino, tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras.

Justificativa: A valorização do magistério é essencial para garantir uma educação de qualidade. Professores bem preparados e atualizados são capazes de implementar práticas pedagógicas inovadoras que melhoram significativamente o processo de ensino-aprendizagem. A formação continuada permite que os educadores se mantenham atualizados com as últimas tendências e tecnologias educacionais, promovendo um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e eficaz.

Além disso, a criação de parcerias com universidades e institutos de pesquisa para o desenvolvimento de cursos, workshops e seminários, bem como a criação de um Núcleo de Especialização e Aperfeiçoamento Docente dentro da estrutura da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), proporcionarão aos professores inúmeras oportunidades de qualificação. Isso não só enriquece o conhecimento e habilidades dos docentes, mas também eleva a qualidade da educação oferecida aos alunos.



Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de formação continuada e capacitação dos professores está alinhada com várias diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma educação de qualidade, desde os primeiros anos de vida.

Argumento: A formação continuada dos professores promove a dignidade humana ao assegurar que os educadores estejam bem preparados para oferecer uma educação de qualidade, respeitando as necessidades e potencialidades de cada aluno.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A capacitação dos professores contribui para a sustentabilidade social, ao garantir que os educadores estejam atualizados com as melhores práticas pedagógicas e tecnologias educacionais, promovendo um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e eficaz.

Espaço Físico Inclusivo:



Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A criação de um Núcleo de Especialização e Aperfeiçoamento Docente dentro da SEMED garante que todos os professores tenham acesso a oportunidades de qualificação, promovendo a inclusão social e garantindo que todos os alunos usufruam de um ambiente educacional seguro e confortável.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: As parcerias com universidades e institutos de pesquisa, bem como a criação de um núcleo dedicado à especialização e aperfeiçoamento dos professores, são exemplos de práticas que promovem a gestão transparente e participativa, assegurando que as decisões sejam tomadas com base em dados concretos e em colaboração com a comunidade.

Ações:

- Parcerias com universidades e institutos de pesquisa para desenvolver cursos de curta e longa duração, workshops e seminários.
- Criação do Núcleo de especialização e aperfeiçoamento docente dentro da estrutura da SEMED.

Resultados Esperados: Estabelecimento de parcerias eficazes com universidades e institutos de pesquisa, para oferecer cursos, workshops e seminários de alta qualidade.

Indicadores de Sucesso: Estrutura do Núcleo: Completa implementação e funcionamento do núcleo dentro da SEMED.



Programas Oferecidos: Diversidade e qualidade dos programas de especialização e aperfeiçoamento oferecidos pelo núcleo.

Participação dos Docentes: Percentual de docentes que participam dos programas oferecidos pelo núcleo.

Satisfação dos Participantes: Índice de satisfação elevado entre os docentes que utilizam os serviços do núcleo.

Impacto na Educação: Melhoria nos indicadores de qualidade do ensino e aprendizagem, refletindo o impacto positivo do núcleo.

Proposta 09: Plano de Carreira e Progressão Salarial

Objetivo: Implementar um plano de carreira real, justo e estruturado que permita a progressão profissional e salarial dos professores com base em mérito, experiência e formação.

Justificativa: A valorização dos profissionais da educação é um dos pilares fundamentais para a melhoria da qualidade do ensino. Um plano de carreira bem estruturado e justo não só motiva os professores a buscarem constante aperfeiçoamento, como também assegura que seus esforços e dedicação sejam devidamente reconhecidos e recompensados. A progressão profissional, baseada em critérios claros de mérito, experiência e formação, promove um ambiente de trabalho mais justo e meritocrático, incentivando os docentes a se engajarem em práticas de ensino inovadoras e eficazes.

Além disso, a implementação de um plano de carreira contribui para a retenção de talentos na rede pública de ensino, reduzindo a evasão de profissionais qualificados para outras áreas ou setores. Isso resulta em uma maior estabilidade e continuidade no corpo docente, o que é benéfico para a consistência e qualidade do processo educacional.



Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de implementação de um plano de carreira e progressão salarial para os professores está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma educação de qualidade, desde os primeiros anos de vida.

Argumento: Um plano de carreira justo e estruturado promove a dignidade humana ao assegurar que os professores sejam devidamente valorizados e recompensados por seus esforços, incentivando-os a oferecer uma educação de qualidade.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A valorização dos professores através de um plano de carreira contribui para a sustentabilidade social, ao garantir que os educadores estejam motivados e engajados em práticas pedagógicas inovadoras e eficazes, promovendo um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e eficaz.

Espaço Físico Inclusivo:



Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A implementação de um plano de carreira que valorize os professores promove a inclusão social ao garantir que todos os educadores tenham acesso a oportunidades de progressão profissional e salarial, incentivando-os a permanecer na rede pública de ensino e contribuindo para a estabilidade e continuidade do corpo docente.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A definição de critérios claros e objetivos para a promoção dos professores, bem como a promulgação de uma nova lei sobre o plano de carreira, são exemplos de práticas que promovem a gestão transparente e participativa, assegurando que as decisões sejam tomadas com base em dados concretos e em colaboração com a comunidade.

Ações:

- Estabelecer critérios claros para promoção, como anos de serviço.
- Participação em cursos de formação, avaliações de desempenho e projetos desenvolvidos.

Resultados Esperados: Transparência e justiça no processo de promoção dos docentes, incentivando a melhoria contínua e o desenvolvimento profissional.

Reconhecimento e valorização da experiência acumulada pelos docentes ao longo dos anos.



Indicadores de Sucesso: Aumento na Qualificação e Motivação dos Docentes: Medido pelo crescimento na participação em cursos de formação e desenvolvimento de projetos.

Melhoria no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): Refletindo a qualidade do ensino e o impacto das ações de qualificação e promoção docente.

Redução na Evasão Escolar: Redução nas taxas de abandono escolar, indicando um ambiente de aprendizagem mais eficaz e acolhedor.

Satisfação da Comunidade Escolar: Índice de satisfação dos pais, alunos e professores com as melhorias implementadas.

Número de Projetos: Crescimento no número de projetos educacionais desenvolvidos pelos docentes.

Qualidade dos Projetos: Avaliações positivas sobre a relevância e impacto dos projetos desenvolvidos.

Implementação dos Projetos: Percentual de projetos que são implementados com sucesso na comunidade escolar.

Frequência das Avaliações: Regularidade das avaliações de desempenho realizadas.

Qualidade das Avaliações: Avaliações positivas sobre a justiça e eficácia do sistema de avaliação.

Taxa de Participação: Percentual de docentes que participam de cursos de formação contínua.



Conclusão de Cursos: Percentual de docentes que concluem os cursos de formação.

Impacto na Prática Docente: Melhoria nos indicadores de desempenho dos docentes que participaram dos cursos.

Proposta 10: Programa de Saúde e Bem-Estar do Professor

Objetivo: Promover a saúde física e mental dos professores, garantindo melhores condições de trabalho e qualidade de vida.

Justificativa: A saúde e o bem-estar dos professores são fundamentais para a criação de um ambiente educacional produtivo e positivo. Professores saudáveis e felizes são mais capazes de desempenhar suas funções de maneira eficaz, o que reflete diretamente na qualidade do ensino oferecido aos alunos. O estresse e as doenças ocupacionais são problemas comuns na profissão docente, e a falta de suporte adequado pode levar a altos índices de absenteísmo e até mesmo ao abandono da carreira.

Implementar um programa de saúde e bem-estar focado nos professores é uma medida essencial para garantir que esses profissionais tenham o suporte necessário para enfrentar os desafios diários da sala de aula. Oferecer atendimento psicológico e psiquiátrico, além de criar espaços de convivência e relaxamento, são ações que contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos docentes. Reformar e adequar as salas dos professores para maior conforto também é uma iniciativa importante para proporcionar um ambiente de trabalho mais agradável e funcional.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de um programa de saúde e bem-estar para os professores está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida.

Argumento: Promover a saúde e o bem-estar dos professores é uma forma de valorizar esses profissionais e garantir que eles possam desempenhar suas funções de maneira eficaz, refletindo diretamente na qualidade da educação oferecida aos alunos.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A saúde e o bem-estar dos professores contribuem para a sustentabilidade social, ao garantir que os educadores estejam em condições físicas e mentais adequadas para exercerem suas funções, promovendo um ambiente de aprendizagem mais saudável e produtivo.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A criação de espaços de convivência e relaxamento nas escolas, bem como a reforma das salas dos professores, promovem a inclusão



social, ao garantir que todos os educadores tenham acesso a um ambiente de trabalho confortável e funcional.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A implementação de programas de saúde e bem-estar para os professores, com critérios claros e objetivos, promove a gestão transparente e participativa, assegurando que as decisões sejam tomadas com base em dados concretos e em colaboração com a comunidade.

Ações:

- Implementar programas de prevenção e tratamento de doenças ocupacionais, oferecer atendimento psicológico e psiquiátrico, além de criar espaços de convivência e relaxamento nas escolas.
- Reformar e adequar as salas dos professores para maior conforto docente.

Resultados Esperados: Redução na incidência de doenças ocupacionais entre os docentes.

Melhoria na saúde mental dos docentes.

Melhoria no ambiente de trabalho e aumento do bem-estar dos docentes.

Melhoria nas condições de trabalho e aumento do conforto dos docentes.

Indicadores de Sucesso: Participação nos Programas:



Percentual de docentes que participam dos programas de prevenção.

Redução de Doenças: Diminuição nos casos reportados de doenças ocupacionais.

Satisfação com os Programas: Avaliações positivas dos docentes sobre a eficácia dos programas.

Acesso ao Atendimento: Percentual de docentes que utilizam os serviços de atendimento psicológico e psiquiátrico.

Satisfação com o Atendimento: Avaliações positivas sobre a qualidade do atendimento recebido.

Redução de Afastamentos: Diminuição no número de afastamentos por motivos de saúde mental.

Utilização dos Espaços: Frequência de uso dos espaços de convivência e relaxamento pelos docentes.

Satisfação com os Espaços: Avaliações positivas sobre a qualidade e utilidade dos espaços.

Impacto no Bem-Estar: Melhoria nos indicadores de bem-estar e satisfação no trabalho entre os docentes.

Conclusão das Reformas: Percentual de salas de professores reformadas e adequadas.

Satisfação com as Salas: Avaliações positivas dos docentes sobre as melhorias nas salas.



Impacto na Produtividade: Aumento na produtividade e satisfação dos docentes em relação ao ambiente de trabalho.

Melhoria na Qualidade de Vida dos Docentes: Medido pela redução de afastamentos por motivos de saúde e aumento na satisfação geral dos docentes.

Redução no Turnover: Diminuição na taxa de rotatividade de docentes, indicando maior satisfação e retenção.

Melhoria no Desempenho Escolar: Reflexo positivo no desempenho dos alunos, correlacionado com o bem-estar dos docentes.

Satisfação da Comunidade Escolar: Índice de satisfação dos pais, alunos e professores com as melhorias implementadas.

Proposta 11: Incentivo à Inovação Pedagógica

Objetivo: Estimular os professores a desenvolverem e implementarem projetos inovadores na sala de aula.

Justificativa: A inovação pedagógica é essencial para a evolução do processo de ensino-aprendizagem, permitindo que os professores utilizem novas metodologias e tecnologias para engajar os alunos de maneira mais eficaz. Estimular a criatividade e a inovação entre os docentes não só enriquece o ambiente educacional, como também contribui para a formação de alunos mais críticos, criativos e preparados para os desafios do século XXI.

Reconhecer e premiar boas práticas pedagógicas é uma forma de valorizar o esforço e a dedicação dos professores, incentivando-os a buscar constantemente novas formas de ensinar. Além disso, fornecer financiamento e recursos materiais para a implementação e continuidade dos projetos inovadores garante



que essas iniciativas possam ser desenvolvidas de maneira sustentável e com impacto positivo duradouro.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de incentivo à inovação pedagógica está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma educação de qualidade, desde os primeiros anos de vida.

Argumento: A criação de concursos e feiras para divulgação de projetos inovadores promove a inclusão social, ao proporcionar um espaço onde todos os professores podem compartilhar e aprender com as boas práticas pedagógicas, enriquecendo o ambiente educacional, de forma colaborativa.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A inovação pedagógica contribui para a sustentabilidade social ao promover práticas educacionais que são adaptáveis e resilientes, preparando os alunos para os desafios futuros e fomentando uma cultura de aprendizado contínuo e sustentável.



Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A criação de concursos e feiras para divulgação de projetos inovadores promove a inclusão social ao proporcionar um espaço onde todos os professores podem compartilhar e aprender com as boas práticas pedagógicas, enriquecendo o ambiente educacional de forma colaborativa.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A implementação de concursos e prêmios para boas práticas pedagógicas, com critérios claros e objetivos, promove a gestão transparente e participativa, assegurando que as decisões sejam tomadas de forma justa e colaborativa, com a participação ativa da comunidade escolar.

Ações:

- Criar concursos e prêmios para reconhecer e divulgar boas práticas pedagógicas, além de fornecer financiamento e recursos materiais para a implementação e continuidade dos projetos.

Resultados Esperados: Estímulo à inovação e à melhoria contínua na prática pedagógica.

Suporte efetivo para a implementação e continuidade dos projetos pedagógicos inovadores.

Indicadores de Sucesso: Inovação na Prática Pedagógica: Aumento no número de práticas pedagógicas inovadoras implementadas nas escolas.



Melhoria no Desempenho Escolar: Impacto positivo no desempenho dos alunos, correlacionado com as práticas pedagógicas premiadas.

Satisfação dos Docentes: Aumento na satisfação e motivação dos docentes, refletido em avaliações e feedbacks positivos.

Engajamento da Comunidade Escolar: Maior envolvimento e apoio da comunidade escolar (pais, alunos, outros professores) nas práticas pedagógicas inovadoras.

Disseminação de Boas Práticas: Compartilhamento e adoção de boas práticas pedagógicas por outras escolas e docentes.

Distribuição de Financiamento: Percentual de projetos premiados que recebem financiamento adequado.

Fornecimento de Recursos: Quantidade e qualidade dos recursos materiais fornecidos para os projetos.

Implementação dos Projetos: Percentual de projetos que são implementados com sucesso graças ao financiamento e recursos recebidos.

Continuidade dos Projetos: Sustentabilidade e continuidade dos projetos ao longo do tempo.

Participação nos Concursos: Número de docentes e escolas participantes nos concursos.

Qualidade das Inscrições: Avaliações positivas sobre a qualidade e inovação das práticas pedagógicas inscritas.



Reconhecimento dos Vencedores: Divulgação e reconhecimento público das práticas pedagógicas vencedoras.

Satisfação dos Participantes: Feedback positivo dos participantes sobre o processo e os prêmios oferecidos.

Proposta 12: Programa de Mentoria e Acompanhamento

Objetivo: Apoiar professores iniciantes através de um sistema de mentoria com docentes experientes.

Justificativa: A transição para a carreira docente pode ser desafiadora para professores iniciantes, que muitas vezes enfrentam dificuldades em adaptar-se ao ambiente escolar e em desenvolver práticas pedagógicas eficazes. Um programa de mentoria pode ser uma ferramenta valiosa para proporcionar orientação, apoio pedagógico e emocional, facilitando a integração dos novos professores e promovendo seu desenvolvimento profissional.

Ao conectar professores iniciantes com mentores experientes, o programa não só fortalece a comunidade escolar, como também contribui para a melhoria da qualidade do ensino. Os mentores podem compartilhar suas experiências e conhecimentos, ajudando os novos docentes a superar desafios e a desenvolver suas habilidades de maneira mais eficaz. Isso, por sua vez, pode levar a um aumento no desempenho dos professores durante o estágio probatório e a uma maior satisfação profissional.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de um programa de mentoria e acompanhamento está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma educação de qualidade, desde os primeiros anos de vida.

Argumento: Proporcionar mentoria e apoio emocional aos professores iniciantes valoriza esses profissionais, reconhecendo suas necessidades e promovendo um ambiente de trabalho mais acolhedor e humano.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A mentoria contribui para a sustentabilidade social ao fortalecer a comunidade escolar, promovendo a troca de conhecimentos e experiências entre diferentes gerações de professores, e garantindo a continuidade e a qualidade do ensino.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: O programa de mentoria promove a inclusão social ao garantir que todos os professores, independentemente de sua experiência, tenham acesso a um ambiente de trabalho colaborativo e de suporte, onde possam desenvolver suas habilidades de maneira eficaz.



Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A implementação de um programa de mentoria, com critérios claros e objetivos, promove a gestão transparente e participativa, assegurando que as decisões sejam tomadas de forma justa e colaborativa, com a participação ativa da comunidade escolar.

Ações:

- Estabelecer um programa de tutoria, no qual professores mais experientes acompanham os iniciantes, oferecendo orientação, apoio pedagógico e emocional.

Resultados Esperados: Melhoria na integração, desenvolvimento profissional e bem-estar dos professores iniciantes.

Indicadores de Sucesso: Integração e Adaptação dos Professores Iniciantes: Medido pela facilidade e rapidez com que os professores iniciantes se adaptam ao ambiente escolar.

Melhoria no Desempenho Pedagógico: Impacto positivo no desempenho pedagógico dos professores iniciantes, avaliado por meio de observações e avaliações.

Redução do Estresse e Burnout: Diminuição nos níveis de estresse e burnout entre os professores iniciantes, refletida em avaliações de bem-estar.

Aumento na Satisfação Profissional: Aumento na satisfação profissional dos professores iniciantes, medido por meio de pesquisas e feedbacks.



Fortalecimento da Comunidade Escolar: Maior senso de comunidade e colaboração entre os professores, promovido pela interação entre tutores e iniciantes.

Proposta 13: Reconhecimento e Valorização Pública

Objetivo: Elevar o status social dos professores através de campanhas de valorização e reconhecimento público.

Justificativa: Os professores desempenham um papel fundamental na formação das futuras gerações e no desenvolvimento da sociedade. No entanto, muitas vezes, seu trabalho não recebe o reconhecimento e a valorização merecidos. Elevar o status social dos docentes é essencial para aumentar sua motivação, satisfação e produtividade, além de atrair novos talentos para a profissão.

Campanhas de valorização e reconhecimento público podem ajudar a mudar a percepção da sociedade sobre a importância do trabalho docente. Ao promover eventos de premiação e reconhecimento do mérito, bem como ao garantir a valorização financeira através do pagamento da data-base e do FUNDEB, podemos criar um ambiente mais favorável e respeitoso para os profissionais da educação.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de reconhecimento e valorização pública está alinhada com várias diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:



Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida.

Argumento: Ao elevar o status social dos professores, estamos reconhecendo a importância de seu papel na sociedade e promovendo um ambiente de trabalho mais digno e respeitoso, o que contribui para o bem-estar dos docentes e, consequentemente, para a qualidade da educação oferecida.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A valorização financeira e o reconhecimento público dos professores promovem a sustentabilidade social, ao garantir que esses profissionais sejam adequadamente remunerados e respeitados, o que contribui para a estabilidade e a continuidade do sistema educacional.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: Campanhas de valorização e eventos de premiação promovem a inclusão social ao reconhecer e celebrar a diversidade de talentos e contribuições dos professores, criando um ambiente educacional mais inclusivo e colaborativo.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.



Argumento: A implementação de campanhas de conscientização e eventos de premiação, com critérios claros e objetivos, promove a gestão transparente e participativa, assegurando que as decisões sejam tomadas de forma justa e colaborativa, com a participação ativa da comunidade escolar e da sociedade em geral.

Ações:

- Realizar campanhas de conscientização na mídia sobre a importância do trabalho dos professores, promover eventos de premiação e reconhecimento do mérito docente.
- Pagamento da data-base e Fundeb.

Resultados Esperados: Aumento da valorização social e do reconhecimento público do trabalho dos professores.

Reconhecimento formal e motivação dos professores, incentivando a excelência na prática pedagógica.

Melhoria nas condições salariais e de trabalho dos professores, contribuindo para a sua motivação e desempenho.

Indicadores de Sucesso: Valorização Social dos Professores: Melhoria na imagem e valorização social dos professores, refletida em pesquisas de opinião pública.

Motivação e Satisfação dos Professores: Aumento na motivação e satisfação dos professores, medido por meio de pesquisas internas.

Retenção de Professores: Aumento na taxa de retenção de professores, indicando maior satisfação e comprometimento com a profissão.



Qualidade da Educação: Melhoria na qualidade da educação, refletida em indicadores de desempenho escolar e avaliações externas.

Transparência e Eficiência na Gestão de Recursos: Transparência e eficiência na gestão dos recursos do Fundeb, assegurando que os fundos sejam utilizados de maneira eficaz para melhorar a educação.

Pagamento da Data-Base: Percentual de professores que recebem reajustes salariais de acordo com a data-base.

Aplicação dos Recursos do Fundeb: Transparência e eficácia na aplicação dos recursos do Fundeb, medida por auditorias e relatórios financeiros.

1.8. Gestão democrática

Proposta 14: Implementação de práticas participativas e inclusivas

Objetivo: Assegurar condições para a efetivação da gestão democrática da educação municipal, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho no âmbito das escolas públicas.

Justificativa: A gestão democrática na educação é fundamental para garantir que as decisões sejam tomadas de maneira inclusiva e transparente, refletindo as necessidades e aspirações de toda a comunidade escolar. Associar essa gestão a critérios técnicos de mérito e desempenho assegura que os cargos de liderança sejam ocupados por profissionais qualificados e comprometidos com a qualidade do ensino.

A implementação de práticas participativas e inclusivas, como a seleção e manutenção de diretores e coordenadores pedagógicos com base em critérios objetivos, promove a justiça e a eficiência na administração escolar. Além disso, a criação de ouvidorias em cada Divisão Distrital de Manaus e a definição de critérios claros para a



ocupação desses cargos garantem que as demandas da comunidade escolar sejam atendidas de forma eficaz e transparente.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de implementação de práticas participativas e inclusivas está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma educação de qualidade, desde os primeiros anos de vida.

Argumento: A gestão democrática e participativa valoriza os profissionais da educação, promovendo um ambiente de trabalho mais justo e respeitoso, o que contribui para o bem-estar dos docentes e, conseqüentemente, para a qualidade da educação oferecida.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A seleção e a manutenção de diretores e coordenadores pedagógicos com base em critérios técnicos e de mérito promovem a sustentabilidade social, ao garantir que os cargos de liderança sejam ocupados por profissionais qualificados e comprometidos com a qualidade do ensino, assegurando a continuidade e a eficiência do sistema educacional.



Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A criação de ouvidorias em cada Divisão Distrital de Manaus promove a inclusão social ao garantir que as demandas da comunidade escolar sejam atendidas de forma eficaz e transparente, criando um ambiente educacional mais inclusivo e colaborativo.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A implementação de práticas participativas e inclusivas, com critérios claros e objetivos, promove a gestão transparente e participativa, assegurando que as decisões sejam tomadas de forma justa e colaborativa, com a participação ativa da comunidade escolar e da sociedade em geral.

Ações:

- Enviar para a Câmara Municipal Projeto de Lei que trate da Seleção de Diretores e Coordenadores, que utilizará critérios técnicos e democráticos de desempenho como referencial.
- Enviar para a Câmara Projeto de Lei que trate da Manutenção de Diretores e Coordenadores Pedagógicos, amparada em avaliação de critérios de desempenho, ética e compromisso.
- Estabelecimento de protocolo para atendimento e acompanhamento das demandas repassadas à ouvidoria.



- Constituição de um ouvidor em cada Divisão Distrital em Manaus, além do Ouvidor Geral.
- Estabelecimento de critérios objetivos para a ocupação do cargo de Ouvidor.

Resultados Esperados: Transparência e Meritocracia: Garantir que a seleção de diretores e coordenadores seja feita de maneira justa e transparente, com base em critérios técnicos e de desempenho, promovendo a meritocracia.

Qualificação dos Líderes Educacionais: Assegurar que os cargos de liderança nas escolas sejam ocupados por profissionais altamente qualificados e comprometidos com a qualidade do ensino.

Melhoria na Gestão Escolar: Aumentar a eficiência e a eficácia da gestão escolar, resultando em um ambiente educacional mais organizado e produtivo.

Continuidade e Estabilidade: Promover a continuidade e a estabilidade na gestão escolar, garantindo que os diretores e coordenadores que apresentem bom desempenho e comprometimento possam permanecer em seus cargos.

Incentivo à Excelência: Incentivar os profissionais da educação a manterem altos padrões de desempenho e ética, sabendo que sua manutenção nos cargos está diretamente ligada a essas avaliações.

Aprimoramento Contínuo: Estimular o aprimoramento contínuo dos gestores escolares, resultando em uma melhoria constante na qualidade da educação.



Eficiência no Atendimento: Garantir que as demandas da comunidade escolar sejam atendidas de forma rápida e eficaz, aumentando a satisfação dos usuários.

Transparência e Responsividade: Promover a transparência e a responsividade na gestão educacional, assegurando que todas as demandas sejam devidamente registradas, acompanhadas e resolvidas.

Confiança da Comunidade: Aumentar a confiança da comunidade escolar na administração pública, ao constatar que suas preocupações e sugestões são levadas a sério e tratadas com respeito.

Descentralização do Atendimento: Facilitar o acesso da comunidade escolar aos serviços de ouvidoria, descentralizando o atendimento e tornando-o mais próximo e acessível.

Atenção Personalizada: Proporcionar um atendimento mais personalizado e eficiente, com ouvidores dedicados a cada divisão distrital.

Melhoria na Comunicação: Melhorar a comunicação entre a administração escolar e a comunidade, garantindo que as demandas sejam tratadas de forma mais direta e eficaz.

Seleção Justa e Transparente: Garantir que a seleção dos ouvidores seja feita de maneira justa e transparente, com base em critérios objetivos e claros.

Qualificação dos Ouvidores: Assegurar que os cargos de ouvidor sejam ocupados por profissionais qualificados e comprometidos com a transparência e a eficiência na gestão educacional.



Aumento da Eficiência: Melhorar a eficiência e a eficácia do serviço de ouvidoria, resultando em um atendimento mais rápido e resolutivo para a comunidade escolar.

Indicadores de Sucesso: Taxa de Aprovação do Projeto de Lei: Percentual de aprovação do projeto na Câmara Municipal.

Número de Diretores e Coordenadores Mantidos com Base nos Novos Critérios: Quantidade de profissionais mantidos em seus cargos utilizando os novos critérios de desempenho, ética e compromisso.

Índice de Desempenho dos Gestores: Avaliação periódica do desempenho dos diretores e coordenadores, com base em critérios estabelecidos.

Satisfação da Comunidade Escolar: Índice de satisfação da comunidade escolar (alunos, pais e professores) com a gestão escolar.

Tempo de Resposta às Demandas: Tempo médio de resposta às demandas recebidas pela ouvidoria.

Taxa de Resolução das Demandas: Percentual de demandas resolvidas pela ouvidoria.

Satisfação dos Usuários: Índice de satisfação dos usuários com o atendimento da ouvidoria.

Número de Demandas Recebidas e Tratadas: Quantidade de demandas recebidas e tratadas pela ouvidoria.

1.9 Educação Ambiental



Proposta 15: Instituição e efetivação do Programa de Educação Ambiental do Município de Manaus

Objetivo: Desenvolver e implementar um Programa Municipal de Educação Ambiental em Manaus, visando integrar e fortalecer as iniciativas de educação ambiental formal e não-formal, promovendo a conscientização e a participação ativa da população na preservação do meio ambiente.

Justificativa: A crescente preocupação com os impactos ambientais das atividades humanas, evidenciada desde as décadas de 1960 e 1970, ressalta a urgência de adotar uma abordagem proativa para a educação ambiental. A história nos mostra, através de marcos como a publicação de “Primavera Silenciosa”, por Rachel Carson, e os avanços da Conferência de Estocolmo, a importância crítica da educação ambiental na promoção de um desenvolvimento sustentável e na preservação da biodiversidade. Manaus, situada no coração da Floresta Amazônica, possui uma responsabilidade única em liderar pelo exemplo, adotando políticas educacionais que reflitam a importância global de sua biodiversidade e ecossistemas. A instituição de um Programa Municipal de Educação Ambiental representa um passo fundamental para garantir que todos os cidadãos de Manaus, independentemente da idade, tenham acesso ao conhecimento e às ferramentas necessárias para contribuir ativamente para a sustentabilidade ambiental.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A integração da educação ambiental nas políticas públicas municipais de Manaus representa um passo fundamental em direção ao cumprimento das diretrizes do Plano de Governo, alinhando-se com os princípios de inovação, sustentabilidade e inclusão social. Esse compromisso reflete a necessidade de adotar estratégias educacionais que promovam a conscientização e a ação ambiental entre todos os cidadãos, garantindo o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida para as presentes e



futuras gerações. A seguir, detalhamos como cada diretriz do plano de governo se relaciona com a proposta de instituição e efetivação do Programa Municipal de Educação Ambiental em Manaus.,

Promoção da Dignidade Humana

Diretriz: A ausência de uma educação ambiental estruturada compromete a qualidade de vida e a saúde pública, limitando o acesso dos cidadãos a um meio ambiente saudável e sustentável. A falta de conscientização sobre práticas sustentáveis aumenta a vulnerabilidade das comunidades a problemas ambientais, como poluição e degradação dos ecossistemas.

Argumento: Implementar um programa de educação ambiental robusto assegura que todos os cidadãos de Manaus tenham conhecimento e ferramentas para contribuir com a preservação do meio ambiente, promovendo assim a saúde pública e a qualidade de vida. Esse programa é essencial para garantir que as futuras gerações herdem um ambiente saudável e sustentável, fundamental para a dignidade humana.

Sustentabilidade Integral

O desenvolvimento econômico e social frequentemente ocorre à custa da sustentabilidade ambiental. Sem uma compreensão integrada da importância da conservação ambiental, as ações humanas continuam a ameaçar a biodiversidade e os recursos naturais.

Argumento: A educação ambiental é um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável, pois capacita os cidadãos com o conhecimento e as competências necessárias para tomar decisões responsáveis, que respeitem o equilíbrio ecológico. Ao integrar a educação ambiental nas políticas públicas, Manaus reforça seu compromisso com um futuro em que o crescimento econômico e social coexista harmoniosamente com a preservação ambiental.

Espaço Físico Inclusivo



Diretriz: Muitas vezes, as iniciativas de educação ambiental são limitadas a áreas urbanas centrais, deixando comunidades periféricas e rurais sem acesso a informações e recursos que promovam práticas sustentáveis.

Argumento: Ao garantir que o programa de educação ambiental alcance todas as regiões de Manaus, promove-se a inclusão e a equidade no acesso à educação ambiental. Isso assegura que todos os cidadãos, independentemente de sua localização geográfica, possam participar ativamente na preservação do meio ambiente, contribuindo para a sustentabilidade de toda a cidade.

Gestão Transparente e Participativa

Diretriz: A falta de transparência e participação cidadã nas decisões relacionadas à gestão ambiental pode resultar em políticas ineficazes, que não atendem as necessidades reais da população.

Argumento: Incentivar a participação da comunidade no desenvolvimento e implementação do programa de educação ambiental promove uma gestão mais transparente e eficaz. A colaboração entre governo, sociedade civil e setor privado é crucial para criar soluções inovadoras e sustentáveis que atendam às demandas ambientais locais, fortalecendo o tecido social e a governança ambiental em Manaus.

Ações:

Desenvolvimento Curricular:

- Integrar a educação ambiental nos currículos escolares do ensino infantil e fundamental, assegurando uma abordagem interdisciplinar e prática.

Capacitação de Educadores:

- Promover programas de formação continuada para professores e educadores ambientais, focando em metodologias ativas e participativas.

Campanhas de Conscientização:



- Realizar campanhas educativas e de conscientização ambiental para o público em geral, utilizando diversos meios de comunicação e eventos comunitários.

Parcerias Estratégicas:

- Estabelecer parcerias com organizações não governamentais, instituições de ensino superior e empresas privadas, para desenvolver e implementar projetos de educação ambiental inovadores.

Monitoramento e Avaliação:

- Implementar um sistema de monitoramento e avaliação para acompanhar o progresso e medir o impacto das ações de educação ambiental no município.

Resultados Esperados:

Aumento da conscientização e compreensão sobre questões ambientais entre os cidadãos de Manaus.

Fortalecimento da participação comunitária em iniciativas de conservação e sustentabilidade ambiental.

Melhoria na gestão dos recursos naturais e na qualidade do meio ambiente em Manaus.

Indicadores de Sucesso:

Número de escolas e instituições participantes no programa de educação ambiental.

Quantidade de projetos de educação ambiental desenvolvidos e implementados.



Avaliação do nível de conscientização ambiental e mudança de comportamento entre os participantes do programa.

1.10. Propostas Diversas

Proposta 16: Compilado de ideias inovadoras para educação

Objetivo: Tornar o Ensino Público mais dinâmico e atrativo para os alunos.

Justificativa: A educação pública enfrenta desafios constantes para manter os alunos engajados e motivados. Tornar o ensino mais dinâmico e atrativo é essencial para reduzir a evasão escolar e melhorar o desempenho acadêmico. A implementação de ideias inovadoras pode transformar o ambiente escolar, tornando-o mais interessante e relevante para os alunos. Além disso, a integração de tecnologia e programas específicos pode facilitar o acesso à educação e promover um aprendizado mais inclusivo e abrangente.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de implementação de práticas participativas e inclusivas está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida.



Argumento: A criação de programas como a Escola Municipal de Artes e o Projeto Pré-Vestibular Municipal oferece oportunidades educacionais e culturais que valorizam os talentos individuais e promovem a igualdade de oportunidades. Isso contribui para o bem-estar dos alunos, proporcionando um ambiente educacional mais justo e respeitoso.

Sustentabilidade Integral

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A integração de práticas sustentáveis na construção e operação das escolas, bem como a inclusão de temas de sustentabilidade nos currículos dos cursos de capacitação, promovem a conscientização ambiental e a sustentabilidade social. A utilização de um aplicativo para a gestão educacional reduz o uso de papel e outros recursos físicos, contribuindo para a sustentabilidade ambiental.

Espaço Físico Inclusivo

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A criação de programas como os Clubes de Leitura Escolares e a Biblioteca Itinerante garante que todos os alunos, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica, tenham acesso a recursos educacionais de qualidade. Isso promove a inclusão social e cria um ambiente educacional mais colaborativo e acessível.

Gestão Transparente e Participativa

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A implementação de um aplicativo destinado à educação, que facilita a comunicação entre a comunidade escolar e a SEMED, promove a transpa-



rência e a participação ativa dos pais, alunos e professores. A gestão participativa dos programas educacionais, como a definição dos cursos de capacitação e a seleção dos livros para a Biblioteca Itinerante, assegura que as decisões sejam tomadas de forma justa e colaborativa.

Ações:

- Construir a Escola Municipal de Artes integrada à SEMED.
- Instituir o Projeto Pré-Vestibular municipal, o qual consiste em um curso preparatório destinado ao ingresso em Universidades Públicas e escolas de ensino médio que possuam processos seletivos para acesso.
- Criar o programa de capacitação de mão-de-obra junto às escolas e creches municipais destinadas a pais, mães e jovens pertencentes às comunidades e bairros atendidos pelas unidades educacionais.
- Produzir um aplicativo destinado à educação: Efetivação de matrícula, acompanhamento de quantitativo de vagas por escola, verificação do cardápio semanal da merenda por escola, divulgação dos valores destinados a cada escola municipal, verificação de notas, faltas, avisos diversos e acesso à ouvidoria da SEMED.
- Criar o Programa Clubes de Leitura Escolares.
- Criar o Programa Biblioteca Itinerante.

Resultados Esperados: Fortalecer o acesso às escolas: Tornar o ambiente de aprendizado mais interessante para os alunos, através do uso da tecnologia e atividades pedagógicas.

Redução da evasão escolar: Aumentar o engajamento e a motivação dos alunos.



Melhoria no desempenho acadêmico: Refletida em melhores notas e maior participação nas atividades escolares.

Indicadores de Sucesso: Aumento do número de alunos matriculados: Medido pelo crescimento das matrículas nas escolas municipais.

Diminuição da evasão escolar: Redução nas taxas de abandono escolar.

Nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): Melhoria nas notas do IDEB, refletindo a qualidade do ensino.

Taxa de Aprovação em Universidades Públicas: Percentual de alunos aprovados em universidades públicas.







The background features a dark teal base with large, overlapping geometric shapes in a vibrant pink and a lighter teal. The pink shape is a large, sweeping arc that dominates the right side of the frame. The lighter teal shape is a smaller, angular form in the upper left. The text is positioned on the left side, overlapping the dark teal background.

PROPOSTAS
PARA O EIXO DA
SAÚDE

2.1 Rede de Atenção Primária à Saúde

Proposta 01: Aumento da capacidade de atendimento na Rede Básica de Saúde

Objetivo: Reestruturar a Rede de Atenção Básica, proporcionando maior possibilidade de acesso à população.

Justificativa: A Rede de Atenção Básica é a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS) e desempenha um papel crucial na promoção da saúde, prevenção de doenças e no atendimento inicial de diversas condições de saúde. No entanto, muitas unidades básicas de saúde (UBS) estão sobrecarregadas e em condições precárias, o que limita a capacidade de atendimento e a qualidade dos serviços prestados. A reestruturação e ampliação da rede são essenciais para garantir que todos os cidadãos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade. A implementação de novas unidades e a reforma das existentes, juntamente com a introdução de programas de promoção da saúde, podem melhorar significativamente o acesso e a satisfação da população com os serviços de saúde. Pode-se afirmar que a proposta alcança os três níveis de sustentabilidade integral, quais sejam, social, econômica e ambiental.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de implementação de rede de atenção primária à saúde está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:



Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a um atendimento de saúde de qualidade.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana ao garantir que todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade, reduzindo as desigualdades no acesso aos serviços de saúde.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade social, ao melhorar a qualidade e a acessibilidade dos serviços de saúde, contribuindo para a saúde e o bem-estar da população. Além disso, a construção e reforma das UBS (Unidade Básica de Saúde) e UOM (Unidade Odontológica Móvel) podem ser realizadas com práticas sustentáveis, minimizando o impacto ambiental.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A criação de novas UBS e UOM em áreas carentes garante que todos os cidadãos, independentemente de sua localização geográfica, tenham acesso a serviços de saúde de qualidade.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.



Argumento: A proposta envolve a participação ativa da comunidade através de programas de educação e conscientização sobre a saúde, garantindo a transparência e a eficácia das ações de saúde pública.

Ações:

- Construir Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de reformar as que estão em estado precário, por meio de recursos do PAC Saúde (Programa de Aceleração do Crescimento).
- Construir Unidades Odontológicas Móveis (UOM) com recursos do PAC Saúde (Programa de Aceleração do Crescimento).
- Implantar 32 (trinta e duas) Academias de Saúde, as quais consistem em espaços públicos dotados de infraestrutura, equipamentos e profissionais qualificados, onde são ofertadas práticas de atividades físicas para a população.
- Implementar o Programa Saúde na Escola (PSE), criando e fortalecendo a intersetorialidade das redes públicas de saúde e de educação e das demais redes sociais para o desenvolvimento das ações do PSE com ofertas de serviços num mesmo território, propiciando a sustentabilidade das ações a partir da conformação de redes de corresponsabilidade em todas as escolas municipais.

Resultados Esperados: Reduzir as desigualdades relacionadas à possibilidade de acesso à Saúde Básica, garantindo que populações vulneráveis e marginalizadas tenham acesso aos serviços.

Indicadores de Sucesso: Melhoria no acesso aos serviços de saúde, aumento da capacidade de atendimento, aumento na qualidade dos serviços prestados, integralidade do cuidado, bem como promoção e prevenção de doenças, além do aumento de satisfação da população.



2.2. Rede de Atenção Especializada

Proposta 02: Programa Municipal de Expansão da Saúde Especializada

Objetivo: Ampliar e melhorar a capacidade de atendimento dos serviços de saúde, focando em diagnósticos e tratamentos mais complexos, que vão além do escopo da atenção básica.

Justificativa: A Rede de Atenção Especializada é fundamental para o diagnóstico e tratamento de condições de saúde que requerem maior complexidade e tecnologia. Atualmente, muitas regiões enfrentam dificuldades de acesso a esses serviços, resultando em longas filas de espera e atrasos no tratamento de doenças graves. A expansão da rede de saúde especializada é crucial para garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua localização, tenham acesso a cuidados de saúde de alta qualidade e complexidade. A construção de novas policlínicas e a melhoria das existentes são essenciais para atender à demanda crescente e melhorar os resultados de saúde da população.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de implementação de rede de atenção primária à saúde está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma saúde de qualidade.



Argumento: A ampliação dos serviços de saúde especializada assegura que todos os cidadãos tenham acesso a diagnósticos e tratamentos avançados, promovendo a dignidade humana ao garantir cuidados de saúde de alta qualidade e equitativos.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade social, ao melhorar a saúde da população, a sustentabilidade econômica (ao reduzir custos com tratamentos de doenças avançadas) e a sustentabilidade ambiental (ao construir e reformar unidades de saúde com práticas sustentáveis).

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: As novas policlínicas serão projetadas para serem acessíveis a todos, incluindo pessoas com deficiência, garantindo que todos os cidadãos possam utilizar os serviços de saúde especializados sem barreiras físicas.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A implementação do programa envolverá a participação da comunidade e das redes públicas, garantindo transparência nas ações e responsabilidade na gestão dos serviços de saúde especializados.

Ações:



- Construir e implantar 02 Policlínicas Porte II regionais com apoio diagnóstico nas Zona Norte e Leste, com recursos do PAC Saúde (Programa de Aceleração do Crescimento).

Resultados Esperados: Ampliar a oferta de serviços especializados para regiões mais afastadas e menos favorecidas.

Garantir que a população tenha acesso a cuidados de saúde de alta complexidade.

Reduzir as filas de espera e o tempo de espera para diagnósticos e tratamentos especializados.

Melhorar a qualidade dos serviços de saúde oferecidos

Indicadores de Sucesso: Número de novas policlínicas construídas e em funcionamento.

Redução das filas de espera para consultas e tratamentos especializados.

Aumento no número de diagnósticos e tratamentos realizados.

Melhoria na satisfação dos usuários com os serviços de saúde especializados.

Redução da mortalidade e morbidade relacionadas a condições de saúde que requerem tratamento especializado.

2.3. Rede de Atenção à Saúde Materno-Infantil



Proposta 03: Fortalecimento da Rede Cegonha

Objetivo: Garantir a saúde e o bem-estar de mães e crianças.

Justificativa: A Rede Cegonha é uma estratégia fundamental para assegurar a saúde materno-infantil, oferecendo um cuidado integral e humanizado desde o pré-natal até o pós-parto. Atualmente, muitas regiões enfrentam desafios significativos no acesso a serviços de saúde adequados para gestantes e recém-nascidos, resultando em altas taxas de mortalidade materna e infantil. O fortalecimento da Rede Cegonha é crucial para garantir que todas as mães e crianças, independentemente de sua localização, recebam cuidados de saúde de alta qualidade. A construção de novos Centros de Parto Normal (CPN) e uma maternidade são essenciais para atender à crescente demanda e melhorar os resultados de saúde materno-infantil.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de fortalecimento da Rede Cegonha está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma saúde de qualidade.

Argumento: A ampliação e melhoria dos serviços de saúde materno-infantil asseguram que todas as mães e crianças tenham acesso a cuidados de



saúde humanizados e de alta qualidade, promovendo a dignidade humana ao garantir um início de vida saudável e seguro.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade social, ao melhorar a saúde materno-infantil, a sustentabilidade econômica (ao reduzir custos com complicações de saúde evitáveis) e a sustentabilidade ambiental (ao construir e operar unidades de saúde com práticas sustentáveis).

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: Os novos Centros de Parto Normal (CPN) e a maternidade serão projetados para serem acessíveis a todas as mães, incluindo aquelas em regiões com vazios assistenciais, garantindo que todos os cidadãos possam utilizar os serviços de saúde materno-infantil sem barreiras físicas.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A implementação do programa envolverá a participação da comunidade e das redes públicas, garantindo transparência nas ações e responsabilidade na gestão dos serviços de saúde materno-infantil.

Ações:

- Construir 04 (quatro) Centros de Parto Normal (CPN) para assistência ao trabalho de parto, parto, puerpério e cuidados com o recém-nas-



cido, adequados à oferta de serviços de assistência ao parto de risco habitual, em regiões com vazios assistenciais da Zona Norte e Leste, com recursos do PAC Saúde (Programa de Aceleração do Crescimento).

Resultados Esperados: Implementar ações e serviços que diminuam as taxas de mortalidade materna e infantil.

Garantir um acompanhamento adequado durante a gestação, parto e pós-parto.

Melhorar a qualidade do pré-natal e dos cuidados pós-parto.

Reduzir as complicações de saúde relacionadas ao parto e ao puerpério.

Aumentar a satisfação das mães com os serviços de saúde materno-infantil.

Indicadores de Sucesso: Melhoria da qualidade do pré-natal, com aumento no número de consultas e exames realizados.

Redução da mortalidade materna e infantil.

Aumento no número de partos assistidos em Centros de Parto Normal (CPN).

Redução das complicações de saúde relacionadas ao parto e ao puerpério.

Aumento da satisfação das mães com os serviços de saúde materno-infantil.



Número de novos Centros de Parto Normal (CPN) e maternidades construídos e em funcionamento.

2.4. Rede de Atenção às Urgências e Emergências

Proposta 04: Ampliação da Rede Municipal de Pronto Atendimento

Objetivo: Garantir um atendimento eficiente, rápido e de qualidade em situações de saúde que exigem intervenção imediata.

Justificativa: A Rede de Atenção às Urgências e Emergências é crucial para assegurar que todas as pessoas recebam atendimento imediato e adequado em situações de saúde críticas. Atualmente, a demanda por serviços de urgência e emergência supera a capacidade de atendimento, resultando em longo tempo de espera e sobrecarga dos serviços existentes. A ampliação da rede municipal de pronto atendimento é essencial para garantir que todos os cidadãos tenham acesso a cuidados de saúde emergenciais de alta qualidade, reduzindo o tempo de resposta e melhorando os resultados de saúde.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de ampliação da rede municipal de pronto atendimento está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:



Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma saúde de qualidade.

Argumento: A ampliação dos serviços de urgência e emergência assegura que todas as pessoas recebam atendimento imediato e adequado, promovendo a dignidade humana ao garantir cuidados de saúde em momentos críticos.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade social, ao melhorar a saúde da população, a sustentabilidade econômica (ao reduzir custos com complicações de saúde evitáveis) e a sustentabilidade ambiental (ao adotar uma frota 100% eletrificada para o SAMU).

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: As novas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e o Hospital Municipal serão projetados para serem acessíveis a todos, garantindo que todos os cidadãos possam utilizar os serviços de saúde emergenciais sem barreiras físicas.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A implementação do programa envolverá a participação da comunidade e das redes públicas, garantindo transparência nas ações e responsabilidade na gestão dos serviços de saúde emergenciais.



Ações:

- Reformular a dinâmica de atendimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), com a aquisição de frota 100% eletrificada ao final do governo.
- Implantar 04 (quatro) Unidades de Pronto Atendimento (UPA) para agilizar e interagir, em conjunto com os centros de Atenção à Pessoa com Doença Crônica, além de desafogar o fluxo e a demanda das portas dos grandes prontos-socorros estaduais, garantindo o funcionamento do sistema de referência e contrarreferência.
- Construir o primeiro Hospital Municipal da cidade de Manaus, uma estrutura que abrigará, além do próprio hospital, 01 Unidade de Pronto Atendimento (UPA), com atendimento com consultórios, incluindo pediátricos e odontológicos; 01 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) 24 horas para assistência em saúde mental; 01 Espaço para Atendimento integral para vítimas de violência; 01 Ótica Pública, a qual oferecerá óculos gratuitos para a população; 01 Central de Material Esterilizado, responsável pela esterilização de materiais médicos; 01 Escola de Saúde Pública, responsável pela formação e capacitação de profissionais da área de saúde; 01 Delegacia de Polícia da Capital, com Sala Lilás para atendimento especializado de vítimas de violência. Além disso, contará com ala estruturada para a população indígena.

Resultados Esperados: Aumentar a capacidade de atendimento dos serviços de urgência e emergência.

Expandir a infraestrutura e os recursos disponíveis, incluindo leitos, equipamentos e profissionais de saúde.

Reduzir o tempo de resposta para atendimentos de urgência e emergência.



Melhorar a qualidade do atendimento prestado em situações de emergência.

Desafogar os grandes prontos-socorros estaduais, melhorando o fluxo de pacientes.

Indicadores de Sucesso: Redução do tempo de resposta para atendimentos de urgência e emergência.

Ampliação da capacidade de atendimento, medido pelo número de atendimentos realizados.

Redução da taxa de mortalidade em situações de urgência e emergência.

Aumento na satisfação dos usuários com os serviços de urgência e emergência.

Número de novas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e hospitais construídos e em funcionamento.

Melhoria na eficiência do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) com a nova frota eletrificada.

2.5. Rede de Atenção à Pessoa com Doença Crônica

Proposta 05: Cuidado Contínuo para Doenças Crônicas

Objetivo: Proporcionar um cuidado contínuo, integrado e de alta qualidade, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos pacientes e reduzir a carga dessas doenças.



Justificativa: As doenças crônicas representam um dos maiores desafios de saúde pública, afetando milhões de pessoas e impondo uma carga significativa tanto para os pacientes quanto para o sistema de saúde. Doenças como diabetes, hipertensão, obesidade, doenças renais e câncer exigem um acompanhamento constante e especializado para prevenir complicações e melhorar a qualidade de vida dos pacientes. A criação de Centros de Atenção à Pessoa com Doença Crônica (CAPDC) é essencial para fornecer um cuidado integrado e contínuo, abordando todas as necessidades dos pacientes de maneira holística e eficiente.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de cuidado contínuo para doenças crônicas está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma saúde de qualidade.

Argumento: A atenção integral e contínua às pessoas com doenças crônicas promove a dignidade humana ao garantir que todos os pacientes recebam cuidados de saúde de alta qualidade, melhorando sua qualidade de vida e prevenindo complicações.

Sustentabilidade Integral:



Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade social, ao melhorar a saúde da população, a sustentabilidade econômica (ao reduzir custos com complicações de saúde evitáveis) e a sustentabilidade ambiental (ao implementar práticas sustentáveis nos centros de atenção).

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: Os Centros de Atenção à Pessoa com Doença Crônica (CAP-DC) serão projetados para serem acessíveis a todos, garantindo que todos os cidadãos possam utilizar os serviços de saúde sem barreiras físicas.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A implementação do programa envolverá a participação da comunidade e das redes públicas, garantindo transparência nas ações e responsabilidade na gestão dos serviços de saúde para doenças crônicas.

Ações:

- Implantar 04 (quatro) unidades de Centro de Atenção à Pessoa com Doença Crônica (CAPDC), proporcionando atenção integral à saúde das pessoas com doenças crônicas em todos os pontos de atenção.
- Realizar ações e serviços de promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de



danos e manutenção da saúde para pacientes oncológicos, obesos, renais, diabéticos e hipertensos.

- Oferecer atendimento especial e multiprofissional para quadros de Endometriose, Fibromialgia, Síndromes Álgicas e Feridas Crônicas.

Resultados Esperados: Implementar estratégias para prevenir complicações associadas às doenças crônicas, como infecções, incapacidades e outras condições de saúde adversas.

Melhorar a qualidade de vida dos pacientes com doenças crônicas.

Reduzir a carga das doenças crônicas no sistema de saúde.

Aumentar a satisfação dos pacientes com os serviços de saúde prestados.

Indicadores de Sucesso: Melhoria da qualidade de vida dos pacientes, medida por índices de satisfação e qualidade de vida.

Redução da mortalidade e morbidade associadas às doenças crônicas.

Aumento no número de pacientes atendidos nos Centros de Atenção à Pessoa com Doença Crônica (CAPDC).

Redução das complicações de saúde relacionadas às doenças crônicas.

Aumento na adesão dos pacientes aos tratamentos e programas de saúde.

2.6. Rede de Atenção à Pessoa com Doença Raras



Proposta 06: Programa Municipal para Doenças Raras

Objetivo: Garantir que os pacientes recebam cuidados especializados, abrangentes e de alta qualidade, atendendo às suas necessidades específicas.

Justificativa: As doenças raras, muitas vezes de origem genética, representam um desafio significativo para os sistemas de saúde devido à sua complexidade e à necessidade de cuidados especializados. Pacientes com doenças raras frequentemente enfrentam dificuldades para obter diagnósticos precisos e tratamentos adequados, o que pode levar a um agravamento de suas condições e a uma redução na qualidade de vida. A criação de um Centro de Referência Municipal em Doenças Raras no Norte do Brasil é essencial para proporcionar um atendimento integral e especializado, garantindo que esses pacientes recebam o suporte necessário para viverem com dignidade e qualidade.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta do Programa Municipal para Doenças Raras está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma saúde de qualidade.

Argumento: O centro de referência proporcionará cuidados especializados e humanizados, promovendo a dignidade humana ao garantir que pacientes



com doenças raras recebam o tratamento e o suporte necessários para uma vida plena.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade social ao melhorar a saúde e a qualidade de vida dos pacientes com doenças raras, e a sustentabilidade econômica ao reduzir custos associados a complicações evitáveis e tratamentos inadequados.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: O Centro de Referência será projetado para ser acessível a todos, garantindo que pacientes com doenças raras possam utilizar os serviços de saúde sem barreiras físicas.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A implementação do programa envolverá a participação da comunidade e das redes públicas, garantindo transparência nas ações e responsabilidade na gestão dos serviços de saúde para doenças raras.

Ações:

- Construir o primeiro Centro de Referência Municipal em Doenças Raras do Norte do Brasil, proporcionando atenção integral às pessoas com doenças raras de origem genética.



- Oferecer consultas multiprofissionais e exames laboratoriais, quando indicados pela equipe do Serviço de Referência em Doenças Raras (SRDR).
- Implementar programas de educação e capacitação para profissionais de saúde, visando aprimorar o diagnóstico e o tratamento de doenças raras.
- Desenvolver campanhas de conscientização sobre doenças raras para a população, promovendo o conhecimento e a inclusão social dos pacientes.

Resultados Esperados: Melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos pacientes com doenças raras, proporcionando cuidados centrados no paciente que abordem suas necessidades físicas, emocionais e sociais.

Aumentar a capacidade de diagnóstico precoce e tratamento adequado para doenças raras.

Reduzir o tempo de espera para diagnóstico e tratamento de doenças raras.

Promover a inclusão social e a conscientização sobre doenças raras na comunidade.

Indicadores de Sucesso: Aumento na qualidade de vida dos pacientes, medido por índices de satisfação e qualidade de vida.

Redução do tempo de espera para diagnóstico e tratamento de doenças raras.



Aumento no número de pacientes diagnosticados e tratados no Centro de Referência Municipal em Doenças Raras.

Melhoria na capacitação dos profissionais de saúde para o atendimento de doenças raras.

Aumento na conscientização da população sobre doenças raras, mediado pelo alcance e impacto das campanhas de conscientização.

2.7. Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência

Proposta 07: Inclusão plena das Pessoas com Deficiência no sistema de saúde municipal

Objetivo: Garantir que as pessoas com deficiência tenham acesso igualitário a serviços de saúde, educação, trabalho, lazer e outros direitos básicos.

Justificativa: As pessoas com deficiência frequentemente enfrentam barreiras significativas no acesso a serviços essenciais, incluindo saúde, educação, trabalho e lazer. Essas barreiras podem ser físicas, sociais ou institucionais e resultam em exclusão e desigualdade. A criação de Centros Especializados em Reabilitação (CER) e Complexos Integrados de Saúde e Inclusão Social é fundamental para garantir que as pessoas com deficiência recebam cuidados de saúde abrangentes e tenham acesso a oportunidades que promovam sua inclusão plena na sociedade.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de inclusão plena das pessoas com deficiência está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam a promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma saúde de qualidade.

Argumento: A inclusão plena das pessoas com deficiência promove a dignidade humana ao garantir que todos os cidadãos, independentemente de suas capacidades, tenham acesso a serviços de saúde de alta qualidade e a outras oportunidades essenciais para uma vida digna.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade social ao melhorar a inclusão e a qualidade de vida das pessoas com deficiência, e a sustentabilidade econômica ao reduzir custos associados a complicações de saúde evitáveis e à exclusão social.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: Os Centros Especializados em Reabilitação e os Complexos Integrados serão projetados para serem acessíveis a todos, garantindo que as pessoas com deficiência possam utilizar os serviços de saúde e outros serviços públicos sem barreiras físicas.



Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A implementação do programa envolverá a participação da comunidade e das redes públicas, garantindo transparência nas ações e responsabilidade na gestão dos serviços para pessoas com deficiência.

Ações:

- Construir 02 (dois) Centros Especializados em Reabilitação (CER) IV na Zona Leste e Norte da Cidade, com atendimento de promoção, prevenção e reabilitação em saúde para deficientes físicos, auditivos, visuais e intelectuais, com recursos do PAC Saúde.
- Construir 02 (duas) Oficinas Ortopédicas Móveis vinculadas ao CER IV na Zona Leste e Norte da Cidade, com atendimento de promoção, prevenção e reabilitação em saúde para deficientes físicos, auditivos, visuais e intelectuais, com recursos do PAC Saúde.
- Instituir 02 (dois) Complexos/Centros Integrados de Saúde e Inclusão Social, que consistem em uma estrutura com vários equipamentos públicos agregados em prol das pessoas com deficiência, envolvendo as áreas de saúde, assistência social, educação, esportes, cultura e trabalho. Nesse ambiente em formato modular teremos:

01 Policlínica (exames laboratoriais e de imagem)

01 CER IV

01 CAPS III – IJ

01 Oficina Ortopédica

01 CEO – Centro de Especialidades Odontológicas

01 CRAS (Assistência Social)

01 CEU (Artes e Esportes)



01 Escola Especial de Tempo Integral, que, durante o dia, terá formação regular (crianças e adolescentes) e, no turno da noite, contará com cursos de capacitação para empregabilidade PCD (adultos), com recursos do PAC Saúde.

Resultados Esperados: Melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas com deficiência, proporcionando cuidados centrados no paciente que abordem suas necessidades físicas, emocionais e sociais.

Aumentar a inclusão social e a participação das pessoas com deficiência em todas as esferas da sociedade.

Reduzir as barreiras físicas, sociais e institucionais que impedem o acesso das pessoas com deficiência a serviços essenciais.

Promover a conscientização e a sensibilização da sociedade sobre os direitos e as necessidades das pessoas com deficiência.

Aumentar a capacidade de diagnóstico precoce e tratamento adequado para doenças raras.

Reduzir o tempo de espera para diagnóstico e tratamento de doenças raras.

Promover a inclusão social e a conscientização sobre doenças raras na comunidade.

Indicadores de Sucesso: Aumento na qualidade de vida das pessoas com deficiência, medido por índices de satisfação e qualidade de vida.

Redução do tempo de espera para diagnóstico e tratamento de condições relacionadas à deficiência.



Aumento no número de pessoas com deficiência atendidas nos Centros Especializados em Reabilitação e nos Complexos Integrados.

Melhoria na capacitação dos profissionais de saúde e outros setores para o atendimento de pessoas com deficiência.

Aumento na inclusão social e na participação das pessoas com deficiência em atividades educacionais, culturais, esportivas e de trabalho.

2.8. Rede de Atenção Psicossocial

Proposta 08: Fortalecimento da Saúde Mental da população manauara

Objetivo: Garantir o acesso universal e equitativo aos serviços de saúde mental, incluindo cuidados preventivos, tratamento e reabilitação.

Justificativa: A saúde mental é uma parte essencial do bem-estar geral e da qualidade de vida. No entanto, muitas pessoas ainda enfrentam barreiras significativas para acessar serviços de saúde mental, incluindo estigma, falta de recursos e insuficiência de serviços especializados. O fortalecimento da rede de atenção psicossocial é crucial para garantir que todos os cidadãos de Manaus tenham acesso a cuidados de saúde mental de qualidade, promovendo a prevenção, o tratamento e a reabilitação de transtornos mentais.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de fortalecimento da saúde mental está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão



transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma saúde de qualidade.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana, ao garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua condição mental, tenham acesso a serviços de saúde mental de alta qualidade e a outras oportunidades essenciais para uma vida digna.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade social, ao melhorar a inclusão e a qualidade de vida das pessoas com transtornos mentais, e a sustentabilidade econômica, ao reduzir custos associados a complicações de saúde evitáveis e à exclusão social.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: Os Centros de Atenção Psicossocial serão projetados para serem acessíveis a todos, garantindo que as pessoas com transtornos mentais possam utilizar os serviços de saúde sem barreiras físicas.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.



Argumento: A implementação do programa envolverá a participação da comunidade e das redes públicas, garantindo transparência nas ações e responsabilidade na gestão dos serviços de saúde mental.

Ações:

- Implantar 08 (oito) Centros de Assistência Integral ao paciente com Transtorno do Espectro Autista (TEA) – CAPS III Infantojuvenil, proporcionando atenção integral à saúde das pessoas com TEA, em todos os pontos de atenção, através da realização de ações e serviços de promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde, com capacidade para atendimento de 4 mil crianças e adolescentes ao final dos 04 anos, com recursos do PAC Saúde.
- Implantar 04 (quatro) Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), sendo 02 unidades CAPS III e 02 unidades CAPS III AD, com recursos do PAC Saúde.

Resultados Esperados: Implementar programas de promoção da saúde mental e prevenção de transtornos, educando a comunidade e reduzindo o estigma associado aos problemas psíquicos.

Aumentar a capacidade de atendimento da rede de saúde mental, garantindo que mais pessoas tenham acesso a cuidados especializados. Melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas com transtornos mentais, proporcionando cuidados centrados no paciente que abordem suas necessidades físicas, emocionais e sociais.

Promover a inclusão social e a participação das pessoas com transtornos mentais em todas as esferas da sociedade.



Indicadores de Sucesso: Aumento na rede de atendimento de saúde mental, medido pelo número de novos centros implantados e pela capacidade de atendimento.

Maior satisfação dos usuários dos serviços de saúde mental, medido por pesquisas de satisfação e feedback dos pacientes.

Humanização dos serviços de saúde mental, medido pela qualidade do atendimento e pela percepção dos usuários sobre o tratamento recebido.

Redução do estigma associado aos transtornos mentais, medido pelo aumento na procura por serviços de saúde mental e pela participação da comunidade em programas de conscientização.

2.9. Assistência Farmacêutica

Proposta 09: Plano Municipal de Acesso aos Medicamentos

Objetivo: Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso aos medicamentos essenciais necessários para o tratamento de suas condições de saúde, sem discriminação ou barreiras financeiras.

Justificativa: O acesso a medicamentos é um componente fundamental do direito à saúde. Muitas pessoas enfrentam dificuldades para obter os medicamentos que necessitam, devido a barreiras financeiras, logísticas ou de disponibilidade. Essas dificuldades podem levar ao agravamento de condições de saúde, aumento das taxas de hospitalização e, em casos extremos, à morte. Ao implementar um Plano Municipal de Acesso aos Medicamentos, buscamos eliminar essas barreiras, garantindo que todos os cidadãos de Manaus possam tratar suas condições de saúde de maneira eficaz e contínua. Este plano não só melhora a



saúde individual, como também contribui para a saúde pública e a equidade social.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de um Plano Municipal de Acesso aos Medicamentos está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma saúde de qualidade.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana ao garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso aos medicamentos essenciais para o tratamento de suas condições de saúde.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade social ao melhorar o acesso a medicamentos, reduzindo as desigualdades no tratamento de saúde e contribuindo para a redução de custos associados a complicações de saúde evitáveis.



Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: O Programa Remédio em Casa (PRC) será projetado para ser acessível a todos, garantindo que os medicamentos cheguem a todos os cidadãos, inclusive aqueles com mobilidade reduzida ou que vivem em áreas remotas.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A implementação do programa envolverá a participação da comunidade e das redes públicas, garantindo transparência nas ações e responsabilidade na gestão dos serviços farmacêuticos.

Ações:

- Implantar o Programa Remédio em Casa (PRC) na Secretaria Municipal da Saúde (SEMSA), que consistirá na entrega domiciliar de medicamentos em quantidades suficientes para o período de 90 dias para portadores de doenças/patologias crônicas, estáveis e controlados clinicamente com acompanhamento nas Unidades de Saúde.

Resultados Esperados: Integrar os serviços farmacêuticos com outros serviços de saúde, como atenção primária, para oferecer um cuidado coordenado e abrangente aos pacientes.

Melhorar a adesão ao tratamento medicamentoso, reduzindo complicações de saúde e hospitalizações evitáveis.

Aumentar a satisfação dos pacientes com os serviços de saúde, proporcionando maior comodidade e acessibilidade.



Reduzir as barreiras financeiras e logísticas no acesso a medicamentos essenciais, promovendo a equidade no tratamento de saúde.

Indicadores de Sucesso: Redução do Acesso Desigual aos Medicamentos: Medido pelo aumento no número de pacientes que recebem medicamentos essenciais através do PRC.

Diminuição das Taxas de Morbidade e Mortalidade: Medido pela redução das complicações de saúde e hospitalizações evitáveis entre os pacientes com doenças crônicas.

Satisfação dos Pacientes: Medido por pesquisas de satisfação e feedback dos pacientes sobre o Programa Remédio em Casa.

Adesão ao Tratamento Medicamentoso: Medido pelo aumento na taxa de adesão ao tratamento entre os pacientes inscritos no PRC.

2.10. Vigilância Sanitária e saúde animal

Proposta 10: Proteção da saúde pública, prevenção de doenças e promoção do bem-estar na comunidade

Objetivo: Identificar precocemente riscos à saúde pública, como surtos de doenças infecciosas e contaminação ambiental, e adotar medidas preventivas eficazes.

Justificativa: A vigilância sanitária e o controle de zoonoses são fundamentais para a proteção da saúde pública. A identificação precoce de riscos, como surtos de doenças infecciosas e contaminação ambiental, permite a adoção de medidas preventivas que podem salvar vidas e melhorar a qualidade de vida da população. Além disso, o controle de zoonoses é essencial para prevenir a transmissão de doenças de animais para humanos, garantindo um ambiente



mais seguro e saudável para todos. A implantação de unidades de Castra Móvel é uma medida inovadora e eficaz para controlar a população de animais de rua, reduzir a incidência de zoonoses e promover o bem-estar animal.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de proteção da saúde pública, prevenção de doenças e promoção do bem-estar na comunidade está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a um ambiente saudável e seguro.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana, ao prevenir doenças e proteger a saúde pública, garantindo que todos os cidadãos vivam em um ambiente seguro e saudável.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade ambiental ao controlar a população de animais de rua e reduzir a incidência de zoonoses, contribuindo para um ambiente mais limpo e seguro.



Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

A implantação de unidades de Castra Móvel em diferentes distritos sanitários garante que todos os cidadãos, independentemente de sua localização, tenham acesso a serviços de controle de zoonoses.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A implementação do programa envolverá a participação da comunidade e das redes públicas, garantindo transparência nas ações e corresponsabilidade na gestão dos serviços de vigilância sanitária e controle de zoonoses.

Ações:

- Implantar 04 (quatro) unidades de Castra Móvel, que consiste em móveis para castração de animais, sendo disponibilizada uma unidade para cada Distrito Sanitário (Norte, Sul, Leste e Oeste).

Resultados Esperados: Monitorar e controlar doenças transmitidas por animais, como raiva, leptospirose e outras zoonoses, para reduzir o risco de transmissão para humanos.

Reduzir a população de animais de rua, promovendo o bem-estar animal e diminuindo os riscos associados à superpopulação de animais.

Melhorar a qualidade de vida da população, ao garantir um ambiente mais seguro e saudável.



Fortalecer a integração entre os serviços de vigilância sanitária e outras áreas da saúde pública, promovendo uma abordagem coordenada e eficaz na prevenção de doenças.

Indicadores de Sucesso: Diminuição da Transmissão de Zoonoses para Humanos: Medida pela redução no número de casos de doenças transmitidas por animais, como raiva e leptospirose.

Redução da População de Animais de Rua: Medida pelo número de animais castrados e pela diminuição da população de animais de rua em cada distrito sanitário.

Satisfação da Comunidade: Medida por pesquisas de satisfação e feedback da população sobre os serviços de Castra Móvel e vigilância sanitária.

Efetividade das Ações de Vigilância Sanitária: Medida pelo número de surtos de doenças infecciosas identificados e controlados precocemente.

Proposta 11: Criação de um Hospital Municipal Veterinário

Objetivo: Criar um hospital municipal veterinário de referência, capaz de proporcionar atendimento de alta qualidade para animais domésticos e de rua, promovendo a saúde animal e o bem-estar da comunidade.

Justificativa: A saúde animal é um componente essencial da saúde pública e do bem-estar social. Muitos animais domésticos e de rua em Manaus carecem de atendimento veterinário adequado, o que pode levar a problemas de saúde pública, como a disseminação de zoonoses. A criação de um hospital municipal veterinário de referência atenderá a essa demanda, proporcionando cuidados médicos essenciais para os animais, promovendo a tutoria responsável



e contribuindo para a saúde pública. Além disso, um hospital veterinário municipal pode servir como centro de educação e conscientização sobre a importância da saúde animal e do controle populacional de animais de rua.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de criar um hospital municipal veterinário está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam a promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a um ambiente saudável.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana ao garantir que os animais, que são parte integrante das famílias e da comunidade, recebam cuidados médicos adequados, contribuindo para um ambiente mais saudável e harmonioso.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade ambiental ao controlar a população de animais de rua e reduzir a incidência de zoonoses, contribuindo para um ambiente mais limpo e seguro.



Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o espaço urbano levando em consideração tanto os humanos quanto os animais domésticos e de rua.

Argumento: A criação de um hospital veterinário acessível a todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica, garante que todos os animais tenham acesso a cuidados médicos de qualidade.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais no que concerne às políticas públicas para os animais domésticos e de rua.

Argumento: A proposta envolve a participação ativa da comunidade através de programas de educação e conscientização sobre a saúde animal, garantindo a transparência e a eficácia das ações de vigilância sanitária.

Ações:

- Construir e Equipar o Hospital Municipal Veterinário: Desenvolver um hospital veterinário bem equipado, com instalações modernas e adequadas para o atendimento de animais domésticos e de rua.
- Implementar Programas de Educação e Conscientização: Desenvolver programas de educação para a comunidade sobre a importância da saúde animal, posse responsável e controle populacional de animais de rua.
- Estabelecer Parcerias com Instituições de Ensino e ONGs: Colaborar com universidades, faculdades de veterinária e organizações não governamentais para promover estágios, pesquisas e programas de voluntariado no hospital veterinário.



- Oferecer Serviços de Atendimento Gratuito ou a Baixo Custo: Proporcionar atendimento veterinário gratuito ou a preços acessíveis para animais de famílias de baixa renda e animais de rua, incluindo consultas, cirurgias, vacinas e tratamentos.

Resultados Esperados: Melhorar a saúde e o bem-estar dos animais domésticos e de rua em Manaus.

Reduzir a disseminação de zoonoses e outros problemas de saúde pública relacionados aos animais.

Promover a posse responsável e o controle populacional de animais de rua.

Aumentar a conscientização da comunidade sobre a importância da saúde animal e do bem-estar dos animais.

Indicadores de Sucesso: Número de atendimentos realizados: Medido pelo número de consultas, cirurgias e tratamentos realizados no hospital veterinário.

Redução de Zoonoses: Medida pela diminuição da incidência de doenças zoonóticas na comunidade.

Satisfação dos Usuários: Medida por pesquisas de satisfação e feedback dos proprietários de animais e da comunidade sobre a qualidade dos serviços prestados.

Efetividade das Ações de Vigilância Sanitária: Medida pela melhoria nos indicadores de saúde pública relacionados aos animais, como a



redução da população de animais de rua e a diminuição de casos de maus-tratos.

2.11. Vigilância Epidemiológica

Proposta 12: Medidas de vigilância epidemiológica, controle de doenças e promoção da saúde

Objetivo: Educar a população sobre medidas preventivas, sintomas e cuidados relacionados a doenças transmissíveis e zoonoses.

Justificativa: A vigilância epidemiológica é essencial para a detecção precoce e controle de doenças transmissíveis, prevenindo surtos e protegendo a saúde pública. A educação da população sobre medidas preventivas, sintomas e cuidados é uma estratégia eficaz para reduzir a incidência de doenças e promover o bem-estar. Capacitar idosos para atuarem como agentes sociais no combate a endemias não só aproveita a sabedoria e experiência dessa faixa etária, como também fortalece a comunidade, promovendo um senso de responsabilidade coletiva e engajamento social.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de medidas de vigilância epidemiológica, controle de doenças e promoção da saúde está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:



Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma saúde de qualidade.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana ao educar a população sobre medidas preventivas e cuidados, capacitando-os a proteger sua saúde e a de sua comunidade.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade social ao capacitar idosos como agentes sociais, aproveitando sua experiência e sabedoria para o benefício da comunidade, e ao prevenir doenças, reduzindo a carga sobre o sistema de saúde.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A capacitação de idosos para atuar em suas comunidades promove a inclusão social e o engajamento cívico, fortalecendo os laços comunitários e a coesão social.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A implementação do projeto envolverá a participação ativa dos idosos e da comunidade, garantindo transparência nas ações e corresponsabilidade na gestão das medidas de vigilância epidemiológica.



Ações:

- Implementar o Projeto Sabedoria em Ação no Combate às Endemias, que visa capacitar 3 (três) mil idosos (60 a 69 anos) bolsistas para que atuem como agentes sociais no combate e controle de doenças endêmicas (malária e arboviroses), durante o período de 03 meses que antecede a sazonalidade dessas doenças na cidade de Manaus.

Resultados Esperados: Identificar precocemente casos de doenças transmissíveis, como COVID-19, dengue, febre amarela, entre outras, para intervenção rápida e eficaz.

Reduzir a incidência de doenças endêmicas através da educação e mobilização comunitária.

Fortalecer a capacidade de resposta da comunidade e do sistema de saúde local.

Promover a inclusão social e o engajamento dos idosos, valorizando sua experiência e sabedoria.

Indicadores de Sucesso: Número de Certificações: Medido pelo número de idosos capacitados e certificados como agentes sociais no combate às endemias.

Diminuição dos Casos Endêmicos: Medida pela redução no número de casos de doenças endêmicas, como malária e arboviroses, durante e após a implementação do projeto.

Redução das Taxas de Morbidade e Mortalidade: Medida pela diminuição das complicações de saúde e mortes associadas a doenças transmissíveis.



Satisfação da Comunidade e dos Participantes: Medida por pesquisas de satisfação e feedback dos idosos capacitados e da comunidade sobre o impacto do projeto.

2.12. Tecnologia em Saúde

Proposta 13: Compilado de ideias inovadoras para saúde

Objetivo: Apoiar o desenvolvimento e a implementação de novas tecnologias e soluções inovadoras para resolver desafios específicos da saúde local.

Justificativa: A inovação tecnológica é um pilar fundamental para a modernização e eficiência dos serviços de saúde. A adoção de novas tecnologias pode melhorar significativamente a qualidade do atendimento, reduzir custos, otimizar recursos e proporcionar uma melhor experiência para os pacientes. Em Manaus, a implementação de soluções inovadoras é essencial para enfrentar os desafios específicos da saúde local, como a alta demanda por serviços, a necessidade de integração de informações e a melhoria da coordenação entre diferentes níveis de atendimento.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de apoiar o desenvolvimento e a implementação de novas tecnologias e soluções inovadoras para a saúde está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:



Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a um atendimento de saúde de qualidade.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana ao melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços de saúde, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a um atendimento rápido e eficaz.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade econômica, ao reduzir custos operacionais através da otimização de recursos e ao promover a sustentabilidade social, melhorando o acesso e a qualidade dos serviços de saúde.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A criação da Sala de Situação de Saúde e a implementação do Alô Saúde Manauara garantem que todos os cidadãos, independentemente de sua localização, tenham acesso a informações e serviços de saúde de qualidade.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A proposta envolve a participação ativa dos cidadãos através do serviço de atendimento telefônico e garante a transparência na gestão das informações de saúde através da Sala de Situação de Saúde.



Ações:

- Implantar o Alô Saúde Manauara: um serviço de atendimento telefônico pré-clínico 24h por dia, 7 dias por semana, com técnicos e profissionais de saúde, buscando reduzir em 20% as demandas diretas nas unidades de saúde já no primeiro ano, atingindo 50% de redução nas demandas durante os 04 anos.
- Construir a Sala de Situação de Saúde: Espaço físico e virtual, onde a informação em saúde é analisada sistematicamente por uma equipe técnica, para caracterizar a saúde da população manauara diariamente e em tempo real.

Resultados Esperados: Integrar sistemas de informação de saúde para facilitar a coordenação entre diferentes serviços de saúde e melhorar a eficiência operacional.

Indicadores de Sucesso: Redução de tempo de espera e custos com a saúde, por meio do uso das tecnologias.

Proposta 14: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Aéreo

Objetivo: Proporcionar resgates com rapidez e alta qualidade em áreas de difícil acesso, garantindo condições e oportunidades de sobrevivência para pacientes em estado grave.

Justificativa: A geografia de Manaus e de suas áreas circundantes apresenta desafios significativos para o acesso rápido a serviços de emergência médica. Muitas regiões são de difícil acesso por via terrestre, o que pode comprometer a rapidez e a eficácia dos atendimentos de urgência. A implementação de um Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Aéreo permitirá a realização de resgates rápidos e de alta qualidade, aumentando as chances de sobrevivência e recuperação de pacientes em estado grave. Esse serviço é crucial para garantir



que todos os cidadãos, independentemente de sua localização, tenham acesso a cuidados médicos de emergência, em tempo hábil.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de implementar o SAMU Aéreo está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a um atendimento de saúde de qualidade.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana, ao garantir que todos os cidadãos tenham acesso a cuidados médicos de emergência, independentemente de sua localização, aumentando as chances de sobrevivência e recuperação.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade social, ao melhorar a qualidade e a rapidez dos atendimentos de emergência, reduzindo a mortalidade e as complicações de saúde, que podem resultar em atrasos no atendimento.

Espaço Físico Inclusivo:



Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A implementação do SAMU Aéreo garante que todos os cidadãos, independentemente de sua localização geográfica, tenham acesso a serviços de emergência de alta qualidade.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A proposta envolve a participação ativa dos profissionais de saúde e pilotos, através de programas de treinamento específicos, garantindo a transparência e a eficácia das operações aéreas de emergência.

Ações:

- Promover a locação do serviço aéreo especializado.
- Instituir um programa de treinamento específico para operações aéreas aos profissionais de saúde e pilotos.

Resultados Esperados: Otimizar a velocidade de resposta, combinada com a expertise da equipe médica e a aplicação de tecnologia avançada no local da emergência.

Indicadores de Sucesso: Reduzir o tempo de resposta e o risco de mortalidade, especialmente em casos de acidentes rodoviários e traumas.

2.13. Valorização do servidor

Proposta 15: Revisão do Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Área da Saúde



Objetivo: Reestruturar o plano de cargos e salários dos servidores da saúde, visando a uma remuneração justa e compatível com as responsabilidades e complexidades das funções exercidas, além de reconhecer e valorizar a qualificação e a experiência profissional.

Justificativa: Em decorrência da proposição realizada pelos servidores da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, constatou-se que a valorização dos servidores da saúde é fundamental para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. Um plano de cargos e salários bem estruturado contribui para a motivação, satisfação e retenção de profissionais qualificados, impactando positivamente a eficiência do sistema de saúde.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A revisão do plano de cargos e salários dos servidores da área da saúde está alinhada com as diretrizes do Plano de Governo, refletindo o compromisso com a promoção da dignidade humana, a sustentabilidade integral, a inclusão no espaço físico e a gestão transparente e participativa. Esta proposta visa criar um ambiente de trabalho justo e motivador, reconhecendo o valor e a importância dos profissionais de saúde no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e saudável.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar condições de trabalho dignas e justas para os servidores da saúde.

Argumento: A revisão do plano de cargos e salários contribui para a valorização do trabalho dos profissionais de saúde, reconhecendo sua importância e garantindo remuneração justa e condições de trabalho adequadas.



Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver um sistema de saúde robusto e sustentável.

Argumento: Valorizar os servidores da saúde por meio de uma estrutura de cargos e salários adequada é fundamental para a sustentabilidade do sistema de saúde, assegurando a qualidade e a continuidade dos serviços prestados à população.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Promover a igualdade de oportunidades no ambiente de trabalho.

Argumento: A revisão do plano de cargos e salários garante que todos os profissionais, independentemente de sua função, tenham acesso a oportunidades de crescimento e reconhecimento, promovendo um ambiente de trabalho inclusivo e equitativo.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver os servidores da saúde no processo de revisão do plano de cargos e salários.

Argumento: A participação ativa dos servidores no processo de revisão assegura transparência e promove um sentimento de pertencimento e valorização, contribuindo para a eficácia das políticas de gestão de recursos humanos.

Ações:

Diagnóstico e Análise Comparativa:

- Realizar um diagnóstico do atual plano de cargos e salários, comparando-o com práticas adotadas em outras regiões e ajustando-o às necessidades e realidades locais.

Critérios de Progressão:



- Definir critérios claros de progressão na carreira, baseados em qualificação, experiência e desempenho, incentivando a formação contínua e a excelência profissional.

Participação dos Servidores:

- Criar comissões com representantes dos servidores da saúde para participar ativamente do processo de revisão, assegurando que as mudanças atendam às expectativas e necessidades da categoria.

Resultados Esperados:

Melhoria na satisfação e motivação dos servidores da saúde.

Atração e retenção de profissionais qualificados no sistema de saúde municipal.

Aumento na qualidade do atendimento à população.

Indicadores de Sucesso:

Implementação do novo plano de cargos e salários.

Aumento nos índices de satisfação dos servidores da saúde.

Redução da taxa de turnover entre os profissionais da saúde.

Proposta 16: Revisão da Tabela de Progressão Financeira

Objetivo: Revisar e atualizar a tabela de progressão financeira dos servidores da saúde, garantindo que a evolução salarial reflita adequadamente a experiência, a capacitação e o desempenho profissional.



Justificativa: Em decorrência da proposição realizada pelos servidores da Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA, observou-se que uma tabela de progressão financeira atualizada e justa é essencial para reconhecer o desenvolvimento profissional e a dedicação dos servidores da saúde, incentivando a melhoria contínua e a prestação de um serviço de alta qualidade à população.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A revisão da tabela de progressão financeira para os servidores da saúde é uma ação diretamente alinhada às diretrizes do Plano de Governo, refletindo o compromisso com a dignidade humana, a sustentabilidade, a inclusão e a gestão participativa. Essa iniciativa visa promover um sistema de saúde mais justo e eficiente, no qual o desenvolvimento profissional é reconhecido e valorizado.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Diretriz: Assegurar remuneração justa e reconhecimento do trabalho dos servidores da saúde.

Argumento: A revisão da tabela de progressão financeira é fundamental para garantir que os servidores sejam remunerados de forma justa, reconhecendo sua dedicação e contribuição para a saúde pública.

Argumento: Melhorar o plano de saúde dos servidores é uma forma direta de promover a dignidade humana, oferecendo-lhes cuidados de saúde que refletem o valor de seu trabalho e dedicação.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Promover a sustentabilidade do sistema de saúde por meio da valorização dos seus profissionais.



Argumento: Uma tabela de progressão financeira bem estruturada contribui para a retenção de talentos e a motivação dos servidores, elementos-chave para a sustentabilidade de longo prazo do sistema de saúde.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Garantir igualdade de oportunidades de crescimento e desenvolvimento para todos os servidores da saúde.

Argumento: A revisão e atualização da tabela de progressão financeira asseguram que todos os servidores, independentemente de sua posição ou especialidade, tenham acesso a um sistema de recompensa justo e equitativo.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Incluir os servidores da saúde no processo de revisão da tabela de progressão financeira.

Argumento: A participação ativa dos servidores no processo de revisão promove a transparência e garante que as mudanças sejam relevantes e significativas para os profissionais envolvidos.

Ações:

Estudo de Viabilidade:

- Realizar estudos para avaliar a viabilidade financeira das propostas de revisão, assegurando a sustentabilidade das mudanças propostas.

Estruturação de Faixas Salariais:

- Definir faixas salariais que reflitam os diferentes níveis de experiência, qualificação e responsabilidade, promovendo a justiça salarial.

Feedback e Ajustes:



- Estabelecer mecanismos de feedback contínuo para ajustar a tabela de progressão financeira conforme necessário, garantindo sua adequação e eficácia.

Resultados Esperados: Implementação de uma tabela de progressão financeira atualizada e justa.

Aumento da motivação e do comprometimento dos servidores da saúde.

Melhoria contínua na qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população.

Indicadores de Sucesso: Atualização da tabela de progressão financeira.

Melhoria nos índices de satisfação e retenção dos servidores da saúde.

Aumento na eficiência e eficácia dos serviços de saúde prestados.

Proposta 17: Melhoria do Plano de Saúde dos Servidores

Objetivo: Ampliar e melhorar o plano de saúde oferecido aos servidores da área da saúde, incluindo mais benefícios e um maior leque de serviços, visando ao bem-estar e à saúde integral dos profissionais e de suas famílias.

Justificativa: Em decorrência da proposição realizada pelos servidores da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, constatou-se que oferecer um plano de saúde abrangente e de qualidade é crucial para garantir a saúde e o bem-estar dos servidores da saúde, que dedicam suas vidas ao cuidado da população. Um plano de saúde melhorado reflete o reconhecimento e a valorização desses profissionais.



Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A melhoria do plano de saúde dos servidores da área da saúde está em perfeita consonância com as diretrizes do Plano de Governo, evidenciando o compromisso com a promoção da dignidade humana, a busca pela sustentabilidade integral, a inclusão através do acesso a serviços de saúde de qualidade e a gestão transparente e participativa. Essa proposta reconhece os servidores da saúde como pilares fundamentais do sistema de saúde pública, merecedores de cuidado e atenção às suas necessidades de saúde.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir acesso a serviços de saúde de qualidade para os servidores da saúde.

Argumento: Melhorar o plano de saúde dos servidores é uma forma direta de promover a dignidade humana, oferecendo-lhes cuidados de saúde que refletem o valor de seu trabalho e dedicação.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Assegurar a saúde e o bem-estar dos servidores como parte da sustentabilidade do sistema de saúde.

Argumento: Um plano de saúde melhorado para os servidores contribui para a sustentabilidade do sistema de saúde, reduzindo o absenteísmo e aumentando a produtividade, além de promover a saúde preventiva.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Oferecer um plano de saúde com uma boa rede credenciada que atenda às necessidades de todos os servidores, promovendo a inclusão.



Argumento: A ampliação dos benefícios e serviços do plano de saúde garante que todos os servidores, independentemente de sua função ou localização, tenham acesso a cuidados de saúde de alta qualidade.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver os servidores no processo de escolha e gestão do plano de saúde.

Argumento: A participação dos servidores na seleção e gestão do plano de saúde assegura que o serviço oferecido atenda às suas necessidades reais, promovendo a transparência e a confiança no processo.

Ações:

Avaliação das Necessidades:

- Realizar pesquisas com os servidores para identificar as principais necessidades e expectativas em relação ao plano de saúde.

Negociação com Fornecedores:

- Negociar com fornecedores de planos de saúde para obter as melhores condições possíveis, incluindo uma ampla gama de serviços a custos acessíveis.

Implementação de Melhorias:

- Implementar as melhorias identificadas, garantindo a ampliação da cobertura e a inclusão de novos serviços e benefícios no plano de saúde dos servidores.

Redução do absenteísmo e aumento da produtividade no trabalho.

Indicadores de Sucesso: Expansão da cobertura e dos serviços oferecidos pelo plano de saúde.



Feedback positivo dos servidores em relação às melhorias implementadas.

Redução das taxas de licença médica entre os servidores da saúde.

Resultados Esperados: Aumento na satisfação dos servidores com o plano de saúde oferecido.

Melhoria na saúde e no bem-estar dos servidores da saúde e de suas famílias.

2.14. Assistência à saúde do idoso

Proposta 18: Centro Integrado de Saúde e Bem-Estar do Idoso

Objetivo: Estabelecer um centro integrado para oferecer um atendimento holístico e multidisciplinar, focado nas necessidades específicas da população idosa de Manaus, abrangendo desde cuidados médicos até apoio psicossocial e reabilitação.

Justificativa: A população idosa requer uma abordagem especializada de cuidado, que considere tanto as complexidades físicas quanto emocionais do envelhecimento. Um serviço integrado de saúde e bem-estar para idosos pode significativamente melhorar sua qualidade de vida, promovendo um envelhecimento ativo e saudável. A integração de serviços médicos, reabilitação física, suporte psicológico e social, além de atividades de lazer e educação, criam um ambiente de cuidado completo. Isso não apenas atende às necessidades de saúde dos idosos, como também fortalece seu bem-estar emocional e social, essencial para um envelhecimento digno e feliz.



Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A integração de políticas públicas inovadoras e eficazes no âmbito da saúde, educação, infraestrutura e demais setores essenciais constitui a espinha dorsal de um governo comprometido com o progresso sustentável e o bem-estar de sua população. Nesse contexto, a elaboração de propostas que se alinham às diretrizes do plano de governo não apenas reflete uma visão estratégica de desenvolvimento, como também evidencia um compromisso inabalável com a inovação e a inclusão social.

Ao detalhar a relação entre as propostas e as diretrizes do plano de governo, buscamos não apenas justificar a relevância e a necessidade de cada iniciativa, mas também destacar o potencial de inovação que elas representam. A inovação, nesse contexto, é entendida não apenas como a introdução de novas tecnologias ou métodos, mas também como a capacidade de repensar abordagens tradicionais, promovendo soluções criativas e eficientes que atendam às necessidades emergentes da sociedade.

Portanto, a exploração dessa relação não é um mero exercício de alinhamento estratégico; é uma afirmação do compromisso do governo com a transformação positiva da comunidade, através da implementação de políticas públicas que são ao mesmo tempo visionárias e ancoradas nas realidades e necessidades locais. Esse diálogo entre propostas e diretrizes é fundamental para construir uma governança eficaz, responsiva e, acima de tudo, centrada no cidadão, pavimentando o caminho para um futuro mais próspero, justo e sustentável.

A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:



Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a uma saúde de qualidade.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana, ao garantir que todos os cidadãos, especialmente as pessoas idosas, tenham acesso a cuidados de saúde de qualidade.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade social ao melhorar a qualidade e a acessibilidade dos serviços de saúde, contribuindo para a saúde e o bem-estar dos idosos.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A proposta promove o espaço físico inclusivo ao proporcionar um espaço voltado aos idosos, pois garante a inclusão dessa parcela da população nos serviços de saúde de qualidade.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A proposta envolve a participação ativa da comunidade nos programas de reabilitação emocional e física dos idosos, garantindo a transparência e a eficácia das ações de saúde pública.



Ações:

Serviços Integrados de Saúde:

- Oferecer consultas médicas especializadas, tratamentos de reabilitação, terapias ocupacionais e suporte psicológico, todos adaptados às necessidades dos idosos.

Programas de Prevenção e Educação:

- Implementar programas educativos sobre saúde preventiva, nutrição e atividade física, além de workshops sobre tecnologia e artes, visando ao estímulo mental e à inclusão social.

Espaços de Lazer e Convivência:

- Criar áreas no centro que promovam o lazer e a socialização, como jardins terapêuticos, salas de leitura e espaços para atividades em grupo.

Acesso Facilitado:

- Garantir transporte acessível ao centro da cidade, para idosos que residam em áreas mais distantes, assegurando que todos tenham acesso aos serviços.

Resultados Esperados:

Melhoria significativa na qualidade de vida dos idosos, com redução de incidências de doenças crônicas e aumento da longevidade saudável.

Fortalecimento do bem-estar emocional e social dos idosos, promovendo sua inclusão e participação ativa na comunidade.

Indicadores de Sucesso:

Aumento no número de idosos atendidos anualmente e na frequência de uso dos serviços do centro.



Melhoria nos indicadores de saúde física e mental da população idosa, avaliados através de pesquisas de satisfação e estudos de impacto.

Redução no tempo de espera para consultas e tratamentos, assegurando um acesso rápido e eficiente aos serviços necessários.









PROPOSTAS
PARA O EIXO DA

SUS TENTA BILIDADE

3.1. Limpeza e Recuperação de Igarapés

Proposta 01: Restauração da conectividade ecológica entre o igarapé e seu ambiente circundante

Objetivo: Promover a saúde ambiental e o bem-estar dos habitantes de Manaus através da restauração ecológica dos igarapés, integrando-os harmoniosamente ao ambiente urbano e natural.

Justificativa: Os igarapés de Manaus desempenham papel vital na saúde ambiental e no bem-estar da população. No entanto, muitos desses cursos d'água estão severamente poluídos e degradados, devido ao crescimento urbano desordenado, à falta de saneamento básico e ao descarte inadequado de resíduos sólidos. A restauração da conectividade ecológica entre os igarapés e seu ambiente circundante é essencial para melhorar a qualidade da água, reduzir a incidência de doenças, promover a biodiversidade e criar espaços de lazer e convívio para a população. Além de proporcionar benefícios ambientais, essa iniciativa contribui para a resiliência urbana, ajudando a mitigar os impactos das mudanças climáticas, como enchentes e secas. A recuperação dos igarapés não apenas melhora a saúde pública e a qualidade de vida dos habitantes, como também valoriza o patrimônio natural da cidade, promovendo um desenvolvimento urbano mais sustentável e inclusivo.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de restauração da conectividade ecológica entre os igarapés e seu ambiente circundante está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e partici-



pativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a um ambiente saudável e seguro.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana, ao melhorar a qualidade do ambiente urbano, proporcionando espaços de lazer e convívio e reduzindo a incidência de doenças relacionadas à poluição dos igarapés.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade integral ao recuperar ecossistemas degradados, melhorar a qualidade da água e criar oportunidades para o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, como o ecoturismo.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A criação de corredores ecológicos e espaços públicos integrados aos igarapés garante que todos os cidadãos tenham acesso a áreas verdes e de lazer, promovendo a inclusão social e a qualidade de vida.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.



Argumento: A proposta envolve a participação ativa da comunidade na recuperação dos igarapés, através de programas de educação ambiental e de voluntariado, garantindo a transparência e a eficácia das ações de recuperação ambiental.

Ações:

Integração Ambiental e Paisagística das Margens dos Igarapés:

- Realizar o reflorestamento com espécies nativas, formação de corredores ecológicos e integração da vegetação aos espaços públicos, com a implementação de infraestruturas de baixo impacto ambiental, como pistas de caminhada e ciclovias.

Manutenção das Matas Ciliares:

- Incentivar e defender a manutenção das matas ciliares nas margens dos igarapés e nascentes, visando melhorar a qualidade da água, reduzir os riscos de enchentes e criar espaços de lazer e convívio para a população.

Educação Ambiental e Conscientização:

- Desenvolver programas de educação ambiental para a comunidade, promovendo a conscientização sobre a importância da preservação dos igarapés e incentivando a participação ativa na recuperação ambiental.

Monitoramento e Avaliação:

- Implementar um sistema de monitoramento contínuo da qualidade da água e da biodiversidade nos igarapés, avaliando os impactos das ações de recuperação e reorganizando as estratégias conforme necessário.

Resultados Esperados: Implementar um programa de recuperação progressiva dos igarapés de Manaus, com foco na melhoria da qualidade da água e do odor, no retorno da vida aquática e, principalmente, na



redução da incidência de doenças causadas pela poluição. Além disso, espera-se promover a saúde básica, criar espaços de lazer e convívio para a população e aumentar a resiliência urbana frente às mudanças climáticas.

Indicadores de Sucesso: : Melhoria da Qualidade da Água: Medida pela redução dos níveis de poluentes e pela melhoria dos parâmetros de qualidade da água.

Aumento da Cobertura Vegetal: Medido pela área reflorestada e pela densidade de vegetação nas margens dos igarapés.

Recuperação da Diversidade de Espécies Aquáticas e Terrestres: Medida pelo aumento da biodiversidade e pelo retorno de espécies nativas aos igarapés e suas margens.

Redução da Presença de Resíduos Sólidos: Medida pela quantidade de resíduos removidos dos igarapés e pela redução do descarte inadequado de lixo.

Satisfação da População: Medida pela percepção positiva da comunidade sobre a qualidade dos espaços públicos e a melhoria ambiental dos igarapés.

3.2. Proteção de Nascentes e Recuperação de Áreas Verdes:

Proposta 02: Melhoria na qualidade de vida da comunidade, com acesso à água potável e oportunidades de lazer em áreas verdes recuperadas

Objetivo: Conservar a biodiversidade, promover a absorção de carbono, reduzir as ilhas de calor urbanas e melhorar a qualidade do ar, proporcionando um ambiente mais saudável e sustentável para a comunidade. Além disso, assegurar



o acesso contínuo e seguro à água potável, criar espaços verdes que incentivem o convívio social e o lazer, e fomentar a conscientização ambiental entre os habitantes, fortalecendo o vínculo entre a população e o meio ambiente. Essa iniciativa visa não apenas à recuperação ambiental, mas também à promoção de uma cultura de sustentabilidade e responsabilidade ecológica, contribuindo para a resiliência urbana e a melhoria da qualidade de vida de todas as gerações.

Justificativa: A proteção das nascentes e a recuperação de áreas verdes são essenciais para garantir a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida urbana. As nascentes são fontes vitais de água potável e desempenham um papel crucial na manutenção do equilíbrio ecológico. No entanto, muitas nascentes estão ameaçadas pela poluição, desmatamento e urbanização descontrolada. A recuperação dessas áreas não só assegura a disponibilidade de água doce, como também contribui para a conservação da biodiversidade, a absorção de carbono e a redução das ilhas de calor. Além disso, áreas verdes recuperadas oferecem espaços de lazer e convívio para a população, promovendo a saúde física e mental dos habitantes. Essa proposta visa integrar a conservação ambiental com o desenvolvimento urbano sustentável, criando um ambiente mais resiliente e saudável para as gerações presentes e futuras.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de proteção das nascentes e recuperação de áreas verdes está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:



Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a um ambiente saudável e seguro.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana ao assegurar o acesso à água potável e criar espaços verdes para lazer e convívio, melhorando a qualidade de vida da comunidade.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade integral, ao proteger recursos hídricos, conservar a biodiversidade e mitigar os efeitos das mudanças climáticas, como as ilhas de calor urbanas.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A recuperação de áreas verdes e a proteção das nascentes garantem que todos os cidadãos tenham acesso a espaços naturais e de lazer, promovendo a inclusão social e a qualidade de vida.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A proposta envolve a participação ativa da comunidade na proteção das nascentes e recuperação das áreas verdes, através de programas de educação ambiental e de voluntariado, garantindo a transparência e a eficácia das ações.



Ações:

Plano de Recuperação e Monitoramento das Nascentes:

- Elaborar um plano abrangente que inclua a identificação das nascentes existentes, o fortalecimento da proteção legal e a intensificação das ações de fiscalização e combate à poluição.

Reflorestamento e Corredores Ecológicos:

- Recuperar as áreas degradadas através do reflorestamento com espécies nativas e da criação de corredores ecológicos que conectem fragmentos de habitats naturais, promovendo a biodiversidade e a resiliência ecológica.

Educação Ambiental e Conscientização:

- Desenvolver programas de educação ambiental para a comunidade, promovendo a conscientização sobre a importância da proteção das nascentes e incentivando a participação ativa na recuperação ambiental.

Monitoramento Contínuo:

- Implementar um sistema de monitoramento contínuo da qualidade da água e da biodiversidade nas áreas recuperadas, avaliando os impactos das ações de recuperação e ajustando as estratégias conforme necessário.

Resultados Esperados: Garantir a disponibilidade de água doce para a população e a manutenção do equilíbrio ecológico, promovendo a conservação da biodiversidade, a absorção de carbono, a redução das ilhas de calor e a melhoria da qualidade do ar. Além disso, espera-se criar espaços verdes que ofereçam oportunidades de lazer e convívio para a comunidade, contribuindo para a saúde e o bem-estar dos habitantes.



Indicadores de Sucesso: Melhoria da Qualidade da Água: Medida pela redução dos níveis de poluentes e pela melhoria dos parâmetros de qualidade da água.

Aumento da Cobertura Vegetal: Medido pela área reflorestada e pela densidade de vegetação nas áreas recuperadas.

Aumento do Fluxo de Água nas Nascentes: Medido pelo volume de água disponível nas nascentes recuperadas.

Recuperação da Diversidade de Espécies Aquáticas e Terrestres: Medida pelo aumento da biodiversidade e pelo retorno de espécies nativas às áreas recuperadas.

Redução da Presença de Resíduos Sólidos: Medida pela quantidade de resíduos removidos das áreas verdes e pela redução do descarte inadequado de lixo.

Satisfação da População: Medida pela percepção positiva da comunidade sobre a qualidade dos espaços verdes e a melhoria ambiental das nascentes.

3.3. Preservação e Promoção da Arborização Urbana.

Proposta 03: Promovendo a arborização radical, a denominada Cidade-Floresta

Objetivo: Promover o aumento significativo e sustentável da arborização urbana da cidade, através de um planejamento urbano estratégico. Essa iniciativa visa não apenas incrementar a quantidade de árvores, mas também melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, proporcionando benefícios ambientais, sociais e econômicos. A arborização urbana contribuirá para a mitigação das mudanças



climáticas, a melhoria da qualidade do ar, a redução das ilhas de calor e a criação de espaços públicos mais agradáveis e saudáveis.

Justificativa: A preservação e promoção da arborização urbana são essenciais para o desenvolvimento sustentável das cidades. Árvores urbanas desempenham um papel crucial na melhoria da qualidade do ar, na regulação da temperatura, na redução da poluição sonora e na promoção da biodiversidade. Além disso, áreas arborizadas oferecem espaços de lazer e convívio, promovendo a saúde física e mental da população. A revitalização da arborização urbana é uma medida estratégica para enfrentar os desafios ambientais e urbanos, contribuindo para a construção de uma cidade mais resiliente e sustentável.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de revitalização da arborização urbana está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a um ambiente saudável e seguro.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana, ao criar espaços verdes que melhoram a qualidade de vida, proporcionando sombra, conforto térmico e áreas de lazer para a população.

Sustentabilidade Integral:



Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade integral ao aumentar a cobertura vegetal, melhorar a qualidade do ar e contribuir para a mitigação das mudanças climáticas.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A arborização urbana garante que todos os cidadãos tenham acesso a espaços verdes, promovendo a inclusão social e a qualidade de vida.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A proposta envolve a participação ativa da comunidade na escolha e manutenção das áreas a serem arborizadas, garantindo a transparência e a eficácia das ações.

Ações:

Adotar Melhores Técnicas e Tecnologias de Plantio:

- Utilizar técnicas avançadas de plantio, incluindo o transplante de árvores jovens, que são mais resistentes e oferecem benefícios ambientais imediatos, como conforto térmico, purificação do ar e promoção da saúde física e mental.



Reduzir o Soterramento da Base das Árvores:

- Evitar o uso de materiais impermeáveis, como asfalto e concreto, na base das árvores, prevenindo danos estruturais e promovendo a saúde das árvores.

Avaliação Individualizada dos Espécimes Arbóreos:

- Realizar avaliações detalhadas das árvores existentes e devolver áreas permeáveis com materiais de baixo custo, garantindo a saúde e o crescimento das árvores.

Adotar Estratégia de Irrigação e Fertirrigação:

- Implementar sistemas de irrigação eficientes que incluam a fertirrigação, distribuindo água e nutrientes essenciais para as árvores, melhorando sua saúde e crescimento, e promovendo uma gestão eficiente dos recursos públicos.

Arborização nos viadutos:

- Introduzir plantas nas estruturas dos viadutos da cidade.

Resultados Esperados: Melhorar a saúde e o crescimento das árvores urbanas, promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos. Espera-se um aumento significativo na cobertura vegetal, melhoria da qualidade do ar, maior conforto térmico nas áreas urbanas e criação de espaços públicos mais agradáveis e saudáveis. Além disso, a iniciativa contribuirá para a conscientização ambiental e o engajamento da comunidade na preservação do meio ambiente.

Indicadores de Sucesso: Melhoria da Qualidade do Ar: Medida pela redução dos níveis de poluentes atmosféricos e pela melhoria dos parâmetros de qualidade do ar.



Aumento da Cobertura Vegetal: Medido pela área arborizada e pela densidade de vegetação nas áreas urbanas.

Maior Conforto Térmico: Medido pela redução das temperaturas em áreas arborizadas e pela percepção de conforto térmico da população.

Aumento na Diversidade de Espécies Arbóreas: Medido pela variedade de espécies plantadas e pela biodiversidade nas áreas urbanas.

Satisfação da População: Medida pela percepção positiva da comunidade sobre a qualidade dos espaços verdes e a melhoria ambiental das áreas arborizadas.

3.4. Valorização da Flora Nativa e do Paisagismo Regional

Proposta 04: Conhecimento das espécies nativas do bioma amazônico para compor a arborização e o paisagismo das ruas, avenidas, praças e parques da cidade.

Objetivo: Enriquecer a estética urbana e criar uma atmosfera que reflete a essência da Amazônia, promovendo a valorização da flora nativa e integrando-a ao paisagismo urbano. Essa iniciativa visa não apenas embelezar a cidade, como também fortalecer a identidade cultural e ambiental da região, contribuindo para a sustentabilidade e a biodiversidade local.

Justificativa: A valorização da flora nativa é fundamental para a preservação da biodiversidade e a promoção de um ambiente urbano sustentável. Utilizar espécies nativas no paisagismo urbano enriquece a estética da cidade e também oferece inúmeros benefícios ecológicos, como a adaptação ao clima local, a promoção da fauna nativa e a redução da necessidade de manutenção intensiva. Além disso, a integração da flora amazônica ao ambiente urbano for-



talece a identidade cultural da região, atraindo turistas e investimentos e impulsionando a economia local.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de valorização da flora nativa e do paisagismo regional está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a um ambiente saudável e culturalmente rico.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana, ao criar espaços verdes que refletem a identidade cultural da Amazônia, proporcionando um ambiente agradável e enriquecedor para a população.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade integral ao utilizar espécies nativas adaptadas ao clima local, reduzindo a necessidade de recursos para manutenção e promovendo a biodiversidade.

Espaço Físico Inclusivo:



Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A valorização da flora nativa garante que todos os cidadãos tenham acesso a espaços verdes que refletem a riqueza natural da região, promovendo a inclusão social e a qualidade de vida.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A proposta envolve a participação ativa da comunidade e de instituições de pesquisa na escolha e manutenção das espécies nativas, garantindo a transparência e a eficácia das ações.

Ações:

Realizar Estudos sobre Espécies Nativas:

- Conduzir pesquisas detalhadas sobre as características, necessidades e benefícios ecológicos das espécies nativas do bioma amazônico, estabelecendo parcerias com universidades e instituições de pesquisa.

Planejamento e Gestão da Arborização e Paisagismo:

- Utilizar os dados obtidos nos estudos para informar as decisões de planejamento e gestão da arborização e do paisagismo urbano, garantindo a utilização eficiente e sustentável das espécies nativas.

Capacitação e Educação Ambiental:

- Desenvolver programas de capacitação para gestores públicos e de educação ambiental para a comunidade, promovendo o conhecimento e a valorização das espécies nativas.

Monitoramento e Avaliação Contínua:



- Implementar um sistema de monitoramento contínuo para avaliar a saúde e o crescimento das plantas nativas, ajustando as estratégias conforme necessário para garantir o sucesso das ações.

Resultados Esperados: Atração de um maior número de turistas e investimentos, impulsionando o turismo e a economia local. Espera-se também um aumento significativo na utilização de espécies nativas no paisagismo urbano, maior taxa de sobrevivência das plantas nativas e expansão da área de cobertura vegetal com plantas nativas. Além disso, a iniciativa contribuirá para a conscientização ambiental e o engajamento da comunidade na preservação do meio ambiente.

Indicadores de Sucesso: Aumento na Utilização de Espécies Nativas: Medido pela quantidade de espécies nativas plantadas em áreas urbanas.

Maior Taxa de Sobrevivência das Plantas Nativas: Medida pela taxa de sobrevivência das plantas nativas após o plantio.

Expansão da Área de Cobertura Vegetal com Plantas Nativas: Medida pela área total coberta por plantas nativas nas ruas, avenidas, praças e parques da cidade.

Aumento no Número de Turistas: Medido pelo crescimento no número de visitantes atraídos pela valorização da flora nativa e do paisagismo regional.

Satisfação da População: Medida pela percepção positiva da comunidade sobre a qualidade dos espaços verdes e a valorização da flora nativa.



3.5. Fortalecimento da Fiscalização e do Combate aos Crimes Ambientais e Efetivação do Processo Sancionador Ambiental

Proposta 05: Combate aos Crimes e Proteção do Meio Ambiente

Objetivo: Fortalecer a fiscalização e o combate aos crimes ambientais, assegurando a proteção efetiva do meio ambiente em Manaus. Essa iniciativa visa aprimorar os mecanismos de controle e sanção, promovendo a preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade ambiental.

Justificativa: A proteção do meio ambiente é essencial para garantir a qualidade de vida das gerações presentes e futuras. O fortalecimento da fiscalização e do combate aos crimes ambientais é uma medida crucial para preservar os ecossistemas, prevenir a degradação ambiental e promover o desenvolvimento sustentável. A implementação de regras processuais claras e objetivas, bem como a aplicação rigorosa das sanções, são fundamentais para assegurar a eficácia das ações de proteção ambiental.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de combate aos crimes ambientais e proteção do meio ambiente está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:



Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a um ambiente saudável e seguro.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana, ao proteger o meio ambiente, garantindo um ambiente saudável e seguro para a população.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade integral, ao prevenir contra a degradação ambiental e assegurar a preservação dos recursos naturais.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A proteção do meio ambiente garante que todos os cidadãos tenham acesso a um ambiente saudável e seguro, promovendo a inclusão social e a qualidade de vida.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A proposta envolve a participação ativa da comunidade na fiscalização ambiental, garantindo a transparência e a eficácia das ações.

Ações:

Estabelecer Regras Processuais Claras e Objetivas:

- Definir regras processuais para os processos relacionados às infrações administrativas ambientais, com prazos bem definidos, respeito ao



contraditório e à ampla defesa, oportunidade de produção de provas, recursos e amplo acesso.

Implementar Protocolos para Providências em Casos de Condenação:

- Estabelecer protocolos claros para as providências a serem tomadas em casos de condenação, não cumprimento de medidas reparatórias e falta de pagamento de multas.

Capacitação de Agentes Fiscalizadores:

- Desenvolver programas de capacitação contínua para os agentes fiscalizadores, garantindo que estejam preparados para identificar e combater crimes ambientais de forma eficaz.

Engajamento Comunitário:

- Promover campanhas de conscientização e engajamento da comunidade na proteção ambiental, incentivando a denúncia de crimes ambientais e a participação ativa na fiscalização.

Uso de Tecnologias Avançadas:

- Implementar o uso de tecnologias avançadas, como drones e sistemas de monitoramento remoto, para aprimorar a fiscalização e a detecção de crimes ambientais.

Resultados Esperados: Aumento da eficácia no combate aos crimes ambientais e proteção efetiva do meio ambiente em Manaus. Espera-se uma redução significativa na ocorrência de crimes ambientais, maior rigor na aplicação das sanções e uma gestão mais eficiente dos recursos naturais. Além disso, a iniciativa contribuirá para a conscientização ambiental e o engajamento da comunidade na preservação do meio ambiente.



Indicadores de Sucesso: Diminuição da Ocorrência de Crimes Ambientais: Medida pela redução no número de crimes ambientais registrados.

Incremento no Número de Autuações e Infrações Ambientais: Medido pelo aumento no número de autuações e infrações ambientais registradas e aplicadas pela fiscalização.

Efetividade das Sanções Aplicadas: Medida pela taxa de cumprimento das medidas reparatórias e pagamento de multas.

Satisfação da População: Medida pela percepção positiva da comunidade sobre a eficácia das ações de fiscalização e proteção ambiental.

Engajamento Comunitário: Medido pelo número de denúncias de crimes ambientais feitas pela população e pela participação em campanhas de conscientização.

3.6. Fortalecimento das Ações de Combate às Lixeiras Viciadas

Proposta 06: Controle do descarte de resíduos

Objetivo: Realizar um levantamento detalhado para identificar e mapear as lixeiras viciadas dentro do município, implementando ações eficazes para seu controle e erradicação. Essa iniciativa visa promover a limpeza urbana e a sustentabilidade ambiental, garantindo um ambiente mais saudável para a população.

Justificativa: O descarte inadequado de resíduos em lixeiras viciadas representa um grave problema ambiental e de saúde pública. A identificação e o controle desses pontos críticos são essenciais para a promoção de um ambiente urbano limpo e sustentável. A implementação de medidas corretivas e preventivas, aliada à conscientização da comunidade, contribuirá significativamente para a erradicação das lixeiras viciadas e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.



Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de controle do descarte de resíduos está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o bem-estar de todos os habitantes, assegurando o direito a um ambiente limpo e saudável.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana, ao erradicar as lixeiras viciadas, proporcionando um ambiente urbano mais limpo e seguro para a população.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade integral, ao implementar práticas de descarte correto de resíduos e reduzir os impactos ambientais negativos.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.



Argumento: A erradicação das lixeiras viciadas garante que todos os cidadãos tenham acesso a um ambiente urbano limpo e bem cuidado, promovendo a inclusão social e a qualidade de vida.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A proposta envolve a participação ativa da comunidade na identificação e controle das lixeiras viciadas, garantindo a transparência e a eficácia das ações.

Ações:

Georreferenciamento dos Pontos Críticos:

- Realizar o mapeamento detalhado das lixeiras viciadas no município, utilizando tecnologias de georreferenciamento para identificar os pontos mais críticos.

Correção das Falhas no Sistema de Coleta:

- Implementar melhorias no sistema de coleta de resíduos, corrigindo falhas e garantindo a eficiência do serviço.

Intensificação da Fiscalização:

- Aumentar a fiscalização nos pontos críticos, aplicando sanções mais severas aos poluidores reincidentes.

Parcerias para Descarte Gratuito:

- Estabelecer parcerias com empresas e instituições, para disponibilizar pontos de descarte gratuito de materiais não recolhidos pelo sistema de coleta convencional, como resíduos de construção e demolição.

Instalação de Unidades de Deposição Comunitária:



- Instalar unidades de deposição comunitária em áreas críticas, oferecendo uma alternativa segura e acessível para o descarte de resíduos.

Campanhas de Conscientização:

- Promover campanhas de conscientização sobre a importância do descarte correto de resíduos e os impactos negativos das lixeiras viciadas.

Resultados Esperados: A erradicação das lixeiras viciadas, promovendo a limpeza urbana e um ambiente mais saudável e sustentável. Espera-se uma redução significativa no descarte inadequado de resíduos, melhoria na qualidade de vida da população e diminuição da proliferação de doenças associadas ao acúmulo de lixo.

Indicadores de Sucesso: Redução das Lixeiras Viciadas: Medida pela diminuição no número de pontos críticos de descarte inadequado de resíduos.

Manutenção da Limpeza Pública: Medida pela frequência e eficácia das ações de limpeza urbana.

Diminuição da Proliferação de Doenças: Medida pela redução na incidência de doenças relacionadas ao acúmulo de lixo.

Engajamento Comunitário: Medido pelo aumento na participação da comunidade em campanhas de conscientização e ações de limpeza.

Efetividade das Sanções Aplicadas: Medida pela taxa de cumprimento das sanções aplicadas aos poluidores reincidentes.

Proposta 07: Implementação de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) para Reciclagem nas Periferias de Manaus



Objetivo: Promover a sustentabilidade ambiental e a inclusão social através da implementação de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) para reciclagem em áreas periféricas de Manaus, garantindo a correta destinação dos resíduos e a conscientização ambiental da população, com base em metodologia desenvolvida pelo Instituto Rebbú (instituição sem fins lucrativos).

Justificativa: A falta de PEVs em áreas estratégicas de Manaus, especialmente nas periferias, resulta em descarte inadequado de resíduos, causando impactos ambientais significativos, como poluição de rios e igarapés, riscos de alagamentos e doenças. A implementação de PEVs nessas áreas é essencial para promover a reciclagem, reduzir a poluição e melhorar a qualidade de vida da população.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação:



A proposta de implementação de Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) para reciclagem nas periferias de Manaus está alinhada com as diretrizes do plano de governo, promovendo uma abordagem inovadora e inclusiva para a gestão de resíduos sólidos. Essa iniciativa atende às necessidades ambientais e fortalece a coesão social e a participação cidadã, conforme detalhado a seguir:

Promoção da Dignidade Humana:

Essa proposta visa garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua localização, tenham acesso a serviços públicos de qualidade e um ambiente saudável. A instalação de PEVs nas periferias assegura que a população tenha meios adequados para o descarte de resíduos, promovendo um ambiente mais limpo e saudável, o que é fundamental para a dignidade humana.



Sustentabilidade Integral:

A implementação dos PEVs está diretamente ligada ao desenvolvimento de políticas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental. A reciclagem contribui para a sustentabilidade ambiental ao reduzir a quantidade de resíduos enviados aos aterros sanitários e a poluição. Além disso, pode gerar oportunidades econômicas, através da criação de empregos verdes, fortalecendo a economia local de maneira sustentável.

Espaço Físico Inclusivo:

Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e segura é uma diretriz central do plano de governo. A instalação de PEVs em áreas periféricas garante que todos os cidadãos tenham acesso a pontos de coleta de resíduos, promovendo a inclusão social e a equidade no acesso aos serviços públicos. Essa ação assegura que as necessidades de todos os segmentos da sociedade sejam atendidas.

Gestão Transparente e Participativa:

A proposta promove a gestão transparente e participativa ao envolver a população e os *stakeholders* nos processos decisórios. A implementação de PEVs com a participação da comunidade local e a transparência nas ações de coleta e reciclagem promovem a confiança e a colaboração entre o governo e a população. Essa abordagem participativa é essencial para o sucesso e a sustentabilidade das políticas públicas.

Ações:

- Realizar um mapeamento dos bairros de Manaus para identificar as áreas mais afetadas pela falta de reciclagem e descarte inadequado de resíduos.

Escuta das Comunidades:

- Engajar as comunidades locais para identificar suas necessidades e dificuldades relacionadas ao descarte de resíduos e à utilização dos PEVs.



Implementação dos PEVs:

- Instalar PEVs nos locais mapeados e indicados pelas comunidades, garantindo que sejam de fácil acesso e bem distribuídos nas áreas periféricas.

Educação Ambiental:

- Orientar a comunidade sobre o que são PEVs, como utilizá-los corretamente e a importância da separação dos resíduos para a reciclagem.
- Promover campanhas de conscientização e capacitação sobre práticas sustentáveis e a importância da reciclagem.

Acompanhamento Periódico:

- Realizar pesquisas periódicas com as comunidades para avaliar a eficácia dos PEVs, a redução de lixo e o impacto ambiental.
- Ajustar e expandir os serviços de coleta seletiva conforme necessário, com base no feedback das comunidades.

Resultados Esperados: Redução significativa do descarte inadequado de resíduos em rios e igarapés.

Aumento na taxa de reciclagem nas áreas periféricas de Manaus.

Melhoria na qualidade de vida e no ambiente urbano das comunidades periféricas.

Maior conscientização e engajamento da população em práticas sustentáveis e de reciclagem.



Indicadores de Sucesso: Taxa de Reciclagem: Percentual de resíduos reciclados nas áreas atendidas pelos PEVs comparado ao período anterior à implementação.

Redução do Descarte Inadequado: Quantidade de resíduos coletados nos PEVs *versus* quantidade de resíduos encontrados em rios e igarapés.

Engajamento da Comunidade: Número de participantes em campanhas de educação ambiental e feedback positivo das comunidades sobre a utilização dos PEVs.

Impacto Ambiental: Redução nos casos de alagamentos e doenças relacionadas ao descarte inadequado de resíduos.

3.7. Uso da Tecnologia e Inovação para a Gestão Integrada dos Resíduos

Sólidos

Proposta 08: Desenvolvimento de plataformas digitais para monitoramento, rastreamento e gerenciamento de todo o ciclo dos resíduos sólidos, desde a geração até a disposição final.

Objetivo: Garantir a cobertura completa do serviço de coleta de lixo em todas as áreas do município, utilizando tecnologia e inovação para monitorar, rastrear e gerenciar todo o ciclo dos resíduos sólidos, desde a geração até a disposição final.

Justificativa: A gestão eficiente dos resíduos sólidos é fundamental para a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida urbana. A implementação de plataformas digitais permitirá um controle mais preciso e eficaz do ciclo de resíduos, identificando e corrigindo falhas no serviço de coleta, reduzindo o descarte inadequado e melhorando a limpeza urbana. Essa abordagem inovadora contri-



buirá para a criação de um ambiente mais limpo e saudável, além de promover a inclusão social e a participação comunitária.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de uso da tecnologia e inovação para a gestão integrada dos resíduos sólidos está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar o direito a um ambiente limpo e saudável para todos os cidadãos

Argumento: A proposta promove a dignidade humana, ao garantir que todas as áreas do município sejam atendidas pelo serviço de coleta de lixo, proporcionando um ambiente urbano mais limpo e seguro.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade integral, ao implementar um sistema inteligente de gestão de resíduos, reduzindo o impacto ambiental e promovendo práticas sustentáveis.

Espaço Físico Inclusivo:



Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A gestão eficiente dos resíduos sólidos garante que todos os cidadãos tenham acesso a um serviço de coleta de lixo eficaz, promovendo a inclusão social e a qualidade de vida.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A proposta envolve a participação ativa da comunidade na gestão dos resíduos sólidos, garantindo a transparência e a eficácia das ações.

Ações:

Implementação de Sistema Inteligente:

- Desenvolver e implementar um sistema inteligente de monitoramento, rastreamento e gerenciamento de resíduos sólidos, utilizando tecnologias como IoT (Internet das Coisas), big data e inteligência artificial.

Identificação e Correção de Falhas:

- Utilizar o sistema inteligente para identificar e corrigir falhas no serviço de coleta de resíduos domésticos, garantindo a cobertura completa em todas as áreas do município.

Capacitação de Agentes:

- Capacitar os agentes de coleta e gestão de resíduos para o uso das novas tecnologias, garantindo a eficiência e a eficácia do sistema.

Engajamento Comunitário:



- Promover campanhas de conscientização e engajamento da comunidade na gestão dos resíduos sólidos, incentivando a participação ativa e a responsabilidade compartilhada.

Parcerias Estratégicas:

- Estabelecer parcerias com empresas de tecnologia, universidades e organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento e implementação das plataformas digitais.

Resultados Esperados: A erradicação das lixeiras viciadas e a redução da dispersão de resíduos domésticos ao longo das vias públicas. Espera-se uma melhoria significativa na limpeza urbana, aumento da eficiência do serviço de coleta de lixo e maior engajamento da comunidade na gestão dos resíduos sólidos.

Indicadores de Sucesso: Redução das Lixeiras Viciadas: Medida pela diminuição no número de pontos críticos de descarte inadequado de resíduos.

Diminuição do Descarte Incorreto: Medida pela redução na quantidade de resíduos descartados incorretamente ao longo das vias públicas.

Aumento da Cobertura de Coleta: Medido pelo aumento no número de pessoas com acesso ao serviço de coleta de lixo.

Eficiência do Serviço de Coleta: Medida pela frequência e eficácia das ações de coleta de resíduos.

Engajamento Comunitário: Medido pelo aumento na participação da comunidade em campanhas de conscientização e ações de gestão de resíduos.



3.8. Promoção da Coleta Seletiva, da Reciclagem e da Logística Reversa

Proposta 09: Sustentabilidade através da Reciclagem e Logística Reversa

Objetivo: Promover a coleta seletiva, a reciclagem e a logística reversa em todas as áreas do município, utilizando tecnologia e inovação para monitorar, rastrear e gerenciar todo o ciclo dos resíduos sólidos, desde a geração até a disposição final.

Justificativa: A gestão eficiente dos resíduos sólidos é fundamental para a sustentabilidade ambiental e a qualidade de vida urbana. A promoção da coleta seletiva e da reciclagem, aliada à implementação de práticas de logística reversa, permitirá um controle mais preciso e eficaz do ciclo de resíduos, reduzindo o descarte inadequado e melhorando a limpeza urbana. Essa abordagem inovadora contribuirá para a criação de um ambiente mais limpo e saudável, além de promover a inclusão social e a participação comunitária.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de promoção da coleta seletiva, reciclagem e logística reversa está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação.

Promoção da Dignidade Humana:



Diretriz: Assegurar o direito a um ambiente limpo e saudável para todos os cidadãos.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana, ao garantir que todas as áreas do município sejam atendidas por serviços de coleta seletiva e reciclagem, proporcionando um ambiente urbano mais limpo e seguro.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade integral, ao implementar práticas de reciclagem e logística reversa, reduzindo o impacto ambiental e promovendo práticas sustentáveis.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A gestão eficiente dos resíduos sólidos garante que todos os cidadãos tenham acesso a serviços de coleta seletiva e reciclagem, promovendo a inclusão social e a qualidade de vida.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A proposta envolve a participação ativa da comunidade na gestão dos resíduos sólidos, garantindo a transparência e a eficácia das ações.

Ações:

Implementação de Sistema Inteligente:



- Desenvolver e implementar um sistema inteligente de monitoramento, rastreamento e gerenciamento de resíduos sólidos, utilizando tecnologias como IoT (Internet das Coisas), big data e inteligência artificial.

Promoção da Coleta Seletiva:

- Estabelecer pontos de coleta seletiva em todas as áreas do município, incentivando a separação correta dos resíduos.

Desenvolvimento de Programas de Reciclagem:

- Criar e apoiar programas de reciclagem que envolvam a comunidade e empresas locais, promovendo a reutilização de materiais.

Logística Reversa:

- Implementar práticas de logística reversa, garantindo que produtos e materiais retornem ao ciclo produtivo após o uso.

Capacitação de Agentes:

- Capacitar os agentes de coleta e gestão de resíduos para o uso das novas tecnologias e práticas, garantindo a eficiência e a eficácia do sistema.

Engajamento Comunitário:

- Promover campanhas de conscientização e engajamento da comunidade na coleta seletiva, reciclagem e logística reversa, incentivando a participação ativa e a responsabilidade compartilhada.

Parcerias Estratégicas:

- Estabelecer parcerias com empresas de tecnologia, universidades e organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento e implementação das plataformas digitais e programas de reciclagem.



Resultados Esperados: A erradicação das lixeiras viciadas e a redução da dispersão de resíduos domésticos ao longo das vias públicas. Espera-se uma melhoria significativa na limpeza urbana, aumento da eficiência do serviço de coleta de lixo, maior engajamento da comunidade na gestão dos resíduos sólidos e um aumento na taxa de reciclagem.

Indicadores de Sucesso: Redução das Lixeiras Viciadas: Medida pela diminuição no número de pontos críticos de descarte inadequado de resíduos.

Diminuição do Descarte Incorreto: Medida pela redução na quantidade de resíduos descartados incorretamente ao longo das vias públicas.

Aumento da Cobertura de Coleta Seletiva: Medido pelo aumento no número de pessoas com acesso ao serviço de coleta seletiva.

Taxa de Reciclagem: Medida pelo aumento na quantidade de resíduos reciclados.

Eficiência do Serviço de Coleta: Medida pela frequência e eficácia das ações de coleta de resíduos.

Engajamento Comunitário: Medido pelo aumento na participação da comunidade em campanhas de conscientização e ações de gestão de resíduos.

3.9. Encerramento do Lixão e Transição para um Aterro Sanitário

Proposta 10: Mitigação do impacto ambiental através de práticas de gestão de resíduos adequadas.



Objetivo: Diminuir os impactos ambientais e melhorar as condições de vida dos manauaras, por meio do encerramento do lixão e da transição para um aterro sanitário tecnicamente adequado.

Justificativa: A gestão inadequada de resíduos sólidos no lixão municipal tem causado sérios impactos ambientais e riscos à saúde pública. A transição para um aterro sanitário, que atenda a todos os requisitos técnicos e ambientais, é essencial para mitigar esses impactos, promover a sustentabilidade e melhorar a qualidade de vida da população de Manaus. Essa ação é crucial para assegurar um ambiente mais limpo e saudável, além de fortalecer a gestão integrada de resíduos sólidos.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de encerramento do lixão e transição para um aterro sanitário está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar o direito a um ambiente limpo e saudável para todos os cidadãos.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana, ao eliminar os riscos à saúde pública associados ao lixão, proporcionando um ambiente urbano mais limpo e seguro.

Sustentabilidade Integral:



Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade integral ao implementar práticas de gestão de resíduos que minimizem os impactos ambientais e promovam a utilização racional dos recursos.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A transição para um aterro sanitário garante que o uso do solo urbano seja feito de maneira sustentável e segura, beneficiando toda a comunidade

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A proposta envolve a participação ativa da comunidade na transição para um aterro sanitário, garantindo a transparência e a eficácia das ações.

Ações:

Desativação do Lixão:

- Desativar, o mais brevemente possível, o atual lixão municipal, interrompendo o descarte inadequado de resíduos.

Transição para Aterro Sanitário:

- Planejar e implementar a transição para um aterro sanitário que esteja em total conformidade com as características e requisitos técnicos estabelecidos.



Capacitação de Profissionais:

- Capacitar os profissionais envolvidos na gestão de resíduos, a fim de garantir a operação eficiente e segura do novo aterro sanitário.

Monitoramento Ambiental:

- Implementar um sistema de monitoramento contínuo para avaliar os impactos ambientais e garantir a conformidade com as normas ambientais.

Engajamento Comunitário:

- Promover campanhas de conscientização e engajamento da comunidade sobre a importância da transição para um aterro sanitário e os benefícios associados.

Parcerias Estratégicas:

- Estabelecer parcerias com empresas especializadas, universidades e organizações da sociedade civil, para apoiar a transição e a gestão do novo aterro sanitário.

Resultados Esperados: A redução significativa dos impactos ambientais e a melhoria das condições de vida dos manauaras. Espera-se uma diminuição da poluição, dos riscos à saúde pública e uma melhoria na qualidade do ar e da água, além de um ambiente urbano mais limpo e seguro.

Indicadores de Sucesso: Diminuição da Poluição: Medida pela redução dos níveis de poluentes no solo, ar e água nas áreas adjacentes ao antigo lixão.

Redução dos Riscos à Saúde Pública: Medida pela diminuição dos casos de doenças relacionadas ao descarte inadequado de resíduos.



Eficiência do Aterro Sanitário: Medida pela conformidade do novo aterro sanitário aos requisitos técnicos e ambientais estabelecidos.

Engajamento Comunitário: Medido pelo aumento na participação da comunidade em campanhas de conscientização e ações relacionadas à gestão de resíduos.

Qualidade de Vida: Medida pela melhoria nas condições de vida dos manauaras, avaliada por meio de pesquisas de satisfação e indicadores de saúde pública.

3.10. Elaboração do Plano de Emergência da Qualidade do Ar e Integração dos Sistemas de Monitoramento

Proposta 11: Monitoramento contínuo da qualidade do ar para avaliar tendências, identificar áreas de risco e tomar medidas preventivas apropriadas

Objetivo: Desenvolver e implementar medidas preventivas para minimizar episódios de poluição do ar severa e situações de emergência, garantindo a proteção da saúde pública e a qualidade de vida dos manauaras.

Justificativa: A qualidade do ar é um fator crucial para a saúde pública e o bem-estar da população. Episódios de poluição severa, como aqueles causados por queimadas, podem ter efeitos devastadores na saúde das pessoas, especialmente das mais vulneráveis. A elaboração de um Plano de Emergência para a Qualidade do Ar, aliada ao monitoramento contínuo, permitirá a antecipação de riscos e a implementação de medidas preventivas eficazes, protegendo a população e promovendo um ambiente mais saudável.



Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de monitoramento contínuo da qualidade do ar e elaboração de um Plano de Emergência está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar o direito a um ambiente limpo e saudável para todos os cidadãos.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana ao garantir que a população seja protegida de episódios de poluição do ar, proporcionando um ambiente mais seguro e saudável.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade integral, ao implementar um sistema de monitoramento e resposta que minimiza os impactos ambientais e protege a saúde pública.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.



Argumento: A gestão eficiente da qualidade do ar garante que todos os cidadãos tenham acesso a um ambiente saudável, promovendo a inclusão social e a qualidade de vida.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A proposta envolve a participação ativa da comunidade na monitorização da qualidade do ar e na resposta a emergências, garantindo a transparência e a eficácia das ações.

Ações:

Elaboração do Plano de Emergência:

- Desenvolver um Plano de Emergência para a Qualidade do Ar, que inclua procedimentos claros e protocolos de resposta, para lidar com eventos de má qualidade do ar.

Monitoramento Contínuo:

- Realizar o monitoramento contínuo da qualidade do ar em pontos estratégicos da cidade, utilizando tecnologias avançadas para medir e analisar os níveis de poluentes atmosféricos.

Integração dos Sistemas de Monitoramento:

- Integrar os sistemas de monitoramento da qualidade do ar disponíveis, criando uma rede eficiente de coleta e análise de dados.

Comunicação Antecipada:

- Implementar um sistema de comunicação antecipada e efetiva para informar a população sobre quaisquer emergências de saúde pública relacionadas à qualidade do ar.



Capacitação e Preparação:

- Capacitar escolas, órgãos públicos, empresas e a comunidade em geral, para se prepararem e se protegerem da exposição à fumaça tóxica e a outros poluentes.

Parcerias Estratégicas:

- Estabelecer parcerias com instituições de pesquisa, universidades e organizações da sociedade civil, a fim de apoiar o monitoramento e a gestão da qualidade do ar.

Resultados Esperados: Redução na Exposição a Poluentes: Medida pela diminuição na exposição da população a níveis perigosos de poluentes atmosféricos durante episódios de má qualidade do ar.

Indicadores de Sucesso: Redução na Exposição a Poluentes: Medido pela diminuição na exposição da população a níveis perigosos de poluentes atmosféricos durante episódios de má qualidade do ar.

Tempo de Resposta: Medido pelo tempo médio entre a detecção de uma situação de emergência na qualidade do ar e a ativação das medidas de resposta.

Eficiência do Monitoramento: Medida pela precisão e abrangência dos dados coletados pelos sistemas de monitoramento da qualidade do ar.

Engajamento Comunitário: Medido pelo aumento na participação da comunidade em campanhas de conscientização e ações de resposta a emergências de qualidade do ar.

Satisfação da População: Medida através de pesquisas de satisfação e indicadores de saúde pública, avaliando a percepção da população sobre a qualidade do ar e as medidas de proteção implementadas.



3.11. Desenvolvimento de Parcerias com Instituições de Ensino Superior e Institutos de Pesquisa para Sustentabilidade e Meio Ambiente

Proposta 12: Novas tecnologias e soluções inovadoras para a gestão sustentável dos recursos naturais e a proteção ambiental.

Objetivo: Aprofundar a compreensão dos problemas ambientais locais, identificar e implementar melhores práticas de gestão ambiental, além de promover a formação de profissionais qualificados na área ambiental, através de parcerias com instituições de ensino superior e institutos de pesquisa.

Justificativa: A proposta de desenvolvimento de parcerias com instituições de ensino superior e institutos de pesquisa está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de desenvolvimento de parcerias com instituições de ensino superior e institutos de pesquisa está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:



Diretriz: Assegurar o direito a um ambiente limpo e saudável para todos os cidadãos.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana, ao desenvolver tecnologias e práticas que melhoram a qualidade ambiental, beneficiando a saúde e o bem-estar da população.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade integral, ao fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de soluções que utilizam os recursos naturais de maneira eficiente e sustentável.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: As parcerias com instituições de ensino e pesquisa garantem que as soluções desenvolvidas sejam inclusivas e atendam às necessidades de toda a comunidade.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A proposta envolve a participação de diversos atores na pesquisa e desenvolvimento de soluções ambientais, promovendo a transparência e a colaboração.



Ações:

Estabelecimento de Parcerias:

- Firmar parcerias colaborativas com instituições privadas, universidades (especialmente a Universidade Federal do Amazonas – UFAM e a Universidade do Estado do Amazonas – UEA) e institutos de pesquisa.

Projetos de Pesquisa Conjuntos:

- Desenvolver e implementar projetos de pesquisa conjuntos que abordam os principais desafios ambientais de Manaus.

Troca de Conhecimentos e Tecnologias:

- Facilitar a troca de conhecimentos e tecnologias entre as instituições parceiras, promovendo a inovação e a aplicação prática das pesquisas.

Formação de Profissionais:

- Promover programas de formação e capacitação para estudantes, pesquisadores e profissionais na área ambiental.

Divulgação Científica:

- Incentivar a publicação de resultados de pesquisas em revistas científicas e a participação em conferências e eventos acadêmicos.

Monitoramento e Avaliação:

- Implementar um sistema de monitoramento e avaliação para acompanhar o progresso das parcerias e os resultados das pesquisas.

Resultados Esperados: Desenvolvimento de novas tecnologias e soluções inovadoras para a gestão sustentável dos recursos naturais e a proteção ambiental, além da formação de profissionais qualificados e a produção de conhecimento científico relevante.



Indicadores de Sucesso: Quantidade de Parcerias Firmadas: Número de parcerias estabelecidas com instituições de ensino superior e institutos de pesquisa.

Desenvolvimento de Tecnologias Inovadoras: Número de tecnologias e soluções inovadoras desenvolvidas através das parcerias.

Publicações Científicas: Quantidade e qualidade das publicações científicas resultantes das pesquisas colaborativas.

Capacitação de Profissionais: Número de estudantes, pesquisadores e profissionais capacitados através das parcerias.

Aplicação Prática das Pesquisas: Medida pelo impacto e aplicação prática das soluções desenvolvidas nas políticas públicas e na gestão ambiental de Manaus.

3.12. Reestruturação dos Parques Municipais

Proposta 13: Modernização dos Parques Municipais com Foco em Acessibilidade, Segurança e Educação Ambiental

Objetivo: Potencializar o fluxo de frequentadores dos parques municipais, proporcionando aos manauaras mais opções de lazer de qualidade, com foco na acessibilidade, segurança e educação ambiental.

Justificativa: A reestruturação dos parques municipais é essencial para oferecer aos cidadãos de Manaus espaços de lazer inclusivos, seguros e educativos. Com poucas opções de lazer atualmente disponíveis, a modernização dos parques pode melhorar significativamente a qualidade de vida da população, promover a sustentabilidade e fortalecer a conscientização ambiental.



Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de modernização dos parques municipais está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar o direito ao lazer, à segurança e à educação ambiental para todos os cidadãos.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana, ao proporcionar espaços de lazer acessíveis e seguros, além de promover a educação ambiental.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade integral ao incorporar práticas sustentáveis e ao fomentar a educação ambiental nos parques municipais.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A modernização dos parques garante que todos os cidadãos, incluindo aqueles com necessidades especiais, tenham acesso a espaços de lazer de qualidade.



Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A proposta envolve a participação da comunidade na gestão e utilização dos parques, promovendo a transparência e a colaboração.

Ações:

Acessibilidade:

- Realizar investimentos para a instalação de rampas, calçadas adequadas e banheiros acessíveis.
- Adaptar trilhas e equipamentos para garantir a acessibilidade a todos os frequentadores.

Segurança:

- Implantar medidas de segurança, como a instalação de sistemas de videomonitoramento e iluminação adequada.
- Estabelecer uma cooperação estreita entre a Guarda Municipal e a Polícia Militar para a proteção dos frequentadores.

Educação Ambiental:

- Implantar um programa de atendimento em educação ambiental nos parques municipais.
- Realizar campanhas de conscientização ambiental e disponibilizar pontos de coleta seletiva.

Utilizar mobiliários produzidos a partir de materiais recicláveis e promover práticas sustentáveis em colaboração com organizações do terceiro setor.



Parcerias:

- Fortalecer as parcerias com o setor privado para a concessão de espaços em parques e praças.
- Aprimorar os serviços turísticos e promover eventos esportivos, culturais, artísticos, educacionais e de proteção animal, harmonizando essas iniciativas com os fatores ambientais dos espaços.

Resultados Esperados: Melhorar os indicadores de qualidade dos parques municipais, especialmente em relação à acessibilidade, segurança e educação ambiental, proporcionando espaços de lazer inclusivos e sustentáveis para a população.

Indicadores de Sucesso:

Acessibilidade:

Percentual de áreas dos parques adaptadas para acessibilidade, como rampas, trilhas acessíveis e equipamentos adaptados.

Número de visitantes com necessidades especiais que utilizam as novas instalações acessíveis.

Segurança:

Redução no número de incidentes reportados nos parques após a modernização.

Avaliação da implementação de medidas de segurança, como iluminação adequada, câmeras de vigilância e presença de guarda-parques.

Educação Ambiental:

Número de programas educacionais e eventos ambientais realizados nos parques modernizados.



Participação da comunidade e das escolas locais em atividades de educação ambiental.

Melhoria da Infraestrutura :

Avaliação da condição e funcionalidade das novas estruturas e equipamentos instalados nos parques.

Feedback positivo dos usuários sobre a qualidade das novas instalações.

3.13. Educação Ambiental e Campanhas Educativas com o Terceiro Setor

Proposta 14: Incentivo à Participação Comunitária

Objetivo: Sensibilizar a população sobre a importância da conservação ambiental e a adoção de práticas sustentáveis, além de educar diferentes grupos sociais, incluindo crianças, jovens, adultos e idosos, sobre temas ambientais relevantes.

Justificativa: A educação ambiental é fundamental para promover a conscientização e a responsabilidade ecológica entre os cidadãos. Ao envolver a comunidade e o terceiro setor, podemos criar uma rede de apoio e ação, que fortalece a conservação ambiental e a adoção de práticas sustentáveis. Essa abordagem colaborativa é essencial para alcançar um impacto duradouro e significativo na preservação do meio ambiente.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de incentivo à participação comunitária em educação ambiental está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar o direito a um ambiente limpo e saudável para todos os cidadãos.

Argumento: A proposta promove a dignidade humana, ao educar a população sobre a importância da conservação ambiental, melhorando a qualidade de vida de todos.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta promove a sustentabilidade integral, ao incentivar práticas sustentáveis e a conservação ambiental através da educação e do engajamento comunitário.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e participativa, integrando as necessidades e aspirações de todos os segmentos da sociedade.

Argumento: A educação ambiental inclusiva garante que todos os grupos sociais, independentemente de idade ou condição socioeconômica, sejam informados e capacitados para contribuir com a conservação ambiental.



Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios, garantindo a transparência das ações governamentais.

Argumento: A proposta envolve a comunidade e o terceiro setor na implementação de iniciativas de educação ambiental, promovendo a transparência e a participação ativa.

Ações:

Programas de Educação Ambiental:

- Promover programas de educação ambiental nas escolas e na comunidade, visando aumentar a conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente e incentivar práticas sustentáveis.

Engajamento Comunitário:

- Engajar a comunidade na conservação e recuperação ambiental por meio de programas de voluntariado e parcerias com organizações locais.

Capacitação do Terceiro Setor:

- Capacitar organizações do terceiro setor para liderar e implementar iniciativas de educação ambiental de forma eficaz.

Campanhas Educativas:

- Realizar campanhas educativas sobre temas ambientais relevantes, utilizando diversos meios de comunicação para alcançar diferentes grupos sociais.

Eventos e Atividades:

- Organizar eventos e atividades que promovam a educação ambiental, como oficinas, palestras, mutirões de limpeza e plantio de árvores.



Resultados Esperados: Capacitar organizações do terceiro setor para liderar e implementar iniciativas de educação ambiental de forma eficaz, aumentar o nível de conhecimento e conscientização ambiental entre os participantes das campanhas e garantir a continuidade e sustentabilidade das iniciativas de educação ambiental após o término das campanhas.

Indicadores de Sucesso:

Nível de Conhecimento e Conscientização Ambiental:

- Melhoria no nível de conhecimento e conscientização ambiental entre os participantes das campanhas, medida por meio de pesquisas e avaliações antes e depois das atividades.

Capacitação do Terceiro Setor:

- Número de organizações do terceiro setor capacitadas para liderar e implementar iniciativas de educação ambiental.

Engajamento Comunitário:

- Número de voluntários e participantes envolvidos em programas de conservação e recuperação ambiental.

Sustentabilidade das Iniciativas:

- Continuidade e sustentabilidade das iniciativas de educação ambiental após o término das campanhas, avaliadas pelo número de projetos e atividades mantidas a longo prazo.

Impacto das Campanhas Educativas:

- Avaliação do impacto das campanhas educativas, incluindo a quantidade de eventos realizados, a participação da comunidade e o alcance das mensagens ambientais.



3.14. Adesão de Manaus à campanha “Corrida para Zero Emissões” (*Race to Zero*) da Organização das Nações Unidas (ONU)

Proposta 15: Compromisso internacional com o desenvolvimento sustentável

Objetivo: Reafirmar o protagonismo ambiental de Manaus e demonstrar seu comprometimento com o desenvolvimento sustentável, aderindo à campanha “Corrida para Zero Emissões” (*Race to Zero*) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Justificativa: A adesão de Manaus à campanha *Race to Zero* é um passo crucial para posicionar a cidade como líder em sustentabilidade e combate às mudanças climáticas. Esse compromisso internacional destaca a responsabilidade de Manaus em reduzir suas emissões de gases de efeito estufa (GEE) e promover um desenvolvimento sustentável, beneficiando tanto a população local quanto o meio ambiente global.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de adesão à campanha *Race to Zero* está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar um ambiente saudável e seguro para todos os cidadãos.



Argumento: A redução das emissões de GEE melhora a qualidade do ar e a saúde pública, promovendo a dignidade humana.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A adesão à campanha *Race to Zero* promove a sustentabilidade integral ao estabelecer metas claras para a redução das emissões de GEE e ao implementar estratégias para alcançar essas metas.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A implementação de um plano de ação climática contribui para a criação de um espaço urbano mais sustentável e resiliente.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A adesão à campanha *Race to Zero* envolve a comunidade e os stakeholders na definição e acompanhamento das metas de redução de emissões.

Ações:

Comprometimento Público:

- Declarar publicamente o comprometimento oficial da cidade de Manaus em aderir à campanha *Race to Zero*.

Estabelecimento de Metas:



- Estabelecer metas específicas e mensuráveis de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) para um prazo determinado, alinhadas com as diretrizes da campanha *Race to Zero*.

Plano de Ação Climática:

- Desenvolver e implementar um plano de ação climática robusto e abrangente que detalhe as estratégias e medidas para alcançar a meta de zero emissões.

Monitoramento e Relatórios:

- Implementar um sistema de monitoramento e relatórios para acompanhar o progresso das metas de redução de emissões e garantir a transparência das ações.

Engajamento Comunitário:

- Promover o engajamento da comunidade e dos stakeholders na definição, implementação e acompanhamento das metas de redução de emissões.

Resultados Esperados: Neutralizar as emissões de gases de efeito estufa até 2050, posicionando Manaus como uma cidade líder em sustentabilidade e ação climática.

Indicadores de Sucesso: Reconhecimento e participação ativa de Manaus em eventos e iniciativas internacionais relacionadas à campanha *Race to Zero* da ONU, além da redução das emissões de gases de efeito estufa.

3.15. Promoção de Modelos Produtivos Sustentáveis e Geração de Empregos Verdes

Proposta 16: Medidas que promovam o desenvolvimento sustentável.



Objetivo: Demonstrar que o futuro de Manaus está alinhado com o desenvolvimento sustentável, promovendo práticas produtivas que respeitem o meio ambiente e gerem empregos verdes.

Justificativa: A promoção de modelos produtivos sustentáveis é essencial para garantir um desenvolvimento econômico que não comprometa os recursos naturais e a qualidade de vida das futuras gerações. Ao incentivar práticas sustentáveis e a criação de empregos verdes, Manaus pode se posicionar como uma cidade inovadora e comprometida com a sustentabilidade, gerando benefícios ambientais, econômicos e sociais.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de promoção de modelos produtivos sustentáveis e geração de empregos verdes está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar oportunidades de emprego digno e sustentável para todos os cidadãos.

Argumento: A criação de empregos verdes promove a dignidade humana ao oferecer oportunidades de trabalho que contribuem para a preservação ambiental e o bem-estar da comunidade.

Sustentabilidade Integral:



Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta incentiva práticas produtivas sustentáveis que minimizem o impacto ambiental, promovendo a sustentabilidade integral.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A promoção de modelos produtivos sustentáveis contribui para a criação de um espaço urbano mais sustentável e resiliente.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A proposta envolve a comunidade e os stakeholders na definição e implementação de práticas produtivas sustentáveis, promovendo a transparência e a participação ativa.

Ações:

Incentivo a Projetos Sustentáveis:

- Incentivar, apoiar e priorizar projetos e atividades econômicas sustentáveis, simplificando os processos de licenciamento ambiental e facilitando a criação dos chamados “empregos verdes”.

Estímulo a Setores Sustentáveis:

- Estimular postos de trabalho em setores como energia renovável, construção sustentável, gestão de resíduos, saneamento básico, entre outros, gerando impactos positivos tanto para o meio ambiente quanto para a economia e a sociedade.



Capacitação e Formação:

- Promover programas de capacitação e formação profissional para preparar a força de trabalho para os empregos verdes, garantindo que os cidadãos tenham as habilidades necessárias para atuar em setores sustentáveis.

Parcerias Estratégicas:

- Estabelecer parcerias com empresas, ONGs e instituições de ensino, a fim de desenvolver e implementar projetos de sustentabilidade e geração de empregos verdes.

Monitoramento e Avaliação:

- Implementar um sistema de monitoramento e avaliação para acompanhar o progresso das iniciativas de promoção de modelos produtivos sustentáveis e geração de empregos verdes.

Resultados Esperados: Promover práticas industriais, agrícolas e comerciais que minimizem o impacto ambiental, como uso eficiente de recursos e redução de resíduos e emissões, além de gerar novos empregos em setores sustentáveis.

Indicadores de Sucesso: Geração de Empregos Verdes: Número de novos empregos gerados em setores sustentáveis e verdes.

Redução no Consumo de Recursos Naturais: Percentual de redução no consumo de recursos naturais por unidade de produção.

Adoção de Práticas Sustentáveis: Número de empresas adotando práticas sustentáveis e verdes, como eficiência energética e gestão de resíduos.

Capacitação e Formação: Número de cidadãos capacitados e formados para atuarem em empregos verdes.



Parcerias e Projetos: Número de parcerias estabelecidas e projetos desenvolvidos em colaboração com empresas, ONGs e instituições de ensino.

3.16. Promoção de Políticas para Fontes de Energia Limpa e Renovável

Proposta 17: Investimentos em Energia Limpa

Objetivo: Integrar as ações e os projetos municipais aos princípios do desenvolvimento sustentável, promovendo o uso de fontes de energia limpa e renovável.

Justificativa: A promoção de políticas para fontes de energia limpa e renovável é fundamental para reduzir a dependência de combustíveis fósseis, diminuir as emissões de gases de efeito estufa e promover um desenvolvimento sustentável. Investir em energia limpa não só contribui para a preservação ambiental, como também gera benefícios econômicos e sociais, como a redução de custos operacionais e a criação de empregos verdes.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de investimentos em energia limpa está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:



Diretriz: Assegurar um ambiente saudável e seguro para todos os cidadãos.

Argumento: A utilização de fontes de energia limpa melhora a qualidade do ar e a saúde pública, promovendo a dignidade humana.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta incentiva o uso de energias renováveis, promovendo a sustentabilidade integral, ao reduzir as emissões de gases de efeito estufa e os custos operacionais.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A implementação de projetos de energia limpa contribui para a criação de um espaço urbano mais sustentável e resiliente.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A proposta envolve a comunidade e os stakeholders na definição e implementação de políticas de energia limpa, promovendo a transparência e a participação ativa.

Ações:

Projetos Estratégicos:

- Implementar projetos estratégicos de geração de energia renovável e de eficiência energética nos edifícios e espaços públicos do município,



visando à redução dos custos operacionais e o combate ao desperdício de recursos públicos.

Incentivo a Empresas e Profissionais:

- Incentivar empresas e profissionais autônomos que oferecem serviços voltados para a geração de energias limpas e renováveis, bem como os moradores que optarem por esses serviços.

Apoio a Microempreendedores:

- Ampliar a participação dos microempreendedores em programas federais e estaduais destinados à aquisição de equipamentos para a geração de energias limpas e renováveis.

Descontos no IPTU:

- Conceder descontos no IPTU para moradores que adotarem práticas sustentáveis. Cada ação positiva irá aumentar o limite de desconto, podendo chegar até 50%, recompensando atitudes ecológicas, tais como: calçadas acessíveis, árvores em calçadas ou quintais, permeabilização para absorver água da chuva, captação e reuso da água da chuva, coleta seletiva, compostagem de resíduos orgânicos e energia solar.

Resultados Esperados: Incentivar tanto os empreendedores quanto os manauaras a adotarem práticas de uso racional dos recursos naturais e de aproveitamento de energias renováveis, promovendo um desenvolvimento sustentável e a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Indicadores de Sucesso: Percentual de Energia Renovável: Percentual de energia renovável na matriz energética do município.

Capacidade de Geração de Energia: Quantidade de capacidade de geração de energia instalada a partir de fontes renováveis, expressa em megawatts (MW) ou quilowatts (kW).



Redução de Emissões de GEE: Quantificação da redução das emissões de gases de efeito estufa associadas à substituição de fontes de energia fóssil por renováveis.

Adoção de Práticas Sustentáveis: Número de empresas e moradores adotando práticas sustentáveis e de energia renovável.

Descontos no IPTU: Número de moradores beneficiados com descontos no IPTU por adotarem práticas sustentáveis.

3.17. Incentivo à Agricultura Urbana e Agroecologia

Proposta 18: Práticas de sustentabilidade ambiental, segurança alimentar e desenvolvimento comunitário

Objetivo: Promover a sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar nos grandes centros urbanos, incentivando práticas de agricultura urbana e agroecologia.

Justificativa: A agricultura urbana e a agroecologia são essenciais para promover a sustentabilidade ambiental, a segurança alimentar e o desenvolvimento comunitário. Essas práticas permitem a produção local de alimentos, reduzem a dependência de sistemas alimentares externos, fortalecem a economia local e aumentam a resiliência das comunidades urbanas frente a crises alimentares.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de incentivo à agricultura urbana e agroecologia está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar acesso a alimentos saudáveis e nutritivos para todos os cidadãos.

Argumento: A agricultura urbana e a agroecologia promovem a dignidade humana ao garantir a segurança alimentar e a geração de emprego e renda.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta incentiva práticas agrícolas sustentáveis que minimizem o impacto ambiental e promovam a sustentabilidade integral.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A implementação de projetos de agricultura urbana contribui para a criação de um espaço urbano mais sustentável e resiliente.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.



Argumento: A proposta envolve a comunidade e os *stakeholders* na definição e implementação de práticas agrícolas sustentáveis, promovendo a transparência e a participação ativa.

Ações:

Incentivo à Agricultura Urbana:

- Incentivar a adoção de práticas de agricultura urbana, como a produção de hortaliças, plantas medicinais e ornamentais, especialmente em comunidades carentes, visando à segurança alimentar e à geração de emprego e renda.

Capacitação e Assistência Técnica:

- Oferecer programas de capacitação e assistência técnica para agricultores urbanos, facilitando o acesso aos recursos necessários para a implementação de práticas agroecológicas.

Fortalecimento do Protagonismo Comunitário:

- Fortalecer o protagonismo comunitário, criando ambientes favoráveis à saúde e promovendo a troca de conhecimentos e experiências entre os agricultores urbanos.

Parcerias Estratégicas:

- Estabelecer parcerias com ONGs, universidades e outras instituições para apoiar e desenvolver projetos de agricultura urbana e agroecologia.

Incentivos Fiscais e Financeiros:

- Criar incentivos fiscais e financeiros para agricultores urbanos e empreendedores que adotem práticas agroecológicas, como isenção de impostos e acesso a linhas de crédito especiais.



Resultados Esperados: Promover a sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar, fortalecer a economia local e aumentar a resiliência das comunidades urbanas frente a crises alimentares.

Indicadores de Sucesso: Extensão de Áreas Dedicadas: Extensão de áreas dedicadas à agricultura urbana e agroecologia, medidas em metros quadrados ou hectares.

Produção Local de Alimentos: Quantidade e variedade de alimentos produzidos localmente através de práticas agroecológicas.

Participação Comunitária: Número de participantes em programas de capacitação e assistência técnica.

Impacto Econômico: Número de empregos gerados e renda adicional obtida através de práticas de agricultura urbana.

Parcerias e Projetos: Número de parcerias estabelecidas e projetos desenvolvidos em colaboração com ONGs, universidades e outras instituições.

3.18. Implementação de Projetos-Pilotos de Soluções Ambientais

Proposta 19: Inovação e Sustentabilidade

Objetivo: Implementar projetos que integrem tecnologias inovadoras e novos protocolos para promover a sustentabilidade ambiental e a resiliência urbana.

Justificativa: A implementação de projetos-pilotos de soluções ambientais é essencial para testar e validar tecnologias inovadoras que possam ser escaladas para promover a sustentabilidade e a resiliência urbana. Essas iniciativas



permitem a experimentação e a adaptação de soluções que podem reduzir o impacto ambiental, melhorar a gestão de recursos naturais e aumentar a qualidade de vida dos cidadãos.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de implementação de projetos-pilotos de soluções ambientais está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar um ambiente saudável e seguro para todos os cidadãos.

Argumento: A implementação de soluções ambientais inovadoras melhora a qualidade do ar, da água e do solo, promovendo a saúde e o bem-estar da população.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta incentiva o uso de tecnologias que minimizem o impacto ambiental e promovam a sustentabilidade integral.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e sustentável.



Argumento: A implementação de projetos ambientais contribui para a criação de um espaço urbano mais sustentável e resiliente.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A proposta envolve a comunidade e os *stakeholders* na definição e implementação de soluções ambientais, promovendo a transparência e a participação ativa.

Ações:

Instalação de Ecobarreiras:

- Instalar ecobarreiras em pontos estratégicos dos igarapés, para reduzir a poluição hídrica e proteger os ecossistemas aquáticos.

Telhados Verdes e Jardins de Chuva:

- Implementar telhados verdes e jardins de chuva em áreas propensas a alagamentos para auxiliar na drenagem e infiltração da água da chuva.

Recuperação de Áreas Permeáveis:

- Recuperar áreas permeáveis para melhorar a gestão das águas pluviais e reduzir o risco de enchentes.

Captação e Reaproveitamento de Água da Chuva:

- Promover a captação e o reaproveitamento da água da chuva em edifícios públicos e privados.

Aproveitamento de Gases no Aterro:

- Implementar tecnologias para o aproveitamento dos gases gerados no aterro sanitário, transformando-os em energia.



Resultados Esperados: Fortalecer a resiliência e a sustentabilidade da cidade de Manaus, promovendo a redução do impacto ambiental e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Indicadores de Sucesso: Redução de Emissões de GEE: Medições de redução de emissões de gases de efeito estufa associadas às tecnologias implementadas.

Diminuição do Consumo de Recursos Naturais: Redução do consumo de recursos naturais como água e energia, medidos em metros cúbicos e quilowatts-hora, respectivamente.

Qualidade da Água e do Solo: Melhoria na qualidade da água dos igarapés e do solo nas áreas de intervenção, medida por parâmetros ambientais específicos.

Área Verde Adicional: Extensão de áreas verdes adicionais criadas por telhados verdes e jardins de chuva, medida em metros quadrados.

Participação Comunitária: Número de participantes em programas de capacitação e envolvimento comunitário nas soluções ambientais implementadas.

Proposta 20: Revitalização Urbana Através da Biotecnologia com o LIQUID 3

Objetivo: Implementar o LIQUID 3, um sistema inovador de fotobiorreatores urbanos, como projeto-piloto para melhorar a qualidade do ar, promover a biodiversidade e integrar soluções sustentáveis no mobiliário urbano de Manaus.



Justificativa: A crescente urbanização e a consequente redução de áreas verdes em Manaus impõem desafios significativos à qualidade do ar e à sustentabilidade ambiental. O LIQUID 3, conhecido como “árvore líquida”, utiliza microalgas para capturar dióxido de carbono e produzir oxigênio, oferecendo uma solução eficaz e inovadora para áreas urbanas densas, onde o plantio tradicional de árvores é limitado. Esse projeto-piloto visa demonstrar a viabilidade de integrar a biotecnologia no ambiente urbano para enfrentar desafios ambientais, ao mesmo tempo que se promove a inclusão de espaços verdes funcionais e sustentáveis.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A implementação do LIQUID 3 em Manaus é mais do que uma simples adição ao arsenal de ferramentas de sustentabilidade da cidade; é um convite à imaginação, um passo ousado em direção a um futuro em que a tecnologia e o meio ambiente dançam juntos em harmonia. Esse projeto não é apenas sobre purificar o ar; é sobre reimaginar o espaço urbano, transformando áreas cinzentas em oásis verdes que respiram vida e bem-estar para a comunidade.

Imagine caminhar pelas ruas de Manaus e encontrar, entre o concreto e o asfalto, pequenos refúgios verdes que não só embelezam, mas também purificam o ar, graças à magia da biotecnologia. O LIQUID 3, com sua capacidade de capturar CO₂ e liberar oxigênio, oferece essa possibilidade, trazendo um pedaço da floresta para dentro da cidade. É uma ponte entre o desejo de preservar a natureza e a necessidade de adaptar-se ao ambiente urbano.

Mais do que isso, o LIQUID 3 é um convite aberto para que todos participem da construção de uma Manaus mais verde e saudável. Através de programas educacionais e iniciativas comunitárias, cada cidadão é chamado a ser um agente de mudança, contribuindo com suas próprias mãos e corações para o cultivo de



um futuro sustentável. É uma oportunidade de aprender, de se envolver e, acima de tudo, de se conectar com o ambiente ao redor de uma maneira significativa.

Esse projeto-piloto também é uma janela para o futuro, um experimento em tempo real, que nos permite testar, aprender e adaptar. Cada LIQUID 3 instalado é uma lição sobre como podemos integrar soluções sustentáveis em nosso dia a dia, não apenas para enfrentar os desafios ambientais, mas para criar espaços urbanos que celebram a vida em todas as suas formas.

Ao abraçar o LIQUID 3, Manaus está se posicionando na vanguarda da inovação urbana, mostrando ao mundo que é possível encontrar equilíbrio entre o crescimento da cidade e a preservação do meio ambiente. Esse é um compromisso com a vida, com a comunidade e com o planeta; um testemunho de que, juntos, podemos construir um futuro em que a natureza e a cidade prosperam lado a lado.

Em resumo, o LIQUID 3 é mais do que uma tecnologia; é uma visão de futuro, uma declaração de amor a Manaus e a seus habitantes, e um passo em direção a um mundo no qual o desenvolvimento urbano e a sustentabilidade ambiental andam de mãos dadas. É uma prova de que, com criatividade e colaboração, podemos transformar nossas cidades em lugares mais verdes, mais saudáveis e mais felizes para viver. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar um ambiente saudável e seguro para todos os cidadãos.

Argumento: A implementação do LIQUID 3 melhora a qualidade do ar e oferece espaços urbanos mais saudáveis e sustentáveis, contribuindo diretamente para o bem-estar da população.

Sustentabilidade Integral:



Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: O LIQUID 3 representa uma inovação tecnológica que minimiza o impacto ambiental das áreas urbanas, promovendo a sustentabilidade integral através da purificação do ar e da produção de oxigênio.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: Esse projeto-piloto contribui para a criação de um espaço urbano mais verde, resiliente e inclusivo, oferecendo soluções adaptáveis a diferentes contextos urbanos.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A proposta promove a participação comunitária no desenvolvimento e implementação de soluções ambientais, incentivando a transparência e o engajamento ativo dos cidadãos.

Ações:

Instalação de Fotobiorreatores LIQUID 3:

- Implementar unidades do LIQUID 3 em áreas estratégicas da cidade, como parques, praças e espaços públicos, para purificar o ar e promover a biodiversidade.

Integração com Mobiliário Urbano:

- Desenvolver e instalar mobiliário urbano multifuncional que integre o LIQUID 3, oferecendo serviços como iluminação pública e estações de carregamento para dispositivos móveis.



Programas de Educação Ambiental:

- Criar programas educacionais para informar a população sobre a importância da sustentabilidade ambiental e o papel da biotecnologia, como o LIQUID 3, na promoção de cidades mais verdes e saudáveis.

Monitoramento e Avaliação:

- Estabelecer um sistema de monitoramento para avaliar o impacto do LIQUID 3 na qualidade do ar e na redução de CO₂, fornecendo dados valiosos para futuras expansões do projeto.

Resultados Esperados:

Melhoria significativa na qualidade do ar nas áreas de implementação.

Aumento da conscientização e participação da comunidade em iniciativas de sustentabilidade urbana.

Demonstração da viabilidade de soluções biotecnológicas inovadoras para desafios ambientais urbanos.

Indicadores de Sucesso:

Redução mensurável dos níveis de CO₂ e melhoria da qualidade do ar.

Número de LIQUID 3 instalados e em operação.

Participação da comunidade em programas educacionais relacionados ao projeto.

Feedback positivo dos cidadãos sobre a melhoria do ambiente urbano.

3.19. Elaboração do Plano Municipal de Prevenção de Catástrofes Naturais e Eventos Extremos



Proposta 21: Estratégias e medidas preventivas para proteger a vida e a segurança das pessoas

Objetivo: Identificar e avaliar os principais riscos associados a catástrofes naturais e eventos extremos que possam afetar a região municipal, desenvolvendo estratégias e medidas preventivas para proteger a vida e a segurança das pessoas.

Justificativa: A elaboração de um Plano Municipal de Prevenção de Catástrofes Naturais e Eventos Extremos é essencial para mitigar os impactos de desastres naturais e proteger a população. A identificação de áreas de risco e a implementação de medidas preventivas são cruciais para garantir a segurança, a integridade das infraestruturas e a resiliência das comunidades.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de elaboração do Plano Municipal de Prevenção de Catástrofes Naturais e Eventos Extremos está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar a proteção da vida e a segurança das pessoas em situações de risco.



Argumento: A implementação de um plano de prevenção de catástrofes naturais garante a segurança e o bem-estar da população, promovendo a dignidade humana.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A proposta incentiva práticas sustentáveis que minimizem os impactos de desastres naturais e promovam a resiliência das comunidades.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A identificação de áreas de risco e a implementação de medidas preventivas contribuem para a criação de um espaço urbano mais seguro e resiliente.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A proposta envolve a comunidade e os *stakeholders* na definição e implementação de estratégias de prevenção, promovendo a transparência e a participação ativa.

Ações:

Elaboração do Plano Municipal de Prevenção:

- Desenvolver o Plano Municipal de Prevenção de Catástrofes Naturais e Eventos Extremos, identificando áreas de risco e priorizando intervenções.



Mapeamento de Áreas de Risco:

- Realizar o mapeamento detalhado das áreas suscetíveis a deslizamentos, inundações, secas, ondas de calor e doenças transmissíveis.

Implementação de Medidas Preventivas:

- Implementar medidas preventivas, como a construção de infraestruturas de contenção, sistemas de alerta precoce e programas de educação e conscientização comunitária.

Capacitação e Treinamento:

- Oferecer capacitação e treinamento para equipes de resposta a emergências e para a população em geral, visando à preparação e à resposta eficaz a desastres naturais.

Parcerias Estratégicas:

- Estabelecer parcerias com instituições de pesquisa, ONGs e órgãos governamentais para apoiar a implementação e o monitoramento do plano.

Resultados Esperados: Garantir a integridade das infraestruturas essenciais, como redes de água, energia elétrica, telecomunicações e transporte, diante de eventos extremos, além de aumentar a resiliência das comunidades e reduzir as vulnerabilidades.

Indicadores de Sucesso: Redução de Vulnerabilidades: Medição da redução das vulnerabilidades em áreas de risco, através de indicadores específicos como a diminuição de ocorrências de deslizamentos e inundações.

Integridade das Infraestruturas: Avaliação da integridade das infraestruturas essenciais durante e após eventos extremos, medindo a con-



tinuidade dos serviços de água, energia elétrica, telecomunicações e transporte.

Capacitação e Conscientização: Número de pessoas capacitadas e treinadas em programas de prevenção e resposta a desastres naturais.

Implementação de Medidas Preventivas: Quantidade e qualidade das medidas preventivas implementadas, como infraestruturas de contenção e sistemas de alerta precoce.

Participação Comunitária: Nível de envolvimento da comunidade nas ações de prevenção e resposta a desastres, medido pelo número de participantes em programas de educação e conscientização.

3.20. Mapa da Arborização de Manaus

Proposta 22: Instrumento para a gestão ambiental

Objetivo: Identificar as áreas que demandam serviços ambientais específicos, como plantios, podas, recuperação de espaços permeáveis e irrigação, além de ajudar na otimização dos recursos e esforços de gestão ambiental.

Justificativa: A criação do Mapa da Arborização de Manaus é essencial para um planejamento estratégico eficaz da gestão ambiental. Conhecer a localização, as espécies, a quantidade e as condições das árvores nos espaços públicos da cidade permite uma gestão mais eficiente e direcionada, promovendo a sustentabilidade e a qualidade de vida dos cidadãos.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de implementação do Mapa da Arborização de Manaus está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar um ambiente saudável e agradável para todos os cidadãos.

Argumento: A arborização urbana melhora a qualidade do ar, proporciona sombra e áreas de lazer, contribuindo para o bem-estar da população.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A gestão eficiente da arborização urbana promove a sustentabilidade ambiental e a conservação dos recursos naturais.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A arborização contribui para a criação de espaços urbanos mais verdes, inclusivos e resilientes.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.



Argumento: O mapa permite que os cidadãos relatem situações em que árvores precisam de atenção e denunciem podas ou cortes ilegais, promovendo a participação ativa e a transparência.

Ações:

Implementação do Mapa da Arborização:

- Desenvolver e implementar o Mapa da Arborização de Manaus, catalogando a localização, as espécies, a quantidade e as condições das árvores nos espaços públicos.

Monitoramento e Manutenção:

- Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo para identificar áreas que necessitam de plantios, podas, recuperação de espaços permeáveis e irrigação.

Participação Comunitária:

- Criar canais de comunicação para que os cidadãos possam relatar situações em que árvores precisam de atenção e denunciar podas ou cortes ilegais.
- Desenvolver programas de educação ambiental para conscientizar a população sobre a importância da arborização urbana e como contribuir para sua manutenção.

Parcerias Estratégicas:

- Estabelecer parcerias com universidades, ONGs e empresas para apoiar a implementação e o monitoramento do mapa.

Resultados Esperados: Permitir que os manauaras relatem situações em que árvores precisam de atenção e cuidados, denunciem podas ou cortes ilegais e promovam uma gestão ambiental mais eficiente e sustentável.



Indicadores de Sucesso: Número de Árvores Catalogadas: Quantidade de árvores catalogadas com informações detalhadas sobre localização, espécie, quantidade e condição.

Relatos e Denúncias: Número de relatos e denúncias recebidos através dos canais de comunicação, indicando a participação ativa da comunidade.

Intervenções Realizadas: Quantidade de intervenções realizadas, como plantios, podas e recuperações de espaços permeáveis, com base nas informações do mapa.

Qualidade do Ambiente Urbano: Melhoria na qualidade do ambiente urbano, medida por indicadores como a qualidade do ar e a satisfação dos cidadãos com os espaços verdes.

Engajamento Comunitário: Nível de engajamento da comunidade em programas de educação ambiental e atividades de manutenção da arborização urbana.

3.21. Revisão e atualização do Plano Diretor de Arborização Urbana (PDAU)

Proposta 23: Integração da sociedade nas medidas sustentáveis

Objetivo: Transformar o Plano Diretor de Arborização Urbana (PDAU) de Manaus em um documento acessível e inclusivo, que envolva a sociedade na promoção de uma arborização sustentável e participativa.



Justificativa: A revisão e atualização do PDAU são essenciais para torná-lo um instrumento eficaz de gestão ambiental, que reflita a realidade atual e as necessidades da população. A inclusão de elementos históricos, visuais e uma linguagem acessível facilitará a compreensão e o engajamento dos cidadãos, promovendo uma gestão colaborativa e transparente.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de revisão e atualização do PDAU está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar um ambiente saudável e agradável para todos os cidadãos.

Argumento: Uma arborização urbana bem planejada melhora a qualidade de vida, proporcionando sombra, áreas de lazer e um ambiente mais saudável.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A atualização do PDAU com informações técnicas e recomendações atualizadas promove práticas sustentáveis e a conservação dos recursos naturais.



Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do solo urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A inclusão de elementos visuais e uma linguagem acessível no PDAU facilitam a compreensão e o engajamento de todos os cidadãos, promovendo um espaço urbano mais inclusivo.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A condução colaborativa da revisão do PDAU, com a participação de diversos *stakeholders*, promove a transparência e a participação ativa da sociedade.

Ações:

Revisão Colaborativa do PDAU:

- Conduzir a revisão e atualização do PDAU de maneira colaborativa, envolvendo a academia, especialistas, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos.

Inclusão de Elementos Visuais e Históricos:

- Incluir elementos que retratam a história da arborização de Manaus, fotografias das principais espécies arbóreas, ilustrações elucidativas e uma linguagem de fácil compreensão.

Atualização das Recomendações Técnicas:

- Atualizar as recomendações técnicas constantes no PDAU, incorporando novas informações e práticas sustentáveis.

Capacitação e Conscientização:



- Desenvolver programas de capacitação e conscientização para a população, abordando a importância da arborização urbana e como contribuir para sua manutenção.

Divulgação e Acesso ao PDAU:

- Garantir a ampla divulgação do PDAU atualizado e o fácil acesso ao documento para todos os cidadãos.

Resultados Esperados: Promover uma arborização que contribua para a melhoria da qualidade do ar, redução de ilhas de calor urbano e aumento da biodiversidade urbana, além de aumentar o engajamento e a participação da população na gestão ambiental.

Indicadores de Sucesso: Aumento da Participação Popular: Medir o aumento da participação popular em atividades relacionadas à arborização urbana, como plantios comunitários e programas de educação ambiental.

Melhoria da Qualidade do Ar: Avaliar a melhoria da qualidade do ar em áreas urbanas, utilizando indicadores específicos, como a redução de poluentes atmosféricos.

Redução de Ilhas de Calor: Monitorar a redução das ilhas de calor urbano, medindo a variação de temperatura em diferentes áreas da cidade.

Biodiversidade Urbana: Medir o aumento da biodiversidade urbana, contabilizando a diversidade de espécies arbóreas e a presença de fauna associada.



Engajamento Comunitário: Avaliar o nível de engajamento da comunidade na revisão e implementação do PDAU, medido pelo número de participantes em consultas públicas e workshops.





PROPOSTAS
PARA O EIXO DA

**CUL
TU
RA**



4.1. Rede de apoio institucional

Proposta 01: Programa Observatório da Cultura

Objetivo: Promover a criação de redes de apoio institucional entre os agentes culturais e a Prefeitura, fortalecendo o ecossistema cultural local e garantindo condições adequadas para o desenvolvimento das atividades culturais.

Justificativa: A criação do Programa Observatório da Cultura é essencial para acompanhar e apoiar os projetos desenvolvidos por artistas, grupos, coletivos, entidades, associações e espaços culturais. Identificar as necessidades e demandas desses agentes culturais permite uma gestão mais eficiente e direcionada, promovendo a sustentabilidade e a diversidade cultural na cidade.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de criação do Programa Observatório da Cultura está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar o acesso à cultura como um direito fundamental, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos.

Argumento: O fortalecimento do ecossistema cultural local contribui para a valorização da identidade cultural e o desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos.



Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: O apoio institucional aos agentes culturais promove a sustentabilidade econômica do setor cultural e a conservação do patrimônio cultural.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A participação de diversos agentes culturais no planejamento e desenvolvimento de projetos culturais promove um espaço urbano mais inclusivo e diversificado.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: O Observatório da Cultura permite a participação ativa dos agentes culturais na gestão cultural, promovendo a transparência e a colaboração.

Ações:

Criação do Programa Observatório da Cultura:

- Implementar o Observatório da Cultura para acompanhar e apoiar os projetos desenvolvidos por artistas, grupos, coletivos, entidades, associações e espaços culturais.

Mapeamento e Diagnóstico:

- Realizar um mapeamento detalhado dos agentes culturais e um diagnóstico das necessidades e demandas do setor cultural.



Apoio e Capacitação:

- Oferecer apoio técnico e capacitação para os agentes culturais, promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades.

Fomento e Incentivo:

- Desenvolver programas de fomento e incentivo à cultura, garantindo recursos e condições adequadas para o desenvolvimento dos projetos culturais.

Divulgação e Acesso:

- Garantir a ampla divulgação dos projetos culturais e o fácil acesso às informações e recursos disponibilizados pelo Observatório.

Resultados Esperados: Contribuir para o fortalecimento do ecossistema cultural local, garantindo que os diversos agentes culturais tenham condições adequadas para desenvolver suas atividades e contribuir para a vida cultural da cidade.

Indicadores de Sucesso: Quantidade de Projetos Culturais Registrados: Número de projetos culturais registrados e acompanhados pelo Observatório ao longo do tempo.

Cobertura Geográfica dos Projetos: Extensão da cobertura dos projetos culturais, considerando se alcançam diversas áreas da cidade e não apenas regiões centrais.

Participação dos Agentes Culturais: Número de agentes culturais envolvidos nas atividades do Observatório, incluindo artistas, grupos, coletivos, entidades, associações e espaços culturais.



Capacitação e Apoio Técnico: Quantidade de agentes culturais capacitados e apoiados pelo Observatório, medindo o impacto das ações de capacitação e apoio técnico.

Fomento e Incentivo: Valores dos recursos destinados ao fomento e incentivo à cultura, e o número de projetos beneficiados por esses recursos.

4.2. Estímulo à participação da sociedade

Proposta 02: Conselho Municipal da Cultura

Objetivo: Garantir que o Conselho Municipal de Cultura represente adequadamente a diversidade de setores e segmentos culturais da comunidade, promovendo uma gestão cultural inclusiva e participativa.

Justificativa: O fortalecimento do Conselho Municipal de Cultura é essencial para assegurar que as políticas culturais reflitam a diversidade e as necessidades da comunidade. Um conselho representativo e ativo contribui para a promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de fortalecimento do Conselho Municipal de Cultura está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:



Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso à cultura e possam participar ativamente da vida cultural da cidade.

Argumento: Um conselho representativo promove a inclusão e a valorização de todas as expressões culturais, contribuindo para o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas culturais que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: O conselho pode propor e apoiar iniciativas culturais sustentáveis, que valorizem o patrimônio cultural e promovam a economia criativa.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A representação de diversos setores culturais no conselho garante que as políticas culturais considerem as necessidades e aspirações de toda a comunidade, promovendo um espaço urbano mais inclusivo.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: Um conselho ativo e participativo promove a transparência e a colaboração, assegurando que as políticas culturais sejam desenvolvidas de forma democrática e inclusiva.



Ações:

Fortalecimento do Conselho Municipal de Cultura:

- Reestruturar e fortalecer o Conselho Municipal de Cultura, ampliando seu alcance e tornando-o mais efetivo em seu caráter consultivo e participativo.

Representatividade e Inclusão:

- Garantir que o conselho represente adequadamente a diversidade de setores e segmentos culturais da comunidade, incluindo artes cênicas, audiovisual, música, artes visuais, patrimônio cultural, entre outros.

Capacitação e Apoio:

- Oferecer capacitação e apoio técnico aos membros do conselho, promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para a atuação efetiva.

Participação Ativa:

- Promover a participação ativa dos membros do conselho nas discussões, decisões e implementação de políticas culturais, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e consideradas.

Divulgação e Transparência:

- Garantir a ampla divulgação das atividades e decisões do conselho, promovendo a transparência e o acesso às informações para toda a comunidade.

Resultados Esperados: Promover a participação ativa de membros do conselho nas discussões, decisões e implementação de políticas culturais, fortalecendo o ecossistema cultural local e garantindo que as políticas culturais reflitam a diversidade e as necessidades da comunidade.



Indicadores de Sucesso: Número de Políticas Culturais Propostas e Implementadas: Quantidade de políticas culturais propostas e implementadas com base nas recomendações do conselho.

Representatividade dos Setores Culturais:

Percentual de setores culturais representados no conselho, incluindo artes cênicas, audiovisual, música, artes visuais, patrimônio cultural, entre outros.

Taxa de Participação nas Reuniões:

Taxa de participação dos membros do conselho nas reuniões e eventos relacionados à cultura.

Capacitação dos membros:

Número de membros do conselho capacitados e o impacto das ações de capacitação na atuação do conselho.

Transparência e Divulgação:

Medir a eficácia da divulgação das atividades e decisões do conselho, avaliando o acesso e a transparência das informações disponibilizadas para a comunidade.



4.3. Tradição, Inovação e Desenvolvimento Cultural Local

Proposta 03: Programa de Fomento Cultural e Economia Criativa

Objetivo: Estimular a criação, produção e difusão de bens culturais e produtos da economia criativa originários de Manaus, promovendo a valorização da diversidade cultural e o desenvolvimento econômico sustentável.

Justificativa: O Programa de Fomento Cultural e Economia Criativa é essencial para fortalecer a cadeia produtiva da cultura em Manaus, incentivando a inovação e a preservação das tradições culturais. A criação de políticas e programas específicos permitirá o suporte necessário para que artistas e empreendedores culturais possam desenvolver suas atividades de forma sustentável e inclusiva.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de criação do Programa de Fomento Cultural e Economia Criativa está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso à cultura e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.



Argumento: O fomento à economia criativa promove a inclusão social e econômica, valorizando as expressões culturais locais e gerando novas oportunidades de emprego e renda.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas culturais que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A economia criativa é um setor estratégico para o desenvolvimento sustentável, pois integra inovação, cultura e economia, promovendo o uso responsável dos recursos e a valorização do patrimônio cultural.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A criação de novos equipamentos culturais e a circulação de produtos artísticos promovem a ocupação inclusiva e diversificada dos espaços urbanos, valorizando a cultura local.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A participação ativa dos agentes culturais e da comunidade na formulação e implementação das políticas de fomento cultural assegura a transparência e a efetividade das ações.

Ações:

Efetivação de Políticas e Programas de Fomento:



- Efetivar políticas e programas de fomento em formato de lei para suprir as necessidades da cadeia produtiva da cultura e economia criativa em Manaus.

Programa de Circulação de Produtos Artísticos e Culturais:

- Implementar um programa específico para a circulação de produtos artísticos e culturais, facilitando o acesso e a difusão das produções locais.

Incentivo à Pesquisa e Formação:

- Incentivar e financiar a pesquisa e formação no campo da cultura e das artes, promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades.

Parcerias com a Iniciativa Privada:

- Estabelecer parcerias com a iniciativa privada para a criação de novos equipamentos culturais destinados à cultura e artes, ampliando a infraestrutura cultural da cidade.

Inserção na Administração Pública:

- Implementar o Centro de Arqueologia e a posse do Conselho de Patrimônio Cultural.

Espaços Públicos Culturais:

- Implantar espaços que comportem uma biblioteca, um palco para apresentações e uma galeria para exposições, além de fornecer uma embarcação capaz de levar todos esses recursos às comunidades ribeirinhas, de modo periódico.

Resultados Esperados: Apoiar iniciativas que valorizem e promovam a diversidade cultural da cidade, incluindo expressões artísticas tradicio-



nais e contemporâneas, e fortalecer a economia criativa local, gerando novas oportunidades de emprego e renda.

Indicadores de Sucesso: Quantidade de Projetos Culturais e Criativos Financiados: Número de projetos culturais e criativos financiados ou apoiados pelo programa.

Geração de Empregos: Número de empregos diretos e indiretos gerados pela economia criativa em Manaus.

Crescimento na Produção Cultural: Crescimento na quantidade e diversidade de produções culturais e criativas originárias da cidade.

Participação em Programas de Circulação: Número de artistas e grupos culturais que participam do programa de circulação de produtos artísticos e culturais.

Desenvolvimento de Novos Equipamentos Culturais: Quantidade de novos equipamentos culturais criados em parceria com a iniciativa privada.

4.4. Preservando e Promovendo o Patrimônio Cultural de Manaus

Proposta 04: Estratégias Integradas para a Conservação do Patrimônio Cultural em Manaus

Objetivo: Promover a preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial de Manaus, reconhecendo sua importância histórica, cultural e identitária, integrando essas ações ao desenvolvimento sustentável da cidade.

Justificativa: A conservação do patrimônio cultural de Manaus é fundamental para preservar a identidade e a memória da cidade, além de promover o turismo cultural e o desenvolvimento econômico sustentável. Estratégias integra-



das e colaborativas são essenciais para garantir a proteção e valorização desse patrimônio.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de estratégias integradas para a conservação do patrimônio cultural está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso ao patrimônio cultural e possam participar ativamente de sua preservação e valorização.

Argumento: A valorização do patrimônio cultural promove o orgulho e a identidade local, contribuindo para o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas culturais que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A conservação do patrimônio cultural é um componente essencial do desenvolvimento sustentável, integrando a preservação ambiental à valorização cultural e ao desenvolvimento econômico.



Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A preservação e a revitalização de espaços culturais históricos promovem a ocupação inclusiva e diversificada dos espaços urbanos, valorizando a cultura local.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A participação ativa das comunidades e entidades culturais na formulação e implementação das políticas de preservação assegura a transparência e a efetividade das ações.

Ações:

Fortalecimento das Políticas de Patrimônio Cultural:

- Desenvolver e fortalecer políticas de preservação do patrimônio cultural material e imaterial, ampliando o diálogo com entidades e agentes do setor.

Reforma do Café Teatro:

- Reforma e destinação do Café Teatro para sua finalidade principal ou original, promovendo a revitalização de espaços culturais históricos.

Parcerias e Colaboração:

- Estabelecer parcerias com entidades governamentais, organizações da sociedade civil, acadêmicos e comunidades locais para a implementação de estratégias integradas de conservação.

Educação e Sensibilização:



- Promover programas de educação e sensibilização sobre a importância do patrimônio cultural, envolvendo escolas, universidades e a comunidade em geral.

Incentivo ao Turismo Cultural:

- Desenvolver iniciativas que promovam o turismo cultural, valorizando o patrimônio histórico e cultural de Manaus e contribuindo para o desenvolvimento econômico local.

Resultados Esperados: Ampliar o diálogo e a colaboração com entidades governamentais, organizações da sociedade civil, acadêmicos e comunidades locais envolvidas com o patrimônio cultural, promovendo a preservação e valorização do patrimônio cultural de Manaus.

Indicadores de Sucesso: Políticas Públicas e Medidas Legislativas: Quantidade de políticas públicas específicas e medidas legislativas adotadas para a proteção e promoção do patrimônio cultural.

Participação e Engajamento: Nível de participação e engajamento de entidades e agentes do setor cultural em consultas públicas, fóruns e reuniões sobre patrimônio cultural.

Projetos de Conservação Implementados: Número de projetos de conservação e revitalização do patrimônio cultural material e imaterial implementados.

Impacto no Turismo Cultural: Crescimento no número de visitantes e turistas em locais de patrimônio cultural, medindo o impacto das iniciativas de preservação no turismo local.



Educação e Sensibilização: Número de programas educacionais e campanhas de sensibilização realizados, e o alcance dessas iniciativas na comunidade.

4.5. Novos Horizontes entre Educação e Cultura

Proposta 05: A Escola de Artes como motor de Desenvolvimento Cultural

Objetivo: Garantir acesso equitativo à educação artística para todas as faixas etárias e grupos sociais em Manaus, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento cultural da cidade.

Justificativa: A criação de uma Escola de Artes Municipal é essencial para democratizar o acesso à educação artística, valorizando talentos locais e promovendo a diversidade cultural. A formação artística contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional dos cidadãos, além de fortalecer a identidade cultural e a coesão social.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta da Escola de Artes está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso à educação artística de qualidade, promovendo o desenvolvimento pessoal e a inclusão social.



Argumento: A educação artística valoriza a dignidade humana, proporcionando oportunidades de expressão e desenvolvimento para todos os cidadãos.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas educacionais que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A formação artística contribui para a sustentabilidade integral, ao promover a criatividade, a inovação e o desenvolvimento de competências que podem ser aplicadas em diversas áreas econômicas e sociais.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A criação de espaços dedicados à educação artística promove a ocupação inclusiva e diversificada dos espaços urbanos, valorizando a cultura local e proporcionando oportunidades de desenvolvimento para todos.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A participação ativa da comunidade na formulação e implementação das políticas educacionais assegura a transparência e a efetividade das ações, promovendo a coesão social e o desenvolvimento cultural.

Ações:

Criação da Escola de Artes Municipal:

- Estabelecer a primeira Escola de Artes Municipal como um grande centro de formação artística em Manaus, oferecendo cursos em diversas



áreas, como desenho, pintura, música, teatro, dança, moda, capoeira, *game design*, entre outros.

Programa de Residências Culturais:

- Implementar um programa de residências culturais nas escolas municipais, com atividades de formação relacionadas à cultura e às artes, promovendo a integração entre educação formal e artística.

Festivais Estudantis:

- Organizar festivais estudantis em diversos bairros de Manaus, incentivando a participação de estudantes em atividades culturais e artísticas, e promovendo a diversidade cultural da cidade.

Resultados Esperados: Identificar, apoiar e promover talentos locais nas diversas disciplinas artísticas, incentivando sua participação em eventos culturais e exposições, fortalecendo a identidade cultural e a coesão social em Manaus.

Indicadores de Sucesso: Matrículas na Escola de Artes: Quantidade de alunos matriculados nos cursos oferecidos pela Escola de Artes Municipal.

Diversidade de Cursos: Diversidade de cursos disponíveis e número de disciplinas oferecidas aos alunos.

Taxa de Conclusão: Percentual de estudantes que concluem com sucesso os cursos oferecidos pela escola.

Participação em Programas de Residência: Número de escolas municipais participantes do programa de residências culturais e quantidade de atividades realizadas.



Engajamento em Festivais Estudantis: Número de festivais estudantis realizados e quantidade de estudantes participantes, medindo o impacto das iniciativas culturais nas comunidades locais.

4.6. Fortalecendo identidades locais através da cultura

Proposta 06: Preservando e Promovendo a Cultura nas Periferias de Manaus

Objetivo: Ampliar o acesso da população das periferias de Manaus a atividades culturais de qualidade, reduzindo desigualdades de acesso e promovendo a inclusão social.

Justificativa: A promoção da cultura nas periferias é essencial para reduzir desigualdades sociais e territoriais, valorizando as expressões culturais locais e fortalecendo a identidade e o orgulho das comunidades. A descentralização das atividades culturais contribui para a democratização do acesso à cultura e para o desenvolvimento sustentável das periferias.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de preservação e promoção da cultura nas periferias está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:



Diretriz: Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a atividades culturais de qualidade, promovendo o desenvolvimento pessoal e a inclusão social.

Argumento: A valorização das expressões culturais locais contribui para o fortalecimento da identidade e do orgulho das comunidades periféricas, promovendo a dignidade humana.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas culturais que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A promoção da cultura nas periferias contribui para a sustentabilidade integral, ao gerar oportunidades de desenvolvimento econômico e social, e ao valorizar o patrimônio cultural local.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A descentralização das atividades culturais promove a ocupação inclusiva e diversificada dos espaços urbanos, valorizando a cultura local e proporcionando oportunidades de desenvolvimento para todos.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A participação ativa das comunidades periféricas na formulação e implementação das políticas culturais assegura a transparência e a efetividade das ações, promovendo a coesão social e o desenvolvimento cultural.



Ações:

Programas de Descentralização Cultural:

- Criar programas de descentralização e ocupação das periferias com ações, atividades e investimentos no setor cultural, garantindo que as comunidades periféricas tenham acesso a atividades culturais de qualidade.

Valorização das Expressões Culturais Locais:

- Promover e valorizar as expressões culturais e artísticas das comunidades periféricas, fortalecendo sua identidade e orgulho cultural.

Parcerias e Colaboração:

- Estabelecer parcerias com entidades governamentais, organizações da sociedade civil, artistas locais e comunidades para a implementação de estratégias integradas de promoção cultural.

Formação e Capacitação:

- Desenvolver programas de formação e capacitação para artistas e agentes culturais das periferias, promovendo o desenvolvimento de competências e a profissionalização do setor cultural.

Eventos Culturais:

- Organizar e realizar eventos culturais nas periferias, incentivando a participação da comunidade local e promovendo a diversidade cultural.

Resultados Esperados: Promover e valorizar as expressões culturais e artísticas das comunidades periféricas, fortalecendo sua identidade e orgulho cultural, reduzindo desigualdades de acesso a atividades culturais de qualidade.

Indicadores de Sucesso: Eventos Culturais: Quantidade de eventos culturais organizados e realizados nas periferias de Manaus.



Engajamento e Participação: Nível de engajamento e participação da comunidade local na organização e participação dos eventos culturais.

Percepção da Comunidade: Percepção da comunidade sobre o impacto positivo das ações culturais em suas vidas e na comunidade.

Empregos Criados: Número de empregos diretos e indiretos criados através de iniciativas culturais nas periferias.

Formação e Capacitação: Número de programas de formação e capacitação realizados e quantidade de participantes beneficiados.

4.7. Boi Manaus, Passo a Paço, Réveillon, Festival Folclórico, Carnaval, entre outros

Proposta 07: Promoção de impacto cultural e econômico por meio dos grandes eventos da cidade.

Objetivo: Estimular a economia local através do aumento de vendas, serviços e empregos temporários gerados durante os grandes eventos culturais de Manaus, como Boi Manaus, Passo a Paço, Réveillon e Festival Folclórico.

Justificativa: Os grandes eventos culturais de Manaus têm um potencial significativo para impulsionar a economia local, atraindo visitantes e turistas, gerando empregos temporários e promovendo o comércio local. A reestruturação e fortalecimento desses eventos são essenciais para maximizar seu impacto cultural e econômico, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da cidade.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de promoção de impacto cultural e econômico por meio dos grandes eventos está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a eventos culturais de qualidade, promovendo a inclusão social e o bem-estar.

Argumento: Os grandes eventos culturais proporcionam oportunidades de lazer e entretenimento para todos os cidadãos, promovendo a dignidade humana e a coesão social.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas culturais que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A promoção dos grandes eventos culturais contribui para a sustentabilidade integral, ao gerar receitas econômicas, criar empregos temporários e valorizar a cultura local.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A realização de eventos culturais em diferentes espaços da cidade promove a ocupação inclusiva e diversificada dos espaços urbanos, valorizando a cultura local e proporcionando oportunidades de desenvolvimento para todos.



Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A participação ativa da comunidade na organização e implementação dos eventos culturais assegura a transparência e a efetividade das ações, promovendo a coesão social e o desenvolvimento cultural.

Ações:

Fortalecimento e Reestruturação dos Grandes Eventos:

- Fortalecer e reestruturar os grandes eventos culturais de Manaus, como Boi Manaus, Passo a Paço, Réveillon, Festival Folclórico e outros, garantindo sua relevância e impacto cultural e econômico.

Resgate dos Conceitos Originais:

- Resgatar os conceitos originais e o formato inicial do festival Passo a Paço, valorizando sua essência cultural e histórica.

Promoção e Divulgação:

- Desenvolver estratégias de promoção e divulgação dos eventos, utilizando plataformas digitais e redes sociais para aumentar o engajamento e a participação do público.

Parcerias e Colaboração:

- Estabelecer parcerias com entidades governamentais, organizações da sociedade civil, empresas locais e comunidades para a implementação de estratégias integradas de promoção cultural e econômica.

Monitoramento e Avaliação:

- Implementar sistemas de monitoramento e avaliação do impacto econômico e cultural dos eventos, utilizando indicadores de sucesso para medir os resultados e ajustar as estratégias conforme necessário.



Resultados Esperados: Aumentar o número de visitantes e turistas durante os eventos, contribuindo para o desenvolvimento do turismo cultural na cidade e promovendo a economia local através do aumento de vendas, serviços e empregos temporários.

Indicadores de Sucesso: Público Presente: Quantidade de público presente nos eventos, incluindo moradores locais e turistas.

Impacto Econômico Direto: Avaliação do impacto econômico direto, medido pelas receitas geradas e pelos empregos temporários criados durante os eventos.

Impacto Econômico Indireto: Avaliação do impacto econômico indireto, medido pelo aumento do comércio local, hospedagem e restaurantes durante os eventos.

Engajamento Digital: Nível de engajamento e interação nas plataformas digitais (redes sociais, sites) relacionadas aos eventos, medido pelo número de seguidores, curtidas, compartilhamentos e comentários.

Satisfação do Público: Percepção do público sobre a qualidade e o impacto dos eventos, medida por meio de pesquisas de satisfação e feedback dos participantes.

4.8. Estratégias para a Valorização Contínua dos Equipamentos Culturais

Proposta 08: Espaços Revitalizados, Comunidades Fortalecidas



Objetivo: Realizar obras de revitalização e modernização dos equipamentos culturais para melhorar a infraestrutura física e tecnológica, promovendo a valorização contínua desses espaços e fortalecendo as comunidades locais.

Justificativa: A revitalização e modernização dos equipamentos culturais são essenciais para garantir que esses espaços atendam às necessidades da comunidade, proporcionando um ambiente adequado para o desenvolvimento de atividades culturais. A melhoria da infraestrutura física e tecnológica desses equipamentos contribui para a inclusão social, o desenvolvimento cultural e o fortalecimento das identidades locais.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de valorização contínua dos equipamentos culturais está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam a promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a espaços culturais de qualidade, promovendo a inclusão social e o bem-estar.

Argumento: A revitalização dos equipamentos culturais proporciona um ambiente adequado para o desenvolvimento de atividades culturais, promovendo a dignidade humana e a coesão social.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas culturais que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.



Argumento: A modernização dos equipamentos culturais contribui para a sustentabilidade integral, ao criar oportunidades de desenvolvimento econômico e social, e ao valorizar a cultura local.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A revitalização dos equipamentos culturais promove a ocupação inclusiva e diversificada dos espaços urbanos, valorizando a cultura local e proporcionando oportunidades de desenvolvimento para todos.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A participação ativa da comunidade na formulação e implementação das políticas culturais assegura a transparência e a efetividade das ações, promovendo a coesão social e o desenvolvimento cultural.

Ações:

Programa de Manutenção e Revitalização:

- Criar o Programa de Manutenção, Revitalização e Ocupação dos Equipamentos Culturais, garantindo a melhoria contínua da infraestrutura física e tecnológica desses espaços.

Modernização Tecnológica:

- Implementar tecnologias modernas nos equipamentos culturais, como sistemas de som e iluminação de alta qualidade, acesso à internet e recursos audiovisuais avançados.

Promoção de Programações Diversificadas:



- Desenvolver programações culturais diversificadas e atrativas para a comunidade, promovendo a ocupação dos espaços revitalizados e o engajamento da população.

Parcerias e Colaboração:

- Estabelecer parcerias com entidades governamentais, organizações da sociedade civil, empresas locais e comunidades para a implementação de estratégias integradas de valorização dos equipamentos culturais.

Monitoramento e Avaliação:

- Implementar sistemas de monitoramento e avaliação do estado de conservação dos equipamentos culturais e do impacto das intervenções, utilizando indicadores de sucesso para medir os resultados e ajustar as estratégias conforme necessário.

Resultados Esperados: Promover uma maior utilização e ocupação dos espaços culturais através de programações diversificadas e atrativas para a comunidade, fortalecendo as identidades locais e contribuindo para o desenvolvimento cultural e social.

Indicadores de Sucesso: Estado de Conservação: Avaliação do estado de conservação dos equipamentos culturais antes e após as intervenções do programa.

Utilização dos Espaços: Percentual de utilização dos espaços culturais revitalizados ao longo do ano, medido pelo número de eventos realizados e pela quantidade de público presente.



Satisfação da Comunidade: Percepção da comunidade sobre a qualidade e o impacto das intervenções nos equipamentos culturais, medida por meio de pesquisas de satisfação e feedback dos usuários.

Engajamento e Participação: Nível de engajamento e participação da comunidade nas atividades culturais promovidas nos espaços revitalizados.

Parcerias Estabelecidas: Número de parcerias estabelecidas com entidades governamentais, organizações da sociedade civil, empresas locais e comunidades para a valorização dos equipamentos culturais.

4.9. Fortalecendo a Política de Financiamento Cultural

Proposta 09: Editais como Ferramenta de Inclusão Cultural

Objetivo: Apoiar projetos que promovam a diversidade cultural, abrangendo tanto expressões tradicionais quanto contemporâneas da cultura local, por meio de editais públicos de financiamento.

Justificativa: A política de financiamento cultural através de editais públicos é essencial para garantir a diversidade e a inclusão cultural. Ao apoiar projetos que valorizem as expressões culturais locais, tanto tradicionais quanto contemporâneas, contribuímos para o fortalecimento da identidade cultural e para a promoção da dignidade humana. A transparência nos processos de seleção e distribuição de recursos é fundamental para assegurar a equidade e a justiça social.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de fortalecimento da política de financiamento cultural está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam a promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades culturais, promovendo a inclusão social e o bem-estar.

Argumento: O financiamento de projetos culturais diversos promove a dignidade humana, ao valorizar as diferentes expressões culturais e proporcionar oportunidades de desenvolvimento para todos.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas culturais que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: O apoio a projetos culturais contribui para a sustentabilidade integral, ao criar oportunidades de desenvolvimento econômico e social, e ao valorizar a cultura local.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: O financiamento de projetos culturais diversificados promove a ocupação inclusiva e diversificada dos espaços urbanos, valorizando a cultura local e proporcionando oportunidades de desenvolvimento para todos.

Gestão Transparente e Participativa:



Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A transparência nos processos de seleção e distribuição de recursos assegura a equidade e a justiça social, promovendo a coesão social e o desenvolvimento cultural.

Ações:

Regularização e Fortalecimento dos Editais:

- Regularizar e fortalecer a política de editais públicos de financiamento para a cultura, garantindo a transparência e a equidade nos processos de seleção e distribuição de recursos.

Promoção da Diversidade Cultural:

- Desenvolver editais que incentivem a diversidade cultural, abrangendo tanto expressões tradicionais quanto contemporâneas da cultura local.

Capacitação e Suporte:

- Oferecer capacitação e suporte técnico para os proponentes de projetos culturais, garantindo que todos tenham acesso às informações e aos recursos necessários para participar dos editais.

Parcerias e Colaboração:

- Estabelecer parcerias com entidades governamentais, organizações da sociedade civil, empresas locais e comunidades para a implementação de estratégias integradas de financiamento cultural.

Monitoramento e Avaliação:

- Implementar sistemas de monitoramento e avaliação do impacto dos projetos culturais financiados, utilizando indicadores de sucesso para medir os resultados e ajustar as estratégias conforme necessário.



Resultados Esperados: Garantir transparência nos processos de seleção e distribuição de recursos através de editais públicos para projetos culturais, promovendo a diversidade cultural e a valorização do patrimônio cultural local.

Indicadores de Sucesso: Quantidade de Projetos Financiados: Número de projetos culturais financiados por meio de editais públicos, abrangendo tanto expressões tradicionais quanto contemporâneas da cultura local.

Impacto Cultural: Avaliação do impacto dos projetos na promoção da cultura local e na valorização do patrimônio cultural, medido pela diversidade de expressões culturais apoiadas e pelo engajamento da comunidade.

Transparência e Equidade: Percepção da transparência e da equidade nos processos de seleção e distribuição de recursos, medida por meio de pesquisas de satisfação e feedback dos proponentes de projetos culturais.

Engajamento e Participação: Nível de engajamento e participação da comunidade nos projetos culturais financiados, medido pelo número de participantes e pelo impacto social das atividades realizadas.

Capacitação e Suporte: Número de capacitações e sessões de suporte técnico oferecidas aos proponentes de projetos culturais, e a percepção da eficácia dessas ações por parte dos beneficiários.

4.10. Democratizando o Acesso às Artes em Manaus

Proposta 10: Programa de Popularização das Artes e da Cultura



Objetivo: Promover o acesso democrático e inclusivo às diversas formas de expressão cultural e artística para todos os cidadãos de Manaus, garantindo que a cultura seja um direito acessível a todos

Justificativa: A democratização do acesso às artes e à cultura é fundamental para o desenvolvimento social e cultural de Manaus. Ao promover a inclusão cultural, asseguramos que todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica, possam desfrutar e participar das diversas formas de expressão artística. Isso contribui para a promoção da dignidade humana, a coesão social e o fortalecimento das identidades locais.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de popularização das artes e da cultura está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades culturais, promovendo a inclusão social e o bem-estar.

Argumento: O acesso democrático às artes e à cultura promove a dignidade humana, ao valorizar as diferentes expressões culturais e proporcionar oportunidades de desenvolvimento para todos.

Sustentabilidade Integral:



Diretriz: Desenvolver políticas culturais que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A popularização das artes e da cultura contribui para a sustentabilidade integral, ao criar oportunidades de desenvolvimento econômico e social, e ao valorizar a cultura local.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A ocupação dos equipamentos culturais promove a inclusão e a diversidade, valorizando a cultura local e proporcionando oportunidades de desenvolvimento para todos.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A participação ativa da comunidade na organização e realização dos eventos culturais assegura a transparência e a efetividade das ações, promovendo a coesão social e o desenvolvimento cultural.

Ações:

Criação do Programa de Popularização:

- Criar o Programa de Popularização das Artes e da Cultura, com ações de ocupação nos principais equipamentos culturais do Município de Manaus.

Programações Diversificadas:



- Desenvolver programações culturais diversificadas e atrativas, abrangendo diferentes formas de expressão artística, como música, teatro, dança, artes visuais, literatura, entre outras.

Acessibilidade e Inclusão:

- Garantir a acessibilidade e a inclusão de todos os cidadãos nos eventos culturais, promovendo atividades gratuitas ou a preços acessíveis e adaptando os espaços para pessoas com deficiência.

Parcerias e Colaboração:

- Estabelecer parcerias com entidades governamentais, organizações da sociedade civil, empresas locais e comunidades para a implementação de estratégias integradas de popularização das artes e da cultura.

Capacitação e Suporte:

- Oferecer capacitação e suporte técnico para os organizadores de eventos culturais, garantindo que todos tenham acesso às informações e aos recursos necessários para participar do programa.

Monitoramento e Avaliação:

- Implementar sistemas de monitoramento e avaliação do impacto dos eventos culturais, utilizando indicadores de sucesso para medir os resultados e ajustar as estratégias conforme necessário.

Resultados Esperados: Otimizar a utilização dos principais equipamentos culturais da cidade, através de programações diversificadas e atrativas, promovendo a inclusão cultural e o engajamento da comunidade.

Indicadores de Sucesso: Número de Visitantes e Participantes: Quantidade de visitantes e participantes nos eventos culturais realizados nos equipamentos culturais municipais.



Variedade de Eventos: Quantidade e variedade de eventos culturais e artísticos oferecidos nos equipamentos culturais municipais, abrangendo diferentes formas de expressão artística.

Participação da Comunidade: Nível de participação da comunidade local na organização e realização dos eventos, incluindo voluntariado e colaboração ativa.

Acessibilidade e Inclusão: Avaliação da acessibilidade e da inclusão nos eventos culturais, medida pelo número de atividades gratuitas ou a preços acessíveis e pela adaptação dos espaços para pessoas com deficiência.

Satisfação da Comunidade: Percepção da comunidade sobre a qualidade e o impacto dos eventos culturais, medida por meio de pesquisas de satisfação e feedback dos participantes.







PROPOSTAS
PARA O EIXO DO

TURISMO

5.1. Expansão da Conectividade Aérea Internacional

Proposta 01: Desenvolvendo Rotas Aéreas Internacionais para Manaus

Objetivo: Estabelecer novas rotas aéreas internacionais que conectem Manaus a importantes centros econômicos e turísticos globais, promovendo o desenvolvimento econômico e o turismo receptivo.

Justificativa: A expansão da conectividade aérea internacional é crucial para o desenvolvimento econômico e turístico de Manaus. Ao estabelecer novas rotas aéreas, a cidade se posiciona como um ponto estratégico de ligação, facilitando o fluxo de passageiros e mercadorias. Isso não só impulsiona o turismo receptivo, como também fortalece a economia local, gerando empregos e oportunidades de negócios.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de desenvolver rotas aéreas internacionais está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades econômicas e sociais.



Argumento: A expansão da conectividade aérea internacional promove a dignidade humana ao criar empregos e oportunidades de negócios, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: O aumento do turismo receptivo contribui para a sustentabilidade integral, ao gerar receitas e promover a valorização do patrimônio cultural e natural de Manaus.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A melhoria da infraestrutura aeroportuária e a criação de novas rotas aéreas promovem a inclusão e a acessibilidade, facilitando o acesso de turistas e empresários à cidade.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população e os *stakeholders* nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A participação ativa de entidades governamentais, empresas aéreas e a comunidade na criação de novas rotas aéreas assegura a transparência e a efetividade das ações.

Ações:

Estudos de Viabilidade:



- Realizar estudos de viabilidade para identificar os destinos internacionais-chave e as potencialidades de novas rotas aéreas que utilizam Manaus como ponto estratégico de ligação.

Parcerias Estratégicas:

- Estabelecer parcerias com companhias aéreas, autoridades aeroportuárias e entidades governamentais para a criação e promoção de novas rotas aéreas internacionais.

Incentivos e Benefícios:

- Oferecer incentivos e benefícios fiscais para companhias aéreas que operem novas rotas internacionais a partir de Manaus, promovendo a competitividade e a atratividade do destino.

Promoção Internacional:

- Desenvolver campanhas de promoção internacional para divulgar Manaus como um destino turístico e de negócios, destacando suas potencialidades e atrativos.

Melhoria da Infraestrutura:

- Investir na melhoria da infraestrutura aeroportuária e dos serviços associados, garantindo a qualidade e a eficiência no atendimento aos passageiros internacionais.

Monitoramento e Avaliação:

- Implementar sistemas de monitoramento e avaliação do impacto das novas rotas aéreas, utilizando indicadores de sucesso para medir os resultados e ajustar as estratégias conforme necessário.

Resultados Esperados: Estimular o crescimento econômico através do aumento do fluxo de passageiros internacionais e do incremento do



turismo receptivo, posicionando Manaus como um hub estratégico de conectividade aérea.

Indicadores de Sucesso: Quantidade de Novas Rotas: Número de novas rotas internacionais inauguradas que conectam Manaus a destinos internacionais chave.

Aumento de Passageiros Internacionais: Aumento percentual no número de passageiros internacionais que utilizam o Aeroporto Internacional de Manaus.

Impacto Econômico: Avaliação do impacto econômico gerado pelo aumento do turismo receptivo e pelo fortalecimento das atividades comerciais e de negócios.

Satisfação dos passageiros: Percepção da qualidade dos serviços aeroportuários e da infraestrutura, medida por meio de pesquisas de satisfação e feedback dos passageiros internacionais.

Engajamento de Stakeholders: Nível de engajamento e colaboração dos stakeholders, incluindo companhias aéreas, autoridades aeroportuárias e entidades governamentais, na criação e promoção das novas rotas aéreas.

5.2. Ampliação de Horizontes através de Participação em Eventos Globais

Proposta 02: Promovendo Manaus em Feiras e Congressos Internacionais

Objetivo: Promover a cidade de Manaus como um destino atraente para investimentos, turismo de negócios e eventos internacionais, destacando suas potencialidades econômicas, culturais e turísticas.



Justificativa: A participação ativa em feiras, congressos e eventos internacionais é essencial para posicionar Manaus no cenário global. Ao promover a cidade como um destino de negócios e turismo, atraímos investimentos estrangeiros, fomentamos o desenvolvimento econômico local e fortalecemos a imagem de Manaus como um polo de inovação e oportunidades.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de promover Manaus em eventos globais está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades econômicas e sociais.

Argumento: A promoção de Manaus em eventos internacionais cria empregos e oportunidades de negócios, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.



Argumento: A atração de investimentos estrangeiros e o aumento do turismo de negócios contribuem para a sustentabilidade integral, ao gerar receitas e promover o desenvolvimento econômico local.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A promoção de Manaus como um destino de eventos internacionais valoriza a infraestrutura local e incentiva melhorias que beneficiam toda a população.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população e os *stakeholders* nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A participação ativa de representantes de Manaus em eventos internacionais assegura a transparência e a efetividade das ações, promovendo a coesão social e o desenvolvimento econômico.

Ações:

Participação em Eventos Internacionais:

- Estimular a participação de representantes de Manaus em feiras, congressos e eventos internacionais, promovendo a cidade como um destino de negócios e turismo.

Promoção de Produtos e Serviços:

- Expor e promover produtos, serviços e potencialidades econômicas de Manaus em mercados internacionais, destacando suas vantagens competitivas.

Estabelecimento de Parcerias:



- Facilitar o estabelecimento de contatos comerciais e parcerias estratégicas durante os eventos internacionais, promovendo a cooperação e o desenvolvimento econômico.

Atração de Investimentos:

- Desenvolver estratégias para atrair investimentos estrangeiros diretos para Manaus, destacando as oportunidades de negócios e os incentivos oferecidos pela cidade.

Capacitação e Suporte:

- Oferecer capacitação e suporte técnico para os representantes de Manaus que participam de eventos internacionais, garantindo que todos tenham acesso às informações e aos recursos necessários para promover a cidade de forma eficaz.

Monitoramento e Avaliação:

- Implementar sistemas de monitoramento e avaliação do impacto da participação em eventos internacionais, utilizando indicadores de sucesso para medir os resultados e ajustar as estratégias conforme necessário.

Resultados Esperados: Expor e promover produtos, serviços e potencialidades econômicas de Manaus em mercados internacionais, atraindo investimentos estrangeiros e fomentando o desenvolvimento econômico local.

Indicadores de Sucesso: Quantidade de Representantes: Número de representantes de Manaus participando ativamente de feiras, congressos e eventos internacionais.

Contatos Comerciais e Parcerias: Quantidade de contatos comerciais e parcerias estabelecidas durante os eventos internacionais.



Investimentos Estrangeiros: Montante de investimentos estrangeiros diretos atraídos para Manaus como resultado da participação em eventos internacionais.

Impacto Econômico: Avaliação do impacto econômico dos eventos através de indicadores como geração de empregos, aumento de receitas locais, entre outros.

Satisfação dos Participantes: Percepção dos representantes de Manaus sobre a eficácia da participação em eventos internacionais, medida por meio de pesquisas de satisfação e feedback dos participantes.

5.3. Turismo Cultural

Proposta 03: Atração de turistas por meio dos Eventos Culturais

Objetivo: Aumentar o número de visitantes nacionais e internacionais a Manaus através da promoção de eventos culturais atrativos, fortalecendo a economia local e valorizando o patrimônio cultural da cidade.

Justificativa: A promoção de eventos culturais é uma estratégia eficaz para atrair turistas e dinamizar a economia local. Manaus, com sua rica herança cultural e diversidade, tem um enorme potencial para se destacar como um destino turístico de referência. Ao promover eventos culturais, esportivos, gastronômicos e artísticos, a cidade não só atrai visitantes, mas também valoriza e preserva seu patrimônio cultural.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de atrair turistas por meio de eventos culturais está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades culturais e de lazer.

Argumento: A promoção de eventos culturais proporciona acesso a atividades de lazer e cultura, melhorando a qualidade de vida dos cidadãos e promovendo a inclusão social.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: O turismo cultural contribui para a sustentabilidade integral ao gerar receitas, criar empregos e promover a valorização do patrimônio cultural e ambiental.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A realização de eventos culturais em diferentes áreas da cidade promove a inclusão e a acessibilidade, valorizando os espaços públicos e integrando a comunidade.

Gestão Transparente e Participativa:



Diretriz: Envolver a população e os *stakeholders* nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A participação ativa da comunidade e dos *stakeholders* na organização e promoção de eventos culturais assegura a transparência e a efetividade das ações.

Ações:

Promoção do Calendário Anual de Eventos:

- Estabelecer metodologias para promover o turismo e desenvolver um calendário anual de eventos culturais, esportivos, gastronômicos e artísticos.

Campanhas de Valorização:

- Criar campanhas de valorização dos pontos turísticos, equipamentos culturais e setor gastronômico de Manaus, destacando suas singularidades e atrativos.

Inventário Turístico:

- Mapear e catalogar os atrativos da cidade de Manaus através de um inventário turístico, facilitando a promoção e a organização de eventos.

Incentivo à Realização de Grandes Eventos:

- Incentivar a realização de grandes eventos na cidade de Manaus, oferecendo suporte logístico e financeiro para organizadores e promotores de eventos.

Desenvolvimento de Novos Circuitos Turísticos:

- Estruturar, captar e incentivar novos circuitos turísticos focados no Turismo Cultural e Turismo de Eventos, promovendo a diversificação da oferta turística.



Monitoramento e Avaliação:

- Implementar sistemas de monitoramento e avaliação do impacto dos eventos culturais, utilizando indicadores de sucesso para medir os resultados e ajustar as estratégias conforme necessário.

Resultados Esperados: Desenvolver um calendário anual de eventos que inclua festivais culturais, esportivos, gastronômicos e artísticos, atraindo visitantes e moradores locais e promovendo o desenvolvimento econômico e cultural de Manaus.

Indicadores de Sucesso: Quantidade de Eventos: Número de eventos culturais e turísticos incluídos no calendário anual de Manaus.

Participação e Visitantes: Número de participantes e visitantes nos eventos ao longo do ano.

Receita Gerada: Receita gerada pelos eventos, incluindo hotéis, restaurantes, comércio local, entre outros.

Satisfação dos Participantes: Percepção dos participantes sobre a qualidade e a organização dos eventos, medida por meio de pesquisas de satisfação e feedback dos visitantes.

Impacto Econômico: Avaliação do impacto econômico dos eventos através de indicadores como geração de empregos, aumento de receitas locais e valorização do patrimônio cultural.

5.4. Infraestrutura e Turismo

Proposta 04: Requalificação para fomentar o desenvolvimento econômico e atrair investimentos



Objetivo: Realizar melhorias na infraestrutura básica dos principais atrativos turísticos, como monumentos históricos, áreas naturais e culturais, para fomentar o desenvolvimento econômico e atrair investimentos.

Justificativa: A requalificação da infraestrutura turística é essencial para tornar Manaus um destino mais atraente e competitivo. Melhorias na infraestrutura básica, segurança e sinalização dos principais atrativos turísticos não só aumentam a satisfação dos visitantes, como também incentivam o desenvolvimento econômico local e atraem novos investimentos.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de requalificação da infraestrutura turística está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a uma infraestrutura de qualidade e segura.

Argumento: Melhorias na infraestrutura turística proporcionam um ambiente mais seguro e acessível para todos, promovendo a inclusão social e a dignidade humana.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.



Argumento: A requalificação da infraestrutura turística contribui para a sustentabilidade integral ao promover o desenvolvimento econômico local e a preservação do patrimônio cultural e natural.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: Melhorias na infraestrutura dos atrativos turísticos e zonas portuárias promovem a acessibilidade e a inclusão, valorizando os espaços públicos e integrando a comunidade.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população e os *stakeholders* nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A participação ativa da comunidade e dos *stakeholders* na requalificação da infraestrutura turística assegura a transparência e a efetividade das ações.

Ações:

Melhoria da Infraestrutura Básica:

- Realizar melhorias na infraestrutura básica dos principais atrativos turísticos, incluindo estradas, calçadas, instalações sanitárias e acessos.

Segurança nos Atrativos Turísticos:

- Aumentar a segurança nos atrativos turísticos através de iluminação adequada, câmeras de segurança e presença policial, garantindo um ambiente seguro para visitantes e moradores.

Programa de Requalificação de Infraestrutura:



- Criar o Programa de Requalificação de Infraestrutura das principais zonas portuárias da cidade, promovendo melhorias nas instalações e acessos.

Sinalização Turística:

- Implementar uma sinalização clara e eficaz para orientar os turistas até os atrativos e facilitar a navegação na cidade, incluindo placas informativas e mapas interativos.

Monitoramento e Avaliação:

- Implementar sistemas de monitoramento e avaliação das melhorias realizadas, utilizando indicadores de sucesso para medir os resultados e ajustar as estratégias conforme necessário.

Resultados Esperados: Garantir acessos adequados para visitantes, incluindo melhorias em estradas, calçadas e instalações sanitárias, e implementar uma sinalização clara e eficaz para orientar os turistas até os atrativos e facilitar a navegação na cidade.

Indicadores de Sucesso: Qualidade das Melhorias: Avaliação da qualidade das melhorias realizadas nos atrativos turísticos e zonas portuárias, utilizando critérios técnicos e feedback dos visitantes.

Satisfação dos Visitantes: Pesquisas de satisfação para medir a percepção dos visitantes sobre a infraestrutura melhorada, incluindo aspectos como acessibilidade, segurança e sinalização.

Incremento no Número de Visitantes: Incremento percentual no número de visitantes nos atrativos turísticos após as melhorias, medido por meio de dados de fluxo turístico e registros de entrada.



Impacto Econômico: Avaliação do impacto econômico das melhorias na infraestrutura turística, utilizando indicadores como geração de empregos, aumento de receitas locais e atração de novos investimentos.

5.5. Treinamento e qualificação dos agentes de turismo

Proposta 05: Desenvolvimento e Fortalecimento do Setor de Turismo

Objetivo: Proporcionar treinamentos focados em oferecer experiências memoráveis aos visitantes, com ênfase na excelência do serviço e na qualidade do atendimento.

Justificativa: A qualificação dos agentes de turismo é essencial para garantir que os visitantes tenham experiências positivas e memoráveis. Treinamentos contínuos e atualizações são fundamentais para manter um alto padrão de atendimento, promover a sustentabilidade e fortalecer o setor turístico como um todo.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de desenvolvimento e fortalecimento do setor de turismo está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades de capacitação e desenvolvimento profissional.



Argumento: A capacitação dos agentes de turismo promove a dignidade humana ao oferecer oportunidades de crescimento profissional e melhoria na qualidade de vida.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A qualificação dos agentes de turismo inclui a adoção de práticas sustentáveis, contribuindo para a sustentabilidade integral do setor.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A capacitação dos agentes de turismo promove a inclusão ao garantir que todos os visitantes, independentemente de suas necessidades, recebam um atendimento de qualidade.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população e os *stakeholders* nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A participação ativa dos agentes de turismo e stakeholders na capacitação e desenvolvimento do setor assegura a transparência e a efetividade das ações.

Ações:

Dinamização dos Centros de Atendimento ao Turista:

- Melhorar as ações e serviços oferecidos pelos centros de atendimento ao turista, garantindo um atendimento eficiente e de qualidade.



Capacitação e Atualização dos Agentes de Turismo:

- Criar programas de capacitação e atualização contínua para os agentes de turismo, focando em atendimento ao cliente, práticas sustentáveis e inovação.

Fortalecimento das Entidades e Ações do Setor:

- Fortalecer as entidades, agentes e ações existentes relacionadas ao setor do turismo, promovendo parcerias estratégicas e colaboração entre os stakeholders.

Monitoramento e Avaliação:

- Implementar sistemas de monitoramento e avaliação das ações de capacitação e fortalecimento do setor, utilizando indicadores de sucesso para medir os resultados e ajustar as estratégias conforme necessário.

Resultados Esperados: Desenvolver estratégias para atrair investimentos públicos e privados para projetos de infraestrutura turística, melhorar a qualidade do atendimento nos centros de atendimento ao turista e fortalecer as entidades e ações do setor de turismo.

Indicadores de Sucesso:

Dinamizar as ações dos centros de atendimento ao turista:

Taxa de Satisfação dos Turistas: Medida através de pesquisas de satisfação realizadas com os visitantes que utilizam os serviços dos centros de atendimento.

Número de Visitantes Atendidos: Quantidade de turistas que procuram informações nos centros de atendimento, comparada com períodos anteriores.



Utilização de Tecnologias Digitais: Porcentagem de turistas que utilizam aplicativos móveis ou outras plataformas digitais disponibilizadas nos centros.

Criar ações de capacitação e atualização dos agentes de turismo:

Taxa de Participação em Treinamentos: Porcentagem de agentes de turismo que participarem das capacitações oferecidas.

Melhoria na Avaliação de Serviço: Avaliação média dos serviços turísticos após a implementação dos treinamentos de atendimento ao cliente.

Adoção de Práticas Sustentáveis: Número de agentes de turismo que implementarem práticas sustentáveis após treinamentos específicos.

Fortalecer as entidades, agentes e ações existentes relacionadas ao setor do Turismo:

Número de Parcerias Estabelecidas: Quantidade de novas parcerias estratégicas formadas entre entidades, empresas locais e atrativos turísticos.

Crescimento no Número de Visitantes: Aumento percentual no número de visitantes ou turistas na região, comparado com anos anteriores.

Atração de Investimentos: Montante de recursos captados através de investimentos públicos e privados destinados a melhorias na infraestrutura turística.

5.6. Inovação no Turismo

Proposta 06: Desenvolvimento e implementação de ideias criativas para melhorar a competitividade e atratividade do destino.



Objetivo: Desenvolver novos produtos, experiências e serviços que sejam únicos e atrativos para os turistas, aumentando a competitividade e a atratividade do destino.

Justificativa: A inovação no setor de turismo é crucial para manter a competitividade e atratividade de Manaus como destino turístico. A criação de novas experiências e serviços únicos pode diferenciar a cidade de outros destinos, atraindo um público diversificado e promovendo o desenvolvimento econômico local.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de inovação no turismo está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico e cultural.

Argumento: A inovação no turismo promove a dignidade humana ao criar novas oportunidades de emprego e desenvolvimento econômico para a população local.

Sustentabilidade Integral:



Diretriz: Desenvolver políticas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A criação de produtos e experiências turísticas inovadoras pode ser alinhada a práticas sustentáveis, promovendo a sustentabilidade integral do setor.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A inovação no turismo pode incluir a criação de espaços e experiências acessíveis a todos, promovendo a inclusão social e a valorização dos espaços públicos.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população e os *stakeholders* nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A participação ativa dos *stakeholders* e da comunidade na criação de novas experiências turísticas assegura a transparência e a efetividade das ações.

Ações:

Prêmio de Destaques do Ano:

- Criar o prêmio de destaques do ano para iniciativas e empreendedores do setor de turismo, incentivando a inovação e reconhecendo as melhores práticas.

Monitoramento e Classificação do Setor Turístico:



- Criar pesquisas para monitoramento e classificação do setor turístico da cidade de Manaus, visando levantar dados concretos sobre perfil, indicadores e similares.

Gestão Inovadora de Turismo:

- Desenvolver uma gestão de turismo mais inovadora baseada na experiência, impactando positivamente a vida dos residentes e dos visitantes.

Utilização de Novas Tecnologias:

- Adotar um papel proativo na utilização de novas tecnologias em prol da atividade turística, como realidade aumentada, inteligência artificial e aplicativos móveis.

Fórum Permanente de Turismo:

- Criar o Fórum Permanente de Turismo com o intuito de garantir o diálogo constante entre a Prefeitura de Manaus e o setor do turismo.

Aplicativo de Turismo:

- Criar um aplicativo de turismo para melhorar a mobilidade, divulgação e aspectos culturais e identitários da cidade e seus equipamentos turísticos.

Resultados Esperados: Identificar e atrair novos segmentos de mercado, como turistas de negócios, ecoturistas, entre outros, através de ofertas inovadoras. Promover a cidade de Manaus como um destino turístico competitivo e atrativo, aumentando a satisfação dos visitantes e o desenvolvimento econômico local.

Indicadores de Sucesso: Aumento no Número de Visitantes: Aumento percentual no número de visitantes ou turistas que escolhem o destino após a implementação das ideias inovadoras.









PROPOSTAS
PARA O EIXO DA

INFRA ESTRUTURA

6.1. Infraestrutura e mobilidade urbana

Proposta 01: Concessão, via PPP, de terminais e abrigos de passageiros em paradas de ônibus

Objetivo: Renovar e modernizar os abrigos de passageiros, terminais integradores e a rodoviária do transporte coletivo urbano, garantindo um sistema de acesso à internet gratuita para a cidade, tornando Manaus uma cidade digital com acesso universalizado.

Justificativa: A modernização da infraestrutura de transporte público é essencial para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, promovendo a dignidade humana, a sustentabilidade e a inclusão digital. A concessão via Parceria Público-Privada (PPP) permite a implementação de melhorias significativas sem onerar os cofres públicos, utilizando a exploração de publicidade como fonte de financiamento.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de concessão de terminais e abrigos de passageiros está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a serviços públicos de qualidade.



Argumento: A modernização dos abrigos e terminais melhora a experiência dos usuários do transporte público, promovendo a dignidade humana.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A concessão via PPP promove a sustentabilidade econômica ao utilizar a exploração de publicidade para financiar as melhorias.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A modernização dos abrigos e terminais torna o espaço urbano mais acessível e inclusivo, beneficiando todos os cidadãos.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população e os *stakeholders* nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A concessão via PPP envolve a participação do setor privado e garante a transparência na utilização dos recursos gerados pela publicidade.

Ações:

Concessão via PPP:

- Conceder, via PPP, terminais e abrigos de passageiros em paradas de ônibus. O processo envolve a reforma, substituição e instalação de abrigos de passageiros, assim como a reforma de terminais integradores e da rodoviária do transporte urbano.

Exploração de Publicidade:



- Autorizar a exploração de publicidade nas instalações para financiar as melhorias e a instalação de sistemas de transmissão de internet wi-fi gratuita.

Instalação de Internet Wi-Fi:

- Instalar sistemas de internet wi-fi gratuita nos abrigos, terminais e rodoviária, permitindo o acesso de usuários e da população do entorno.

Repasse ao Governo Municipal:

- Garantir que 10% do valor bruto arrecadado com a cobrança da publicidade eletrônica sejam repassados ao governo municipal, a título de outorga.

Resultados Esperados: Substituir, modernizar ou implantar abrigos de passageiros em todas as paradas de ônibus onde for fisicamente possível. Modernizar terminais e a rodoviária do transporte coletivo urbano, melhorando a qualidade do serviço pré-embarque prestado à população. Instalar sistemas de internet wi-fi em todos os abrigos, terminais e rodoviária, garantindo acessibilidade digital a toda a cidade.

Indicadores de Sucesso: Quantidade de Abrigos Modernizados, Substituídos e Implantados: Número total de abrigos de passageiros modernizados, substituídos e implantados em paradas de ônibus.

Cobertura de Internet: Extensão das áreas de cobertura de internet wi-fi gratuita na cidade de Manaus, medida em termos de quantidade de abrigos, terminais e rodoviária com acesso à internet.

Satisfação dos Usuários: Taxa de satisfação dos usuários do transporte público em relação às melhorias nos abrigos e terminais, medida através de pesquisas de satisfação.



Repasse ao Governo Municipal: Montante de recursos repassados ao governo municipal provenientes da exploração de publicidade nas instalações.

Proposta 02: Reestruturação do Plano de Mobilidade Urbana de Manaus

Objetivo: Promover um sistema de transporte eficiente, seguro e acessível para todos os cidadãos, reduzindo os congestionamentos e o tempo de deslocamento, além de incentivar o uso de modais sustentáveis.

Justificativa: A reestruturação do Plano de Mobilidade Urbana de Manaus é essencial, pois o plano atual, com mais de 10 anos, não foi atualizado desde sua elaboração. A cidade enfrenta desafios significativos relacionados ao trânsito, como congestionamentos frequentes, longos tempos de deslocamento e um sistema de transporte público que não atende adequadamente às necessidades da população. A modernização do plano é crucial para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, promover a sustentabilidade e garantir a segurança viária.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A reestruturação do Plano de Mobilidade Urbana de Manaus está alinhada com as diretrizes centrais do nosso plano de governo, que visam promover um desenvolvimento urbano mais justo, sustentável e inclusivo. A inovação é um fio condutor essencial para enfrentar os desafios complexos e persistentes das cidades modernas. Ao atualizar o plano de mobilidade, buscamos não apenas cumprir a legislação vigente, mas também abraçar soluções criativas e adaptativas que atendam às necessidades reais dos cidadãos.



A proposta reflete nosso compromisso com a promoção da dignidade humana, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a um sistema de transporte eficiente e seguro. Além disso, a sustentabilidade integral é um pilar fundamental, pois incentivamos o uso de modais que reduzam a pegada ambiental e promovam a justiça ambiental.

A inclusão espacial física é outra diretriz crucial, assegurando que o planejamento urbano considere as necessidades de todos os segmentos da sociedade, especialmente os mais vulneráveis. Por fim, a gestão transparente e participativa é garantida através do envolvimento da sociedade em todas as etapas do processo, desde a concepção até a implementação e monitoramento das ações propostas.

Essa abordagem integrada e inovadora permitirá a construção de uma Manaus mais inteligente, resiliente e inclusiva, oferecendo mais qualidade de vida para todos os seus habitantes.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir que todos os cidadãos tenham acesso a um sistema de transporte eficiente e seguro.

Argumento: Um sistema de transporte bem estruturado é fundamental para a dignidade dos cidadãos, proporcionando-lhes acesso a oportunidades de trabalho, educação, saúde e lazer. A reestruturação do Plano de Mobilidade Urbana visa reduzir os tempos de deslocamento e melhorar a qualidade de vida da população, especialmente daqueles que dependem do transporte público.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver e incentivar o uso de modais sustentáveis de transporte.



Argumento: A atualização do plano de mobilidade urbana incentivará o uso de bicicletas, caminhadas e transporte público, contribuindo para a redução da emissão de poluentes e a preservação ambiental. A sustentabilidade integral é promovida através da criação de infraestrutura adequada para esses modais, como ciclovias e calçadas, e da modernização da frota de transporte público.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar e implementar um sistema de transporte que seja acessível a todos os cidadãos, incluindo pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Argumento: A proposta visa criar um espaço urbano mais inclusivo, garantindo que a infraestrutura de transporte atenda às necessidades de todos os usuários. Isso inclui a realização de auditorias de acessibilidade e a implementação de melhorias nas paradas de ônibus, estações e veículos, assegurando que todos possam se deslocar com segurança e dignidade.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a comunidade e os *stakeholders* no processo de reestruturação do plano de mobilidade urbana.

Argumento: A gestão transparente e participativa é essencial para garantir que as políticas públicas reflitam as necessidades e aspirações da sociedade. A reestruturação do plano será realizada com a participação ativa da comunidade, garantindo transparência e colaboração em todas as etapas do processo, desde a concepção até a implementação e monitoramento das ações propostas.

Ações:

- Atualizar o Plano de Mobilidade Urbana de Manaus, incorporando as melhores práticas e tecnologias modernas.



- Implementar medidas que reduzam acidentes e aumentem a segurança para todos os usuários das vias.
- Desenvolver e expandir a infraestrutura para modais sustentáveis, como ciclovias e calçadas adequadas.
- Melhorar a eficiência do transporte público, incluindo a modernização da frota e a otimização das rotas.
- Realizar campanhas de conscientização sobre segurança viária e uso de modais sustentáveis.

Resultados Esperados: Redução significativa dos congestionamentos e do tempo de deslocamento para os cidadãos.

Aumento da segurança viária, com uma diminuição no número de acidentes de trânsito.

Maior uso de transporte público e modais sustentáveis, como bicicletas e caminhadas.

Melhoria na acessibilidade do sistema de transporte para todos os usuários, incluindo pessoas com deficiência.

Maior satisfação dos cidadãos com o sistema de transporte urbano.

Indicadores de Sucesso:

Redução do Tempo de Deslocamento:

- Medir a diminuição do tempo médio que os cidadãos levam para se deslocar de casa ao trabalho ou a outros destinos.



Aumento no Uso do Transporte Público:

- Monitorar o número de passageiros transportados diariamente em ônibus, metrô e outros modais de transporte público.

Incremento do Uso de Modais Sustentáveis:

- Avaliar o aumento no uso de bicicletas e caminhadas, além da implementação de ciclovias e calçadas adequadas.

Diminuição de Acidentes de Trânsito:

- Analisar a taxa de acidentes de trânsito antes e depois da implementação de medidas de segurança viária.

Acessibilidade do Sistema de Transporte:

- Realizar auditorias de acessibilidade nas paradas de ônibus, estações e veículos para garantir que atendam às necessidades de todos os usuários.

Proposta 03: Expansão Integrada dos Eixos de Mobilidade Urbana em Manaus

Objetivo: Criar novas linhas de transporte público que operem no eixo leste-oeste, proporcionando alternativas eficientes às principais rotas norte-sul.

Justificativa: A expansão dos eixos de mobilidade urbana é essencial para equilibrar a distribuição do transporte público em Manaus, promovendo um desenvolvimento urbano mais equitativo e sustentável. Atualmente, as principais linhas de transporte concentram-se no eixo norte-sul, deixando áreas leste e oeste com menor acesso e conectividade. Essa proposta visa corrigir essa desigualdade, melhorando a acessibilidade e incentivando o crescimento econômico em regiões menos atendidas.



Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de Expansão Integrada dos Eixos de Mobilidade Urbana em Manaus está alinhada com as diretrizes fundamentais do nosso plano de governo, que visam promover um desenvolvimento urbano mais justo, sustentável e inclusivo. Ao incorporar a inovação como fio condutor, buscamos enfrentar os desafios complexos e persistentes da cidade de maneira criativa e adaptativa, sempre centrada nas necessidades dos cidadãos.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir acesso equitativo ao transporte público para todos os cidadãos.

Argumento: A criação de novas linhas de transporte no eixo leste-oeste permitirá que mais cidadãos tenham acesso a um sistema de transporte eficiente, reduzindo a exclusão social e melhorando a qualidade de vida.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver um sistema de transporte público que minimize o impacto ambiental.

Argumento: A expansão das linhas de transporte público contribuirá para a redução do uso de veículos particulares, diminuindo a emissão de poluentes e promovendo um ambiente urbano mais sustentável.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Assegurar que a infraestrutura de transporte seja acessível a todos, incluindo pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.



Argumento: A proposta inclui a melhoria da sinalização e a reconfiguração do tráfego, garantindo que as novas rotas sejam seguras e acessíveis para todos os usuários.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a comunidade no planejamento e implementação das novas linhas de transporte.

Argumento: O engajamento da comunidade local na identificação e solução de problemas de tráfego assegura que as soluções implementadas atendam às necessidades reais dos moradores, promovendo transparência e participação.

Ações:

Expansão do Modal para o Eixo Leste-Oeste:

- Implementar novas linhas de transporte público que operem no eixo leste-oeste, complementando ainda as principais rotas norte-sul, como Djalma Batista, Constantino Nery e Torquato Tapajós.

Melhoria da Sinalização:

- Reavaliar e melhorar a sinalização nas áreas problemáticas, garantindo que as vias sejam claramente sinalizadas e seguras para todos os usuários.

Reconfiguração do Tráfego:

- Reconfigurar o tráfego em áreas de congestionamento crítico, incluindo a criação de novas rotas, vias alternativas e ajustes no sentido das ruas.

Engajamento da Comunidade:



- Envolver a comunidade local na identificação e solução de problemas de tráfego, garantindo que as soluções implementadas atendam às necessidades dos moradores.

Resultados Esperados: Promover o desenvolvimento de áreas que atualmente têm menor acesso a transporte público, incentivando o crescimento urbano e econômico nessas regiões.

Indicadores de Sucesso:

Número de Passageiros Transportados:

- Monitorar o aumento no número de passageiros nas novas linhas de transporte leste-oeste em comparação com as linhas existentes.

Redução no Tempo de Deslocamento:

- Medir a diminuição do tempo de viagem entre áreas leste e oeste antes e depois da implementação das novas rotas.

Aumento na Cobertura de Transporte Público:

- Avaliar a porcentagem de bairros que passam a ter acesso a linhas de transporte público no eixo leste-oeste.

Satisfação dos Usuários:

- Realizar pesquisas para medir a satisfação dos usuários com as novas rotas, incluindo aspectos como conforto, segurança e frequência.

Diminuição de Congestionamentos:

- Monitorar as taxas de congestionamento nas principais vias norte-sul e verificar se há redução do problema após a implementação das novas linhas.

Proposta 04: Mobilidade Urbana Sustentável e Eficiente em Manaus



Objetivo: Proporcionar um transporte público mais rápido e confiável, reduzindo o tempo de viagem dos usuários e aumentando a frequência dos ônibus.

Justificativa: A implementação de um sistema de mobilidade urbana sustentável e eficiente é crucial para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos de Manaus. A proposta visa modernizar o transporte público, tornando-o uma alternativa viável e atrativa ao transporte individual, reduzindo a dependência de carros particulares e os impactos ambientais associados.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de Mobilidade Urbana Sustentável e Eficiente em Manaus está alinhada com as diretrizes do plano de governo, que visam promover um desenvolvimento urbano mais justo, sustentável e inclusivo. A seguir, detalhamos como essa proposta se relaciona com as principais diretrizes do plano de governo:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir acesso equitativo ao transporte público para todos os cidadãos.

Argumento: A implementação de sistemas de transporte rápido e confiável, como o BRS e o BRT, assegura que todos os cidadãos tenham acesso a um meio de transporte eficiente, reduzindo a exclusão social e melhorando a qualidade de vida.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver um sistema de transporte público que minimize o impacto ambiental.



Argumento: A utilização de corredores exclusivos e sistemas inteligentes de transporte contribuirá para a redução do uso de veículos particulares, diminuindo a emissão de poluentes e promovendo um ambiente urbano mais sustentável.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Assegurar que a infraestrutura de transporte seja acessível a todos, incluindo pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Argumento: A proposta inclui a construção e manutenção de infraestrutura adequada, como pontos de ônibus confortáveis e seguros, garantindo que o transporte público seja acessível a todos os usuários.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a comunidade no planejamento e implementação das novas linhas de transporte.

Argumento: O desenvolvimento e promoção de aplicativos de mobilidade e a criação de um centro de controle de tráfego que utilize dados em tempo real asseguram que as soluções implementadas atendam às necessidades reais dos moradores, promovendo transparência e participação.

Ações:

Implantação do BRS e BRT:

- Implementar o sistema BRS (*Bus Rapid Service*) e BRT (*Bus Rapid Transit*) nos corredores troncais de maior fluxo e demanda, principalmente nos eixos Leste-Oeste e Norte-Sul.

Corredores Exclusivos para Ônibus:

- Implantar corredores exclusivos para ônibus nas principais vias da cidade, aumentando a velocidade média dos ônibus e reduzindo o tempo de viagem dos passageiros.



Sistemas Inteligentes de Transporte:

- Implementar sistemas inteligentes de transporte para otimizar o fluxo de tráfego, incluindo semáforos inteligentes e sensores de tráfego.

Infraestrutura Necessária:

- Construir e manter a infraestrutura necessária para os corredores exclusivos, como sinalização adequada, pontos de ônibus confortáveis e segurança.

Monitoramento Contínuo:

- Utilizar sistemas de monitoramento contínuo para garantir que os corredores exclusivos sejam utilizados de forma eficaz e que não sejam invadidos por outros veículos.

Semáforos Inteligentes:

- Instalar semáforos inteligentes com software de IA para gerenciamento e fluidez do trânsito.

Aplicativos de Mobilidade:

- Desenvolver e promover o uso de aplicativos de mobilidade que forneçam informações em tempo real sobre horários de ônibus, rotas alternativas e condições de tráfego.

Centro de Controle de Tráfego:

- Estabelecer um centro de controle de tráfego que utilize dados em tempo real para gerenciar o fluxo de veículos e responder rapidamente a incidentes.

Resultados Esperados: Promover a utilização do transporte público como alternativa viável ao transporte individual, reduzindo a dependência de carros particulares e os impactos ambientais.



Indicadores de Sucesso:

Aumento na Taxa de Passageiros:

- Monitorar o número de passageiros transportados diariamente nas linhas BRS e BRT, comparando com o sistema anterior.

Redução do Tempo de Viagem:

- Avaliar a diminuição do tempo médio de deslocamento nas rotas BRS e BRT em comparação com as rotas regulares.

Frequência e Pontualidade:

- Medir a frequência dos ônibus e a pontualidade das linhas, assegurando que os serviços sejam entregues conforme o cronograma.

Satisfação dos Usuários:

- Realizar pesquisas de satisfação com os usuários do sistema, coletando feedback sobre conforto, segurança e eficiência.

Redução de Congestionamentos:

- Monitorar a diminuição de congestionamentos.

Integração com Outros Modais:

- Avaliar a capacidade de integração do BRT e BRS com outros modais de transporte, como ciclovias e terminais de ônibus, e a facilidade de transferência entre eles.

Impacto Ambiental:

- Monitorar a qualidade do ar, buscando evidências de melhoria na qualidade do ar e redução das emissões.

Proposta 05: Introdução de mais concorrência no mercado de Transporte Público



Objetivo: Elevar o padrão de qualidade do transporte público em Manaus, promovendo um serviço mais eficiente, confortável e acessível para todos os cidadãos.

Justificativa: A introdução de mais concorrência no mercado de transporte público é essencial para melhorar a qualidade dos serviços oferecidos. A concorrência saudável incentiva as empresas a inovarem e a oferecerem melhores condições aos usuários, resultando em um transporte público mais eficiente e confiável.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de introduzir mais concorrência no mercado de transporte público em Manaus está alinhada com as principais diretrizes do plano de governo, promovendo uma cidade mais justa, sustentável, inclusiva e transparente. A seguir, detalhamos como essa proposta se relaciona com cada uma das diretrizes:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir um transporte público de alta qualidade e acessível para todos os cidadãos.

Argumento: A elevação do padrão de qualidade do transporte público, através da introdução de mais concorrência, assegura que todos os cidadãos tenham acesso a um serviço digno, confortável e eficiente, melhorando a qualidade de vida.

Sustentabilidade Integral:



Diretriz: Promover soluções de mobilidade que sejam sustentáveis e ambientalmente responsáveis.

Argumento: A concorrência entre empresas de transporte pode incentivar a adoção de práticas mais sustentáveis, como o uso de veículos menos poluentes e a implementação de tecnologias que reduzam o impacto ambiental.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Assegurar que a infraestrutura de transporte seja acessível a todos, incluindo pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Argumento: A melhoria na qualidade do transporte público, promovida pela concorrência, inclui a garantia de acessibilidade para todos os usuários, proporcionando um serviço inclusivo e equitativo.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Promover a transparência e a participação da comunidade na gestão dos serviços de transporte público.

Argumento: A realização de licitações transparentes e a regulação eficiente das empresas de transporte garantem uma gestão mais transparente e responsável, com a participação ativa da comunidade no monitoramento e avaliação dos serviços.

Ações:

Licitações Transparentes:

- Realizar licitações transparentes para atrair novas empresas de transporte, promovendo a concorrência e melhorando a qualidade do serviço.

Incentivos para Novas Empresas:



- Oferecer incentivos fiscais e subsídios para novas empresas de transporte que queiram operar em Manaus, garantindo uma maior diversidade de operadores.

Regulação Eficiente:

- Estabelecer uma agência reguladora independente para monitorar e regular as empresas de transporte público, assegurando padrões de qualidade e eficiência.

Resultados Esperados: Garantir que as operações das empresas de transporte sejam mais transparentes e responsáveis, resultando em um serviço de transporte público de alta qualidade.

Indicadores de Sucesso: Aumento na Satisfação dos Usuários:

Realizar pesquisas periódicas de satisfação com os usuários para avaliar a qualidade do serviço oferecido pelas diferentes empresas de transporte.

Redução de Reclamações: Monitorar a quantidade de reclamações registradas pelos usuários, buscando uma redução significativa com a introdução de mais concorrência.

Melhoria nos Índices de Pontualidade e Conforto: Avaliar a pontualidade e o conforto dos veículos, assegurando que os serviços sejam entregues conforme os padrões estabelecidos.

Comparação das Tarifas: Comparar as tarifas praticadas pelas diferentes empresas e monitorar as mudanças nas tarifas ao longo do tempo, garantindo preços justos e competitivos.



Impacto Ambiental: Monitorar a adoção de práticas sustentáveis pelas empresas de transporte, buscando evidências de redução no impacto ambiental.

6.2. Programa Municipal de Redução de Riscos e Prevenção de Desastres Ambientais em Manaus

Proposta 06: Mapeamento e Monitoramento de Áreas de Risco

Objetivo: Mapear e identificar áreas propensas a desastres naturais e eventos de risco, capacitando as autoridades locais com informações em tempo real para uma resposta rápida e eficaz.

Justificativa: A identificação e o monitoramento de áreas de risco são essenciais para a prevenção de desastres naturais e a proteção da população. A implementação de um sistema integrado de mapeamento e monitoramento permitirá uma gestão mais eficiente dos riscos, minimizando os impactos de eventos adversos e promovendo a segurança e o bem-estar dos cidadãos.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de mapeamento e monitoramento de áreas de risco está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação

Promoção da Dignidade Humana:



Diretriz: Assegurar a proteção e a segurança da população contra desastres naturais.

Argumento: O mapeamento e monitoramento de áreas de risco promovem a dignidade humana ao proteger vidas e propriedades.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A prevenção de desastres naturais contribui para a sustentabilidade ao reduzir os danos econômicos e ambientais.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: O mapeamento de áreas de risco garante que o planejamento urbano considere a segurança de todas as áreas e populações.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população e os *stakeholders* nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A criação de um aplicativo móvel e um portal online para informar a população sobre áreas de risco promove a transparência e a participação cidadã.

Ações:

Mapeamento Detalhado:



- Realizar um mapeamento detalhado das áreas de risco em Manaus, identificando as zonas mais vulneráveis a inundações, deslizamentos e erosões.

Sistema de Monitoramento e Alerta:

- Implantar um sistema de monitoramento e alerta, com estações pluviométricas, fluviométricas e meteorológicas, integrado ao Centro de Gestão de Riscos da cidade.

Monitoramento Aéreo:

- Implementar o monitoramento aéreo com o emprego de helicópteros e drones para identificar e detalhar áreas de risco, detectar sinais precoces de perigo, especialmente em locais de difícil acesso e regiões remotas.

Avaliação de Danos:

- Atuar na avaliação de danos e áreas afetadas, fornecendo informações valiosas para orientar as operações de resposta e recuperação.

Sistema de Informação e Simulação:

- Implantar um sistema de informação capaz de modelar e simular diferentes cenários de desastres, como inundações, deslizamentos de terra e incêndios florestais, para prever os impactos potenciais e orientar o planejamento e a tomada de decisões.

Aplicativo Móvel e Portal Online:

- Criar um aplicativo móvel e um portal online para informar a população sobre áreas de risco, níveis dos rios e igarapés, além de alertas de emergência.



Resultados Esperados: Capacitar as autoridades locais com informações em tempo real para uma resposta rápida e eficaz a eventos de risco.

Reduzir os impactos de desastres naturais através de uma gestão eficiente e proativa dos riscos.

Indicadores de Sucesso: Número de Áreas Mapeadas: Quantidade total de áreas de risco mapeadas e identificadas.

Precisão dos Mapas: Precisão dos mapas gerados, comparada a eventos passados, medindo a eficácia do mapeamento.

Frequência e Eficácia das Atualizações: Frequência e eficácia das atualizações de monitoramento, garantindo que os dados estejam sempre atualizados.

Tempo Médio de Resposta: Tempo médio de resposta a eventos detectados, medido desde a detecção até a ação das autoridades.

Engajamento da População: Número de downloads.

Proposta 07: Obras de Infraestrutura e Contenção de Riscos

Objetivo: Implementar medidas de infraestrutura para reduzir a vulnerabilidade a desastres naturais, como inundações, deslizamentos de terra e eventos sísmicos, protegendo comunidades e infraestruturas críticas.

Justificativa: A implementação de obras de infraestrutura e contenção de riscos é crucial para a proteção da população e a preservação de infraestruturas essenciais. Essas medidas visam mitigar os impactos de desastres naturais, promovendo a segurança e a resiliência urbana.



Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de obras de infraestrutura e contenção de riscos está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar a proteção e a segurança da população contra desastres naturais.

Argumento: A implementação de obras de contenção de riscos protege vidas e propriedades, promovendo a dignidade humana.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: As obras de infraestrutura sustentável, como sistemas de drenagem urbana, contribuem para a sustentabilidade ao reduzir os impactos ambientais e econômicos dos desastres.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.



Argumento: A remoção e reassentamento de famílias em áreas de alto risco garantem a segurança e a inclusão social.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população e os stakeholders nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A transparência na execução das obras e a participação da comunidade nas decisões promovem a confiança e a colaboração cidadã.

Ações:

Programa de Dragagem e Desassoreamento:

- Instituir um programa contínuo de dragagem e desassoreamento dos igarapés que cortam a cidade, com destinação adequada dos resíduos removidos.

Obras de Contenção de Erosões:

- Construir obras de contenção de erosões em áreas de encosta, utilizando reforço de aterro e muros de gabião para a contenção de taludes.

Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável:

- Implantar sistemas de drenagem urbana sustentável, como jardins de chuva, bacias de retenção e pavimentos permeáveis, para reduzir o escoamento superficial, promovendo a denominada Cidade-Esponja.

Remoção e Reassentamento de Famílias:

- Promover a remoção e reassentamento de famílias que vivem em áreas de alto risco, com a construção de moradias populares em locais seguros e dotados de infraestrutura básica.

Resultados Esperados: Proteger comunidades e infraestruturas críticas, como estradas, escolas e hospitais, contra danos causados por desas-



tres naturais. Melhorar a resiliência urbana e reduzir os custos de manutenção e reparação de infraestruturas.

Indicadores de Sucesso: Redução nos Custos de Manutenção e Reparação: Percentual de redução nos custos de manutenção e reparação de infraestruturas devido à implementação das obras de contenção de riscos.

Tempo Médio de Resposta a Desastres: Tempo médio de resposta a desastres após a implementação das obras, comparado ao período anterior.

Resistência Estrutural das Obras: Avaliação da resistência estrutural das obras durante e após a ocorrência de eventos de risco, medindo a eficácia das medidas implementadas.

Número de Famílias Reassentadas: Quantidade de famílias removidas de áreas de alto risco e reassentadas em locais seguros com infraestrutura básica.

Proposta 08: Planejamento Urbano e Controle de Ocupações Irregulares

Objetivo: Promover o uso racional do solo urbano, garantindo uma ocupação que respeite as normas e diretrizes de planejamento, assegurando a segurança e a qualidade de vida da população.

Justificativa: A proposta de planejamento urbano e controle de ocupações irregulares está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:



Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de planejamento urbano e controle de ocupações irregulares está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam a promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir condições de moradia digna e segura para todos os cidadãos.

Argumento: O controle de ocupações irregulares e a regularização fundiária promovem a dignidade humana ao assegurar moradias seguras e legalizadas.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: O planejamento urbano sustentável e a preservação ambiental contribuem para a sustentabilidade a longo prazo.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A criação de zoneamentos especiais e a urbanização de assentamentos precários garantem um espaço urbano mais inclusivo e seguro.



Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população e os *stakeholders* nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A participação das comunidades locais na regularização fundiária e urbanização promove a transparência e a colaboração cidadã.

Ações:

Revisão do Plano Diretor Urbano:

- Revisar o Plano Diretor Urbano de Manaus, incorporando a perspectiva da redução de riscos e da adaptação às mudanças climáticas.

Zoneamento Especial para Áreas de Risco:

- Criar um zoneamento especial para áreas de risco, com restrições de uso e ocupação do solo e incentivos para a preservação ambiental.

Fortalecimento da Fiscalização:

- Fortalecer a fiscalização e o controle de ocupações irregulares em áreas de risco, com a aplicação de sanções e a promoção de alternativas habitacionais seguras.

Programas de Regularização Fundiária e Urbanização:

- Implementar programas de regularização fundiária e urbanização de assentamentos precários, com a participação das comunidades locais.

Resultados Esperados: Controlar e reduzir ocupações irregulares que comprometem a segurança, o ambiente urbano e o acesso a serviços básicos. Promover a regularização fundiária e a urbanização de assentamentos precários, garantindo moradias dignas e seguras para a população.



Indicadores de Sucesso: Percentual de Ocupações Irregulares Identificadas e Regularizadas: Percentual de ocupações irregulares identificadas e regularizadas em relação ao total mapeado.

Número de Novas Infraestruturas Básicas Instaladas: Número de novas infraestruturas básicas (água, esgoto, eletricidade) instaladas em áreas regularizadas.

Redução de Ocupações Irregulares: Percentual de redução das novas ocupações irregulares em áreas de risco após a implementação das ações.

Participação Comunitária: Número de comunidades locais envolvidas nos programas de regularização fundiária e urbanização.

Proposta 09: Educação Ambiental e Participação Comunitária

Objetivo: Educar a comunidade sobre questões ambientais locais e globais, promovendo mudanças de comportamento em prol da sustentabilidade.

Justificativa: A educação ambiental é fundamental para a conscientização da população sobre a importância da preservação do meio ambiente e a adoção de práticas sustentáveis. A participação comunitária é essencial para a implementação eficaz dessas práticas, garantindo que todos os segmentos da sociedade estejam engajados na construção de um futuro mais sustentável.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de educação ambiental e participação comunitária está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso à educação ambiental e possam participar ativamente na preservação do meio ambiente.

Argumento: A educação ambiental promove a dignidade humana ao capacitar os cidadãos para proteger e melhorar seu ambiente de vida.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A adoção de práticas sustentáveis e a conservação ambiental contribuem para a sustentabilidade a longo prazo.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A recuperação de nascentes e o reflorestamento de encostas promovem um ambiente urbano mais verde e inclusivo.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população e os *stakeholders* nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.



Argumento: A criação de comitês comunitários de gestão de riscos e a realização de oficinas e simulados de emergência promovem a transparência e a participação cidadã.

Ações:

Campanhas Educativas:

- Desenvolver campanhas educativas sobre prevenção de riscos e desastres ambientais, voltadas para diferentes públicos, como estudantes, moradores de áreas de risco e lideranças comunitárias.

Oficinas e Simulados de Emergência:

- Realizar oficinas e simulados de emergência nas comunidades mais vulneráveis, para fortalecer a resiliência e a capacidade de resposta local.

Comitês Comunitários de Gestão de Riscos:

- Criar comitês comunitários de gestão de riscos, com a participação de moradores, agentes de saúde, lideranças locais e representantes do poder público.

Práticas de Conservação Ambiental:

- Estimular a adoção de práticas de conservação ambiental e de uso sustentável dos recursos naturais, como a recuperação de nascentes, o reflorestamento de encostas e a coleta seletiva de resíduos.

Resultados Esperados: Promover a participação ativa da comunidade em iniciativas ambientais, fortalecer redes locais de cooperação e apoio, e aumentar a conscientização e a adoção de práticas sustentáveis.

Indicadores de Sucesso: Participação Comunitária: Percentual da população envolvida em atividades de educação ambiental e participação comunitária.



Adoção de Práticas Sustentáveis: Pesquisas de acompanhamento para avaliar a adoção de práticas sustentáveis pelos participantes.

Indicadores Ambientais: Medição de indicadores ambientais antes e após a implementação da proposta, como a quantidade de resíduos reduzidos e áreas verdes restauradas.

Capacidade de Resposta a Emergências: Avaliação da capacidade de resposta das comunidades a emergências ambientais após a realização de oficinas e simulados.

6.3. Melhoria na qualidade de educação superior por meio da infraestrutura

Proposta 10: Celebração de termos de convênio e parceria com Instituições Públicas de Ensino Superior em Manaus

Objetivo: Melhorar a infraestrutura urbana e a segurança pública nas áreas próximas às instituições públicas de ensino superior em Manaus, a fim de se criar um ambiente mais seguro e acessível, que apoie o desenvolvimento educacional e a qualidade de vida de estudantes, professores e moradores.

Justificativa: A infraestrutura urbana e a segurança pública são fatores cruciais para o desenvolvimento educacional e a atração de novos estudantes. Instituições de ensino superior localizadas em áreas com boa infraestrutura e segurança tendem a ser mais atrativas e a reter melhor seus alunos. Parcerias com instituições públicas de ensino superior podem potencializar os recursos e esforços para melhorar essas condições, beneficiando toda a comunidade.



Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de celebração de termos de convênio e parceria com instituições públicas de ensino superior está alinhada com as diretrizes do Plano de Governo, promovendo a dignidade humana, a sustentabilidade integral, a inclusão no espaço físico e a gestão transparente e participativa. Ao investir na infraestrutura e segurança das áreas próximas às instituições de ensino, buscamos criar um ambiente propício ao desenvolvimento educacional e à qualidade de vida.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar um ambiente seguro e acessível que promova a qualidade de vida e o desenvolvimento educacional.

Argumento: A melhoria da infraestrutura e da segurança pública contribui para a sustentabilidade social e econômica, criando um ambiente mais atraente para estudantes e profissionais e promovendo o desenvolvimento local.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade social e econômica, garantindo a preservação dos recursos e o bem-estar da comunidade.

Argumento: A melhoria da infraestrutura e da segurança pública contribui para a sustentabilidade social e econômica, criando um ambiente mais atraente para estudantes e profissionais, e promovendo o desenvolvimento local.

Espaço Físico Inclusivo:



Diretriz: Assegurar que todos os espaços urbanos sejam seguros e acessíveis para todas as pessoas, incluindo estudantes e moradores das áreas próximas às instituições de ensino.

Argumento: A melhoria da infraestrutura urbana e da segurança pública nas áreas próximas às instituições de ensino superior promove a inclusão e a equidade, garantindo que todos tenham acesso a um ambiente seguro e bem estruturado.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Promover a participação da comunidade na gestão e fiscalização dos serviços públicos, garantindo transparência e eficiência.

Argumento: A celebração de convênios e parcerias com instituições de ensino superior, com a participação da comunidade, assegura que as necessidades locais sejam atendidas de forma eficaz e transparente, fortalecendo a confiança da população nas políticas públicas.

Ações:

Melhoria do Asfaltamento:

- Promover a pavimentação e manutenção das vias próximas às instituições de ensino superior, garantindo a qualidade das vias e a segurança no tráfego.
- Estabelecer uma cooperação efetiva entre a Guarda Municipal e a Polícia para o patrulhamento das áreas próximas às instituições de ensino, garantindo a segurança dos estudantes e moradores.

Resultados Esperados:

Melhoria significativa na infraestrutura urbana e na segurança pública nas áreas próximas às instituições de ensino superior.



Aumento na atratividade das instituições de ensino para novos estudantes e retenção dos atuais alunos.

Redução nas taxas de crimes (furtos, assaltos, vandalismo) nas áreas ao redor das instituições de ensino.

Maior satisfação dos estudantes e moradores com a qualidade das vias e a segurança pública.

Indicadores de Sucesso:

Pesquisa de satisfação entre estudantes e residentes, sobre a qualidade das vias e a segurança pública.

Redução nas taxas de crimes (furtos, assaltos, vandalismo) nas áreas próximas às instituições de ensino.

Número de vias pavimentadas e mantidas nas áreas próximas às instituições de ensino.

Quantidade de sistemas de videomonitoramento e iluminação instalados.

Frequência e eficácia do patrulhamento realizado pela Guarda Municipal e Polícia nas áreas próximas às instituições de ensino.





PROPOSTAS
PARA O EIXO DO

DESEN VOLVIMENTO ECONÔMICO

7.1. Propostas para as pequenas empresas e o microempreendedor individual

Proposta 01: Simplificação e fomento ao empreendedorismo

Objetivo: Reduzir as desigualdades sociais por meio do incentivo ao empreendedorismo, facilitando a abertura e operação de pequenos negócios e microempreendedores individuais.

Justificativa: O incentivo ao empreendedorismo é uma ferramenta poderosa para a promoção do desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades sociais. Simplificar os processos burocráticos e regulatórios e oferecer suporte aos pequenos negócios e microempreendedores individuais são passos essenciais para criar um ambiente favorável ao crescimento econômico inclusivo.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de simplificação e fomento ao empreendedorismo está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam a promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir oportunidades econômicas e de geração de renda para todos os cidadãos.

Argumento: O incentivo ao empreendedorismo promove a dignidade humana ao criar oportunidades de emprego e renda.



Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: O apoio aos pequenos negócios contribui para uma economia local mais resiliente e sustentável.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A criação de espaços como a “Sala do Empreendedor” promove a inclusão econômica e social.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população e os *stakeholders* nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A simplificação dos processos burocráticos e a criação de parcerias promovem a transparência e a participação cidadã.

Ações:

Simplificação de Processos:

- Implementar iniciativas que tornem mais simples, eficientes e acessíveis os serviços administrativos, burocráticos ou regulatórios destinados aos cidadãos e às empresas, notadamente aqueles vinculados à Abertura e Licenciamento de Empresas, Redesim e Lei da Liberdade Econômica.

Sala do Empreendedor:

- Instalar e aprimorar o espaço físico “Sala do Empreendedor”, voltado ao atendimento dos pequenos negócios e aos microempreendedores



individuais, através da unificação de serviços em parceria com outros órgãos, visando à formalização de negócios perenes e a redução da informalidade.

Compras Públicas Municipais:

- Ampliar as Compras Públicas municipais junto às micro e pequenas empresas estabelecidas na cidade de Manaus, por meio de adequação de processos licitatórios e capacitações técnicas dos empreendedores de pequenos negócios, visando ao fornecimento de produtos/serviços ao poder público municipal.

Cidade Empreendedora:

- Desenvolver a “Cidade Empreendedora”, por meio de iniciativas abrangentes e transversais, englobando ações e resultados que criem condições favoráveis para o desenvolvimento e a competitividade dos pequenos negócios locais, em parceria com outros órgãos.

Inclusão Produtiva:

- Desenvolver iniciativas que fomentem a Inclusão Produtiva, a inserção econômica e a promoção da autonomia de indivíduos ou grupos situados nas periferias, excluídos do processo de produção e/ou em situação de vulnerabilidade/risco social, em parceria com outros órgãos.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMUDE):

- Criar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMUDE), que centralizará e operacionalizará todas as ações propostas, incluindo o Fundo Municipal de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – FUMIPEQ, garantindo o apoio creditício necessário ao fomento dos pequenos negócios produtivos da cidade de Manaus.



Nota Fiscal Avulsa:

- Disponibilizar a Nota Fiscal Avulsa (preferencialmente eletrônica) para o MEI – Microempreendedor Individual, sem burocracia e de forma gratuita.

Certificado de Microempreendedor Individual:

- Reconhecer o Certificado da Condição do Microempreendedor Individual – CC-MEI emitido no ato da formalização, dispensando a emissão de Alvará de Funcionamento nos casos de atividades de “baixo risco”.

Canais de Vendas Online:

- Estimular as pequenas empresas locais a criarem canais de vendas online.

Participação do MEI nas Aquisições Municipais:

- Estimular a participação do MEI – Microempreendedor Individual nas aquisições municipais de produtos e serviços.

Cadastro Eletrônico de Empreendimentos Informais:

- Cadastrar de forma eletrônica os empreendimentos “informais” e “autônomos” e, através de parcerias com outros órgãos, promover ações de regularização desses empreendimentos.

Parcerias para Apoio aos Pequenos Negócios:

- Celebrar parcerias com órgãos e instituições que possam apoiar os pequenos negócios produtivos do município.

Cursos Profissionalizantes:

- Ampliar e viabilizar cursos profissionalizantes junto aos órgãos SESI, SENAI, SENAC, SESC, SENAR e SEBRAE, em apoio aos empreendedores de micro e pequenas empresas e ao Microempreendedor Individual.



Agricultura Familiar na Merenda Escolar:

- Ampliar a participação dos produtos oriundos da Agricultura Familiar, como componentes da merenda escolar.

Resultados Esperados: Geração de empregos e renda por meio da desburocratização e simplificação dos processos administrativos, além de um ambiente mais favorável ao empreendedorismo e à formalização de negócios.

Indicadores de Sucesso: Tempo Médio para Abertura de Novos Negócios: Diminuição no tempo médio para abertura de novos negócios.

Redução de custos burocráticos: Redução nos custos associados à burocracia e regulamentação.

Geração de Empregos: Impacto na geração de empregos e crescimento do PIB local.

Formalização de Negócios: Aumento no número de negócios formalizados e redução da informalidade.

Participação em Compras Públicas: Percentual de micro e pequenas empresas participando das compras públicas municipais.

7.2. Desenvolvimento econômico sustentável

Proposta 02: Inovação e a sustentabilidade

Objetivo: Fomentar práticas empresariais que reduzam o impacto ambiental, promovendo eficiência energética, uso sustentável de recursos naturais e redução de emissões de carbono, alinhando o desenvolvimento econômico à sustentabilidade ambiental.



Justificativa: A inovação e a sustentabilidade são pilares essenciais para o desenvolvimento econômico moderno. Incentivar práticas empresariais sustentáveis não só contribui para a preservação do meio ambiente, como também promove a competitividade e a resiliência das empresas locais. A adoção de tecnologias verdes e a modernização dos processos administrativos são fundamentais para criar um ambiente de negócios mais eficiente e sustentável.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de inovação e sustentabilidade está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir que todos os cidadãos tenham acesso a um ambiente saudável e sustentável.

Argumento: Práticas empresariais sustentáveis contribuem para a qualidade de vida e a dignidade humana ao reduzir o impacto ambiental.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A adoção de tecnologias verdes e práticas sustentáveis fortalece a sustentabilidade integral do município.



Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e sustentável.

Argumento: A promoção de práticas empresariais sustentáveis contribui para um ambiente urbano mais verde e inclusivo.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população e os stakeholders nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A modernização dos serviços administrativos e o apoio a startups e incubadoras promovem a transparência e a participação cidadã.

Ações:

Apoio a Espaços de Inovação:

- Apoiar espaços de inovação, *startups* locais e incubadoras de empresas, incentivando o desenvolvimento de soluções tecnológicas sustentáveis.

Modernização dos Serviços Públicos:

- Implantar serviços online e desburocratizados para a população, modernizando o atendimento da Prefeitura e facilitando o acesso a informações e serviços.

Adoção de Fontes de Energia Sustentável:

- Estimular os empreendedores locais na adoção de fontes de energia sustentável, como energia solar e eólica, e na implementação de práticas de reciclagem de resíduos.



Resultados Esperados: Apoiar o surgimento e o crescimento de novas empresas inovadoras que desenvolvam soluções sustentáveis, promovendo um ambiente de negócios mais eficiente e ecológico.

Indicadores de Sucesso: Porcentagem de empresas que adotam novas tecnologias desenvolvidas com apoio do programa, quantificação da redução de emissões de gases de efeito estufa, consumo de água e energia, entre outros indicadores ambientais e número de empregos criados em setores relacionados à economia verde e sustentabilidade.

7.3. Inclusão de idosos no mercado de trabalho

Proposta 03: Emprego para a melhor idade

Objetivo: Desenvolver e implementar políticas públicas que incentivem a contratação de idosos, promovendo sua inclusão social e aproveitando suas experiências e habilidades para enriquecer o mercado de trabalho.

Justificativa: A inclusão de idosos no mercado de trabalho é essencial para promover a dignidade e a autonomia dessa população, além de aproveitar a vasta experiência e conhecimento que eles possuem. A valorização dos idosos no ambiente de trabalho contribui para uma sociedade mais justa e inclusiva, na qual todas as gerações podem colaborar e aprender umas com as outras.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de emprego para a melhor idade está alinhada com as diretrizes do Plano de Governo, promovendo a dignidade humana, a sustentabilidade integral, a inclusão no espaço físico e a gestão transparente e participativa. Ao



incentivar a contratação de idosos, buscamos criar um ambiente de trabalho inclusivo e diversificado, que valorize a experiência e o conhecimento de todas as gerações.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar a inclusão social e a valorização dos idosos, promovendo sua autonomia e qualidade de vida.

Argumento: A inclusão de idosos no mercado de trabalho garante que essa população tenha a oportunidade de contribuir ativamente para a sociedade, promovendo sua dignidade e bem-estar.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade social e econômica, garantindo a inclusão de todas as gerações no mercado de trabalho.

Argumento: A valorização dos idosos no ambiente de trabalho contribui para a sustentabilidade social e econômica, aproveitando a experiência e o conhecimento dessa população para enriquecer o mercado de trabalho.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Assegurar que todos os espaços de trabalho sejam acessíveis e inclusivos para todas as gerações.

Argumento: A criação de um ambiente de trabalho inclusivo e acessível para os idosos promove a equidade e a inclusão, garantindo que todos tenham a oportunidade de contribuir e se desenvolver profissionalmente.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Promover a participação da comunidade na criação e implementação de políticas públicas, garantindo transparência e eficiência. Argumen-



to: A implementação de políticas de inclusão de idosos no mercado de trabalho, com a participação da comunidade, assegura que as necessidades dessa população sejam atendidas de forma eficaz e transparente, fortalecendo a confiança da população nas políticas públicas.

Ações:

Cursos de Capacitação e Requalificação:

- Oferecer cursos específicos para ajudar os idosos a se adaptarem às novas exigências do mercado de trabalho, incluindo habilidades tecnológicas e digitais.

Feiras de Emprego e Eventos de *Networking*.

- Organizar feiras de emprego e eventos de *networking* direcionados à para a população idosa, facilitando a conexão entre candidatos e empregadores.

Serviços de Orientação Profissional:

- Disponibilizar serviços de orientação profissional no SINE Manaus, ajudando os idosos a preparar currículos, se preparar-se para entrevistas e entender melhor o mercado de trabalho atual.

Incentivos Fiscais para Empresas:

- Criar incentivos fiscais para empresas que contratem idosos, promovendo a inclusão dessa população no mercado de trabalho.

Campanhas de Sensibilização:

- Realizar campanhas de sensibilização para destacar a importância da inclusão de idosos no mercado de trabalho e combater preconceitos relacionados à idade.

Resultados Esperados:

Aumento significativo na taxa de emprego de idosos.



Maior número de empreendimentos iniciados por idosos.

Melhoria na qualidade de vida e na autonomia dos idosos.

Maior valorização e aproveitamento da experiência e conhecimento dos idosos no mercado de trabalho.

Redução do preconceito etário e promoção de um ambiente de trabalho mais inclusivo e diversificado.

Indicadores de Sucesso:

Percentual de idosos que encontram emprego após participar de programas de capacitação ou feiras de emprego.

Número de idosos que se inscrevem e concluem os programas de capacitação oferecidos pela Prefeitura.

Número de empresas que aderem aos incentivos fiscais e contratam idosos.

Índice de satisfação dos idosos com os serviços de orientação profissional oferecidos.

Avaliação das campanhas de sensibilização e seu impacto na percepção da inclusão de idosos no mercado de trabalho.









PROPOSTAS
PARA O EIXO DA

SEGURANÇA PÚBLICA

8.1. Aumentando a segurança e a tranquilidade na cidade

Proposta 01: Projeto Celular Seguro

Objetivo: Reduzir significativamente o número de roubos e furtos de celulares em Manaus através de uma estratégia integrada de rastreamento, recuperação e devolução dos aparelhos, além de punir os receptadores e desarticular redes de venda de celulares roubados.

Justificativa: O roubo e furto de celulares são crimes comuns que afetam a sensação de segurança da população. Implementar uma estratégia eficaz para rastrear, recuperar e devolver os aparelhos roubados, bem como punir os receptadores, é essencial para aumentar a segurança e a tranquilidade na cidade.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta do Projeto Celular Seguro está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir a segurança e a tranquilidade dos cidadãos.

Argumento: Reduzir os roubos de celulares contribui para a sensação de segurança e bem-estar da população.

Sustentabilidade Integral:



Diretriz: Desenvolver políticas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A recuperação de celulares roubados reduz a necessidade de novos aparelhos, promovendo a sustentabilidade.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e segura.

Argumento: A redução de crimes contribui para um ambiente urbano mais seguro e inclusivo.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população e os stakeholders nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A integração de dados e operações com outras entidades promove a transparência e a eficácia das ações de segurança.

Ações:

Obtenção de Dados de Operadoras:

- Utilizar ordens judiciais para obter dados de operadoras de telefonia sobre a abertura de novas linhas em aparelhos roubados.

Uso de Aplicativos de Rastreamento:

- Implementar o uso de aplicativos como *Cellguard* e *Lupa Bot*, que permitem o rastreamento e verificação de IMEIs de celulares roubados por meio de fotos ou consultas diretas.

Blitzes Tecnológicas:

- Realizar *blitzes* regulares com uso de tecnologia, para verificar aparelhos em circulação.



Operações de Fechamento de Lojas:

- Realizar operações para fechar lojas físicas e virtuais que vendem celulares roubados.

Integração com a Receita Federal:

- Integrar ações com a Receita Federal para apreender produtos ilegais e realizar buscas e apreensões.

Colaboração Interestadual:

- Trabalhar em conjunto com a Polícia de outros estados para rastrear e recuperar celulares roubados que estão sendo comercializados fora de Manaus.

Protocolo Nacional de Recuperação:

- Participar do Protocolo Nacional de Atuação Unificada de Recuperação de Celulares Furtados ou Roubados, facilitando a integração de dados e operações.

Resultados Esperados: Redução significativa no número de roubos e furtos de celulares em Manaus. Aumento na taxa de recuperação de celulares roubados, devolvendo-os aos seus legítimos proprietários. Identificação e desarticulação de redes de receptação e venda de celulares roubados.

Indicadores de Sucesso: Redução de Crimes: Percentual de redução no número de roubos e furtos de celulares.

Recuperação de Celulares: Número de celulares recuperados e devolvidos aos proprietários.



Desarticulação de Redes: Número de redes de recepção e venda de celulares roubados identificadas e desarticuladas.

Proposta 02: Promovendo segurança por meio da Infraestrutura

Objetivo: Tornar os espaços públicos mais seguros, estimulando o lazer e a prática de exercícios físicos, através da melhoria da infraestrutura urbana e da presença efetiva de forças de segurança.

Justificativa: A segurança nos espaços públicos é fundamental para a qualidade de vida dos cidadãos. Melhorar a infraestrutura, como iluminação e videomonitoramento, e aumentar a presença das forças de segurança, promove um ambiente mais seguro e acolhedor, incentivando o uso desses espaços para lazer e atividades físicas.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de promover segurança por meio da infraestrutura está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir que todos os cidadãos tenham acesso a espaços públicos seguros e bem iluminados.

Argumento: Ambientes seguros e bem cuidados contribuem para a dignidade e o bem-estar da população.



Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A utilização de tecnologias eficientes, como lâmpadas de LED, promove a sustentabilidade energética e econômica.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e segura.

Argumento: A Melhoria da infraestrutura urbana torna os espaços públicos mais acessíveis e seguros para todos.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população e os stakeholders nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A participação da comunidade na avaliação das melhorias promove a transparência e a eficácia das ações.

Ações:

Instalação de Sistemas de Videomonitoramento:

- Instalar câmeras de videomonitoramento em praças e parques públicos para aumentar a vigilância e a segurança.
- Instalar câmeras de vigilância equipadas com inteligência artificial em pontos estratégicos da cidade com capacidade de reconhecer armas e identificar comportamentos suspeitos.



- Implantar câmaras com IA conectadas à central de inteligência e à Polícia Militar nos ônibus municipais para detectar armas brancas e de fogo e comportamentos de risco.

Melhoria da Iluminação Pública:

- Instalar lâmpadas de LED em praças e parques públicos, além das Academias de Saúde, para melhorar a iluminação e a segurança.
- Implementar um programa de manutenção preventiva para garantir que todas as áreas estejam sempre bem iluminadas.
- Instalar sistemas de iluminação inteligente, que ajustem a intensidade da luz conforme a movimentação de pessoas.

Presença da Guarda Municipal:

- Promover a presença constante da Guarda Municipal nos espaços públicos, estabelecendo uma cooperação estreita com a Polícia Militar.

Treinamento Contínuo:

- Investir em equipamentos de trabalho e treinamento contínuo para a Guarda Municipal, incluindo cursos de idiomas para melhor atendimento a turistas.
- Implementar o policiamento de proximidade, no qual os policiais atuam em áreas específicas.
- Utilizar sistemas de análise de dados para prever e prevenir crimes.
- Identificar padrões e áreas de risco.

Resultados Esperados: Redução da criminalidade nos espaços públicos.



Aumento da sensação de segurança entre moradores e visitantes.

Maior frequência de uso dos espaços públicos para lazer e atividades físicas.

Economia de recursos financeiros e energéticos com a utilização de tecnologias mais eficientes.

Indicadores de Sucesso: Redução da Criminalidade: Percentual de redução nos índices de criminalidade nos espaços públicos monitorados.

Frequência de Uso: Aumento na frequência de uso dos espaços públicos, medido por contagens periódicas e pesquisas com a comunidade.

Feedback da Comunidade: Feedback positivo da comunidade local sobre as mudanças implementadas, coletado por meio de pesquisas de satisfação e consultas públicas.

Eficiência Energética: Economia de recursos financeiros e energéticos com a utilização de lâmpadas de LED e outras tecnologias eficientes.

8.2. Fortalecimento da Segurança Pública

Proposta 03: Mudança na estrutura organizacional da SEMSEG

Objetivo: Potencializar as atribuições da Secretaria Municipal de Segurança (SEMSEG) na contenção e redução dos índices de criminalidade, na fiscalização da ocupação irregular de propriedades públicas, na utilização adequada de parques, praças e outros bens do domínio público, na colaboração com a fiscalização municipal na aplicação da legislação referente ao poder de polícia administrativa do município, no planejamento e promoção de ações de prevenção



de desastres naturais e antropogênicos, e no estabelecimento de projetos permanentes de cunho social e esportivo na área da segurança pública e cidadania.

Justificativa: A reestruturação da SEMSEG é essencial para aumentar sua eficiência e eficácia na promoção da segurança pública e na gestão de espaços públicos. Uma organização mais integrada e independente permitirá uma resposta mais rápida e coordenada às necessidades de segurança e prevenção de desastres no município.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de mudança na estrutura organizacional da SEMSEG está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação:

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos.

Argumento: Uma SEMSEG mais eficiente contribui diretamente para a proteção e dignidade da população.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A prevenção de desastres e a fiscalização adequada dos espaços públicos promovem a sustentabilidade e a resiliência urbana.



Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e segura.

Argumento: A fiscalização e a regularização de ocupações irregulares garantem que os espaços públicos sejam utilizados de maneira justa e segura.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população e os *stakeholders* nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A reestruturação administrativa e a criação de um centro integrado de controle promovem a transparência e a eficácia das ações de segurança.

Ações:

Criação do Centro Integrado de Controle e Comando Municipal (CICCM):

- Instituir um CICCM próprio, permanente e desconcentrado da SEMSEG, nas instalações do Centro de Cooperação da Cidade (CCC).

Alteração da Lei nº 2871/2021:

- Inserir o CCC no organograma da SEMSEG, pois o CCC, criado pela Lei nº 2.621/2020, é atualmente um órgão integrado à estrutura administrativa da Casa Civil.

Reestruturação da Defesa Civil:

- Promover a independência administrativa e orçamentária da Defesa Civil para aumentar sua eficiência na prevenção e resposta a desastres.

Resultados Esperados: Contenção e redução dos índices de criminalidade. Redução das ocupações irregulares de propriedades públicas. Fiscalização eficaz da utilização adequada dos espaços públicos. Co-



laboração eficiente na fiscalização municipal e aplicação da legislação. Planejamento e promoção de ações de prevenção de desastres.

Indicadores de Sucesso: Redução da Criminalidade: Percentual de redução dos índices de criminalidade comparado ao período anterior à implementação das medidas.

Fiscalização de Ocupações Irregulares: Número de notificações e autuações por ocupação irregular. Percentual de áreas públicas regularizadas ou desocupadas após a fiscalização.

Eficiência na Prevenção de Desastres: Número de ações de prevenção de desastres planejadas e executadas. Tempo de resposta e eficácia das ações da Defesa Civil em situações de emergência.

Proposta 04: Uso de tecnologia para promoção de segurança pública

Objetivo: Melhorar a capacidade de resposta e a eficiência das operações de segurança pública através da implementação de tecnologias avançadas.

Justificativa: A utilização de tecnologias inovadoras, como o reconhecimento facial e dispositivos móveis integrados, é essencial para aumentar a eficácia das operações de segurança pública. Essas ferramentas permitem uma resposta mais rápida e precisa, melhorando a segurança e o bem-estar da população.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de uso de tecnologia para promoção de segurança pública está alinhada com as diretrizes do plano de governo, especialmente aquelas



que visam à promoção da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. A seguir, destacamos como a proposta se relaciona com essas diretrizes e incorpora elementos de inovação::

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir a segurança e o bem-estar dos cidadãos.

Argumento: Tecnologias avançadas aumentam a eficácia das operações de segurança, contribuindo para a proteção e dignidade da população.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver políticas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Argumento: A eficiência operacional reduz custos e otimiza recursos, promovendo a sustentabilidade.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Planejar o uso do espaço urbano de forma inclusiva e segura.

Argumento: Monitoramento avançado e resposta rápida garantem que os espaços públicos sejam seguros e acessíveis para todos.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a população e os stakeholders nos processos decisórios e garantir a transparência das ações governamentais.

Argumento: A utilização de tecnologias permite maior transparência e eficácia nas operações de segurança.

Ações:

Monitoramento com Reconhecimento Facial:



- Promover o monitoramento do Centro de Cooperação das Cidades (CCC) utilizando software de reconhecimento facial integrado ao banco de dados da Polícia Judiciária.

Dispositivos Móveis para Agentes de Segurança:

- Utilizar tablets integrados ao CCC para acesso em tempo real ao monitoramento das vias da capital pelos agentes de segurança municipal.

Resultados Esperados: Melhoria na capacidade de resposta e na eficiência das operações de segurança.

Integração eficaz do atendimento à população, monitoramento da cidade e despacho de ocorrências.

Aumento na taxa de resolução de crimes e na segurança pública.

Indicadores de Sucesso:

Eficiência do Sistema de Reconhecimento Facial:

- Taxa de Acerto: Percentual de acertos na identificação de pessoas procuradas.
- Tempo de Resposta: Redução no tempo de resposta para localização de suspeitos.
- Crimes Solucionados: Percentual de crimes solucionados com o auxílio do reconhecimento facial.

Utilização dos Tablets pelos Agentes de Segurança:

- Tempo de Resposta: Tempo médio de resposta das equipes de segurança a incidentes.



- Patrulhas Intensificadas: Número de patrulhas e fiscalizações intensificadas devido ao acesso móvel.
- Feedback dos Agentes: Feedback positivo dos agentes sobre a eficácia e utilidade dos tablets.

8.3. Proteção aos Direitos das Mulheres

Proposta 05: Patrulha Maria da Penha e Aplicativo de Pânico

Objetivo: Estabelecer um sistema de policiamento preventivo especializado em violência doméstica e familiar contra a mulher, garantindo proteção e resposta rápida às vítimas.

Justificativa: A violência doméstica e familiar contra a mulher é um problema grave que exige ações efetivas e imediatas. A criação da Patrulha Maria da Penha e de um aplicativo de pânico visa proporcionar uma resposta rápida e eficiente, fortalecendo a implementação das medidas protetivas e garantindo a segurança das mulheres em situação de vulnerabilidade.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta da Patrulha Maria da Penha e do Aplicativo de Pânico está intrinsecamente alinhada com as diretrizes do Plano de Governo, promovendo a dignidade humana, a sustentabilidade integral, a inclusão no espaço físico e a gestão transparente e participativa. Ao integrar inovação tecnológica e policiamento preventivo, buscamos criar um ambiente seguro e equitativo para as mulheres, garantindo seus direitos e fortalecendo a participação da comunidade



na construção de políticas públicas eficazes. Essas ações não apenas protegem as mulheres, como também promovem um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável, refletindo nosso compromisso com a transformação social e a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir a segurança e a proteção das mulheres, assegurando seus direitos e dignidade.

Argumento: A proteção das mulheres contra a violência doméstica é fundamental para a sustentabilidade social, pois promove um ambiente seguro e equitativo. A Patrulha Maria da Penha e o aplicativo de pânico contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa, em que todos os cidadãos possam viver em segurança e com dignidade.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade social, garantindo a segurança e o bem-estar de todos os cidadãos.

Argumento: A proteção das mulheres contra a violência doméstica é fundamental para a sustentabilidade social, pois promove um ambiente seguro e equitativo. A Patrulha Maria da Penha e o aplicativo de pânico contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa, onde todos os cidadãos possam viver em segurança e com dignidade.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Assegurar que todos os espaços urbanos sejam seguros e acessíveis para todas as pessoas, incluindo mulheres em situação de vulnerabilidade.

Argumento: A presença da Patrulha Maria da Penha e a disponibilidade do aplicativo de pânico aumentam a segurança nos espaços urbanos. Essas iniciativas garantem que as mulheres possam transitar e viver em um ambiente



seguro e inclusivo, promovendo a igualdade de acesso e a proteção de todos os cidadãos.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Promover a transparência e a participação da comunidade na gestão das políticas de segurança pública.

Argumento: A criação de um sistema de policiamento preventivo e um aplicativo de pânico envolve a comunidade na proteção das mulheres, promovendo a transparência e a participação ativa na gestão das políticas de segurança pública. Essas iniciativas permitem que a sociedade participe ativamente na construção de um ambiente mais seguro e na fiscalização do cumprimento das medidas protetivas.

Ações:

- Instituir a Patrulha Maria da Penha, sendo o patrulhamento realizado por equipes compostas de agentes da Polícia Militar e da Guarda Municipal, coordenados por uma gerência central, com base nas informações encaminhadas pelos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher ou Varas Criminais.
- Criar o Aplicativo do Pânico, promovendo agilidade no acionamento à Patrulha Maria da Penha, bem como contribuir para a efetividade na fiscalização do cumprimento de medidas protetivas de urgência, previstas na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).

Resultados Esperados: Fortalecer a implementação e o cumprimento das medidas protetivas, contribuindo para um ambiente mais seguro e protegido para as mulheres em situação de vulnerabilidade.

Indicadores de Sucesso: Redução no tempo de resposta das equipes da Patrulha Maria da Penha aos chamados de emergência, diminuição da



taxa de descumprimento das medidas protetivas estabelecidas pela Lei Maria da Penha, número de acionamentos bem-sucedidos e eficazes do aplicativo. Por fim, avaliação do número de casos de violência doméstica reduzidos ou prevenidos, devido à presença e ação efetiva da Patrulha Maria da Penha.

8.4. Segurança Pública e o Instituto Médico Legal (IML)

Proposta 06: Projeto de Implantação do Serviço de Verificação de Óbito (SVO)

Objetivo: Aprimorar a precisão dos dados sobre mortalidade e otimizar a eficiência dos serviços de saúde pública, contribuindo para a elaboração de políticas públicas mais eficazes em saúde e segurança pública.

Justificativa: A implementação do SVO é essencial para atender às necessidades de um município com grande população. A precisão nos dados de mortalidade é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas, permitindo intervenções de saúde mais direcionadas e a resolução de questões legais e administrativas relacionadas a óbitos de maneira digna e respeitosa.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



O projeto do SVO se integra às quatro principais diretrizes do Plano de Governo, em que cada uma revela-se essencial para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e inclusiva – a implementação do SVO é um passo significativo nessa direção. Ao detalhar a relação do projeto com essas diretrizes, buscamos justificar a relevância e a necessidade da proposta, além de demonstrar como ela contribuirá para o alcance dos objetivos mais amplos do governo,



promovendo melhorias tangíveis na qualidade de vida da população e na eficiência dos serviços públicos.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir um tratamento digno e respeitoso aos falecidos e seus familiares.

Argumento: O SVO assegura um processo de verificação de óbito que respeita a dignidade humana, oferecendo suporte aos familiares durante momentos difíceis e garantindo a precisão nas causas de morte.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Contribuir para a sustentabilidade dos sistemas de saúde e segurança pública por meio de dados precisos para planejamento e intervenção.

Argumento: Dados precisos sobre mortalidade permitem a alocação eficiente de recursos em saúde e segurança, otimizando as respostas às necessidades da população.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços de verificação de óbito.

Argumento: A localização central e acessível do SVO garante que todos os cidadãos, independentemente de sua localização, possam acessar os serviços de forma equitativa.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a comunidade e profissionais de diversas áreas na gestão e operacionalização do SVO.



Argumento: A gestão participativa e transparente do SVO fortalece a confiança da comunidade nos serviços públicos, promovendo uma colaboração efetiva entre o governo, a sociedade civil e os profissionais de saúde.

Ações:

Infraestrutura e Localização:

- Estabelecimento de um SVO de Porte 3, com localização central para facilitar o acesso. A infraestrutura incluirá laboratórios de patologia, salas de necropsia, áreas administrativas e de espera, além de instalações para preservação dos corpos.

Equipe Técnica e Capacitação:

- Formação de uma equipe multidisciplinar e implementação de programas de treinamento contínuo para garantir a excelência nos serviços prestados.

Veículos Adequados e Procedimentos Operacionais:

- Aquisição de veículos equipados para a remoção digna e segura de corpos, estabelecendo procedimentos operacionais claros para todas as etapas do serviço.

Parcerias e Colaboração:

- Estabelecimento de parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde, instituições de ensino, órgãos de segurança pública e laboratórios especializados, visando à coordenação eficaz dos serviços e à formação de profissionais.

Resultados Esperados: Aumento na precisão dos dados de mortalidade, contribuindo para o planejamento de políticas públicas em saúde e segurança.

Melhoria na qualidade dos atestados de óbito, facilitando a resolução de questões legais e administrativas.



Contribuição significativa para a formação de profissionais em áreas relacionadas à patologia e medicina legal.

Fortalecimento das ações de vigilância epidemiológica e sanitária.

Indicadores de Sucesso:

Número de necropsias realizadas e a qualidade dos laudos emitidos.

Eficiência no serviço de remoção de corpos e satisfação dos usuários do serviço.

Contribuição significativa para a formação de profissionais em áreas relacionadas à patologia e à medicina legal.









PROPOSTAS
PARA O EIXO DO

SANEAMENTO BÁSICO

9.1 Expansão e Modernização da Infraestrutura de Saneamento

Proposta 01: Universalização do Acesso ao Saneamento Básico

Objetivos: Garantir o acesso universal ao saneamento básico de qualidade para todos os cidadãos de Manaus, com foco especial em áreas ocupadas por populações de baixa renda e comunidades rurais.

Adotar tecnologias sustentáveis e de baixo custo para tratamento de esgoto e gestão de resíduos sólidos, especialmente em comunidades de difícil acesso, visando não apenas à expansão, mas também à eficiência e sustentabilidade do sistema.

Justificativa: O acesso ao saneamento básico é um direito fundamental, que impacta diretamente a saúde pública, a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável. Em Manaus, a expansão e a modernização da infraestrutura de saneamento são essenciais para reduzir as desigualdades sociais e promover um ambiente mais saudável para todos.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de universalização do saneamento básico está alinhada com as diretrizes do Plano de Governo, promovendo a dignidade humana, a sustentabilidade integral, a inclusão no espaço físico e a gestão transparente e participativa. Ao investir em saneamento, buscamos criar um ambiente mais saudável e equitativo, garantindo o acesso a serviços essenciais e fortalecendo a participação da comunidade na construção de políticas públicas eficazes.

Promoção da Dignidade Humana:



Diretriz: Garantir o acesso a serviços essenciais que assegurem a saúde e a dignidade de todos os cidadãos.

Argumento: A universalização do saneamento básico proporciona condições adequadas de salubridade, reduzindo a incidência de doenças e melhorando a qualidade de vida das populações mais vulneráveis. Essa iniciativa assegura que todos os cidadãos tenham acesso a um ambiente saudável e digno.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade social e ambiental, garantindo o bem-estar de todos os cidadãos.

Argumento: O saneamento básico é fundamental para a sustentabilidade social e ambiental, pois previne a contaminação dos recursos hídricos e do solo, promovendo um ambiente mais saudável e equilibrado. A universalização do saneamento contribui para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Assegurar que todos os espaços urbanos e rurais sejam seguros e acessíveis para todas as pessoas, incluindo as comunidades mais vulneráveis.

Argumento: A expansão do saneamento básico em áreas urbanas e rurais garante que todos os cidadãos, independentemente de sua localização, tenham acesso a serviços essenciais. Essa iniciativa promove a inclusão e a equidade no acesso à infraestrutura básica.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Promover a participação da comunidade na gestão e fiscalização dos serviços públicos, garantindo transparência e eficiência.

Argumento: A implementação de programas de saneamento básico com participação comunitária assegura que as necessidades locais sejam atendidas



de forma eficaz. A transparência na gestão dos recursos e na execução das obras fortalece a confiança da população nas políticas públicas.

Ações:

Mapeamento das Áreas Prioritárias:

- Identificar as áreas com maior déficit de saneamento básico, priorizando comunidades de baixa renda e rurais.

Investimento em Infraestrutura:

- Construir e modernizar redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos.

Educação Ambiental:

- Promover campanhas de educação ambiental para conscientizar a população sobre a importância do saneamento básico e do uso racional da água.

Parcerias Público-Privadas:

- Estabelecer parcerias com o setor privado para viabilizar investimentos e garantir a sustentabilidade econômica dos projetos.

Monitoramento e Avaliação:

- Implementar sistemas de monitoramento e avaliação contínua dos serviços de saneamento, garantindo a qualidade e a eficiência.

Resultados Esperados:

Redução significativa da incidência de doenças relacionadas à falta de saneamento.

Melhoria na qualidade de vida das populações beneficiadas.

Aumento da cobertura de saneamento básico em áreas urbanas e rurais.



Maior conscientização da população sobre a importância do saneamento e do uso racional da água.

Indicadores de Sucesso:

Percentual de cobertura de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais.

Redução na incidência de doenças de veiculação hídrica.

Número de campanhas de educação ambiental realizadas e alcance da população.

Volume de investimentos realizados em infraestrutura de saneamento.

Índice de satisfação da população com os serviços de saneamento básico.

9.2 Gestão Eficiente dos Recursos Hídricos

Proposta 02: Redução e Controle das Perdas de Água

Objetivo: Implementar medidas para reduzir e controlar as perdas de água no sistema de abastecimento, promovendo a eficiência no uso dos recursos hídricos e garantindo a sustentabilidade do abastecimento de água em Manaus.

Justificativa: As perdas de água representam um desafio significativo para a gestão dos recursos hídricos, resultando em desperdício e impactos negativos na sustentabilidade ambiental e econômica. A redução dessas perdas é essencial para garantir o abastecimento contínuo e eficiente de água para a população. Por isso é de suma importância a recuperação e manutenção de mananciais e áreas de preservação permanente, essenciais para a qualidade da água. Isso inclui programas de reflorestamento e proteção de nascentes.



Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de redução e controle das perdas de água está alinhada com as diretrizes do Plano de Governo, promovendo a dignidade humana, a sustentabilidade integral, a inclusão no espaço físico e a gestão transparente e participativa. Ao investir na eficiência do sistema de abastecimento de água, buscamos garantir o acesso a um recurso vital, promover a sustentabilidade e fortalecer a participação da comunidade na gestão dos recursos hídricos.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar o acesso contínuo e eficiente a serviços essenciais, como o abastecimento de água.

Argumento: A redução das perdas de água garante que mais cidadãos tenham acesso a um abastecimento de água confiável e de qualidade, promovendo a saúde e a dignidade de todos.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade ambiental, garantindo a preservação dos recursos naturais.

Argumento: A eficiência no uso dos recursos hídricos é fundamental para a sustentabilidade ambiental. A redução das perdas de água contribui para a preservação dos recursos naturais e promove um uso mais racional e responsável da água.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Assegurar que todos os espaços urbanos sejam abastecidos de forma eficiente e sustentável.



Argumento: A melhoria na eficiência do sistema de abastecimento de água garante que todas as áreas urbanas, incluindo as mais vulneráveis, tenham acesso a um abastecimento de água confiável e sustentável.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Promover a participação da comunidade na gestão dos recursos hídricos, garantindo transparência e eficiência.

Argumento: A implementação de medidas para reduzir as perdas de água com a participação da comunidade assegura que as necessidades locais sejam atendidas de forma eficaz. A transparência na gestão dos recursos hídricos fortalece a confiança da população nas políticas públicas.

Ações:

Diagnóstico das Perdas:

- Realizar um diagnóstico detalhado das perdas de água no sistema de abastecimento, identificando as principais causas e áreas críticas.

Investimento em Tecnologia:

- Implementar tecnologias avançadas para a detecção e reparo de vazamentos, como sensores e sistemas de monitoramento em tempo real.

Manutenção Preventiva:

- Estabelecer um programa de manutenção preventiva das redes de abastecimento de água para evitar vazamentos e rupturas.

Educação e Conscientização:

- Promover campanhas de educação e conscientização sobre a importância do uso racional da água e a redução do desperdício.

Parcerias Estratégicas:



- Estabelecer parcerias com instituições de pesquisa e empresas especializadas, a fim de desenvolver soluções inovadoras para a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Resultados Esperados:

Redução significativa das perdas de água no sistema de abastecimento.

Melhoria na eficiência do uso dos recursos hídricos.

Aumento da confiabilidade e qualidade do abastecimento de água.

Maior conscientização da população sobre a importância da preservação dos recursos hídricos.

Fortalecimento das parcerias estratégicas para a inovação na gestão dos recursos hídricos.

Indicadores de Sucesso:

Percentual de redução das perdas de água no sistema de abastecimento.

Número de vazamentos detectados e reparados.

Volume de investimentos realizados em tecnologias de detecção e reparo de vazamentos.

Índice de satisfação da população com a qualidade e confiabilidade do abastecimento de água.

Número de campanhas de educação e conscientização realizadas e alcance da população.



Proposta 03: Programa de Educação Ambiental para a Economia de Água

Objetivo: Promover a educação ambiental e a conscientização sobre a importância da economia de água, incentivando práticas sustentáveis entre os cidadãos de Manaus.

Justificativa: A educação ambiental é fundamental para sensibilizar a população sobre a importância da preservação dos recursos hídricos e incentivar práticas de consumo consciente. A economia de água é essencial para garantir a sustentabilidade do abastecimento e a preservação dos recursos naturais.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de um programa de educação ambiental para a economia de água está alinhada com as diretrizes do Plano de Governo, promovendo a dignidade humana, a sustentabilidade integral, a inclusão no espaço físico e a gestão transparente e participativa. Ao investir na educação ambiental, buscamos capacitar os cidadãos para adotarem práticas sustentáveis e responsáveis no uso da água.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar o acesso a informações e recursos que promovam a saúde e a qualidade de vida.

Argumento: A educação ambiental capacita os cidadãos a adotarem práticas que promovem a saúde e a qualidade de vida, garantindo o acesso a um recurso vital de forma sustentável.



Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade social e ambiental, garantindo a preservação dos recursos naturais.

Argumento: A conscientização sobre a economia de água é fundamental para a sustentabilidade ambiental, promovendo a preservação dos recursos hídricos e incentivando práticas de consumo consciente.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a informações e recursos que promovam práticas sustentáveis.

Argumento: A educação ambiental garante que todos os cidadãos, independentemente de sua localização, tenham acesso a informações e recursos que incentivam práticas sustentáveis no uso da água.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Promover a participação da comunidade na gestão dos recursos hídricos, garantindo transparência e eficiência.

Argumento: A implementação de programas de educação ambiental com a participação da comunidade assegura que as necessidades locais sejam atendidas de forma eficaz. A transparência na gestão dos recursos hídricos fortalece a confiança da população nas políticas públicas.

Ações:

Campanhas de Conscientização:

- Realizar campanhas de conscientização sobre a importância da economia de água, utilizando diversos meios de comunicação.

Programas Educacionais:



- Desenvolver programas educacionais em escolas e comunidades, abordando temas relacionados à preservação dos recursos hídricos e práticas de consumo consciente.

Workshops e Palestras:

- Organizar workshops e palestras com especialistas em recursos hídricos e sustentabilidade para capacitar a população.

Material Educativo:

- Produzir e distribuir material educativo, como cartilhas, vídeos e aplicativos, para disseminar informações sobre a economia de água.

Parcerias com ONGs e Instituições:

- Estabelecer parcerias com ONGs e instituições de ensino para fortalecer as ações de educação ambiental e ampliar o alcance das iniciativas e soluções inovadoras para a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Resultados Esperados:

Aumento da conscientização da população sobre a importância da economia de água.

Maior adoção de práticas sustentáveis no uso da água.

Redução do consumo per capita de água.

Fortalecimento das parcerias com ONGs e instituições de ensino.

Melhoria na preservação dos recursos hídricos.

Indicadores de Sucesso:



Número de campanhas de conscientização realizadas e alcance da população.

Número de programas educacionais implementados em escolas e comunidades.

Participação da população em workshops e palestras.

Quantidade de material educativo produzido e distribuído.

Percentual de redução do consumo per capita de água.

9.3 Melhoria da Qualidade da Água para Consumo Humano

Proposta 04: Implementação de Sistemas Avançados de Tratamento de Água

Objetivo: Melhorar a qualidade da água distribuída à população de Manaus, garantindo que todos os padrões de potabilidade sejam atendidos, com especial atenção às áreas que historicamente sofrem com a qualidade da água.

Justificativa: A qualidade da água é fundamental para a saúde pública. Em algumas áreas de Manaus, a água distribuída ainda enfrenta desafios relacionados à contaminação e ao atendimento dos padrões de potabilidade. Investir em sistemas avançados de tratamento de água é essencial para garantir a saúde e o bem-estar da população.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de implementação de sistemas avançados de tratamento de água está profundamente alinhada com as diretrizes do Plano de Governo, refletindo o compromisso com a promoção da dignidade humana, a sustentabilidade integral, a inclusão no espaço físico e a gestão transparente e participativa. Ao investir em tecnologias avançadas para o tratamento de água, o objetivo é assegurar a qualidade da água para todos, promovendo a saúde pública, protegendo os recursos naturais e incentivando a participação comunitária na gestão dos recursos hídricos.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar o acesso contínuo e eficiente a serviços essenciais, como o abastecimento de água de qualidade.

Argumento: A implementação de sistemas avançados de tratamento de água assegura que todos os cidadãos tenham acesso a água potável, essencial para a saúde e dignidade humanas. Isso é particularmente importante em áreas onde a qualidade da água é um desafio, garantindo que todos tenham acesso igualitário a serviços de qualidade.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade ambiental, garantindo a preservação dos recursos naturais.

Argumento: Sistemas avançados de tratamento de água minimizam o impacto ambiental do saneamento, utilizando tecnologias que reduzem a quantidade de produtos químicos necessários e melhoram a eficiência na purificação da água. Isso contribui para a preservação dos recursos hídricos, promovendo um uso mais sustentável e responsável da água.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Assegurar que todos os espaços urbanos e rurais tenham acesso a serviços de saneamento básico e abastecimento de água de qualidade.



Argumento: A adoção de tecnologias avançadas no tratamento de água permite a expansão do acesso à água potável em áreas remotas e urbanas, garantindo que nenhuma comunidade seja deixada para trás. Isso promove a inclusão e a equidade, assegurando que todos os cidadãos, independentemente de sua localização, tenham acesso a serviços essenciais.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Promover a participação da comunidade na gestão e fiscalização dos serviços públicos, garantindo transparência e eficiência.

Argumento: A implementação de sistemas avançados de tratamento de água com envolvimento comunitário permite que as necessidades e preocupações locais sejam diretamente abordadas. A transparência na seleção, implementação e operação dessas tecnologias fortalece a confiança da população nas políticas públicas e incentiva a participação ativa na gestão dos recursos hídricos.

Ações:

Mapeamento de Vulnerabilidades:

- Realizar um diagnóstico das vulnerabilidades do sistema de saneamento frente às mudanças climáticas, identificando áreas de risco.

Obras de Adaptação:

- Executar obras de adaptação, como a elevação de estações de tratamento e a construção de sistemas de drenagem urbana capazes de lidar com volumes maiores de água.

Sistemas de Alerta Precoce:

- Desenvolver e implementar sistemas de alerta precoce para monitorar e responder rapidamente a eventos extremos, minimizando seus impactos.

Diálogo com a Comunidade:



- Realizar consultas públicas para entender as necessidades específicas de cada comunidade em relação à qualidade da água.

Educação para a Sustentabilidade:

- Desenvolver programas educacionais focados na importância da conservação da água e na compreensão das tecnologias de tratamento, promovendo uma cultura de sustentabilidade.

Resultados Esperados:

Redução da vulnerabilidade do sistema de saneamento às mudanças climáticas.

Melhoria na capacidade de resposta a eventos climáticos extremos.

Proteção da saúde pública e da infraestrutura de saneamento.

Melhoria significativa na qualidade da água fornecida à população.

Aumento da conscientização sobre a importância da conservação dos recursos hídricos.

Fortalecimento da confiança e participação da comunidade nas decisões relativas à gestão da água.

Indicadores de Sucesso:

Atingimento dos padrões de potabilidade da água em 100% do município.

Aumento no índice de satisfação da população com a qualidade da água.



Engajamento efetivo da comunidade em programas de educação ambiental e sustentabilidade.

Diminuição dos danos causados por eventos climáticos ao sistema de saneamento.

Eficiência na resposta a emergências relacionadas ao clima.

Satisfação da população com a resiliência do sistema de saneamento.

9.4 Melhoria da Qualidade da Água para Consumo Humano

Proposta 05: Adaptação do Sistema de Saneamento às Mudanças Climáticas

Objetivo: Adaptar e preparar o sistema de saneamento de Manaus para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas, incluindo eventos extremos como enchentes e secas prolongadas.

Justificativa: As mudanças climáticas representam um desafio significativo para o saneamento básico, com impactos diretos na gestão dos recursos hídricos, na infraestrutura de saneamento e na saúde pública. É fundamental que o sistema de saneamento seja resiliente e adaptável às novas condições climáticas.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de adaptação do sistema de saneamento às mudanças climáticas está alinhada com as diretrizes do Plano de Governo, enfatizando a importância da dignidade humana, da sustentabilidade integral, da inclusão no



espaço físico e da gestão transparente e participativa. Ao focar na resiliência e adaptação do sistema de saneamento, essa proposta visa garantir a continuidade e eficiência dos serviços essenciais sob quaisquer condições climáticas, promovendo a sustentabilidade, protegendo a saúde pública e incentivando a participação comunitária na gestão dos recursos hídricos e saneamento.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar o acesso contínuo e eficiente a serviços essenciais, como saneamento básico e abastecimento de água.

Argumento: A adaptação do sistema de saneamento às mudanças climáticas é crucial para garantir que todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, tenham acesso ininterrupto a serviços de saneamento e água, fundamentais para a saúde e a dignidade humana. Isso inclui medidas para prevenir interrupções e garantir a resiliência das infraestruturas.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade ambiental, garantindo a preservação dos recursos naturais e a adaptação às mudanças climáticas.

Argumento: A implementação de estratégias de adaptação climática no sistema de saneamento contribui diretamente para a sustentabilidade ambiental, minimizando os impactos negativos das mudanças climáticas nos recursos hídricos e na infraestrutura de saneamento, além de promover práticas que preservam a qualidade e disponibilidade dos recursos naturais para as gerações futuras.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Assegurar que todos os espaços urbanos e rurais sejam resilientes e adaptáveis às mudanças climáticas.



Argumento: A adaptação do sistema de saneamento às mudanças climáticas garante que todas as áreas, urbanas e rurais, estejam preparadas para enfrentar eventos climáticos extremos, assegurando a todos os cidadãos acesso a serviços de saneamento resilientes e sustentáveis, independentemente de sua localização.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Promover a participação da comunidade na gestão dos recursos hídricos e saneamento, garantindo transparência e eficiência.

Argumento: A inclusão da comunidade no processo de adaptação do sistema de saneamento às mudanças climáticas assegura que as soluções sejam adequadas às necessidades locais e fortalece a resiliência comunitária. A transparência nas decisões e ações promove a confiança e cooperação da população, essenciais para a implementação eficaz de medidas de adaptação.

Ações:

Capacitação Comunitária:

- Desenvolver programas de capacitação para comunidades locais sobre práticas de adaptação e resiliência climática, incluindo gestão de águas pluviais e redução de riscos de inundações e secas.

Inovação Tecnológica:

- Investir em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias e materiais que aumentem a resiliência do sistema de saneamento às variações climáticas.

Mapeamento de Vulnerabilidades:

- Realizar um diagnóstico das vulnerabilidades do sistema de saneamento frente às mudanças climáticas, identificando áreas de risco.

Obras de Adaptação:



- Executar obras de adaptação, como a elevação de estações de tratamento e a construção de sistemas de drenagem urbana capazes de lidar com volumes maiores de água.

Sistemas de Alerta Precoce:

- Desenvolver e implementar sistemas de alerta precoce para monitorar e responder rapidamente a eventos extremos, minimizando seus impactos.

Resultados Esperados:

Redução da vulnerabilidade do sistema de saneamento às mudanças climáticas.

Melhoria na capacidade de resposta a eventos climáticos extremos.

Proteção da saúde pública e da infraestrutura de saneamento.

Aumento da capacidade do sistema de saneamento de resistir e se adaptar a eventos climáticos extremos.

Melhoria na qualidade de vida e saúde pública, com redução dos riscos associados às mudanças climáticas.

Fortalecimento da gestão participativa e da confiança pública nas políticas de saneamento e gestão de recursos hídricos.

Indicadores de Sucesso:

Redução da vulnerabilidade e aumento da resiliência do sistema de saneamento a eventos climáticos extremos.



Engajamento ativo da comunidade nas iniciativas de adaptação climática.

Melhoria contínua na eficiência e sustentabilidade dos serviços de saneamento e abastecimento de água.

Diminuição dos danos causados por eventos climáticos ao sistema de saneamento.

Eficiência na resposta a emergências relacionadas ao clima.

Satisfação da população com a resiliência do sistema de saneamento.







PROPOSTAS
PARA O EIXO DAS

**POPULAÇÕES
INDÍGENA,
QUILOMBOLA,
MIGRANTES
E REFUGIADOS
DE MANAUS**

10.1 Fortalecimento Cultural e Autonomia das Comunidades Indígenas e Quilombolas

Proposta 01: Promoção da Cultura e Línguas Indígenas e Quilombolas

Objetivo: Valorizar e promover as culturas, línguas e tradições das comunidades indígenas e quilombolas de Manaus, garantindo sua preservação e transmissão para as futuras gerações.

Justificativa: A riqueza cultural e linguística das comunidades indígenas e quilombolas é um patrimônio imaterial que necessita de reconhecimento e valorização. A promoção dessas culturas fortalece a identidade desses povos, contribui para a diversidade cultural da cidade e combate o preconceito e a discriminação.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta está alinhada com as diretrizes do Plano de Governo, enfatizando a promoção da dignidade humana, a sustentabilidade integral, a inclusão no espaço físico e a gestão transparente e participativa. Ao valorizar as culturas indígenas e quilombolas, reafirmamos o compromisso com a diversidade cultural e a inclusão social, promovendo a igualdade e o respeito entre todos os cidadãos.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar o acesso contínuo e eficiente a serviços essenciais, como a educação e a cultura.

Argumento: A promoção das culturas e línguas indígenas e quilombolas contribui para a dignidade humana, assegurando que essas comunidades



tenham seus direitos culturais respeitados e valorizados. Isso inclui o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, tradições e expressões.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade ambiental, cultural e social.

Argumento: A valorização das culturas indígenas e quilombolas é fundamental para a sustentabilidade integral, pois essas comunidades possuem conhecimentos tradicionais essenciais para a conservação do meio ambiente e a promoção de práticas sustentáveis. A preservação de suas línguas e culturas contribui para a diversidade cultural e a resiliência social.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Assegurar que todos os espaços urbanos e rurais promovam a inclusão e a diversidade cultural.

Argumento: A implementação de centros culturais e a promoção de festivais culturais em áreas indígenas e quilombolas garantem que o espaço físico de Manaus seja inclusivo e representativo da diversidade cultural da cidade. Isso permite que todas as comunidades tenham seus espaços de expressão cultural, fortalecendo o tecido social e promovendo a igualdade.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Promover a participação da comunidade na gestão cultural e educacional, garantindo transparência e eficiência.

Argumento: A inclusão das comunidades indígenas e quilombolas no planejamento e execução de programas culturais e educacionais assegura que suas necessidades e perspectivas sejam atendidas de forma eficaz. A transparência e a participação comunitária na gestão dessas iniciativas fortalecem a



confiança nas políticas públicas e incentivam a colaboração contínua entre o governo e as comunidades.

Ações:

Diálogo Contínuo:

- Estabelecer canais de diálogo contínuo entre o governo e as comunidades indígenas e quilombolas para garantir que suas vozes sejam ouvidas e consideradas em todas as etapas do processo.

Reconhecimento Legal:

- Trabalhar pela proteção legal das terras indígenas e quilombolas e pelo reconhecimento de seus direitos culturais, viabilizando um ambiente seguro para a expressão e desenvolvimento de suas culturas.

Criação de Museu e Central de Artesanato Indígena:

- Implementar centros culturais em áreas de significativa presença indígena e quilombola para a realização de atividades culturais, cursos de línguas nativas e exposições.

Programas Educacionais:

- Desenvolver programas educacionais nas escolas municipais que incluam o ensino da história, cultura e línguas indígenas e quilombolas, promovendo o respeito e a valorização dessas comunidades.

Festivais Culturais:

- Apoiar e promover festivais culturais que celebrem as tradições indígenas e quilombolas, proporcionando espaços para a expressão cultural desses povos.

Conselho Municipal dos Povos Originários:



- Implantar o Conselho Municipal dos Povos Indígenas para garantir que as comunidades indígenas tenham uma voz ativa nas decisões que afetam suas vidas e territórios.

Parcerias com Universidades:

- Estabelecer parcerias com universidades e instituições de pesquisa para documentar e preservar as línguas e culturas indígenas e quilombolas.

Ala hospitalar própria:

- Implantar ala hospitalar com infraestrutura voltada à cultura da população indígena.

Resultados Esperados:

Fortalecimento da identidade cultural e da autoestima das comunidades indígenas e quilombolas.

Maior visibilidade e reconhecimento da diversidade cultural de Manaus.

Promoção da inclusão social e combate ao racismo e à discriminação.

Fortalecimento da identidade cultural das comunidades indígenas e quilombolas.

Maior visibilidade e reconhecimento das contribuições culturais desses povos para a sociedade.

Promoção da inclusão social e combate ao preconceito e à discriminação.

Indicadores de Sucesso:



Aumento no número de eventos culturais e educacionais promovidos pelas e para as comunidades indígenas e quilombolas.

Crescimento no reconhecimento e proteção legal das terras e direitos culturais dessas comunidades.

Melhoria nos indicadores de inclusão social e redução de casos de discriminação.

Número de centros culturais implementados e atividades realizadas.

Inclusão de conteúdos sobre culturas indígenas e quilombolas nos currículos escolares.

Participação da comunidade nos festivais culturais e programas educacionais.

10.2 Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo das Comunidades Indígenas e Quilombolas

Proposta 02: Fomento à Economia Local e Sustentável

Objetivo: Apoiar o desenvolvimento econômico das comunidades indígenas e quilombolas de Manaus, promovendo práticas sustentáveis e o empreendedorismo local.

Justificativa: As comunidades indígenas e quilombolas possuem um vasto conhecimento sobre o manejo sustentável dos recursos naturais. O fomento à economia local, baseado em práticas sustentáveis, contribui para a autonomia dessas comunidades, além de promover a conservação ambiental.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação





Essa proposta reforça o compromisso com a sustentabilidade integral, a inclusão no espaço físico e a gestão transparente e participativa, alinhando-se às diretrizes do Plano de Governo. Ao apoiar o desenvolvimento econômico sustentável das comunidades indígenas e quilombolas, promovemos a dignidade humana e a inclusão social, garantindo que essas comunidades sejam protagonistas de seu próprio desenvolvimento.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar o acesso contínuo e eficiente a serviços essenciais, incluindo oportunidades econômicas que respeitem as tradições e culturas locais.

Argumento: O fomento à economia local e sustentável nas comunidades indígenas e quilombolas garante que esses grupos tenham meios de subsistência dignos e alinhados com suas práticas culturais e ambientais, promovendo a saúde, a dignidade e o bem-estar de todos os membros da comunidade.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver programas que promovam a sustentabilidade ambiental, econômica e social, garantindo a preservação dos recursos naturais e a promoção de práticas econômicas sustentáveis.

Argumento: Ao incentivar práticas econômicas que se baseiam no conhecimento tradicional das comunidades indígenas e quilombolas, contribuímos para a preservação dos recursos naturais e promovemos um modelo de desenvolvimento econômico que seja sustentável e responsável, beneficiando tanto as comunidades quanto o meio ambiente.

Espaço Físico Inclusivo:



Diretriz: Assegurar que todos os espaços urbanos e rurais promovam a inclusão econômica e social de todas as comunidades, respeitando suas especificidades culturais e ambientais.

Argumento: A criação de canais de comercialização e o apoio ao empreendedorismo nas comunidades indígenas e quilombolas garantem que o espaço econômico de Manaus seja inclusivo e diversificado, oferecendo oportunidades justas para todos e valorizando as contribuições únicas dessas comunidades para a economia local.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Promover a participação das comunidades indígenas e quilombolas na gestão dos recursos econômicos, garantindo transparência e eficiência nas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico.

Argumento: Ao envolver essas comunidades no planejamento e implementação de programas de desenvolvimento econômico, asseguramos que suas necessidades e visões sejam adequadamente atendidas. A transparência e a participação ativa dessas comunidades nas decisões econômicas fortalecem a confiança nas políticas públicas e promovem uma gestão mais eficaz e responsiva.

Ações:

Monitoramento e Avaliação:

- Estabelecer sistemas de monitoramento e avaliação para acompanhar o impacto das políticas de fomento econômico nas comunidades, ajustando as estratégias conforme necessário, a fim de maximizar os benefícios.

Diálogo Contínuo:



- Manter canais de diálogo abertos e ativos com as comunidades indígenas e quilombolas, garantindo, assim, que suas vozes sejam ouvidas em todas as fases do desenvolvimento econômico.

Programas de Capacitação:

- Oferecer programas de capacitação em empreendedorismo, gestão de negócios e práticas sustentáveis para as comunidades indígenas e quilombolas.

Apoio à Comercialização:

- Criar canais de comercialização para os produtos e artesanatos produzidos pelas comunidades, incluindo feiras locais e plataformas online.

Incentivos Fiscais:

- Implementar incentivos fiscais e linhas de crédito especiais para empreendimentos sustentáveis desenvolvidos por comunidades indígenas e quilombolas.

Parcerias para o Desenvolvimento Sustentável:

- Estabelecer parcerias com organizações não governamentais e instituições de pesquisa para o desenvolvimento de projetos sustentáveis nas comunidades.

Resultados Esperados:

Aumento da autonomia econômica das comunidades indígenas e quilombolas.

Promoção de práticas econômicas sustentáveis que respeitem a cultura e o meio ambiente.



Fortalecimento da inclusão econômica e social dessas comunidades no tecido urbano e rural de Manaus.

Melhoria nas condições econômicas das comunidades indígenas e quilombolas.

Promoção do uso sustentável dos recursos naturais.

Fortalecimento da autonomia e do empreendedorismo local.

Indicadores de Sucesso:

Crescimento do número de empreendimentos sustentáveis liderados por membros das comunidades indígenas e quilombolas.

Aumento na participação dessas comunidades no mercado local e na economia da cidade.

Melhoria nos indicadores de qualidade de vida e sustentabilidade nas comunidades beneficiadas.

Número de participantes nos programas de capacitação.

Volume de vendas dos produtos e artesanatos das comunidades.

Quantidade de empreendimentos sustentáveis desenvolvidos com apoio do programa.

10.3 Políticas Públicas para migrantes e refugiados - Ajustar o número da proposta

Proposta 01: Integração e Acesso à Educação, Saúde e Esporte para Migrantes e Refugiados



Objetivo: Assegurar a plena integração dos migrantes e refugiados na sociedade manauara, garantindo acesso irrestrito à educação, saúde e esporte, com atenção especial às necessidades linguísticas e culturais dessas populações.

Justificativa: Migrantes e refugiados enfrentam desafios únicos ao se integrarem em novas comunidades, especialmente em relação ao acesso a serviços básicos. A barreira linguística, diferenças culturais e o trauma do deslocamento podem impedir o pleno acesso a direitos fundamentais. Em Manaus, uma cidade com crescente diversidade de migrantes e refugiados, é crucial adaptar as políticas públicas para atender a essas necessidades específicas, promovendo a inclusão e o bem-estar dessas populações.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta está alinhada com as diretrizes do Plano de Governo, enfatizando a dignidade humana, a sustentabilidade integral, a inclusão no espaço físico e a gestão transparente e participativa. Ao adaptar os serviços públicos para atender às necessidades dos migrantes e refugiados, Manaus reforça seu compromisso com a inclusão social e a igualdade de acesso a direitos e serviços.

Essa proposta visa não apenas atender às necessidades imediatas de migrantes e refugiados em Manaus, mas também promover uma sociedade mais inclusiva e coesa, reconhecendo a riqueza que a diversidade traz para o tecido social da cidade.

Promoção da Dignidade Humana:



Diretriz: Assegurar que todos, independentemente de sua origem, tenham acesso a serviços que garantam sua saúde, educação e bem-estar.

Argumento: A integração efetiva de migrantes e refugiados nos sistemas de educação, saúde e esporte assegura que essas populações possam viver com dignidade, contribuindo ativamente para a sociedade.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Criar programas inclusivos que considerem as necessidades específicas de todos os segmentos da população.

Argumento: A atenção integral aos migrantes e refugiados é essencial para a construção de uma sociedade sustentável e coesa, que valoriza a diversidade e promove a igualdade.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Garantir que espaços públicos, como escolas e hospitais, sejam acolhedores e acessíveis a todos.

Argumento: A identificação em múltiplos idiomas e a oferta de alimentação culturalmente apropriada nas escolas são medidas que promovem a inclusão e o respeito pela diversidade cultural.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Incentivar a participação de migrantes e refugiados na formulação e implementação de políticas públicas.

Argumento: A inclusão dessas populações no processo decisório garante que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas.

Ações:



Implementação de Serviços de Atendimento Psicossocial:

- Oferecer serviços de atendimento psicossocial nas escolas e unidades de saúde no idioma dos migrantes e refugiados.

Sinalização Multilíngue:

- Instalar placas de sinalização em português, espanhol e inglês em espaços públicos, incluindo escolas, hospitais e órgãos governamentais.

Adaptação da Merenda Escolar:

- Incluir opções de alimentação que reflitam a diversidade cultural dos migrantes e refugiados nas escolas.

Programas de Integração Cultural e Esportiva:

- Desenvolver programas que promovam a integração cultural e o acesso ao esporte para migrantes e refugiados, facilitando sua inclusão social.

Resultados Esperados:

Melhoria no acesso à educação, saúde e esporte para migrantes e refugiados.

Maior inclusão e respeito à diversidade cultural dentro da comunidade. Redução das barreiras linguísticas e culturais que impedem a plena integração dessas populações.

Indicadores de Sucesso:

Aumento no número de migrantes e refugiados acessando serviços de educação, saúde e esporte.

Satisfação dessas populações com os serviços oferecidos.

Redução nos relatos de discriminação e exclusão social.







PROPOSTAS
PARA O EIXO DE

POLÍTICAS DE INCLUSÃO

11.1 Política Pública de Acessibilidade

Proposta 01: Criação de Centros Integrados de Acessibilidade

Objetivo: Estabelecer centros integrados em diferentes regiões da cidade para oferecer serviços multidisciplinares de apoio às pessoas com deficiência, incluindo reabilitação, orientação jurídica, psicológica e profissional.

Justificativa: A integração de serviços de apoio em um único local facilita o acesso das pessoas com deficiência a recursos essenciais para sua inclusão social, educacional e profissional. A criação desses centros visa promover a autonomia e melhorar a qualidade de vida dessa parcela da população.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de criação de Centros Integrados de Acessibilidade está alinhada com as diretrizes do Plano de Governo, refletindo o compromisso com a inclusão social, a promoção da dignidade humana e a construção de uma cidade mais acessível e igualitária.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o acesso a serviços de apoio e reabilitação para pessoas com deficiência.

Argumento: Os centros integrados proporcionam serviços essenciais que promovem a dignidade e a independência das pessoas com deficiência, reconhecendo suas necessidades específicas e direitos.



Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Fomentar a inclusão social e econômica de pessoas com deficiência.

Argumento: Ao oferecer orientação profissional e apoio à reabilitação, os centros contribuem para a sustentabilidade social, facilitando a inserção no mercado de trabalho e promovendo a independência financeira.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Criar ambientes urbanos acessíveis e inclusivos.

Argumento: Os centros integrados serão projetados para serem plenamente acessíveis, servindo como modelo para a construção de espaços públicos inclusivos e promovendo a conscientização sobre acessibilidade.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver pessoas com deficiência no planejamento e gestão dos centros.

Argumento: A participação ativa das pessoas com deficiência na concepção dos centros garante que os serviços oferecidos atendam efetivamente às suas necessidades, promovendo a transparência e a inclusão no processo decisório.

Ações:

Mapeamento de Necessidades:

- Realizar um levantamento das necessidades específicas das pessoas com deficiência na cidade, definindo, assim, os serviços que serão oferecidos nos centros.

Parcerias com Organizações Especializadas:



- Estabelecer parcerias com organizações não governamentais e instituições de ensino, objetivando desenvolver programas de capacitação e reabilitação.

Capacitação de Profissionais:

- Promover a capacitação de profissionais que atuarão nos centros, garantindo um atendimento qualificado e humanizado.

Resultados Esperados:

Aumento no acesso a serviços de apoio e reabilitação para pessoas com deficiência.

Melhoria na qualidade de vida e na autonomia das pessoas com deficiência.

Maior inclusão social e econômica de pessoas com deficiência.

Indicadores de Sucesso:

Número de centros integrados criados e em operação.

Quantidade de pessoas com deficiência atendidas pelos centros.

Nível de satisfação das pessoas com deficiência com os serviços oferecidos.

Aumento na taxa de empregabilidade das pessoas com deficiência atendidas pelos programas de orientação profissional.

Proposta 02: Programa de Acessibilidade Urbana



Objetivo: Implementar um programa abrangente de acessibilidade urbana, focado na eliminação de barreiras arquitetônicas e na promoção de uma cidade totalmente acessível para pessoas com deficiência.

Justificativa: A falta de acessibilidade urbana é um dos principais obstáculos para a plena inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. A implementação de um programa voltado para a acessibilidade urbana visa garantir o direito de ir e vir de todas as pessoas, promovendo a igualdade de oportunidades.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



Esse programa está alinhado com as diretrizes do Plano de Governo, reforçando o compromisso com a inclusão, a dignidade humana e a construção de espaços públicos acessíveis e acolhedores para todos.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar a mobilidade urbana e a acessibilidade para pessoas com deficiência.

Argumento: A remoção de barreiras arquitetônicas e a criação de uma infraestrutura urbana acessível são fundamentais para garantir a dignidade e a independência das pessoas com deficiência.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Desenvolver uma cidade sustentável que atenda às necessidades de todos os seus habitantes.



Argumento: Uma cidade acessível contribui para a sustentabilidade social, assegurando que pessoas com deficiência possam participar plenamente de todas as esferas da vida comunitária.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Criar espaços públicos que sejam seguros, acessíveis e inclusivos para todos.

Argumento: O programa de acessibilidade urbana visa transformar o espaço físico da cidade, tornando-o acolhedor e acessível para pessoas com deficiência, idosos e todos que se beneficiam de uma maior acessibilidade.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Incluir pessoas com deficiência no planejamento e implementação de políticas de acessibilidade.

Argumento: A participação ativa das pessoas com deficiência no desenvolvimento do programa assegura que suas necessidades sejam compreendidas e atendidas, promovendo políticas mais eficazes e inclusivas.

Ações:

Auditoria de Acessibilidade:

- Realizar uma auditoria completa da acessibilidade urbana, identificando pontos críticos e áreas que necessitam de intervenção imediata.

Reforma de Calçadas e Espaços Públicos:

- Adaptar calçadas, praças, parques e outros espaços públicos para garantir a acessibilidade, incluindo a instalação de rampas, sinalização tátil e auditiva.

Capacitação de Profissionais:



- Oferecer treinamentos sobre normas e práticas de acessibilidade para profissionais da construção civil, urbanistas e funcionários públicos.

Resultados Esperados:

Eliminação de barreiras arquitetônicas em espaços públicos e vias urbanas.

Aumento significativo na acessibilidade urbana para pessoas com deficiência.

Promoção da inclusão social e da igualdade de oportunidades.

Indicadores de Sucesso:

Número de intervenções realizadas para melhorar a acessibilidade urbana.

Percentual de espaços públicos e vias urbanas adaptados para acessibilidade.

Feedback positivo da comunidade de pessoas com deficiência sobre as melhorias na acessibilidade urbana.

Proposta 03: Inclusão Digital para Pessoas com Deficiência

Objetivo: Promover a inclusão digital de pessoas com deficiência por meio do acesso a tecnologias assistivas, capacitação em ferramentas digitais e desenvolvimento de conteúdo acessível.

Justificativa: A inclusão digital é essencial para garantir que pessoas com deficiência possam acessar informações, serviços e oportunidades na sociedade contemporânea. A falta de acesso a tecnologias assistivas e conteúdos



digitais acessíveis limita significativamente a participação social e econômica dessas pessoas.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de inclusão digital para pessoas com deficiência está em harmonia com as diretrizes do Plano de Governo, destacando a importância da tecnologia como ferramenta de inclusão e igualdade.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Facilitar o acesso a informações e serviços por meio de tecnologias assistivas.

Argumento: O acesso a tecnologias assistivas e conteúdos digitais acessíveis permite que pessoas com deficiência vivenciem uma maior autonomia e participação social, reforçando sua dignidade e direitos.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Utilizar a tecnologia para promover a inclusão social e econômica de pessoas com deficiência.

Argumento: A inclusão digital é um pilar para a sustentabilidade social, permitindo que pessoas com deficiência tenham melhores oportunidades de educação e emprego.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Ampliar o conceito de acessibilidade para o ambiente digital.



Argumento: Assim como os espaços físicos, o ambiente digital deve ser projetado para ser acessível a todos, garantindo que pessoas com deficiência possam navegar e utilizar recursos digitais sem barreiras.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Incentivar a participação de pessoas com deficiência no desenvolvimento de tecnologias e conteúdos digitais acessíveis.

Argumento: A colaboração de pessoas com deficiência no design e teste de tecnologias assistivas assegura que as soluções desenvolvidas atendam efetivamente às suas necessidades.

Ações:

Centros de Acesso à Tecnologia Assistiva:

- Criar centros equipados com tecnologias assistivas, oferecendo acesso gratuito e treinamento para pessoas com deficiência.

Desenvolvimento de Conteúdo Acessível:

- Incentivar e apoiar a produção de conteúdo digital acessível, incluindo websites, aplicativos e materiais educacionais.

Parcerias com Empresas de Tecnologia:

- Estabelecer parcerias com empresas de tecnologia para desenvolver e disponibilizar soluções inovadoras de acessibilidade digital.

Resultados Esperados:

Aumento no acesso a tecnologias assistivas e conteúdo digital acessível para pessoas com deficiência.

Melhoria na inclusão social e econômica de pessoas com deficiência através da tecnologia.



Promoção da autonomia e participação ativa de pessoas com deficiência na sociedade digital.

Indicadores de Sucesso:

Número de centros de acesso à tecnologia assistiva implementados.

Quantidade de conteúdo digital acessível produzido e disponibilizado.

Feedback da comunidade de pessoas com deficiência sobre a eficácia das iniciativas de inclusão digital.

11.2 Reestruturação e adequação do serviço público para as pessoas com deficiência

Proposta 04: Centralização, acessibilidade e inclusão por meio da gestão pública

Objetivo: Tornar as políticas públicas mais efetivas em todos os setores, com especial atenção ao atendimento inclusivo ao público PcD (Pessoas com Deficiência), garantindo acessibilidade, participação e igualdade.

Justificativa: A inclusão das pessoas com deficiência nos serviços públicos é fundamental para garantir seus direitos e promover uma sociedade mais justa e igualitária. A centralização dos serviços e a criação de estruturas dedicadas facilitam o acesso a esses direitos, reduzem a burocracia e promovem a dignidade humana.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



Essa proposta está alinhada com as diretrizes do plano de governo, enfatizando a dignidade da pessoa humana, a sustentabilidade integral, a criação de um espaço físico inclusivo e a promoção de uma gestão transparente e participativa. Ao centralizar e tornar os serviços públicos mais acessíveis, reforçamos o compromisso com uma sociedade que valoriza cada cidadão, promove a sustentabilidade através da inclusão e garante a participação ativa de todos na gestão pública.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar que todos os cidadãos, independentemente de suas capacidades, tenham acesso igualitário aos serviços públicos.

Argumento: A criação de serviços especializados e acessíveis para pessoas com deficiência reafirma seu valor e dignidade dentro da sociedade, garantindo que suas necessidades sejam atendidas de forma respeitosa e eficaz.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Integrar práticas sustentáveis em todas as áreas da gestão pública, promovendo a inclusão social como um pilar da sustentabilidade.

Argumento: Ao adaptar os serviços públicos para atender às necessidades das pessoas com deficiência, contribuímos para uma sociedade mais sustentável, que reconhece a importância de cuidar de todos os seus membros.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Criar ambientes públicos que sejam acessíveis e acolhedores para pessoas com todo tipo de habilidade.

Argumento: A implementação de infraestruturas acessíveis e a oferta de serviços especializados em locais públicos garantem que o espaço urbano seja verdadeiramente inclusivo, permitindo que pessoas com deficiência participem plenamente da vida cívica.



Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver cidadãos, especialmente aqueles com deficiência, no processo de tomada de decisões e gestão dos serviços públicos.

Argumento: A centralização e a especialização dos serviços para pessoas com deficiência, com canais claros e acessíveis de comunicação, promovem uma gestão mais transparente e participativa, onde todos têm voz ativa.

Ações:

Criação da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência:

- Um órgão dedicado a atender as demandas específicas das pessoas com deficiência, eliminando a burocracia e garantindo a acessibilidade.

Implantação da "Central de Libras":

- Oferecer atendimento via Skype em todos os órgãos municipais para deficientes auditivos, garantindo comunicação eficaz e inclusiva.

Oficina de Reparos:

- Estabelecer uma oficina para reparos e manutenção de cadeiras de rodas, próteses e órteses, assegurando que as pessoas com deficiência tenham os recursos necessários para sua mobilidade e independência.

Resultados Esperados: Melhoria significativa na qualidade de vida das pessoas com deficiência.

Maior eficiência e eficácia na gestão de demandas e serviços voltados para pessoas com deficiência.

Indicadores de Sucesso:

Tempo Médio de Resolução: Redução no tempo médio para a resolução de solicitações e demandas.



Participação em Programas: Aumento no percentual de pessoas com deficiência participando de programas e serviços oferecidos, refletindo uma maior inclusão e acessibilidade.

11.3. Políticas públicas para promover acessibilidade

Proposta 05: Integração e Inclusão: Políticas Públicas para Acessibilidade e Igualdade em Educação, Saúde, Infraestrutura, Esporte, Trabalho, Segurança e Cultura

Objetivo: Estabelecer um ambiente inclusivo e acessível, assegurando a participação plena e igualitária das pessoas com deficiência em todos os aspectos da sociedade.

Justificativa: A inclusão efetiva das pessoas com deficiência em todas as áreas da vida pública é essencial para construir uma sociedade justa e equitativa. Isso requer políticas públicas abrangentes que abordem as barreiras à acessibilidade e promovam a igualdade de oportunidades.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



Essa proposta está alinhada com as diretrizes do plano de governo, reforçando a importância da dignidade humana, sustentabilidade integral, espaço físico inclusivo e gestão transparente e participativa. Ao promover a acessibilidade e a igualdade, estamos comprometidos com a criação de uma sociedade que valoriza e respeita a diversidade de suas pessoas, garantindo que todas tenham as mesmas oportunidades de participar e contribuir para o desenvolvimento da cidade.



Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, tenham suas necessidades respeitadas e atendidas.

Argumento: Políticas de acessibilidade e inclusão asseguram que as pessoas com deficiência sejam tratadas com respeito e dignidade, tendo suas necessidades específicas reconhecidas e atendidas.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Integrar a inclusão e acessibilidade como componentes essenciais da sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Argumento: Acessibilidade e inclusão promovem uma sociedade mais coesa e sustentável, onde todos podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social, reduzindo desigualdades.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Criar ambientes físicos que sejam acessíveis e acolhedores para todos, independentemente de suas limitações físicas ou sensoriais.

Argumento: A adaptação de espaços públicos e a garantia de acessibilidade no transporte e infraestrutura são fundamentais para permitir que pessoas com deficiência participem plenamente da vida em sociedade.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Incluir pessoas com deficiência no processo de planejamento e decisão de políticas públicas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas.

Argumento: A participação ativa das pessoas com deficiência na gestão pública assegura que as políticas e programas reflitam suas necessidades reais, promovendo uma gestão mais transparente e eficaz.



Ações:

Educação:

- Implementação de recursos de tecnologia assistiva e adaptações curriculares, garantindo que o ambiente educacional seja acessível e inclusivo.
- Capacitação contínua de professores e profissionais da educação em práticas de educação inclusiva.

Saúde:

- Desenvolvimento de uma rede integrada de atendimento à saúde para pessoas com deficiência, incluindo acesso prioritário a tratamentos, consultas e terapias.
- Agilização na entrega de medicamentos e equipamentos essenciais, garantindo continuidade e qualidade no tratamento.

Infraestrutura e mobilidade urbana:

- Adaptação do transporte público, calçadas e espaços urbanos para garantir total acessibilidade, seguindo as normas vigentes de inclusão.
- Revisão e adequação dos contratos de concessão de serviços públicos para incluir critérios de acessibilidade.

Esporte:

- Promoção do esporte inclusivo, com a criação de programas e infraestruturas acessíveis para atletas com deficiência.
- Apoio e incentivo financeiro para atletas e paratletas, fomentando a participação em competições nacionais e internacionais.

Trabalho:



- Criação de um portal de empregabilidade para pessoas com deficiência, facilitando a inserção no mercado de trabalho.

- Oferecimento de cursos de capacitação profissional adaptados às necessidades de pessoas com deficiência.

Segurança Pública:

- Revitalização de espaços públicos para torná-los mais seguros e acessíveis, promovendo a inclusão social.

- Capacitação da Guarda Municipal em práticas de segurança inclusiva e acessível.

Cultura:

- Implementação de políticas de incentivo à cultura que priorizem projetos inclusivos e acessíveis, promovendo a participação de pessoas com deficiência em atividades culturais.

Resultados Esperados: Aumento significativo na qualidade de vida e na participação social das pessoas com deficiência.

Redução das barreiras à inclusão, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

Indicadores de Sucesso:

Educação:

- Percentual de Matrícula: Percentual de alunos com deficiência matriculados em instituições de ensino regular e especializado em relação ao total de alunos com deficiência.



- **Número de Adequações Estruturais:** Quantidade de escolas que passaram por adaptações estruturais para melhorar a acessibilidade.
- **Número de Docentes Capacitados:** Quantidade de professores, mediadores e intérpretes de Libras capacitados em práticas de educação inclusiva.
- **Utilização de Suportes Pedagógicos:** Frequência de uso de tecnologias assistivas e suportes pedagógicos por alunos com deficiência.

Saúde

- **Taxa de Atendimento:** Percentual de pessoas com deficiência que recebem atendimento sistemático e consultas regulares conforme suas necessidades.
- **Tempo de Espera para Consultas e Exames:** Tempo médio de espera para a realização de consultas, exames e consultas com especialistas.
- **Tempo de Entrega:** Tempo médio de entrega de medicamentos contínuos, materiais hospitalares, equipamentos e produtos de alimentação parenteral.
- **Percentual de Entregas Pontuais:** Percentual de entregas realizadas dentro dos prazos estabelecidos.

Infraestrutura e Mobilidade Urbana: Percentual de Veículos Acessíveis:

- **Percentual de veículos de transporte público que estão em conformidade com as normas de acessibilidade.**
- **Adequação das Paradas:** Percentual de paradas de transporte público adaptadas para garantir a acessibilidade.



- Número de Adequações em Calçadas e Rampas: Quantidade de calçadas e rampas adaptadas para atender aos padrões de acessibilidade.

- Revisão de Contratos e Licitações: Quantidade de contratos revisados e novas licitações realizadas para garantir a conformidade com as normas de acessibilidade.

Esporte:

- Número de Atletas e Paratletas: Quantidade de atletas e paratletas com deficiência participando de competições locais, nacionais e internacionais.

- Qualidade dos Centros de Treinamento:

Avaliação das condições e acessibilidade dos centros de treinamento para atletas com deficiência.

- Número de Bolsas e Incentivos: Quantidade de bolsas e incentivos oferecidos para atletas e paratletas que representam a cidade.

Trabalho:

- Taxa de Inserção no Mercado de Trabalho: Percentual de pessoas com deficiência que conseguiram emprego por meio do portal.

- Taxa de Conclusão e Aplicação: Percentual de participantes que completam os cursos e utilizam as habilidades adquiridas no mercado de trabalho.

Segurança Pública:



- **Número de Espaços Revitalizados:** Quantidade de praças, parques e centros de convivência revitalizados para melhorar a segurança e a acessibilidade.
- **Número de Treinamentos Realizados:** Quantidade de treinamentos realizados para capacitar a Guarda Municipal em práticas inclusivas e de segurança.
- **Cultura:** Número de Projetos Culturais Inclusivos: Quantidade de projetos culturais financiados e realizados com foco na inclusão de pessoas com deficiência e minorias.
- **Taxa de Participação:** Percentual de pessoas com deficiência participando de eventos culturais e projetos apoiados pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura.
- **Valor Captado:** Quantidade de recursos financeiros captados para projetos culturais voltados para inclusão e acessibilidade.

11.4. Habitação

Proposta 06: Programa de Habitação Inclusiva e Sustentável

Objetivo: Reduzir o déficit habitacional em Manaus, com foco especial na população em situação de rua, na erradicação de moradias em áreas de risco (29.102 pessoas morando nessas condições), na diminuição da coabitação forçada (34.097 imóveis estão ocupados dessa forma) e no alívio do ônus excessivo com aluguel para famílias de baixa renda (40.272 domicílios).

Justificativa: O Amazonas, especialmente sua capital, Manaus, enfrenta um grave déficit habitacional, impactando diretamente 120 mil pessoas. A com-



posição desse déficit revela problemas críticos, como o ônus excessivo com aluguel, coabitação forçada e habitação precária, muitas vezes em áreas de risco. A existência de 1,6 mil áreas de risco em Manaus, abrigando cerca de 52 mil moradias impróprias, evidencia a urgência de políticas habitacionais eficazes, que garantam moradia digna e segura para a população, alinhadas às necessidades de desenvolvimento sustentável e inclusão social.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar moradia digna como um direito fundamental para a promoção da dignidade humana.

Argumento: Acesso à moradia adequada é essencial para a saúde, segurança e bem-estar das famílias, refletindo diretamente na qualidade de vida.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Promover o desenvolvimento urbano sustentável, com habitações que respeitem o meio ambiente e reduzam a vulnerabilidade a desastres naturais.

Argumento: A construção de habitações sustentáveis e a relocação de famílias de áreas de risco contribuem para a preservação ambiental e a redução da exposição a desastres.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Garantir que todos tenham acesso a espaços seguros e inclusivos, promovendo a igualdade no direito à cidade.



Argumento: A implementação de projetos habitacionais em áreas seguras e acessíveis permite a inclusão social e espacial de populações vulneráveis.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a comunidade no planejamento e implementação de projetos habitacionais, assegurando transparência e eficácia.

Argumento: A participação comunitária na definição de prioridades e na gestão de projetos habitacionais fortalece a democracia e aumenta a satisfação com os resultados.

Ações:

Mapeamento e Relocação:

- Identificar as famílias em áreas de risco e promover sua realocação para habitações seguras.

Programas de Subsídio de Aluguel:

- Oferecer auxílio financeiro para famílias de baixa renda, reduzindo o ônus do aluguel.

Construção de Habitações Populares:

- Desenvolver projetos de construção de moradias populares sustentáveis e acessíveis.

Fortalecimento da Infraestrutura Urbana:

- Melhorar a infraestrutura nas áreas de novas habitações, garantindo acesso a serviços básicos e transporte.

Programas de Educação e Capacitação:

- Oferecer programas de capacitação para os beneficiários, promovendo a sustentabilidade e a manutenção das novas moradias.



Resultados Esperados:

Redução significativa do número de famílias em áreas de risco.

Diminuição da coabitação forçada e do ônus excessivo com aluguel.

Aumento do número de moradias dignas e sustentáveis.

Indicadores de Sucesso:

Número de famílias realocadas de áreas de risco.

Percentual de redução no ônus do aluguel para famílias de baixa renda.

Quantidade de moradias populares construídas e entregues.

Satisfação dos beneficiários com as novas moradias e infraestrutura associada.









PROPOSTAS
PARA O EIXO DO

ESPORTE

12.1. Ampliação e Manutenção de Infraestrutura

Proposta 01: Desenvolvimento e melhoria das infraestruturas esportivas públicas

Objetivo: Ampliar e modernizar as infraestruturas esportivas públicas, a fim de promover a prática de atividades físicas entre a população de Manaus, contribuindo para a melhoria da saúde pública e a prevenção de doenças.

Justificativa: A falta de espaços adequados para a prática de esportes limita as oportunidades para a população manter um estilo de vida ativo e saudável ao longo da vida. Investir em infraestruturas esportivas de qualidade e conscientizar a população sobre o seu uso correto é essencial para incentivar a prática regular de atividades físicas, reduzindo riscos de doenças crônicas e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



A proposta de desenvolvimento e melhoria das infraestruturas esportivas públicas está alinhada com as diretrizes do Plano de Governo, refletindo o compromisso com a promoção da saúde, a inclusão social e a gestão participativa.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a condições básicas que promovam um estilo de vida saudável e ativo.

Argumento: A disponibilidade de espaços esportivos de qualidade contribui diretamente para a saúde e bem-estar da população, reforçando o direito



ao lazer e à prática esportiva como elementos fundamentais para a dignidade humana.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Promover o desenvolvimento sustentável por meio da criação de infraestruturas que atendam às necessidades atuais sem comprometer as gerações futuras.

Argumento: A construção e manutenção de infraestruturas esportivas sustentáveis minimizam o impacto ambiental e promovem o uso racional dos recursos, contribuindo para o bem-estar das futuras gerações.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Garantir que os espaços públicos sejam acessíveis e atendam às necessidades de todos os cidadãos, independentemente de idade, gênero, habilidade ou condição social.

Argumento: A criação de espaços esportivos inclusivos e acessíveis promove a igualdade de oportunidades para a prática de esportes, incentivando a participação de todos os segmentos da sociedade.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a comunidade na gestão das políticas públicas, garantindo transparência e eficácia na implementação de projetos.

Argumento: A participação da comunidade no planejamento e na gestão das infraestruturas esportivas assegura que os projetos atendam às necessidades locais e fortalece o vínculo entre o governo e a população.

Ações:

Construção e Modernização:



- Desenvolver projetos para a construção de novos espaços esportivos e a modernização dos existentes, incluindo a instalação de equipamentos modernos e a adaptação para acessibilidade.

Manutenção Contínua:

- Implementar um programa de manutenção regular para garantir que as infraestruturas esportivas permaneçam seguras, limpas e acessíveis ao longo do tempo.

Programas de Inclusão:

- Criar programas esportivos voltados para grupos específicos, como pessoas com deficiência, idosos e crianças, para promover a inclusão e a diversidade nas atividades esportivas.

Resultados Esperados:

Aumento significativo no número de cidadãos praticando atividades físicas regularmente, em diferentes faixas etárias.

Melhoria na saúde pública e redução nas taxas de doenças relacionadas ao sedentarismo.

Fortalecimento da coesão social por meio do esporte.

Indicadores de Sucesso:

Número de novas infraestruturas esportivas construídas e de modernização das já existentes.

Percentual de aumento na frequência de uso das instalações esportivas pela população.



Diversidade de programas e atividades esportivas oferecidas, com especial atenção aos grupos de inclusão.

12.2. Programas e Atividades

Proposta 02: Promoção da atividade física e saúde comunitária

Objetivo: Fomentar a prática de atividades físicas entre todos os segmentos da população de Manaus, com programas inclusivos que atendam a diversas faixas etárias, habilidades e condições socioeconômicas, visando à melhoria da saúde comunitária.

Justificativa: A prática regular de atividades físicas é fundamental para a promoção da saúde e prevenção de doenças. No entanto, barreiras como a falta de acesso a programas adequados e a ausência de conscientização sobre a importância da atividade física limitam a participação de parte da população. Implementar programas acessíveis e diversificados pode superar essas barreiras, incentivando um estilo de vida ativo e saudável para todos.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



Esta proposta está alinhada com as diretrizes do Plano de Governo, refletindo o compromisso com a inclusão social, a saúde pública e a participação comunitária.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Promover o bem-estar e a saúde de todos os cidadãos, assegurando o acesso a atividades que contribuam para um estilo de vida saudável.



Argumento: Programas de atividade física acessíveis reforçam o direito ao bem-estar e à saúde, contribuindo para a dignidade de todos os cidadãos.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Estimular práticas que contribuam para a saúde sustentável da população, reduzindo a demanda por serviços de saúde a longo prazo.

Argumento: A promoção da atividade física contribui para a prevenção de doenças crônicas, resultando em uma comunidade mais saudável e reduzindo os custos com saúde pública.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Assegurar que os espaços e programas esportivos sejam acessíveis e acolhedores para todos, independentemente de suas condições físicas ou socioeconômicas.

Argumento: A criação de programas inclusivos e a realização de eventos em espaços acessíveis garantem que todos possam participar, promovendo a igualdade e a inclusão social.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Incentivar a participação da comunidade na escolha e no desenvolvimento de programas de atividade física.

Argumento: A colaboração com a comunidade na definição dos programas assegura que as atividades atendam às necessidades e preferências locais, aumentando a adesão e o impacto positivo na saúde comunitária.

Ações:

Aulas e Treinamentos Diversificados:



- Implementar aulas gratuitas ou a preços acessíveis em diversas modalidades esportivas, adaptadas para diferentes idades e níveis de habilidade.

Eventos Esportivos Comunitários:

- Organizar eventos esportivos regulares, como corridas de rua, campeonatos de esportes coletivos e festivais de esporte, para promover a integração comunitária e o estilo de vida ativo.

Campanhas de Conscientização:

- Desenvolver campanhas de saúde e bem-estar que destaquem os benefícios da atividade física regular, utilizando diversos meios de comunicação para alcançar ampla audiência.

Resultados Esperados: Ampliação do acesso a atividades físicas, atendendo a uma gama diversificada de interesses e necessidades da população.

Melhoria significativa nos índices de saúde da comunidade, com redução nas taxas de doenças associadas ao sedentarismo.

Indicadores de Sucesso: Aumento no número de participantes nas aulas, treinamentos e eventos esportivos organizados.

Nível de satisfação dos participantes com os programas oferecidos.

Engajamento da comunidade nas campanhas de conscientização e nos eventos esportivos, medido pelo número de participantes e espectadores.



Impacto das iniciativas na saúde comunitária, avaliado por meio de pesquisas de saúde pública e feedback dos participantes.

12.3. Parcerias e Incentivos

Proposta 03: Fortalecimento do esporte e da educação física nas comunidades e escolas através de parcerias, incentivos e programas educacionais

Objetivo: Estabelecer uma rede de colaboração entre clubes esportivos, escolas e comunidades, a fim de promover uma cultura esportiva inclusiva, identificar e manter talentos, além de oferecer oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional por meio do esporte para a vida toda.

Justificativa: A integração do esporte na educação e na vida comunitária é fundamental para o desenvolvimento físico, social e emocional de crianças e jovens. Parcerias estratégicas e incentivos podem ampliar significativamente o acesso ao esporte, promovendo valores como disciplina, trabalho em equipe e resiliência, além de identificar e nutrir talentos esportivos locais.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



Esta proposta está alinhada com as diretrizes do Plano de Governo, refletindo o compromisso com a inclusão social, a educação integral e a formação de cidadãos ativos e saudáveis.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar o desenvolvimento integral dos cidadãos, promovendo o acesso a atividades que contribuam para o bem-estar físico, social e emocional.



Argumento: O esporte é uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento humano, oferecendo oportunidades para o crescimento pessoal, socialização e formação de valores.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Fomentar práticas sustentáveis que contribuam para o desenvolvimento saudável das futuras gerações.

Argumento: Investir em programas esportivos educacionais promove um estilo de vida ativo e saudável, contribuindo para a prevenção de doenças e a formação de cidadãos conscientes e responsáveis.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Garantir que todos tenham acesso a espaços e programas que promovam a inclusão e a igualdade de oportunidades.

Argumento: As parcerias entre clubes, escolas e comunidades asseguram que os programas esportivos sejam acessíveis a todos, independentemente de sua condição socioeconômica, promovendo a inclusão e a diversidade.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Promover a participação ativa de todos os setores da sociedade no desenvolvimento e implementação de políticas públicas.

Argumento: A colaboração entre o setor público, clubes esportivos e instituições educacionais permite uma gestão mais eficaz e transparente dos programas esportivos, garantindo que atendam às necessidades da comunidade.

Ações:

Estabelecimento de Parcerias:



- Criar acordos de cooperação entre escolas, clubes esportivos e organizações comunitárias, para desenvolver e implementar programas esportivos integrados.

- Promover convênios com as Ligas Esportivas Comunitárias e Associações de Bairros da cidade de Manaus, visando ao gerenciamento e ao desenvolvimento de atividades esportivas e comunitárias, em conformidade com a realidade local.

Bolsas e Incentivos para Atletas:

- Lançar programas de bolsas de estudo e incentivos financeiros para jovens atletas com potencial, visando apoiar seu desenvolvimento esportivo e acadêmico.

Ampliação dos Programas de Educação Física:

- Reformular e enriquecer os currículos de educação física nas escolas, incluindo uma variedade maior de esportes e atividades físicas, com ênfase na participação e no desenvolvimento de habilidades.

Resultados Esperados: Criação de um ambiente propício ao desenvolvimento esportivo e pessoal de crianças e jovens, com acesso ampliado a programas de qualidade.

Identificação e apoio a talentos esportivos emergentes, oferecendo-lhes caminhos para o desenvolvimento e a competição em níveis mais altos.

Indicadores de Sucesso:

Número de parcerias efetivas estabelecidas entre escolas, clubes e comunidades.



Quantidade e diversidade de programas esportivos implementados nas escolas e comunidades.

Número de alunos e jovens atletas beneficiados por bolsas e incentivos.

Feedback positivo de estudantes, pais e comunidade, sobre a qualidade e o impacto dos programas esportivos.

12.4. Inclusão e Acessibilidade

Proposta 04: Promoção da inclusão e acessibilidade no esporte para pessoas com deficiência

Objetivo: Assegurar que pessoas com deficiência tenham pleno acesso e possam participar ativamente de programas de esportes adaptados, promovendo a igualdade de oportunidades no esporte e contribuindo para a integração social.

Justificativa: A prática esportiva é um direito de todos, incluindo pessoas com deficiência. No entanto, barreiras físicas, sociais e de percepção frequentemente limitam a participação desse grupo em atividades esportivas. Criar programas específicos e adaptar infraestruturas são passos essenciais para promover a inclusão e garantir que todos possam se beneficiar do esporte.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



Essa proposta está alinhada com as diretrizes do Plano de Governo, refletindo o compromisso com a inclusão social, a igualdade de oportunidades e a participação ativa de todos os cidadãos na vida comunitária.



Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o acesso igualitário a atividades que promovam o bem-estar e a integração social de pessoas com deficiência.

Argumento: A inclusão no esporte reforça a dignidade e o respeito pelas capacidades de cada indivíduo, promovendo a saúde física e mental e a autoestima.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Fomentar uma sociedade inclusiva que valorize a diversidade e promova oportunidades iguais para todos.

Argumento: Programas de esportes adaptados contribuem para uma comunidade mais coesa e sustentável, onde a inclusão e a diversidade são vistas como forças.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Assegurar que infraestruturas e espaços públicos, incluindo instalações esportivas, sejam acessíveis e acolhedores para pessoas com deficiência.

Argumento: A adaptação de instalações esportivas remove barreiras físicas, permitindo que pessoas com deficiência participem plenamente em atividades esportivas.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Incentivar a participação de pessoas com deficiência no planejamento e na implementação de programas esportivos adaptados.

Argumento: A colaboração direta de pessoas com deficiência assegura que os programas atendam às suas necessidades específicas, promovendo uma gestão inclusiva e eficaz.



Ações:

Desenvolvimento de Programas de Esportes Adaptados:

- Criar uma variedade de programas esportivos adaptados, considerando diferentes tipos de deficiência, para promover a participação ativa e o bem-estar.

Adaptação de Instalações Esportivas:

- Implementar mudanças estruturais em instalações esportivas para garantir total acessibilidade, incluindo rampas, elevadores, banheiros adaptados e sinalização apropriada.

Capacitação de Profissionais:

- Oferecer treinamento específico para treinadores e funcionários das instalações esportivas sobre como apoiar adequadamente atletas com deficiência.

Resultados Esperados:

Aumento significativo na participação de pessoas com deficiência em atividades esportivas.

Melhoria na qualidade de vida e na integração social de pessoas com deficiência através do esporte.

Indicadores de Sucesso:

Número de programas de esportes adaptados desenvolvidos e implementados.

Percentual de instalações esportivas adaptadas para acessibilidade.

Taxa de participação de pessoas com deficiência nos programas oferecidos.



Feedback positivo dos participantes sobre a qualidade e a acessibilidade dos programas.









PROPOSTAS
PARA O EIXO DE

POLÍTICAS PARA O CENTRO DA CIDADE

13.1. Segurança Pública para o Centro

Proposta 01: Revitalização e Segurança do Centro Histórico de Manaus

Objetivo: Implementar uma estratégia integrada para melhorar a segurança e a ordem pública no Centro Histórico de Manaus, transformando-o em um espaço seguro, acolhedor e dinâmico para moradores, turistas e investidores.

Justificativa: O Centro Histórico de Manaus é um patrimônio cultural e econômico vital para a cidade. No entanto, desafios relacionados à segurança e à desordem pública têm comprometido seu potencial de desenvolvimento e a qualidade de vida de seus frequentadores. Uma abordagem abrangente para revitalizar a área, melhorando a segurança e a infraestrutura, é essencial para reverter essa situação.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



Essa proposta está alinhada com as diretrizes fundamentais do plano de governo, enfatizando a importância da dignidade humana, da sustentabilidade integral, da criação de espaços físicos inclusivos e da gestão transparente e participativa. Ao focar na revitalização e segurança do Centro Histórico, o governo demonstra seu compromisso com a preservação do patrimônio histórico e cultural, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento econômico e social sustentável da região.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar um ambiente urbano seguro e acolhedor para todos os cidadãos.



Argumento: A revitalização do Centro Histórico de Manaus visa criar um ambiente seguro e inclusivo, onde a dignidade de cada indivíduo é respeitada e valorizada, contribuindo para o bem-estar geral da comunidade.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Fomentar o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável, preservando o patrimônio histórico e cultural.

Argumento: A proposta de revitalização e segurança contribui para a sustentabilidade integral, promovendo o turismo, a cultura e a economia local, enquanto preserva o valor histórico e cultural do centro da cidade.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Criar espaços públicos que sejam acessíveis, seguros e acolhedores para todos.

Argumento: Ao melhorar a infraestrutura e a segurança, o Centro Histórico torna-se um espaço mais inclusivo, atraindo uma diversidade maior de pessoas e atividades, reforçando, ainda, o sentido de pertencimento e comunidade.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a comunidade na tomada de decisões e na implementação de políticas públicas.

Argumento: A revitalização do Centro Histórico será conduzida com a participação ativa dos cidadãos, comerciantes e stakeholders, garantindo transparência no processo decisório e na gestão dos projetos, e assegurando que as intervenções atendam às necessidades reais da comunidade.

Ações:

Combate à Criminalidade e Desordem:



- Implementação de políticas rigorosas para o fechamento de atividades ilegais e reforço na legislação de uso do solo.

Melhoria da Iluminação Pública:

- Modernização e expansão da iluminação pública para aumentar a segurança noturna e incentivar a atividade econômica após o pôr do sol.

Sistema de Monitoramento por Câmeras:

- Instalação de um sistema de vigilância por vídeo de alta tecnologia, integrado ao Centro de Cooperação da Cidade, cobrindo todas as áreas do Centro Histórico, para monitoramento e resposta rápida a incidentes.

Expansão das Atribuições da Guarda Municipal:

- Ampliação do papel da Guarda Municipal, incluindo a atribuição de preservação da ordem pública, trabalhando em sinergia com outras agências para garantir a segurança e o cumprimento das leis.

Resultados Esperados:

Redução significativa nos índices de criminalidade e desordem no Centro Histórico.

Revitalização econômica e cultural da área, com aumento no número de visitantes e novos negócios.

Indicadores de Sucesso:

Diminuição nos relatórios de crimes e incidentes de desordem pública.

Aumento no número de estabelecimentos comerciais e culturais abertos no Centro Histórico.



Melhoria na percepção de segurança e satisfação entre moradores, comerciantes e visitantes.

13.2. Limpeza Pública

Proposta 02: Melhoria da limpeza pública e gestão de resíduos no Centro Histórico de Manaus

Objetivo: Aprimorar significativamente a limpeza pública e a gestão de resíduos no Centro Histórico de Manaus, implementando um sistema eficiente de coleta e gerenciamento de resíduos, que seja sustentável e adaptado às necessidades específicas da região.

Justificativa: A acumulação de resíduos nas ruas do Centro Histórico não só compromete a estética e o valor histórico da área, como também representa um risco significativo para a saúde pública e o meio ambiente. A implementação de um sistema de gestão de resíduos eficiente é crucial para melhorar a qualidade de vida dos moradores, a experiência dos visitantes e a sustentabilidade ambiental da região.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



Essa proposta está alinhada com as principais diretrizes do plano de governo, enfatizando a importância da dignidade humana, da sustentabilidade integral, da criação de espaços físicos inclusivos e da gestão transparente e participativa. Ao abordar a questão da limpeza pública e gestão de resíduos de maneira inovadora e eficaz, o governo reafirma seu compromisso com a promoção de uma cidade mais limpa, saudável e sustentável.



Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir um ambiente limpo e saudável para todos os cidadãos.

Argumento: A melhoria na limpeza pública e na gestão de resíduos contribui diretamente para a saúde e o bem-estar da população, promovendo um ambiente urbano que respeita a dignidade e a qualidade de vida de seus habitantes.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Promover práticas ambientais sustentáveis na gestão de resíduos.

Argumento: A adoção de sistemas inovadores e sustentáveis de gestão de resíduos minimiza o impacto ambiental, reduzindo a poluição e incentivando a reciclagem e a reutilização de materiais.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Criar espaços públicos limpos e acessíveis para todos.

Argumento: A limpeza e a manutenção adequada das áreas públicas tornam o Centro Histórico mais acolhedor e acessível, incentivando a participação e o engajamento da comunidade e dos visitantes.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a comunidade na gestão e na implementação de políticas de limpeza e resíduos.

Argumento: A participação ativa dos cidadãos, comerciantes e outros *stakeholders* no processo de gestão de resíduos assegura que as soluções adotadas sejam eficazes e atendam às necessidades reais da comunidade, promovendo a transparência e a responsabilidade.



Ações:

Combate à Acumulação de Resíduos:

- Implementação de medidas rigorosas para prevenir o descarte inadequado de lixo, incluindo a instalação de mais lixeiras e a fiscalização ativa.

Bueiros Inteligentes:

- Instalação de bueiros inteligentes para prevenir obstruções e alagamentos, melhorando a drenagem urbana e reduzindo os riscos durante períodos de chuva intensa.

Controle de Pragas:

- Implementação de um programa contínuo de controle de pragas para reduzir a presença de ratos, baratas e outros vetores de doenças.

Sistemas Inovadores de Coleta de Resíduos:

- Adoção de sistemas avançados de coleta de lixo, como contêineres subterrâneos, para melhorar a eficiência da coleta e reduzir o impacto visual dos resíduos.

Programa de Conscientização:

- Desenvolvimento de campanhas educativas para promover a conscientização sobre a importância da gestão adequada de resíduos, sensibilizando moradores, comerciantes e visitantes.

Resultados Esperados:

Melhoria significativa na limpeza e na gestão de resíduos no Centro Histórico, contribuindo para um ambiente mais saudável e agradável.

Engajamento efetivo da comunidade nas práticas de sustentabilidade e gestão de resíduos.



Indicadores de Sucesso:

Redução no volume de lixo acumulado nas ruas, conforme avaliado por inspeções regulares.

Diminuição na frequência e gravidade dos alagamentos durante os períodos de chuva.

Aumento na participação da comunidade em iniciativas de gestão de resíduos e reciclagem.

13.3. Uso do Solo e Atividades Econômicas

Proposta 03: Revitalização e Desenvolvimento Econômico do Centro Histórico de Manaus

Objetivo: Promover a revitalização econômica do Centro Histórico de Manaus, incentivando a diversificação e o fortalecimento das atividades comerciais e de serviços, com ênfase especial no turismo, para aumentar a atratividade e a competitividade da região.

Justificativa: O Centro Histórico de Manaus possui um rico patrimônio cultural e arquitetônico, que, se adequadamente valorizado e promovido, pode se tornar um importante polo de atração turística, cultural e econômica. No entanto, a área tem enfrentado desafios que limitam seu potencial, incluindo a depreciação de atividades comerciais e turísticas. Uma estratégia focada na revitalização e no desenvolvimento econômico pode transformar o Centro Histórico em um motor de crescimento, gerando emprego, renda e preservando seu valor histórico e cultural.



Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



Essa proposta está alinhada com as diretrizes do plano de governo, destacando a importância da dignidade humana, da sustentabilidade integral, da criação de espaços físicos inclusivos e da gestão transparente e participativa. Ao focar no desenvolvimento econômico do Centro Histórico, o governo reafirma seu compromisso com a promoção de uma economia diversificada, sustentável e inclusiva.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Fomentar o desenvolvimento econômico que beneficie toda a população.

Argumento: A revitalização econômica do Centro Histórico contribui para a criação de empregos e oportunidades de negócios, melhorando a qualidade de vida e promovendo a dignidade humana dos moradores e trabalhadores da região.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Incentivar práticas de desenvolvimento sustentável que preservem o patrimônio cultural e ambiental.

Argumento: A proposta promove um modelo de desenvolvimento econômico que valoriza e preserva o patrimônio histórico e cultural do Centro Histórico, garantindo sua sustentabilidade a longo prazo.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Criar um ambiente urbano que seja acolhedor e acessível para todos.



Argumento: Ao revitalizar o Centro Histórico e promover atividades econômicas inclusivas, a proposta visa tornar a área mais atrativa e acessível para moradores, turistas e investidores, fortalecendo o sentido de pertencimento e inclusão.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a comunidade e os *stakeholders* no processo de planejamento e implementação das políticas de desenvolvimento econômico.

Argumento: A revitalização do Centro Histórico será realizada com a participação ativa da comunidade local, comerciantes, investidores e outros stakeholders, garantindo que o processo seja transparente, inclusivo e alinhado com as necessidades e expectativas da população.

Ações:

Incentivos para Novos Negócios:

- Implementar políticas de incentivo fiscal e suporte para novos empreendimentos e startups focadas no turismo, comércio varejista e serviços no Centro Histórico.

Requalificação Urbana:

- Investir na requalificação das infraestruturas urbanas, melhorando a acessibilidade, a segurança e a estética da região, tornando-a mais convidativa para visitantes e negócios.

Promoção do Turismo:

- Desenvolver e implementar uma estratégia de marketing turístico para promover o Centro Histórico como um destino turístico de destaque, explorando seu patrimônio histórico, cultural e arquitetônico.

Programas de Capacitação:



- Oferecer programas de capacitação e qualificação profissional para os moradores locais, visando prepará-los para as oportunidades de emprego geradas pelo aumento da atividade econômica.

Resultados Esperados:

Fortalecimento do setor de turismo e aumento da atividade econômica no Centro Histórico.

Criação de empregos e melhoria das condições socioeconômicas para a população local.

Indicadores de Sucesso:

Aumento no número de novas empresas e estabelecimentos comerciais no Centro Histórico.

Crescimento na taxa de ocupação de imóveis comerciais e melhoria na infraestrutura urbana da área.

Aumento no fluxo de turistas e na satisfação dos visitantes com a região.

13.4. Patrimônio histórico e estímulo a imóveis residenciais

Proposta 04: Revitalização e valorização do patrimônio histórico e estímulo ao desenvolvimento de imóveis residenciais no Centro Histórico de Manaus

Objetivo: Salvar e revitalizar o patrimônio histórico e cultural do Centro Histórico de Manaus, promovendo sua preservação para as futuras gerações e destacando sua importância cultural e turística, ao mesmo tempo em que se incentiva o desenvolvimento de imóveis residenciais na área.



Justificativa: O Centro Histórico de Manaus é um tesouro de valor inestimável, abrigando edificações e espaços urbanos que contam a história da cidade. A revitalização desses espaços não só protege esse legado, como também contribui para a reativação econômica e social da área, atraindo moradores e visitantes e promovendo um ambiente urbano vibrante e seguro.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



Essa proposta está alinhada com as diretrizes do plano de governo, enfatizando a promoção da dignidade humana, a sustentabilidade integral, a criação de espaços físicos inclusivos e a gestão transparente e participativa. Ao focar na revitalização do patrimônio histórico e no estímulo à habitação no Centro Histórico, o governo reafirma seu compromisso com a preservação cultural e o desenvolvimento sustentável da cidade.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Valorizar o patrimônio cultural como elemento fundamental da identidade e da dignidade das comunidades.

Argumento: A preservação e a valorização do patrimônio histórico reforçam a identidade cultural da cidade, promovendo o orgulho e o sentido de pertencimento entre os cidadãos.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Promover a sustentabilidade cultural, econômica e ambiental no desenvolvimento urbano.

Argumento: A revitalização do patrimônio histórico, combinada com o incentivo à habitação, contribui para a sustentabilidade urbana, reduzindo o aban-



dono e a degradação de áreas centrais e incentivando práticas de conservação e uso responsável dos recursos.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Fomentar a diversidade de usos e a ocupação equilibrada do espaço urbano.

Argumento: A revitalização do Centro Histórico será conduzida de maneira transparente e participativa, envolvendo moradores, proprietários de imóveis, comerciantes e outros *stakeholders* no processo de decisão, garantindo que as intervenções sejam adequadas às necessidades e expectativas da comunidade.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Incentivar a participação da comunidade na preservação do patrimônio histórico e no planejamento urbano.

Argumento: A revitalização do Centro Histórico será conduzida de maneira transparente e participativa, envolvendo moradores, proprietários de imóveis, comerciantes e outros stakeholders no processo de decisão, garantindo que as intervenções sejam adequadas às necessidades e expectativas da comunidade.

Ações:

Incentivos Fiscais:

- Implementar isenções de IPTU e outros benefícios fiscais para proprietários que restaurarem e preservarem imóveis históricos, especialmente as fachadas.

Recuperação de Imóveis Abandonados:

- Identificar e recuperar imóveis em situação de abandono, transformando-os em espaços de uso público ou repassando-os para iniciativas privadas que promovam habitação e atividades econômicas.



Iluminação Cênica:

- Instalar iluminação cênica para destacar fachadas históricas e monumentos, valorizando o patrimônio visual da área.

Apoio à Restauração de Igrejas e Templos:

- Oferecer suporte técnico e financeiro para a restauração de edificações religiosas com valor histórico.
- Revitalização do Conjunto Arquitetônico do *Booth Line* (localizado ao lado do Porto de Manaus).
- Promover a restauração e reativação desse conjunto arquitetônico, com base em projetos escolhidos por votação popular.
- Mobiliário Urbano Temático: Instalar mobiliário urbano que respeite e complemente a arquitetura colonial do Centro Histórico.

Resultados Esperados:

Revitalização e preservação efetiva do patrimônio histórico e cultural do Centro Histórico de Manaus.

Aumento da população residente na área, promovendo sua vitalidade e segurança.

Indicadores de Sucesso:

Número de imóveis históricos restaurados e conservados.

Quantidade de proprietários que aderiram aos incentivos fiscais para restauração.

Aumento no número de visitantes e na ocupação residencial no Centro Histórico.



13.5. Trânsito e Mobilidade Urbana

Proposta 05: Revitalização do sistema de transporte urbano no Centro Histórico de Manaus

Objetivo: Implementar soluções inovadoras e sustentáveis para o sistema de transporte urbano no Centro Histórico, visando minimizar congestionamentos e melhorar o fluxo de veículos e pedestres, promovendo uma mobilidade urbana eficiente, segura e acessível.

Justificativa: O Centro Histórico de Manaus enfrenta desafios significativos de trânsito e mobilidade, com congestionamentos frequentes e infraestrutura inadequada para pedestres e ciclistas. A revitalização do sistema de transporte é essencial para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, preservar o patrimônio histórico e estimular a atividade econômica na região.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



Essa proposta está alinhada com as diretrizes do plano de governo, enfatizando a importância da dignidade humana, da sustentabilidade integral, da criação de espaços físicos inclusivos e da gestão transparente e participativa. Ao focar na melhoria do sistema de transporte urbano, o governo reafirma seu compromisso com a promoção de uma cidade mais habitável, sustentável e inclusiva.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Garantir o direito à mobilidade urbana como condição para o acesso a serviços essenciais e oportunidades.



Argumento: A revitalização do sistema de transporte no Centro Histórico visa oferecer à população meios de transporte eficientes e seguros, melhorando o acesso a empregos, educação, saúde e lazer, e promovendo a dignidade humana.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Incentivar práticas de mobilidade sustentável que contribuam para a redução da poluição e do consumo de recursos naturais.

Argumento: A implementação de um sistema de bicicletas comunitárias e a melhoria da infraestrutura cicloviária promovem o transporte sustentável, reduzindo a dependência de veículos motorizados e contribuindo para a preservação ambiental.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Promover a acessibilidade e a inclusão no planejamento urbano e nos sistemas de transporte.

Argumento: A recuperação de calçadas e a implementação de infraestrutura acessível garantem que todos, incluindo pessoas com deficiência, possam se deslocar de maneira segura e independente, tornando o Centro Histórico um espaço mais inclusivo.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a comunidade na tomada de decisões sobre o planejamento e a gestão da mobilidade urbana.

Argumento: A revisão do contrato do Zona Azul e outras medidas de mobilidade serão realizadas com a participação ativa da população, empresários e usuários, assegurando que as políticas de transporte atendam às necessidades reais da comunidade e promovam a transparência e a participação cidadã.



Ações:

Reavaliação do Terminal da Matriz:

- Mudar a localização do terminal e transformá-lo em um espaço fechado com serviços públicos integrados.

Sistema de Bicicletas Comunitárias:

- Implementar um sistema de bicicletas compartilhadas, com ciclovias arborizadas e infraestrutura de apoio.

Centros de Mobilidade Urbana:

- Construir centros de mobilidade para facilitar o embarque e desembarque por aplicativos de transporte e táxis.

Revisão do Zona Azul:

- Realizar uma revisão completa do sistema de estacionamento rotativo, com participação popular, garantindo que os recursos sejam reinvestidos no Centro Histórico.

Recuperação de Calçadas:

- Adequar calçadas e passeios públicos às normas de acessibilidade, incluindo a instalação de rampas, piso tátil e sinais sonoros.

Resultados Esperados: Melhoria significativa na eficiência e segurança do sistema de transporte urbano no Centro Histórico.

Redução dos congestionamentos e dos acidentes de trânsito.

Aumento da utilização de modais de transporte sustentáveis.

Indicadores de Sucesso: Redução percentual nos congestionamentos em áreas críticas.



Diminuição nos acidentes de trânsito após a implementação das medidas.

Aumento no número de usuários do sistema de bicicletas comunitárias e na utilização de centros de mobilidade urbana.

13.6. Paisagismo e Meio Ambiente

Proposta 06: Revitalização e modernização urbana com enfoque em sustentabilidade e preservação histórica

Objetivo: Requalificar o ambiente urbano de Manaus, integrando a modernização das infraestruturas com a preservação do patrimônio histórico e a promoção de benefícios ambientais, estéticos e de bem-estar para a população.

Justificativa: A revitalização urbana sustentável é fundamental para promover a qualidade de vida nas cidades. Em Manaus, a integração entre modernização, preservação histórica e benefícios ambientais pode transformar o espaço urbano, tornando-o mais agradável, saudável e inclusivo, além de reforçar a identidade cultural da cidade.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



Essa proposta está alinhada com as diretrizes do plano de governo, refletindo o compromisso com a promoção da dignidade humana, a sustentabilidade integral, a criação de espaços físicos inclusivos e a gestão transparente e participativa. Ao focar na revitalização e modernização urbana, o governo reafirma seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a preservação do patrimônio cultural e ambiental.



Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Melhorar a qualidade de vida urbana, promovendo ambientes saudáveis e esteticamente agradáveis.

Argumento: A revitalização urbana, com enfoque em sustentabilidade e preservação histórica, visa criar espaços que promovam o bem-estar físico e mental dos cidadãos, respeitando e valorizando o patrimônio cultural e histórico da cidade.

Sustentabilidade Integral:

Diretriz: Promover práticas sustentáveis no desenvolvimento urbano, visando à proteção do meio ambiente e à melhoria da qualidade do ar e do conforto térmico.

Argumento: A implementação de técnicas avançadas de plantio e a instalação de fiação subterrânea contribuem para a sustentabilidade ambiental, reduzindo a poluição visual, melhorando a qualidade do ar e promovendo o conforto térmico através da vegetação.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Criar espaços urbanos acessíveis e inclusivos, que valorizem o patrimônio histórico e cultural.

Argumento: A proposta visa integrar a modernização urbana com a preservação do patrimônio, criando espaços públicos que sejam acessíveis e acolhedores para todos, independentemente de sua condição física ou social.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Envolver a comunidade no processo de planejamento e implementação das ações de revitalização urbana.



Argumento: A participação da comunidade nas decisões relativas à revitalização e modernização urbana garante que os projetos atendam às necessidades locais e fortalece o vínculo entre os cidadãos e o espaço urbano.

Ações:

Técnicas Avançadas de Plantio:

- Adotar práticas de arborização urbana que incluam o transplante de árvores jovens e resistentes, visando benefícios ambientais imediatos.

Programa de Fiação Subterrânea:

- Desenvolver um programa para a instalação de fiação subterrânea, reduzindo a poluição visual e protegendo a vegetação.

Iluminação Cênica:

- Instalar iluminação cênica em fachadas históricas, integrando-as ao sistema de iluminação pública e valorizando o patrimônio arquitetônico.

Resultados Esperados: Criação de um ambiente urbano revitalizado, que harmonize modernidade e história, oferecendo benefícios ambientais e estéticos.

Melhoria significativa na qualidade de vida e no bem-estar da população.

Indicadores de Sucesso: Aumento na cobertura vegetal na área urbana, medido pelo percentual de área verde adicionada.

Redução na quantidade de fiação aérea visível, contribuindo para a melhoria estética das áreas urbanas.

Satisfação da população com as melhorias no ambiente urbano, avaliada através de pesquisas de opinião.



13.7. Ferramentas Tecnológicas

Proposta 07: Desenvolvimento de uma plataforma digital integrada para comunicação e informação no centro histórico

Objetivo: Criar uma plataforma digital unificada, que facilite a comunicação e o acesso à informação entre turistas, visitantes, moradores, investidores, trabalhadores e autoridades locais do Centro Histórico de Manaus, promovendo uma interação eficiente e enriquecedora.

Justificativa: A complexidade e a riqueza do Centro Histórico de Manaus demandam uma estratégia inovadora para a comunicação e disseminação de informações. Uma plataforma digital integrada pode servir como um ponto centralizado de acesso a informações sobre mobilidade urbana, patrimônio histórico, serviços públicos e oportunidades de investimento, melhorando a experiência de todos os usuários da área.

Relação com as Diretrizes do Plano de Governo e Inovação



Essa proposta está alinhada com as diretrizes do plano de governo, enfatizando a importância da dignidade humana, da sustentabilidade integral, da criação de espaços físicos inclusivos e da gestão transparente e participativa. Ao desenvolver uma plataforma digital para o Centro Histórico, o governo reafirma seu compromisso com a inovação, a inclusão e a transparência.

Promoção da Dignidade Humana:

Diretriz: Assegurar que todos tenham acesso a informações que melhorem sua qualidade de vida e experiência na cidade.



Argumento: A plataforma digital proporcionará acesso fácil a informações essenciais, contribuindo para uma experiência urbana mais segura, agradável e enriquecedora para todos os usuários do Centro Histórico.

Sustentabilidade Inteira:

Diretriz: Utilizar tecnologias inovadoras para promover práticas sustentáveis e conscientização sobre o patrimônio histórico e cultural.

Argumento: A plataforma incentivará o uso eficiente dos recursos urbanos, como o transporte público e espaços públicos, e promoverá a conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio histórico.

Espaço Físico Inclusivo:

Diretriz: Garantir que o espaço urbano seja acessível e informativo para todos, independentemente de sua origem, habilidade ou interesse.

Argumento: Ao reunir informações sobre acessibilidade, mobilidade e serviços, a plataforma tornará o Centro Histórico mais acolhedor e inclusivo para todos.

Gestão Transparente e Participativa:

Diretriz: Fomentar a participação cidadã e a transparência na gestão pública, utilizando tecnologias digitais para aproximar o governo dos cidadãos.

Argumento: A plataforma servirá como um canal direto de comunicação entre os cidadãos e as autoridades locais, promovendo a transparência e permitindo a participação ativa na vida pública.

Ações:

Desenvolvimento do Aplicativo:



- Criar um aplicativo intuitivo que reúna informações sobre mobilidade, patrimônio histórico, serviços públicos, eventos culturais e oportunidades de investimento no Centro Histórico.

Integração com Serviços Públicos:

- Incorporar funcionalidades que permitam a comunicação direta com o poder público para solicitações de serviços, denúncias e sugestões.

Atualizações Constantes:

- Garantir que o conteúdo do aplicativo seja constantemente atualizado com informações relevantes e confiáveis.

Resultados Esperados: Centralização de informações importantes sobre o Centro Histórico em uma única plataforma, facilitando o acesso e a disseminação de informações.

Melhoria na experiência de turistas, visitantes, moradores, investidores e trabalhadores, contribuindo para uma percepção positiva do Centro Histórico.

Indicadores de Sucesso: Percentual de usuários (turistas, visitantes, moradores, investidores e trabalhadores) que baixam e utilizam o aplicativo.

Grau de satisfação dos usuários com a funcionalidade, usabilidade e utilidade geral do aplicativo, medido por meio de pesquisas de satisfação.



POSFÁCIO

Chegamos ao final deste plano de governo, com um sentimento de realização e esperança. A jornada até aqui foi marcada por desafios, mas também por momentos de profunda inspiração e aprendizado. Manaus, com sua rica tapeçaria cultural e ambiental, motivou-nos a buscar soluções inovadoras e sustentáveis para os problemas que enfrentamos. Este plano é um reflexo do nosso compromisso com a transformação positiva de nossa cidade: tudo nele é original – sua concepção, estrutura, metodologia e tamanho. Podemos, com orgulho, dizer que é o plano mais completo que essa cidade já teve.

A elaboração deste plano de governo foi um processo colaborativo e inclusivo. Enfrentamos desafios complexos, desde a necessidade de modernizar a infraestrutura urbana até a urgência de preservar nosso patrimônio ambiental. Inspirados por autores como Henri Lefebvre, que afirmou que “a cidade é uma projeção da sociedade sobre o terreno”, buscamos criar propostas que respeitem e valorizem a diversidade de Manaus. Cada diretriz foi pensada para promover uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável.

Este plano não seria possível sem a colaboração de muitas pessoas. Agradecemos aos consultores, especialistas e membros da comunidade que compartilharam seus conhecimentos e experiências. A participação ativa dos cidadãos manauaras, por meio de audiências públicas e consultas populares, foi fundamental para garantir que nossas propostas reflitam os anseios e necessidades da população. A todos que dedicaram seu tempo e esforço, nosso sincero agradecimento.

As propostas apresentadas neste plano têm o potencial de transformar Manaus em uma cidade-modelo. Esperamos que as políticas públicas tratadas ao longo deste documento promovam uma melhoria significativa na qualidade de vida dos manauaras. A implementação dessas propostas trará benefícios duradouros, fortalecendo a economia local e promovendo a inclusão social. Como destacou Jane Jacobs, “as cidades têm a capacidade de fornecer algo para todos, apenas porque, e somente quando, são criadas por todos”.



Olhando para o futuro, estamos otimistas e determinados a transformar nossas propostas em realidade. Este plano de governo é apenas o começo de uma jornada que exige compromisso e perseverança. Pretendemos acompanhar de perto a implementação de cada iniciativa, avaliando constantemente os resultados e ajustando as estratégias conforme necessário. Nossa visão é de uma Manaus onde todos os cidadãos tenham acesso a oportunidades e serviços de qualidade, vivendo em um ambiente saudável, sustentável e promissor economicamente.

Convidamos todos os manauaras a se unirem a nós nesta missão de transformar nossa cidade. A participação ativa da comunidade é essencial para o sucesso das políticas públicas. Encorajamos cada cidadão a se engajar no debate público, a contribuir com ideias e a fiscalizar a execução das propostas. Juntos, podemos construir uma Manaus mais justa, sustentável e próspera para as futuras gerações.

Este plano de governo foi elaborado em um contexto de grandes desafios, mas também de oportunidades únicas. A cidade de Manaus, situada no coração da Amazônia, possui um papel crucial na preservação ambiental e no desenvolvimento sustentável. As diretrizes aqui apresentadas estão alinhadas com os princípios do Estatuto da Cidade e com os objetivos de desenvolvimento urbano sustentável. Acreditamos que, com a implementação deste plano, Manaus pode se tornar um exemplo de boa gestão pública e de compromisso com o bem-estar de todos os seus habitantes.

Manaus foi inventada e reinventada ao longo de sua existência. Queremos uma Manaus que se reinvente para que sirva ao seu povo, que valorize suas raízes e que projete um futuro de oportunidades para todos.

Vida Nova para Manaus !

Amom Mandel

Prefeito

Nancy Segadilha

Vice-Prefeita



GLOSSÁRIO

É com grande satisfação que apresentamos o glossário do nosso plano de governo; uma ferramenta pensada e elaborada com o propósito de aproximar, esclarecer e democratizar o acesso às informações contidas em nosso projeto. Reconhecemos que a linguagem técnica, muitas vezes necessária para a precisão e a formalidade dos documentos oficiais, pode criar barreiras na comunicação e no entendimento por parte da população. Por isso, este glossário não é apenas um conjunto de definições; é um convite à participação ativa, um passo em direção à transparência e à inclusão de todos no processo de construção de um futuro melhor para nossa comunidade.

Neste glossário, você encontrará termos técnicos explicados de maneira clara e acessível, garantindo que as propostas e diretrizes do nosso plano de governo sejam compreendidas por todos, independentemente de seu grau de familiaridade com o jargão político, econômico, social ou jurídico. Nosso objetivo é que cada cidadão, ao ler nosso plano, sinta-se capaz de participar, questionar e contribuir para o diálogo em torno das políticas públicas que afetam diretamente suas vidas e o bem-estar de nossa comunidade.

Acreditamos firmemente que a compreensão popular do plano de governo é fundamental para o exercício da cidadania ativa e para o fortalecimento da democracia. Quando as informações são acessíveis e compreensíveis, a população pode acompanhar mais de perto as ações do governo, avaliar sua eficácia e participar de maneira mais significativa das decisões que moldam nosso futuro coletivo.

Este glossário é, portanto, mais do que um recurso informativo; é um compromisso com a inclusão e com o respeito à inteligência e à capacidade de todos os cidadãos. É uma expressão do nosso desejo de que cada pessoa se veja como parte integrante do processo político, capaz de contribuir com suas ideias, esperanças e sonhos para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e próspera.



Convidamos todos a utilizar este glossário como uma ponte para o entendimento, como uma ferramenta para o empoderamento e como um símbolo do nosso compromisso com uma gestão transparente, participativa e inclusiva. Juntos, podemos garantir que nosso plano de governo não seja apenas um documento, mas um diálogo aberto e contínuo com cada cidadão, marcando o início de uma jornada coletiva rumo ao progresso e à inovação inclusiva.

A

Acessibilidade urbana: Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Agenda 2030 (ONU): É um plano de ação adotado por todos os Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro de 2015. Esse plano ambicioso visa orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional ao longo dos 15 anos seguintes, de 2016 a 2030, com o objetivo de erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, como o principal desafio global. A Agenda 2030 é centrada em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são acompanhados por 169 metas específicas, abrangendo uma ampla gama de questões de desenvolvimento sustentável.

Anamnese política: Para além da aplicação no contexto médico, anamnese pode ser entendida como a fase de coleta de informações e dados relevantes sobre uma situação, problema ou contexto específico. É o processo de entender o histórico e as circunstâncias atuais que levaram à situação presente. Em gestão de projetos, por exemplo, a anamnese pode envolver a análise do histórico de uma organização, seus processos internos, desafios enfrentados e recursos disponíveis, com o objetivo de identificar áreas que necessitam de intervenção.



Arborização Urbana: Planejamento e implementação de árvores em áreas urbanas para melhorar a qualidade de vida, proporcionando sombra, áreas de lazer e um ambiente mais saudável.

Atenção Primária à Saúde (APS): Primeiro nível de contato dos indivíduos, da família e da comunidade com o sistema de saúde, levando a atenção integral e contínua.

Atendimento Educacional Especializado (AEE): é uma modalidade de ensino que visa suprir as necessidades específicas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, integrando-os ao contexto educacional de forma inclusiva e efetiva. O AEE é parte fundamental da política de educação inclusiva, assegurando que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, tenham acesso à educação de qualidade.

Aterro Sanitário: é uma estrutura de engenharia projetada para o confinamento seguro de resíduos sólidos, minimizando os impactos ambientais e os riscos à saúde pública. Diferentemente de um lixão, onde os resíduos são simplesmente depositados no solo sem qualquer tratamento ou medidas de proteção, um aterro sanitário é cuidadosamente planejado e operado para garantir a segurança ambiental e a saúde da população.

B

Bacia Hidrográfica: É uma área geográfica que drena água, sedimentos e materiais dissolvidos para um ponto comum, geralmente um rio principal e seus afluentes, desaguando em um lago, mar ou oceano. As bacias hidrográficas são separadas entre si por divisores de água, que são elevações topográficas como montanhas ou colinas. Elas desempenham um papel crucial no ciclo hidrológico e na gestão dos recursos hídricos, influenciando diretamente a disponibilidade de água para ecossistemas, agricultura, consumo humano e atividades industriais.



Benchmarking: Processo de comparação de práticas e desempenho entre diferentes organizações ou setores para identificar melhores práticas e oportunidades de melhoria.

Bus Rapid Service (BRS): Refere-se a serviços de ônibus que têm algumas características de melhoria em relação ao serviço regular, como faixas preferenciais ou exclusivas em vias urbanas e, em alguns casos, sistemas de pagamento mais ágeis ou embarque e desembarque facilitados. No entanto, o BRS não possui a mesma infraestrutura dedicada, extensão ou capacidade de um sistema BRT (*Bus Rapid Transit*) completo. O BRS é uma tentativa de melhorar os sistemas de ônibus existentes com investimentos relativamente menores e pode ser visto como um passo intermediário em direção a um sistema BRT mais robusto.

Bus Rapid Transit (BRT): É um sistema de transporte público de alta capacidade e eficiência, que utiliza ônibus ou veículos similares operando em sua maioria em vias segregadas ou exclusivas. Esse sistema é projetado para oferecer um serviço rápido, confiável e eficiente, semelhante ao metrô, mas com um custo de implementação e operação significativamente menor. O BRT inclui características como: estações de embarque e desembarque específicas, muitas vezes com plataformas elevadas para acesso ao nível do ônibus; pagamento antecipado de tarifas para agilizar o embarque; sinalização prioritária nos semáforos para garantir fluidez ao sistema; integração com outros modos de transporte público.

C

Centro de Atenção Psicossocial (CAPS): É um serviço de saúde mental comunitário que constitui um dos principais componentes da política de saúde mental no Brasil. Criado como uma alternativa ao modelo hospitalocêntrico, o CAPS busca oferecer atendimento à população de forma integral e contínua, promovendo a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Ele é destinado a pessoas com sofrimento ou transtornos mentais, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. Existem diferentes tipos de CAPS, cada um focado em um público específico ou em



necessidades particulares: CAPS I, II e III: Diferenciam-se pela capacidade de atendimento, sendo o CAPS III o que oferece serviço 24 horas, inclusive com leitos para acolhimento noturno. CAPS i: Voltado para o atendimento de crianças e adolescentes. CAPS AD: Especializado no atendimento a pessoas com transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas

Censo Demográfico: Realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é a mais ampla pesquisa sobre a população brasileira, abrangendo todos os municípios do país. Esse levantamento é realizado a cada dez anos, embora tenha havido atrasos em algumas ocasiões, devido a fatores como crises econômicas ou pandemias. O Censo coleta informações detalhadas sobre o número de habitantes, suas características demográficas, sociais, econômicas e habitacionais, fornecendo uma fotografia precisa e atualizada da sociedade brasileira em um determinado momento.

Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI): Trata-se de instituição pública de educação infantil que atende crianças de 0 a 5 anos de idade, englobando tanto o público das creches quanto o da pré-escola. Eles são mantidos pelos municípios e oferecem educação integral ou parcial, dependendo da necessidade da comunidade.

Cidade-esponja: Trata-se de uma abordagem inovadora no planejamento urbano que visa tornar as cidades mais resilientes e adaptáveis às mudanças climáticas, especialmente em relação à gestão da água. Inspirado na capacidade natural das esponjas de absorver, reter e liberar água, esse conceito busca integrar soluções baseadas na natureza para mitigar os efeitos das enchentes urbanas, melhorar a qualidade da água e aumentar a disponibilidade de água para usos diversos. A ideia é transformar as cidades em entidades que, como esponjas, podem absorver o excesso de água da chuva e utilizá-la de maneira eficaz, reduzindo a pressão sobre os sistemas de drenagem convencionais e aumentando a resiliência urbana.



Cidade-floresta (arborização radical): Trata-se de uma abordagem inovadora e ambiciosa de planejamento urbano, que visa integrar a natureza profundamente na estrutura das cidades. Esse conceito transcende a simples adição de áreas verdes ou parques urbanos, propondo uma fusão entre ambientes urbanos e naturais, a fim de criar espaços onde a vegetação e a biodiversidade são tão prevalentes quanto a infraestrutura construída. A ideia é transformar as cidades em ecossistemas vivos, onde a natureza e as pessoas coexistem harmoniosamente.

Conectividade Ecológica: Restauração e manutenção de corredores ecológicos que permitem a movimentação e a interação de espécies em ambientes urbanos.

Corredor Ecológico (corredor de biodiversidade ou corredor verde): é uma área de habitat natural que conecta zonas de vida selvagem separadas, permitindo que plantas, animais e outros organismos se movam entre essas áreas. Esses corredores são fundamentais para a conservação da biodiversidade, especialmente em paisagens fragmentadas devido à ação humana, como desmatamento, agricultura e urbanização. Eles desempenham um papel crucial na manutenção da diversidade genética, na recuperação de ecossistemas degradados e na adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

Corrida para Zero Emissões" (*Race to Zero*) da Organização das Nações Unidas (ONU): É uma campanha global liderada pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), com o objetivo de reunir uma coalizão de líderes de diversos setores da sociedade – incluindo governos, empresas, cidades, regiões e investidores – comprometidos em alcançar emissões líquidas zero de gases de efeito estufa o mais rápido possível, e no mais tardar até 2050. Essa iniciativa é parte dos esforços globais para limitar o aquecimento global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, conforme estabelecido no Acordo de Paris.



D

Dashboard: é uma ferramenta de visualização de dados, que permite aos usuários monitorar, analisar e exibir visualmente informações-chave, de forma resumida e acessível. Eles são utilizados em diversas áreas, como negócios, finanças, saúde, educação, e tecnologia, para facilitar a tomada de decisão baseada em dados.

Data-base (servidores): refere-se à data estipulada para a revisão anual dos vencimentos ou salários desses profissionais, conforme previsto na Constituição Federal do Brasil, no artigo 37, inciso X. Essa revisão tem como objetivo a preservação do poder aquisitivo dos salários frente à inflação, assegurando que os rendimentos dos servidores públicos não sejam erodidos pela variação de preços na economia.

Desenvolvimento Sustentável: Desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades, integrando aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Diagnóstico político: Para além da aplicação na área médica, no contexto político refere-se à identificação de problemas ou desafios em um determinado sistema, processo ou organização. Envolve a análise de dados e informações para entender as causas de um problema e suas consequências. O diagnóstico é essencial para o planejamento de ações corretivas ou de melhorias, visando otimizar o desempenho e alcançar objetivos específicos.

Diretrizes Curriculares: Conjunto de orientações e normas que guiam a elaboração dos currículos escolares, assegurando a qualidade e a relevância da educação.

Diretrizes do Plano de Governo: Conjunto de orientações e objetivos estabelecidos pelo governo para guiar políticas públicas e ações administrativas.



Divisão Distrital Zonal (DDZ): É um termo frequentemente utilizado no contexto da administração pública municipal, especialmente em cidades grandes e médias, para referir-se à divisão administrativa que tem como objetivo organizar melhor os serviços públicos, a gestão educacional, a segurança, o planejamento urbano, entre outros aspectos. Embora o conceito possa ser aplicado a diferentes áreas da administração pública, ele é mais comumente associado à gestão da educação, especialmente em cidades brasileiras. No âmbito da educação, as DDZs são utilizadas para dividir geograficamente o município em zonas, facilitando a gestão das unidades escolares, a distribuição de recursos, a implementação de políticas educacionais e o monitoramento da qualidade do ensino. Cada DDZ é responsável por um conjunto de escolas dentro de sua área geográfica, permitindo uma administração mais próxima e eficiente das necessidades específicas de cada região.

E

Ecobarreiras: São estruturas flutuantes, utilizadas para conter e recolher resíduos sólidos e detritos em corpos d'água, como rios, lagos e mares. Essas barreiras são projetadas para evitar que o lixo, transportado pelas correntes de água, chegue a áreas sensíveis do ecossistema aquático, como praias, manguezais e recifes de corais, ou que se dispersem ainda mais nos oceanos. A implantação de ecobarreiras é uma medida eficaz e de baixo custo, para mitigar os impactos ambientais causados pela poluição por plásticos e outros materiais não biodegradáveis.

Ecossistema: Complexo dinâmico de plantas, animais, micro-organismos e seu ambiente não vivo, interagindo como uma unidade funcional. Essas interações incluem processos como a produção primária (fotossíntese), consumo (alimentação), decomposição e ciclagem de nutrientes. Os ecossistemas podem variar em tamanho, desde um pequeno charco até uma vasta floresta ou um oceano inteiro, e são os blocos construtivos básicos da biosfera, determinando a saúde do planeta Terra e dos seres humanos.



Eficiência pública: Busca por gestão e prestação de serviços públicos de alta qualidade que impactem positivamente a vida das pessoas.

E-Government (Governo Digital): Uso de tecnologias da informação e comunicação (TIC) para melhorar a administração pública, permitindo que cidadãos realizem interações com o governo online, como votação eletrônica, declaração de impostos e consultas médicas.

Empregos verdes: são posições de trabalho que contribuem direta ou indiretamente para a preservação ou restauração da qualidade ambiental. Eles abrangem uma ampla gama de setores e profissões, desde a agricultura sustentável até a energia renovável, passando por construções ecológicas, gestão de resíduos e muito mais. Esses empregos são fundamentais para a transição para uma economia verde, que busca reduzir o impacto ambiental das atividades humanas, promover o uso sustentável dos recursos, e garantir que a transição para economias de baixo carbono seja justa e inclusiva para todos os trabalhadores.

Energia limpa: refere-se à produção de eletricidade e calor por meio de fontes que emitem pouca ou nenhuma poluição e têm um impacto ambiental mínimo em comparação com os combustíveis fósseis tradicionais, como carvão, petróleo e gás natural. O conceito de energia limpa está intrinsecamente ligado aos esforços globais para combater as mudanças climáticas, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa e promovendo a sustentabilidade ambiental. A transição para a energia limpa é uma parte fundamental da mudança para uma economia de baixo carbono e tem implicações significativas para a política energética, a segurança energética e o desenvolvimento econômico.

Equidade social: É um conceito fundamental para entender e promover uma sociedade mais justa e igualitária. Diferente da igualdade, que trata todos os indivíduos da mesma maneira, a equidade leva em consideração as diferenças entre as pessoas e suas situações, buscando compensar desigualdades históricas e sociais para garantir que todos tenham as mesmas oportunidades de sucesso.



e bem-estar. A equidade social envolve a distribuição justa de recursos, oportunidades e responsabilidades entre todos os membros da sociedade, reconhecendo e respeitando suas diferenças.

Equipamentos culturais: São instalações ou espaços físicos projetados e destinados à realização, promoção e difusão de atividades culturais, artísticas e educativas. Esses espaços abrangem uma ampla variedade de formatos e funções, incluindo, mas não se limitando, a museus, bibliotecas, teatros, cinemas, centros culturais, galerias de arte, arquivos históricos e casas de cultura. Servem como pontos de encontro para a comunidade, facilitando o acesso à cultura, ao conhecimento e à expressão artística, além de desempenharem um papel crucial na preservação da memória e da identidade cultural de uma sociedade.

Escuta Ativa: Técnica de comunicação que envolve ouvir atentamente, com o objetivo de compreender completamente o que está sendo dito.

Evasão Escolar: Abandono da escola por parte dos alunos antes da conclusão do ciclo de ensino, resultando em baixos índices de escolaridade e maior vulnerabilidade social.

F

Fertirrigação: é uma técnica agrícola que combina a irrigação com a fertilização, permitindo a aplicação de nutrientes solúveis em água diretamente nas plantas, através do sistema de irrigação. Essa prática oferece uma série de vantagens em termos de eficiência no uso de água e fertilizantes, além de promover um crescimento mais saudável e produtivo das culturas. A fertirrigação pode ser aplicada em diversos sistemas de irrigação, como gotejamento, aspersão, microaspersão e hidroponia.

Fomento: É um termo amplamente utilizado em contextos econômicos, sociais, culturais e ambientais, referindo-se a um conjunto de ações e políticas implementadas por entidades governamentais, organizações não governamen-



tais (ONGs), instituições privadas ou internacionais, com o objetivo de estimular o desenvolvimento, a inovação, a sustentabilidade e o crescimento em áreas específicas ou setores da sociedade. Essas ações podem incluir investimentos financeiros, incentivos fiscais, apoio técnico, capacitação, criação de infraestrutura, entre outros mecanismos. O fomento é essencial para superar barreiras, enfrentar desafios sociais, econômicos e ambientais, além de promover a inclusão e o bem-estar coletivo.

Fotobiorreatores Urbanos: Representam uma tecnologia emergente na interseção da biotecnologia e do planejamento urbano sustentável. Eles são sistemas projetados para cultivar microalgas, cianobactérias ou outros microrganismos fotossintéticos em um ambiente controlado, utilizando luz solar como fonte de energia. Esses sistemas podem ser integrados ao ambiente urbano de várias maneiras, desde a instalação em fachadas de edifícios até a incorporação em espaços públicos, como parques e áreas de lazer. O objetivo é aproveitar as capacidades de fotossíntese desses organismos para fins como a produção de biomassa, a captura de CO₂, o tratamento de águas residuais e a geração de produtos de valor agregado, como biocombustíveis, alimentos e compostos bioativos.

Frota de Transporte Público: Conjunto de veículos destinados ao transporte coletivo de passageiros, como ônibus, trens e metrô.

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb): é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito nacional, destinado ao financiamento da educação básica pública no Brasil. Criado em 2007, para substituir o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), o Fundeb tornou-se permanente com a Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020.



Fundo de Participação dos Municípios (FPM): É um mecanismo de transferência de recursos financeiros da União para os municípios brasileiros, estabelecido pela Constituição Federal de 1988. Sua principal finalidade é promover um equilíbrio socioeconômico entre os municípios, considerando, especialmente, as disparidades regionais existentes no Brasil.

G

Gestão por Objetivos (*Management by Objectives* – MBO): Metodologia de gestão que define objetivos claros e mensuráveis para orientar ações e avaliar o desempenho.

Gestão Transparente e Participativa: Abordagem administrativa que promove a participação da comunidade na gestão e fiscalização dos serviços públicos, garantindo transparência e eficiência.

Governo Digital: refere-se à utilização de tecnologias da informação e comunicação (TICs) pelos governos, com o objetivo de melhorar a eficiência, eficácia, transparência e participação cidadã na gestão pública. Esse conceito abrange uma ampla gama de aplicações e serviços digitais, destinados a facilitar o acesso dos cidadãos às informações e aos serviços públicos, além de promover a modernização da administração pública. A implementação de iniciativas de Governo Digital visa transformar a relação entre o governo e os cidadãos, empresas e outras instituições governamentais, tornando-a mais direta, rápida e transparente.

I

Inclusão Social: Processo de garantir que todos os cidadãos, independentemente de suas condições socioeconômicas, tenham acesso igualitário a oportunidades e recursos.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): Indicador que mede a qualidade da educação básica no Brasil, combinando taxas de aprovação e médias de desempenho em avaliações padronizadas.



Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): É uma medida composta usada para classificar países em quatro níveis de desenvolvimento humano. Criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDH é baseado em três dimensões fundamentais: saúde/longevidade, educação e renda. O objetivo do IDH é oferecer uma visão mais completa do desenvolvimento humano e do bem-estar social, além dos indicadores econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB) per capita.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM): É uma medida que avalia o nível de desenvolvimento humano nos municípios de um país, adaptando a metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para uma escala local. O IDHM é parte do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e busca oferecer um panorama mais detalhado e próximo da realidade das menores unidades administrativas, os municípios, permitindo uma análise mais precisa e direcionada das necessidades de desenvolvimento local.

Indústria de Transformação: é um segmento crucial da economia, que engloba as atividades industriais responsáveis por converter matérias-primas, sejam elas naturais ou semielaboradas, em produtos acabados ou semiacabados. Esse setor é fundamental para o desenvolvimento econômico, a geração de empregos e a inovação tecnológica, atuando como motor para o crescimento e a diversificação industrial.

Infraestrutura: Refere-se ao conjunto de instalações e serviços essenciais que suportam o funcionamento da sociedade e da economia de uma região ou país. Ela é fundamental para o desenvolvimento sustentável, a qualidade de vida das populações e a competitividade econômica. A infraestrutura abrange uma ampla gama de sistemas e estruturas físicas e organizacionais.

Inovação Responsável: Adoção de tecnologias e práticas inovadoras focadas no desenvolvimento sustentável e na qualidade de vida urbana.



Insegurança Alimentar: É uma condição que ocorre quando as pessoas não têm acesso regular a alimentos suficientes, nutritivos e seguros para atender às suas necessidades e preferências alimentares, visando a uma vida ativa e saudável. Esse conceito abrange tanto a qualidade quanto a quantidade de alimentos consumidos, além da previsibilidade de ter acesso a eles. A insegurança alimentar pode variar em gravidade, desde a preocupação com a capacidade de obter alimentos, até a fome resultante da falta prolongada de comida. Insegurança Alimentar Leve: Preocupação ou incerteza sobre a capacidade de obter alimentos. Insegurança Alimentar Moderada: Comprometimento da qualidade, variedade ou desejabilidade dos alimentos consumidos. Insegurança Alimentar Grave: Experiência de fome devido à falta de alimentos.

Insights: Compreensões profundas que oferecem novas perspectivas sobre um problema ou situação.

Integridade: Luta contra o desperdício e a opacidade, assegurando a retidão nas ações.

Internet das coisas (IoT): refere-se à interconexão digital de objetos cotidianos com a internet, permitindo que eles enviem e recebam dados. Essa tecnologia transforma objetos comuns em “inteligentes”, ao incorporar sensores, softwares e outras tecnologias, para conectar e trocar dados com outros dispositivos e sistemas pela internet. A IoT abrange uma ampla gama de aplicações, desde dispositivos pessoais, como relógios inteligentes e assistentes de voz, até soluções complexas, em setores industriais, urbanos e de saúde.

J

Jardins de Chuva: são infraestruturas verdes projetadas para capturar, absorver e filtrar a água da chuva, principalmente de superfícies impermeáveis, como telhados, calçadas e ruas. Eles são uma solução de baixo impacto, que ajuda a gerenciar o escoamento superficial, reduzindo a quantidade de água que chega aos sistemas de drenagem urbana e, por consequência, diminuindo o risco



de inundações e a poluição dos cursos d'água. Além de seus benefícios hidrológicos, os jardins de chuva também contribuem para a biodiversidade, a beleza cênica e a qualidade do ar nas áreas urbanas. São um componente fundamental do conceito de cidade esponja.

L

Lei Orçamentária Anual (LOA): é um instrumento de planejamento financeiro, que estabelece as receitas e fixa as despesas do governo para um ano fiscal. Trata-se de uma das três principais peças orçamentárias que orientam a administração pública, ao lado do Plano Plurianual (PPA) e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A LOA é elaborada pelo Poder Executivo e enviada ao Poder Legislativo, em cuja esfera será discutida, ajustada se necessário, e aprovada.

Licitação: É um procedimento administrativo formal, pelo qual um ente público, seja ele federal, estadual ou municipal, realiza a compra de produtos, serviços ou obras, ou ainda, realiza a concessão de serviços públicos. O objetivo é garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública, garantindo a igualdade de condições a todos os concorrentes.

Lixeiras Viciadas: São pontos de descarte irregular de lixo, que se formam em áreas urbanas e rurais, onde resíduos de diversos tipos são continuamente depositados pela população local ou por indivíduos de outras regiões. Esses locais não são oficialmente designados para a coleta de lixo, mas acabam se tornando depósitos informais, devido à prática reiterada de descarte inadequado. A existência de lixeiras viciadas é um problema ambiental, social e de saúde pública, afetando a qualidade de vida das comunidades, contaminando o solo e os corpos d'água, além de contribuir para a proliferação de vetores de doenças.

Logística Reversa: É um componente essencial da cadeia moderna de suprimentos, focando no planejamento, implementação e controle eficiente do fluxo de materiais, inventário, embalagens e produtos acabados, desde o ponto



de consumo até o ponto de origem, com o objetivo de recaptura de valor ou descarte apropriado. Diferentemente da logística tradicional, que gerencia o fluxo de produtos do produtor ao consumidor, a logística reversa lida com o retorno de produtos, embalagens e materiais ao produtor, para reuso, reciclagem, remanufatura ou disposição final adequada.

M

Management by Objectives (MBO) ou Gestão por Objetivos (GPO): é uma metodologia de gestão proposta inicialmente por Peter Drucker, em 1954, em seu livro "The Practice of Management". A essência do MBO é a definição clara de objetivos específicos para cada membro de uma organização, alinhados com os objetivos gerais da empresa, e a avaliação do desempenho com base no cumprimento desses objetivos. Essa abordagem promove a clareza de metas, melhora a comunicação e aumenta o engajamento dos colaboradores, ao mesmo tempo em que facilita o monitoramento e a avaliação do desempenho organizacional.

Mata Ciliar: Também conhecida como vegetação ripária ou floresta de galeria, refere-se à vegetação nativa que margeia os cursos d'água, como rios, lagos, córregos e nascentes. Essas áreas possuem uma importância ecológica, social e econômica fundamental, desempenhando múltiplas funções no equilíbrio dos ecossistemas aquáticos e terrestres.

Mobilidade Urbana: Capacidade de deslocamento eficiente e acessível das pessoas dentro de uma área urbana, utilizando diferentes meios de transporte.

Modais de Transporte: Os modais de transporte referem-se aos diferentes meios ou formas de deslocamento de pessoas e mercadorias de um lugar para outro. Cada modal possui características próprias, vantagens e desvantagens, sendo escolhido com base em critérios como custo, distância, volume da carga, rapidez, acessibilidade e impacto ambiental. Os modais são: rodoviário, ferroviário, aéreo, marítimo, fluvial, dutoviário e multimodal.



N

Networking: Refere-se à prática de estabelecer e cultivar uma rede de contatos profissionais e pessoais. Essa atividade é fundamental em diversos contextos, especialmente no mundo dos negócios, carreiras e empreendedorismo, pois permite a troca de informações, a colaboração entre indivíduos e organizações, e a criação de oportunidades mútuas de desenvolvimento e crescimento. O *networking* pode ser realizado em eventos específicos, como conferências, seminários, *workshops*, encontros de negócios, e também em ambientes virtuais, através de plataformas de mídia social profissional como *LinkedIn*, grupos de discussão especializados e outros meios digitais.

Normas de Acessibilidade: Conjunto de regras e diretrizes que visam garantir que os espaços, produtos e serviços sejam acessíveis a todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência.

O

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): é uma organização internacional composta de 38 países-membros, cujo objetivo é promover políticas que visem à melhoria do bem-estar econômico e social ao redor do mundo. Fundada em 1961, a OCDE oferece um fórum onde os governos podem trabalhar juntos, compartilhando experiências e buscando soluções para problemas comuns, como questões econômicas, sociais e ambientais.

P

Parceria Público-Privada (PPP): É um modelo de contrato entre o setor público e o setor privado, no qual há uma partilha de investimentos, responsabilidades, riscos, benefícios e competências, visando à execução de projetos ou prestação de serviços de interesse público. Esse modelo é utilizado em diversas áreas, como infraestrutura, saúde, educação, transporte, saneamento básico e desenvolvimento urbano, entre outras.



Planejamento Estratégico: é um processo sistemático e abrangente, que uma organização utiliza para definir sua direção e tomar decisões sobre a alocação de seus recursos, a fim de perseguir determinada direção. Envolve a formulação de objetivos a longo prazo, políticas e planos para alcançar esses objetivos, considerando as forças internas e externas à organização. Esse processo ajuda a organização a definir sua visão, missão, valores, objetivos estratégicos, táticas e ações, garantindo que todos os níveis da organização estejam alinhados e trabalhando em conjunto para alcançar os objetivos comuns.

Plano Diretor da Cidade: é um instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988 e regulamentado pelo Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). Ele estabelece as diretrizes para o crescimento e organização do espaço urbano, visando promover o bem-estar de seus habitantes e garantir o desenvolvimento sustentável. O Plano Diretor é, portanto, fundamental para o planejamento municipal, sendo a principal ferramenta para orientar a ocupação do solo urbano, a infraestrutura, o transporte, a habitação, entre outros aspectos essenciais à vida na cidade.

Plano Diretor de Arborização Urbana (PDAU): Documento que orienta o planejamento e a gestão da arborização em áreas urbanas, promovendo práticas sustentáveis e a conservação dos recursos naturais.

Plano Municipal de Educação (PME): é um processo estratégico que visa estabelecer, em um documento oficial, as diretrizes, metas e ações para a educação em um município, por um período de dez anos. Esse plano deve estar alinhado ao Plano Nacional de Educação (PNE) e precisa considerar as especificidades e necessidades locais.

Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS): É uma política pública brasileira estabelecida pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O PNRS estabelece diretrizes, objetivos e ações



para o gerenciamento integrado e o manejo ambientalmente adequado dos resíduos sólidos no Brasil, incluindo os gerados nos setores industrial, doméstico, comercial, agrícola, de serviços e de saúde.

Políticas Públicas: Conjunto de ações e medidas adotadas pelo governo para atender às necessidades da sociedade.

Ponto de Entrega Voluntária (PEV): É uma infraestrutura destinada à recepção de resíduos sólidos recicláveis ou reutilizáveis, entregues voluntariamente pela população. Esses pontos são fundamentais para o sucesso de programas de coleta seletiva e gestão de resíduos, pois facilitam a separação e a destinação correta dos materiais recicláveis, contribuindo significativamente para a redução do volume de resíduos enviados para aterros sanitários e para a promoção da reciclagem e da economia circular.

Primeira Infância: Período que vai do nascimento aos 6 anos de idade. É uma fase crítica no desenvolvimento humano. Durante esses anos iniciais, as crianças experimentam um crescimento e desenvolvimento rápidos em várias dimensões, incluindo física, cognitiva, emocional e social. Esse período estabelece as fundações para a saúde, o bem-estar, o aprendizado e o comportamento ao longo da vida. A qualidade das experiências durante a primeira infância tem um impacto profundo e duradouro no futuro das crianças.

Produto Interno Bruto (PIB): é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em um país ou região durante um determinado período, geralmente um ano. Ele inclui atividades econômicas como agricultura, indústria, serviços, entre outras, e pode ser medido de três formas principais: produção, renda e gasto.

Produto Interno Bruto per Capita: É o PIB de um país dividido pela sua população. É uma média que distribui o valor total da produção econômica pelo número de pessoas no país, fornecendo uma estimativa da riqueza média por habitante.



Prognóstico: Avaliação que prevê o desenvolvimento de uma situação ou a evolução de uma doença. No presente contexto, usado metaforicamente para prever o impacto de ações planejadas.

Promoção da Dignidade Humana: Diretriz que visa garantir um ambiente saudável e agradável para todos os cidadãos, assegurando o bem-estar e o acesso a serviços essenciais.

Q

Quilombolas: A população quilombola é parte integrante da rica tapeçaria cultural e histórica do país. Os quilombos são comunidades formadas, em sua origem, por pessoas que foram escravizadas e que conseguiram escapar das fazendas e engenhos, em busca de liberdade e autonomia, durante o período colonial e imperial do Brasil. Com o passar dos séculos, essas comunidades se consolidaram, mantendo viva a memória de resistência ao sistema escravocrata e preservando aspectos (sociais, culturais e econômicos) africanos e afro-brasileiros.

R

Recuperação de Igarapés: Ações para restaurar e preservar os cursos d'água urbanos, melhorando a qualidade ambiental e a saúde pública.

Rede de Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS): refere-se ao conjunto de serviços de saúde de caráter preventivo, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde, oferecidos em unidades básicas de saúde (UBS) ou centros de saúde. Essa rede constitui a porta de entrada preferencial do SUS, sendo a mais próxima da vida cotidiana das pessoas. Seu principal objetivo é oferecer atendimento integral à saúde da população, com foco na prevenção de doenças e promoção da saúde, reduzindo a necessidade de tratamentos em níveis mais complexos e especializados do sistema.



Resíduo Sólido Urbano (RSU): Também conhecido como lixo urbano, refere-se aos resíduos gerados nas áreas urbanas, resultantes das atividades domésticas, comerciais, industriais (quando descartados no sistema de coleta municipal), de serviços de saúde (resíduos que não se enquadram como resíduos perigosos), além dos resíduos de limpeza pública, como os provenientes da varrição das ruas, limpeza de praias e outros serviços de manutenção urbana. A gestão adequada dos RSUs é fundamental para a saúde pública, a proteção do meio ambiente e a qualidade de vida nas cidades.

S

Saneamento Básico: É um conjunto de medidas que visa à promoção da saúde pública e à proteção do meio ambiente, por meio da coleta, tratamento e disposição adequada dos resíduos líquidos e sólidos, bem como a garantia de acesso à água potável para consumo humano. Essas medidas são fundamentais para prevenir doenças, promover a qualidade de vida e sustentar o desenvolvimento socioeconômico das comunidades. Abrange quatro componentes: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e, ainda, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Serviço de Pronto Atendimento (SPA): é uma unidade destinada ao atendimento de casos de urgência e emergência que não sejam graves o suficiente para justificar uma ida ao pronto-socorro de um hospital, mas que ainda assim requerem atenção médica rápida. Esses serviços são essenciais para desafogar os hospitais de casos menos graves e garantir que pacientes com condições mais sérias recebam o tratamento adequado com maior brevidade.

Sistemas de videomonitoramento: São tecnologias utilizadas para a vigilância e segurança de espaços públicos e privados, permitindo a observação, gravação e análise de imagens e atividades – em tempo real ou gravadas. Esses sistemas são fundamentais para a prevenção de crimes, monitoramento de tráfego, proteção de propriedades e até mesmo para gestão de operações em empresas e instituições. A evolução tecnológica tem ampliado as funcionalidades e eficácia desses sistemas, incorporando avanços como análise de vídeo inteli-



gente, reconhecimento facial e integração com outros sistemas de segurança e automação.

Stakeholders (ou partes interessadas): São indivíduos, grupos ou organizações que têm interesse ou são afetados pelas atividades e resultados de um projeto, empresa ou iniciativa. Esses interesses podem ser diretos ou indiretos, positivos ou negativos, e os stakeholders podem influenciar ou ser influenciados pelas ações e decisões da organização. A gestão de stakeholders é uma parte crucial da administração de empresas e projetos, pois reconhece a importância de alinhar os interesses de todas as partes para o sucesso e sustentabilidade das atividades.

Sustentabilidade Integral: Desenvolvimento de programas que promovem a sustentabilidade econômica, social e ambiental, assegurando a conservação dos recursos naturais e a qualidade de vida das gerações futuras.

T

Taxa de Extrema Pobreza: É um indicador socioeconômico utilizado para medir a proporção da população que vive abaixo do limiar de extrema pobreza, definido por organizações internacionais como o Banco Mundial. Esse limiar é frequentemente estabelecido em termos de renda ou consumo diário per capita e serve como um critério para avaliar as condições de vida mais básicas. A definição mais comum de extrema pobreza, adotada pelo Banco Mundial, refere-se a pessoas vivendo com menos de 1,90 dólares americanos por dia.

Tecnologias Assistivas: Ferramentas e recursos tecnológicos desenvolvidos para melhorar a funcionalidade de pessoas com deficiência, garantindo sua inclusão e autonomia.

Terceiro Setor: É uma parte vital da sociedade, situando-se entre o setor público (primeiro setor) e o setor privado (segundo setor). Ele é composto de organizações sem fins lucrativos e não governamentais que desempenham um papel



fundamental no desenvolvimento social, econômico e ambiental. As entidades do terceiro setor são diversas, incluindo organizações não governamentais (ONGs), fundações, associações, institutos, entidades filantrópicas e cooperativas, que atuam em diversas áreas como educação, saúde, assistência social, cultura, meio ambiente, entre outras.

Transparência pública: Compromisso com a clareza na utilização dos recursos públicos.

Transversalidade: Abordagem que integra diversas áreas ou disciplinas para tratar de questões complexas de maneira holística.

U

Unidade Básica de Saúde (UBS): Também conhecida como posto de saúde, é a principal porta de entrada e componente central da Rede de Atenção Primária à Saúde no Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil. As UBSs são estruturas locais destinadas a oferecer à população acesso a serviços de saúde de qualidade, focados na prevenção de doenças, promoção da saúde, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde. Elas desempenham um papel crucial na garantia de uma assistência à saúde mais próxima, acessível e integral aos cidadãos.

Unidade de Pronto Atendimento (UPA): É uma estrutura de saúde no Brasil, criada para funcionar como um intermediário entre a atenção básica de saúde e os hospitais. As UPAs são fundamentais no sistema de saúde, por oferecerem atendimento médico de urgência e emergência 24 horas por dia, desafogando os prontos-socorros hospitalares e garantindo atendimento rápido e eficaz para casos de complexidade intermediária.

Unidade Odontológica Móvel (UOM): É uma estratégia de saúde pública destinada a expandir o acesso aos serviços odontológicos, especialmente em comunidades remotas, rurais ou urbanas com difícil acesso a clínicas fixas. Essas uni-



dades são equipadas com todo o necessário para oferecer uma ampla gama de serviços odontológicos, funcionando como consultórios odontológicos completos sobre rodas. O objetivo é levar atendimento de qualidade até as populações que, de outra forma, teriam pouco ou nenhum acesso a cuidados odontológicos.

Urbanização Sustentável: Processo de desenvolvimento urbano que busca equilibrar o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção ambiental.

Uso do Solo Urbano: Planejamento e regulamentação do uso do solo em áreas urbanas, a fim de garantir um desenvolvimento inclusivo, sustentável e que atenda às necessidades da comunidade.

Z

Zonas: Referem-se a áreas específicas dentro do município que são designadas para diferentes usos e desenvolvimentos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo plano. O objetivo principal da zonificação é organizar o espaço urbano de maneira que promova uma convivência harmônica entre as atividades residenciais, comerciais, industriais, de lazer, entre outras, além de proteger os recursos naturais e garantir o bem-estar da população

Zoonoses: Doenças que podem ser transmitidas entre animais e seres humanos, muitas vezes associadas a condições inadequadas de saneamento e controle de populações animais.



REFERÊNCIAS

A CRÍTICA. IBGE Amazonas rebate questionamentos de prefeitos a respeito do censo: "Adotamos a transparência". Disponível em: <https://www.acritica.com/geral/ibge-amazonas-rebate-questionamentos-de-prefeitos-a-respeito-do-censo-adotamos-a-transparencia-1.290897>. Acesso em: 6 ago. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. População do Brasil passa de 203 milhões, mostra censo 2022. Agência Brasil, 28 jun. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-06/populacao-do-brasil-passa-de-203-milhoes-mostra-censo-2022#:~:text=A%20densidade%20demogr%C3%A1fica%20do%20pa%C3%ADs,4%2C5%20habitantes%2Fkm%C2%B2>. Acesso em: 12 ago. 2024.

AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO MUNICÍPIO DE MANAUS. Contrato de concessão original água. Disponível em: https://ageman.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2018/08/contrato_de_concessao_original_agua_2.pdf. Acesso em: 06 ago. 2024.

ÁGUAS DE MANAUS. Investimentos. Disponível em: <https://www.aguasdemanaus.com.br/tag/investimento/#:~:text=At%C3%A9%202039%2C%20a%20%C3%81guas%20de,1%2C4%20milh%C3%A3o%20de%20pessoas>. Acesso em: 06 ago. 2024.

ALMEIDA, David. Publicação: "Eu não faço promessas, eu assumo compromissos". Facebook, 13 out. 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/davidalmeidaam/posts/2756989484584462/>. Acesso em: 7 ago. 2024.

AMAZONAS ATUAL. Conselheira do TCE revoga a própria decisão e libera contrato bilionário do lixo em Manaus. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/conselheira-do-tce-revoga-propria-decisao-e-libera-contrato-bilionario-do-lixo-em-manaus/>. Acesso em: 07 ago. 2024.



AMAZONAS ATUAL. Em 2022, Prefeitura asfalta mais ruas com menos recursos que em 7 anos. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/em-2022-prefeitura-asfalta-mais-ruas-com-menos-recursos-que-em-7-anos/>. Acesso em: 06 ago. 2024.

AMAZONAS ATUAL. Mulheres são 1,64 milhão no AM e mantêm domínio populacional. Disponível em: [https://amazonasatual.com.br/mulheres-sao-164-milhao-no-am-e-mantem-dominio-populacional/#:~:text=Do%20ATUAL,-milh%C3%A3o%20\(49%2C8%25](https://amazonasatual.com.br/mulheres-sao-164-milhao-no-am-e-mantem-dominio-populacional/#:~:text=Do%20ATUAL,-milh%C3%A3o%20(49%2C8%25). Acesso em: 6 ago. 2024.

AMAZONAS ATUAL. Prefeitura pede estudo para encerrar contrato com Águas de Manaus, válido até 2045. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/prefeitura-pede-estudo-para-encerrar-contrato-com-aguas-de-manaus-valido-ate-2045/>. Acesso em: 06 ago. 2024.

AMAZONAS ATUAL. Prefeitura pede estudo para encerrar contrato com Águas de Manaus, válido até 2045. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/prefeitura-pede-estudo-para-encerrar-contrato-com-aguas-de-manaus-valido-ate-2045/>. Acesso em: 06 ago. 2024.

AMAZONAS1. Escândalo dos apartamentos completa 6 meses, processo segue em segredo de justiça. Amazonas1, 07 ago. 2024. Disponível em: <https://amazonas1.com.br/escandalo-dos-apartamentos-completa-6-meses-processo-segue-em-segredo-de-justica/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

AMAZONAS1. MP investiga contratos milionários de empresas de coleta de lixo com a Prefeitura de Manaus. Disponível em: <https://amazonas1.com.br/mp-investiga-contratos-milionarios-de-empresas-de-coleta-de-lixo-com-a-prefeitura-de-manaus/>. Acesso em: 07 ago. 2024.



AMAZONAS1. Prefeitura e Mamute fazem parceria milionária apesar de investigações na PF e MP-AM. Disponível em: https://amazonas1.com.br/charge_do_dia/309666/. Acesso em: 07 ago. 2024.

AMAZONAS1. Sem licitação, Mamute deverá prosseguir na Prefeitura de Manaus. Disponível em: <https://amazonas1.com.br/sem-licitacao-mamute-de-vera-prosseguir-na-prefeitura-de-manaus/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.923, de 30 de dezembro de 2021. Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10923.htm. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.979, de 25 de fevereiro de 2022. Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d10979.htm. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.055, de 28 de abril de 2022. Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 30 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.055-de-28-de-abril-de-2022-396475510>. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 11.182, de 24 de agosto de 2022. Garante a redução de 35% no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da maioria dos itens fabricados no Brasil. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.182-de-24-de-agosto-de-2022-424474177>. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração



pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.394, de 30 de maio de 2018. Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9394.htm. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Governo Federal. Governo Federal entrega 500 casas para famílias de baixa renda em Manaus. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/08/governo-federal-entrega-500-casas-para-familias-de-baixa-renda-em-manaus>. Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao.html>. Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica: 2019 Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/censo-escolar>. Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica: 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/censo-escolar>. Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica: 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/censo-escolar>. Acesso em: 07 ago. 2024.



BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Censo Escolar da Educação Básica: 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/censo-escolar>. Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021. Conhecida como Lei do Governo Digital. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm. Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.851, de 03 de maio de 2024. Dispõe sobre a obrigatoriedade de criação de mecanismos de levantamento e de divulgação da demanda por vagas no atendimento à educação infantil de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14851.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.851%2C%20DE%203,\(tr%C3%AAs\)%20anos%20de%20idade](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14851.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.851%2C%20DE%203,(tr%C3%AAs)%20anos%20de%20idade). Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. Estabelece a necessidade de as empresas atenderem ao Processo Produtivo Básico (PPB). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8387.htm. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.499, de 29 de setembro de 2011. Dispõe sobre o Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12499.htm. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 06 ago. 2024.



BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019. Lei da Liberdade Econômica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13874.htm. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Mapa de Segurança Pública 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/estatistica/download/dados-nacionais-de-seguranca-publica-mapa/mapa-de-seguranca-publica-2024.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde: Tipos de Leitos em Manaus – AM. Disponível em: http://cnes2.datasus.gov.br/Mod_Ind_Tipo_Leito.asp?VEstado=13&VMun=130260&VComp=202207. Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Data SUS: Quantidade de Leitos por Especialidade em Manaus. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/leiintam.def>. Acesso em: 07 ago. 2024.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). Perfil da Indústria: Amazonas. Disponível em: <https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/am>. Acesso em: 07 ago. 2024.



D24AM. Amazonas tem 4,1 milhões e Manaus 2,25 milhões de habitantes. Disponível em: <https://d24am.com/amazonas/amazonas-tem-41-milhoes-e-manaus-225-milhoes-de-habitantes>. Acesso em: 6 ago. 2024.

D24AM. Manaus Ambiental tem novo dono: concessionária é vendida para a Aegea Saneamento. Disponível em: <https://d24am.com/economia/manaus-ambiental-tem-novo-dono-concessionaria-e-vendida-para-aegea-saneamento/>. Acesso em: 06 ago. 2024.

ESTADO POLÍTICO. Arthur promete bolsas para driblar dificuldade em construir creches. Disponível em: <https://www.estadopolitico.com.br/arthur-promete-bolsas-para-driblar-dificuldade-em-construir-creches/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

ESTADO POLÍTICO. Justiça suspende processo de licenciamento para aterro sanitário em Iranduba. Disponível em: <https://www.estadopolitico.com.br/justica-suspende-processo-de-licenciamento-para-aterro-sanitario-em-iranduba/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

EXAME. Águas de Manaus investirá R\$ 3,5 bi para universalizar saneamento básico. Disponível em: <https://exame.com/brasil/aguas-de-manaus-investira-r-35-bi-para-universalizar-saneamento-basico/>. Acesso em: 06 ago. 2024.

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FMUSP). Demografia Médica no Brasil. 2019. Disponível em: https://www.fm.usp.br/fmusp/conteudo/estudo_demografico_FMUSP_AMB.pdf. Acesso em: 07 ago. 2024.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO AMAZONAS (FIEAM). A Zona Franca de Manaus e o IPI. Manaus, 15 mar. 2022. Disponível em: <http://www.fieam.org.br/fieam/2022/03/15/a-zona-franca-de-manaus-e-o-ipi>. Acesso em: 07 ago. 2024.



FOLHA DE LONDRINA. Juiz suspende privatização da Manaus Saneamento. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/geral/juiz-suspende-privatizacao-da-manaus-saneamento-255341.html>. Acesso em: 06 ago. 2024.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Estudos sobre a Zona Franca de Manaus. São Paulo, abril 2019. Disponível em: https://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/estudos_fgv_zonafranca_manaus_abril_2019v2.pdf. Acesso em: 07 ago. 2024.

G1. Amazonas ocupa terceiro lugar no ranking do déficit habitacional. G1, 3 jul. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/07/03/amazonas-ocupa-terceiro-lugar-no-ranking-do-deficit-habitacional.ghtml>. Acesso em: 12 ago. 2024.

G1. Garis de Manaus protestam por atraso no pagamento. G1, 04 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/03/04/garis-de-manaus-protestam-por-atraso-no-pagamento.ghtml>. Acesso em: 07 ago. 2024.

G1. Governo exclui produtos fabricados na Zona Franca de Manaus da redução do IPI. G1, 24 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/08/24/governo-exclui-produtos-fabricados-na-zona-franca-de-manaus-da-reducao-do-ipi.ghtml>. Acesso em: 07 ago. 2024.

G1. População cobra o fim de buracos em ruas de todas as zonas de Manaus. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/transito/noticia/2016/04/populacao-cobra-o-fim-de-buracos-em-ruas-de-todas-zonas-de-manaus.html>. Acesso em: 06 ago. 2024.

INPE. PRODES - Monitoramento da Amazônia Brasileira por Satélite. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 06 ago. 2024.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativas de população. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=25272&t=resultados>. Acesso em: 6 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama da cidade de Manaus. Censo de 2022. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>. Acesso em: 8 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama da cidade de São Paulo. Censo de 2022. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/panorama>. Acesso em: 6 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama da cidade do Rio de Janeiro. Censo de 2022. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>. Acesso em: 6 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama da cidade de Brasília. Censo de 2022. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/df/brasil/panorama>. Acesso em: 6 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama da cidade de São Luís. Censo de 2022. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>. Acesso em: 6 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama da cidade de Belém. Censo de 2022. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>. Acesso em: 6 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama da cidade de Palmas. Censo de 2022. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/panorama>. Acesso em: 6 ago. 2024.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama da cidade de Boa Vista. Censo de 2022. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/boa-vista/panorama>. Acesso em: 6 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Panorama do estado do Amazonas. Censo de 2022. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/panorama>. Acesso em: 6 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse do Censo 2010: Dados. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em: 6 ago. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar: resultados. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 06 ago. 2024.

JORNAL DO COMMERCIO. Manaus é pioneira na carbonização do lixo, diz Michel Ribeiro. Disponível em: <https://www.jcam.com.br/noticias/manaus-e-pioneira-na-carbonizacao-do-lixo-diz-michel-ribeiro/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

JOTA. A Zona Franca de Manaus e a insegurança jurídica. Jota, 12 fev. 2023. Disponível em: https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/pauta-fiscal/a-zona-franca-de-manaus-e-a-inseguranca-juridica-12022023?utm_campaign=jota_info_ultimas_noticias_destaque_13022023&utm_medium=email&utm_source=RD+Station. Acesso em: 07 ago. 2024.

MANAUS (AM). David Almeida: mensagem governamental. Disponível em: <https://www.manaus.am.gov.br/noticias/mensagem-governamental/david-almeida-mensagem-governamental/>. Acesso em: 06 ago. 2024.



MANAUS (AM). Diário Oficial do Município, n. 5455, 31 out. 2022. Disponível em: <http://dom.manaus.am.gov.br/pdf/2022/outubro/DOM%205455%2031.10.2022%20CAD%201.pdf/view>. Acesso em: 06 ago. 2024.

MANAUS. Implurb - Mapa urbano. Prefeitura de Manaus, 2024. Disponível em: <https://www.manaus.am.gov.br/implurb/implurb=-mapa-urbano/#:~:text=A%20%C3%A1rea%20urbana%20tem%202.042,e%20na%20de%20transi%C3%A7%C3%A3o%2C%202.614.&text=Segundo%20os%20dados%20apresentados%2C%20Manaus,um%20Distrito%20e%20nove%20Subdistritos>. Acesso em: 12 ago. 2024.

MANAUS. Lei Municipal 1.401, de 14 de janeiro de 2010. Dispõe sobre a criação e a divisão dos bairros da cidade de Manaus, com estabelecimento de novos limites. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2010/141/1401/lei-ordinaria-n-1401-2010-dispoe-sobre-a-criacao-e-a-divisao-dos-bairros-da-cidade-de-manaus-com-estabelecimento-de-novos-limites-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 06 ago. 2024.

MANAUS. Lei municipal nº 132, de 15 de junho de 1949. Cria a Guarda Municipal, com o nome de Guarda Municipal de Parques e Jardins. Disponível em: <https://www.guardasmunicipais.com.br/manaus-am-2/#:~:text=No%20dia%2015%20de%20junho,a%20Guarda%20de%20Seguran%C3%A7a%20Municipal>. Acesso em: 06 ago. 2024.

MANAUS. Lei municipal nº 2.898, de 09 de junho de 2022. Dispõe sobre os Serviços de Transporte Público Coletivo de Passageiros no município de Manaus. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2022/290/2898/lei-ordinaria-n-2898-2022-dispoe-sobre-os-servicos-de-transporte-publico-coletivo-de-passageiros-no-municipio-de-manaus>. Acesso em: 06 ago. 2024.

MANAUS. Lei municipal nº 3.111, de 26 de julho de 2023. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024. LDO. Disponível em: <https://>



transparencia.manaus.am.gov.br/transparencia/v2/#/planejamento. Acesso em: 06 ago. 2024.

MANAUS. Lei municipal nº 3.253, de 29 de dezembro de 2023. Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Manaus para o exercício financeiro de 2024. LOA. Disponível em: <https://transparencia.manaus.am.gov.br/transparencia/v2/#/planejamento>. Acesso em: 06 ago. 2024.

MANAUS. Lei municipal nº 673, de 04 de novembro de 2002. Institui o Código de Obras e Edificações do Município de Manaus, Estado do Amazonas e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2002/68/673/lei-ordinaria-n-673-2002-institui-o-codigo-de-obras-e-edificacoes-do-municipio-de-manaus-estado-do-amazonas-e-da-outras-providencias#:~:text=INSTITUI%20O%20C%C3%93DIGO%20DE%20OBRAS,AMAZONAS%2C%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%8ANCIAS.&text=DAS%20DISPOSI%C3%87%C3%95ES%20PRELIMINARES-,Art.,Urbano%20e%20Ambiental%20de%20Manaus>. Acesso em: 06 ago. 2024.

MANAUS. Lei municipal nº 1.349, de 9 de novembro de 2011. Plano Diretor Municipal de Resíduos Sólidos. Disponível em: <https://semulsp.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2010/12/PLANO-DIRETOR-MUNICIPAL-DE-RES%C3%84DDUOS-S%C3%93LIDOS.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2024.

MANAUS. Lei Municipal nº 1.779, de 17 de outubro de 2013. Dispõe sobre os Serviços de Transporte Público Coletivo de Passageiros no município de Manaus. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2013/178/1779/lei-ordinaria-n-1779-2013-dispoe-sobre-os-servicos-de-transporte-publico-coletivo-de-passageiros-no-municipio-de-manaus>. Acesso em: 06 ago. 2024.

MANAUS. Lei municipal nº 2.621, de 01 de julho de 2020. Cria o Centro de Cooperação da Cidade (CCC) e dá outras providências. Disponível em: ht-



[tps://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2020/263/2621/lei-ordinaria-n-2621-2020-cria-o-centro-de-cooperacao-da-cidade-cc-c-e-da-outras-providencias#:~:text=EXTINGUE%20a%20Secretaria%20Municipal%20de,SEMPPE\)%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAscias.&text=sanciono%20a%20seguinte-,LEI%3A,28%20de%20dezembro%20de%202017](https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2020/263/2621/lei-ordinaria-n-2621-2020-cria-o-centro-de-cooperacao-da-cidade-cc-c-e-da-outras-providencias#:~:text=EXTINGUE%20a%20Secretaria%20Municipal%20de,SEMPPE)%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAscias.&text=sanciono%20a%20seguinte-,LEI%3A,28%20de%20dezembro%20de%202017). Acesso em: 06 ago. 2024.

MANAUS. Lei municipal nº 2.678, de 15 de setembro de 2020. Altera a Lei nº 1.779, de 17 de outubro de 2013, que dispõe sobre os Serviços de Transporte Público Coletivo de Passageiros no município de Manaus, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2020/268/2678/lei-ordinaria-n-2678-2020-altera-a-lei-n-1779-de-17-de-outubro-de-2013-que-dispoe-sobre-os-servicos-de-transporte-publico-coletivo-de-passageiros-no-municipio-de-manaus-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 06 ago. 2024.

MANAUS. Lei municipal nº 2.817, de 06 de dezembro de 2021. Cria a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (Semseg) e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2021/282/2817/lei-ordinaria-n-2817-2021-cria-a-secretaria-municipal-de-seguranca-publica-e-defesa-social-semseg-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 06 ago. 2024.

MANAUS. Lei municipal nº 2.213, de 04 de abril de 2017. Lei Municipal de Incentivo à Cultura. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2017/222/2213/lei-ordinaria-n-2213-2017-concede-incentivo-fiscal-para-a-realizacao-de-projetos-culturais-no-ambito-do-municipio-de-manaus-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 06 ago. 2024.

MANAUS. Plano Diretor Municipal de Resíduos Sólidos. Manaus, [s.d.]. Disponível em: <https://semulsp.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2010/12/>



PLANO-DIRETOR-MUNICIPAL-DE-RES%C3%8DDUOS-S%C3%93LIDOS.pdf. Acesso em: 07 ago. 2024.

MANAUS. Portal da Transparência do Município de Manaus. Disponível em: <https://transparencia.manaus.am.gov.br/transparencia/v2/#/detalhescontrato/77380/4493/1/consulta>. Acesso em: 07 ago. 2024.

MANAUS. Portaria nº 032, de 2021. Da Casa Militar no Diário Oficial do Município, referente à aquisição de arma de fogo da empresa Taurus Armas S.A para a Guarda Municipal de Manaus. Disponível em: <http://dom.manaus.am.gov.br/pdf/2021/setembro/DOM%205185%2016.09.2021%20CAD%201.pdf/view>. Acesso em: 06 ago. 2024.

MANAUS. Prefeitura de Manaus. Aterro sanitário e energia limpa: Município investe em soluções sustentáveis. Disponível em: <https://www.manaus.am.gov.br/noticias/meio-ambiente/aterro-sanitario-energia-limpa/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

MANAUS. Prefeitura de Manaus. Prefeitura e SUBAH alinham agenda 2023 com foco em construção verde e habitação. 2023. Disponível em: <https://www.manaus.am.gov.br/noticias/parceria/prefeitura-e-subah-alinham-agenda-2023-com-foco-em-construcao-verde-e-habitacao/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

MANAUS. Projeto de Lei nº 218, de 2022. Autoriza o Poder Executivo a alterar a ação constante do Plano Plurianual 2022-2025, com a finalidade de viabilizar a captação de convênio com o Governo do Amazonas para a aquisição dos primeiros ônibus 100% elétricos para a capital amazonense. Disponível em: https://sapl.cmm.am.gov.br/media/sapl/public/documentoacessorio/2022/26140/pl_218-2022-executivo-alteracao_ppa.pdf. Acesso em: 06 ago. 2024.

MANAUS. Secretaria Municipal de Limpeza Pública (SEMULSP). Plano Diretor Municipal de Resíduos Sólidos. 2010. Disponível em: <https://semulsp.ma>



naus.am.gov.br/wp-content/uploads/2010/12/PLANO-DIRETOR-MUNICIPAL-DE-RES%C3%8DDUOS-S%C3%93LIDOS.pdf. Acesso em: 07 ago. 2024.

MANAUS. Secretaria Municipal de Limpeza Pública (SEMULSP). Relatório das atividades da SEMULSP. Disponível em: <https://semulsp.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Relatorio-das-atividades-da-Semulsp-janeiro-a-dezembro-de-2019.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2024.

MANAUS. Secretaria Municipal de Limpeza Pública (SEMULSP). Relatório anual 2021. Disponível em: <https://semulsp.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/03/RELATORIO-ANUAL-2021.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-aco-es/programa-de-apoio-a-manutencao-da-educacao-infantil-2013-novos-estabelecimentos-proinfancia>. Acesso em: 07 ago. 2024.

MUNICÍPIO DE MANAUS. Portal da Transparência: LOA 2023. Disponível em: <https://transparencia.manaus.am.gov.br/transparencia/v2/#/planejamento>. Acesso em: 07 ago. 2024.

O ESTADO DE S. PAULO. Quais são as cidades mais populosas do Brasil? Veja a lista divulgada pelo IBGE. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/quais-sao-cidades-mais-populosas-brasil-veja-lista-divulgada-ibge-nprm/#:~:text=Pelos%20c%C3%A1lculos%20do%20IBGE%2C%20S%C3%A3o,2%2C9%20milh%C3%B5es%20de%20moradores>. Acesso em: 6 ago. 2024.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Boletim Desigualdade nas Metrôpoles 9º Relatório. São Paulo: Observatório das Metrôpoles, agosto 2022. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2022/08/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES_09-1.pdf. Acesso em: 06 ago. 2024.



PAINEL SANEAMENTO. Compare localidade. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/compare?id=130260>. Acesso em: 06 ago. 2024.

PAIVA, Manoel. Relatório Mobilidade Urbana em Manaus, 2023.

PORTAL MARCOS SANTOS. Com 830 certidões no ano, Manaus tem alta de 19% na emissão de Habite-se. Portal Marcos Santos, 03 jan. 2024. Disponível em: <https://www.portalmarcossantos.com.br/2024/01/03/com-830-certidoes-no-ano-manaus-tem-alta-de-19-na-emissao-de-habite-se/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

PREFEITURA DE MANAUS. Asfaltômetro. Disponível em: <https://asfaltometro.com.br/>. Acesso em: 06 ago. 2024.

PREFEITURA DE MANAUS. Portal da Transparência - Despesas. Disponível em: <https://transparencia.manaus.am.gov.br/transparencia/v2/#/despesas>. Acesso em: 06 ago. 2024.

PREFEITURA DE MANAUS. Prefeito David Almeida destaca esforço da gestão para entregar novas creches durante vistorias. Disponível em: <https://www.manaus.am.gov.br/semec/not%C3%ADcias/educacao/prefeito-david-almeida-destaca-esforco-da-gestao-para-entregar-novas-creches-durante-vistorias/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

RADAR AMAZÔNICO. Após quatro manifestações, MPT determina que Mamute Conservação terá que pagar indenização a todos os garis. Disponível em: <https://radaramazonico.com.br/apos-quatro-manifestacoes-mpt-determina-que-mamute-conservacao-tera-que-pagar-indenizacao-a-todos-os-garis/>

RADAR AMAZÔNICO. Mamute Conservação afirma que Prefeitura de Manaus rompeu contrato de limpeza pública sem avisar. Disponível em: <https://radaramazonico.com.br/mamute-conservacao-afirma-que-prefeitura-de-ma->



naus-rompeu-contrato-de-limpeza-publica-sem-avisar-ver-video/. Acesso em: 07 ago.

RADAR AMAZÔNICO. Mesmo devendo rescisão de garis, Mamute é contratada pela Prefeitura de Manaus por R\$ 48 milhões. Disponível em: <https://radamazonico.com.br/mesmo-devendo-rescisao-de-garis-mamute-e-contratada-pela-prefeitura-de-manaus-por-r-48-milhoes/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

RADAR AMAZÔNICO. Prefeitura renova contratos do programa Asfalta Manaus e gastos com pavimentação atingem R\$ 431 milhões somente neste ano. Disponível em: <https://radamazonico.com.br/prefeitura-renova-contratos-do-programa-asfalta-manaus-e-gastos-com-pavimentacao-atingem-r-431-milhoes-somente-neste-ano/>. Acesso em: 06 ago. 2024.

RADAR AMAZÔNICO. Secretário da Seminf faz passeio em iate de luxo de empresário que já recebeu mais de R\$ 23 milhões do Asfalta Manaus. Disponível em: <https://radamazonico.com.br/secretario-da-seminf-faz-passeio-em-iate-de-luxo-de-empresario-que-ja-recebeu-mais-de-r-23-milhoes-do-asfalta-manaus/>. Acesso em: 06 ago. 2024.

RADAR AMAZÔNICO. TCE apontou pelo menos 11 irregularidades na gestão de David Almeida, mas contas foram aprovadas. Disponível em: <https://radamazonico.com.br/tce-apontou-pelo-menos-11-irregularidades-na-gestao-de-david-almeida-mas-contas-foram-aprovadas/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

RANKING DE COMPETITIVIDADE DOS MUNICÍPIOS. Ranking de Competitividade dos Municípios 2023. Disponível em: <https://municipios.rankingdecompetitividade.org.br/AM/manaus/Geral/ranking-geral>. Acesso em: 6 ago. 2024.

REPÓRTER PARINTINS. SSP-AM entrega armamentos novos e anuncia chegada de equipamentos para as polícias Civil e Militar. Repórter Parintins, 01 ago. 2024. Disponível em: <https://reporterparintins.com.br/?q=276-conteudo->



-72418-ssp-am-entrega-armamentos-novos-e-anuncia-chegada-de-equipamentos-para-as-policias-civil-e-militar. Acesso em: 07 ago. 2024.

REVISTA CENARIUM. Parentes do prefeito de Manaus são contemplados em sorteio de casas da Caixa Econômica. Revista Cenarium, 02 ago. 2024. Disponível em: <https://revistacenarium.com.br/parentes-do-prefeito-de-manaus-sao-contemplados-em-sorteio-de-casas-da-caixa-economica/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS. Administração de unidades escolares. Disponível em: <http://servicossemed.manaus.am.gov.br/semedweb/index.php?r=UNIDADEADMINISTRATIVA/adminEscola>. Acesso em: 06 ago. 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS. Administração de unidades escolares. Disponível em: <http://servicossemed.manaus.am.gov.br/semedweb/index.php?r=UNIDADEADMINISTRATIVA/adminEscola>. Acesso em: 06 ago. 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE MANAUS. Plano de metas. Disponível em: <https://semed.manaus.am.gov.br/plano-de-metas/>. Acesso em: 06 ago. 2024.

SOMOS TODOS AMAZONAS. Zona Franca de Manaus é a única política de incentivo fiscal do país com comprovação de eficiência, diz Jorge Junior. Disponível em: <https://somostodosamazonas.com.br/zona-franca-de-manaus-e-a-unica-politica-de-incentivo-fiscal-do-pais-com-comprovacao-de-eficiencia-diz-jorge-junior/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. STF referenda liminar que afastou uso do Censo no cálculo do Fundo de Participação dos Municípios. Disponível em: ht-



[tps://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=502731&ori=1](https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=502731&ori=1). Acesso em: 6 ago. 2024.

TRATA BRASIL. Painel do Saneamento. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/compare?id=130260>. Acesso em: 06 ago. 2024.

TRATA BRASIL. Painel do Saneamento. Disponível em: https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/evolucao?id=130260&L%5Bg%5D=2&L%5Bs%5D=21&L%5Bi%5D=INT_VH. Acesso em: 06 ago. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS. Decisão unânime do TCE-AM recomenda aprovação com ressalvas das contas de David Almeida. Disponível em: <https://www2.tce.am.gov.br/?p=61727>. Acesso em: 06 ago. 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS. Relatório Analítico Contas Prefeitura de Manaus – exercício 2021. Disponível em: https://www2.tce.am.gov.br/wp-content/uploads/2022/12/Relatorio-AnalA_tico-COMPREF-exercA_cio-2021.pdf. Acesso em: 07 ago. 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS. Corregedoria e Secretaria Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários discutem ações para avanço da regularização fundiária em Manaus. Tribunal de Justiça do Amazonas, 02 ago. 2024. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/8873-corregedoria-e-secretaria-municipal-de-habitacao-e-assuntos-fundiarios-discutem-aco-es-para-avanco-da-regularizacao-fundiaria-em-manaus#>:

UNICEF. UNICEF e Prefeitura de Manaus firmam acordo para promover direitos e oportunidades para crianças e adolescentes. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-e-prefeitura-de-manaus-firmam-acordo-para-promover-direitos-e-oportunidades-para-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 6 ago. 2024.



UOL. Com 65% de rejeição, prefeito de Manaus pede avaliação “serena” do eleitorado. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2008/ultnot/manaus/2008/08/25/ult6017u46.jhtm>. Acesso em: 06 ago. 2024.

VALOR ECONÔMICO. Sob críticas, Zona Franca tem menor geração de emprego. Valor Econômico, 29 nov. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/11/29/sob-criticas-zona-franca-tem-menor-geracao-de-emprego.ghtml>. Acesso em: 07 ago. 2024.

VEJA. Manaus tenta romper contrato de saneamento com compradora da CEDAE. Veja, 20 ago. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/manaus-tenta-romper-contrato-de-saneamento-com-compradora-da-cedae/>. Acesso em: 7 ago. 2024.



FICHA TÉCNICA

Concepção:

Amom Mandel e Nancy Segadilha

Coordenação Técnica:

Prof. Dr. Daniel Cardoso Gerhard (FD/UFAM) – Coordenador geral

Luiza Fernanda Gama Bastos (assistente)

Corpo técnico:

Adriano Fernandes Ferreira, Prof. Dr. (FD/UFAM)

Alexandre Albuquerque Gomes da Silva (SSP/AM)

Alyson de Lima Rodrigues, Me.

Amom Mnadel Lins, Me.

Átila Romano Araújo Benjamin, Esp. (Auditor Fiscal-Manaus)

Bruno de Souza Cavalcante, Prof. Dr. (FD/UFAM)

Cislen de Souza Soares, Me. (SEMED/Manaus)

Cleverson Redivo, Esp. (ex-FM/UFAM)

Crisitiana de Meira Lins, Profa. Me.

Cristóvão de Souza Brito, Prof. Dr.

Daniel Cardoso Gerhard, Prof. Dr. (FD/UFAM)

Daniel Oscar Pereira Soares, Prof. Dr. (FCA/UFAM)

Eid Badr, Prof. Dr. (PPGDA/UEA)

Elane Moura Belota, Esp.

Fábio José Vidal Coutinho, Me. (SSP/AM)

Fabiano da Silveira Pignata, Prof. Dr. (PC/AM)

Felipe Amaro Pereira, Me.

Fernando Pontual de Souza Leão Júnior (FACEPE/UFPE)

Hamilton Gomes de Santana Neto, Prof. Me. (FD/UFAM)

Ilton Soares Oliveira, Prof. Me.

João Gustavo Kienen, Prof. Dr. (FAArtes/UFAM)

João Otacílio Libardoni dos Santos, Prof. Dr. (FEFF/UFAM)



Juliane Elizabete de Souza Maia, Me.
Kátia Patrícia Gonçalves de Souza, Esp.
Laura Graciliana Bernardes, Me. (SSP/AM)
Márcia Bernardo Marinho Rodrigues, Esp.
Marcelo Gordo, Prof. Dr. (ICB/UFAM)
Maurílio Casas Maia, Prof. Dr. (FD/UFAM)
Patrícia Fortes Attademo Ferreira (ED/UEA)
Paulo Victor Oliveira Queiroz, Prof. Me.
Pedro Paulo Procópio de Oliveira Santos, Prof. Dr.
Renato Costa Velas, Prof. Esp
Rennan Faria Kruger Thamay, Prof. Dr.



PREFEITO
AMOM
VICE **NANCY**